

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.9, n.16, jan/jun 2021

nier  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

 CNPq

Editores

Marcela Soares, UFF | Brasil

Pedro Cassiano, IFPB | Brasil

Tatiana Poggi, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Adrianyce A. Silva de Sousa

Álvaro Martins Siqueira

Andrea Santos Baca

Jose Luiz Alcantara Filho

Juan Pablo Paineira

Mauricio Vieira Martins

Paulo Cruz Terra

Rodrigo Rodriguez

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.9, n.16, jan/jun 2021

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.9, n.16, jan/jun 2021. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

199 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

9 Política Editorial

Artigos

16 Marx construindo o marxismo: notas acerca de *Sobre a questão judaica*
Felipe Demier

30 Nicos Poulantzas e o conceito de Estado capitalista na obra *Fascismo e ditadura*: notas críticas
Danilo Enrico Martuscelli

48 Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial
Fabio Scolari

73 Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio
Pedro Henrique Antunes da Costa
Kíssila Teixeira Mendes

96 Agronegócios y nuevas lógicas de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina)
María Dolores Liaudat
Afonso Henrique Fernandes

122 Economia e saúde: aproximações para uma abordagem da economia política crítica marxista
Leonardo Carnut
Jonas Sona de Miranda Pires
Áquilas Mendes

157 Encontros com Mario Duayer entre o tempo e a memória: crítica ontológica, verdade e emancipação humana
Natan Oliveira

Notas críticas

178 Nota crítica a “O capitalismo em crise”

Victor Neves

Annabelle Bonnet

187 *Notas sobre o “modo de representação capitalista”*: a contribuição de Jorge Grespan à teoria marxiana do valor

Carolina Alvim de Oliveira Freitas

Luta e memória

198 Por e para Mário

Victor Hugo Klagsbrunn

Editorial

Entramos em 2021 e a pauta de todos os dias nesse ano que, ao menos no Brasil, se assemelha à uma versão piorada de 2020, é vacina. A vacina que chega ao mundo, mas misteriosamente não chega ao Brasil e quando chega vêm à conta gotas, incapaz de saciar a necessidade da nossa já tão massacrada população.

Viver no Brasil durante a pandemia de Covid-19 vem se mostrando um verdadeiro ato de sobrevivência. Sobreviver à irresponsável condução do governo desde o início da pandemia. Sobreviver à inépcia de políticas de saúde pública adequadas ao combate da doença. Sobreviver à desinformação e notícias falsas, que confundem a população quanto aos protocolos mais básicos. Sobreviver à delonga do auxílio emergencial e à falta políticas de alívio econômico básico aos assalariados e subsídios às pequenas empresas. Sobreviver à dor de perder parentes e amigos. Sobreviver ao desespero de ver as contas se avolumarem, de ver os preços dos itens mais básicos de alimentação subirem aos céus. Sobreviver a um governo que ignora propostas de venda de vacina, mesmo após 101 tentativas da farmacêutica Pfizer. Um governo que atravanca a aprovação de uso emergencial de outras vacinas e não satisfeito cria constantes entraves diplomáticos que comprometem a chegada dos insumos para a produção nacional de imunizantes. Sobreviver a um governo que, em meio ao maior desafio sanitário mundial dos últimos 100 anos, opta por não fazer uma campanha de vacinação.

Definitivamente, estar vivo hoje no Brasil é ser um sobrevivente não apenas de uma pandemia aterradora, mas do governo Bolsonaro. Daria ainda um destaque especial aos moradores do Rio de Janeiro que, somado à tudo isso, conseguiram sobreviver à gestão desoladora do governador impeachmentado Wilson Witzel, acusado de superfaturamento na compra de respiradores, desvio de dinheiro, demora na construção dos hospitais de campanha, irregularidades na contratação da empresa IABAS (OS) e inconsistências nas contas apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado¹.

¹ Entenda o processo de impeachment que resultou na cassação de Wilson Witzel. CNN Brasil. 30 de abril de 2021. <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/01/entenda-o-processo-de-impeachment-que-resultou-na-cassacao-de-wilson-witzel>>.

Diante do caos instalado, o Senado finalmente aprovou em abril a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a omissão do governo na condução da pandemia, revelando no correr dos depoimentos diversas irregularidades principalmente nas negociações de compra de vacinas. Foram investigadas à delonga da aprovação emergencial e compra de vacinas, especialmente a CoronaVac, sob a alegação de que o imunizante não teria sido aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e o silêncio quanto à inúmeras propostas de venda da vacina da Pfizer, iniciadas em agosto de 2020, mas sumariamente ignoradas até o primeiro trimestre de 2021. Escândalos vêm se sucedendo, levando à denúncias de um largo esquema de corrupção na compra superfaturada da vacina indiana Covaxin. O esquema investigado envolve o próprio presidente Bolsonaro; o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros; o deputado federal Luis Cláudio Miranda seu irmão, o servidor Luis Ricardo Miranda; o empresário Francisco Maximiniano, sócio-administrador da Precisa Medicamentos, empresa responsável pela intermediação da compra da vacina no Brasil; o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello e mais dois militares auxiliares de Pazuello no ministério da saúde².

Passados seis meses do nosso letárgico e atropelado processo de vacinação, estamos longe de ver a pandemia de Covid-19 superada. Apesar do desmonte permanente, o Sistema Único de Saúde (SUS) vem se mostrando capaz de realizar a façanha da vacinação em massa em todo o país, incluindo a fabricação dos imunizantes realizado pela Fiocruz e pelo instituto paulista, o Butantan, ambas instituições de pesquisa científica públicas.

No correr da pandemia perdemos pessoas queridas, parentes, amigos, colegas de trabalho, ícones da cultura e artistas admirados. Foram muitos ceifados pelo vírus, ceifados pela corrupção e por um governo genocida, ceifados pela roda massacrante do Capital que obrigou milhares de trabalhadores se aglomerarem em transportes públicos lotados, em ambientes de trabalho fechados, em casas de patrões incapazes de viver sem seus empregados. E nesse processo perdemos um pouco de nós também. Quantos não naturalizaram o discurso desumano da pandemia só matar “velhos” e “doentes”, como se estes não tivessem mais direito à vida, como se suas vidas fossem descartáveis? Quantos, mesmo com o privilégio do *home office*, não optaram por ignorar recomendações expressas de cientistas para não aglomerar e saem aos bares, à festas, de férias como se “num passe de álcool-gel” toda pandemia se desmanchasse no ar? A segunda onda vem se abatendo sobre os mais jovens; levou Paulo Gustavo (42 anos) e Luciano Szafir (52 anos) permanece entubado em estado grave em sua segunda infecção de Covid-19. Em janeiro o professor e membro fundador do NIEP-Marx,

² CPI da Covid: quem é quem no escândalo da Covaxin. BBC News Brasil. 29 de junho 2021. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57647163>>.

Mario Duayer também teve sua vida prematuramente interrompida. Essas mortes não são apenas do vírus, não são frutos do acaso, mas são consequências deliberadas de um projeto genocida em curso no país.

Mas nada parece abalar o ritmo inabalável da balada nem decisões baseadas em um individualismo irracional travestido de livre-arbítrio para não se vacinar. A lógica do mercado compromete o avanço da vacinação e todo o entendimento de vacina como pacto coletivo, ao criar, ainda que indiretamente, certa hierarquia entre vacinas, estimulando comportamentos sociais competitivos, rechaçando determinadas vacinas e, conseqüentemente, alongando o calendário de vacinação e a segurança de todos nós. Efeitos da nefasta necropolítica que vem avançando pelo mundo, mas que encontrou no Brasil de Bolsonaro, especialmente durante a pandemia, terreno fértil para aprofundar a barbárie e retirar de nós a empatia, o cuidado e a solidariedade até mesmo por aqueles que nos permitiram estar nesse mundo.

Todavia, o pulso ainda pulsa e quando governos se mostram mais perigosos que o vírus a indignação toma às ruas, demonstrando a força da mobilização popular e a vitalidade da resistência. Vimos isso nos intensos protestos contra o assassinato brutal de George Floyd, reascendendo a discussão sobre segurança pública nos EUA, a crítica à violência policial e a extrema desigualdade à qual a população afro-americana está submetida, intensificada durante a pandemia. Seu algoz, o policial branco Derek Chauvin, foi julgado e condenado a vinte e dois anos de prisão. Na Colômbia, pressões sociais explodiram na forma de intensos protestos e bloqueios de estradas contra a reforma tributária, que já se desdobraram em demandas por educação e saúde, além de denúncias de uso abusivo de força pela polícia. No Chile, após intensos protestos, a população conquistou o direito de elaborar uma nova constituição. A Assembleia Constituinte possui uma configuração inédita e histórica, sendo composta em paridade de gênero, possuindo representantes das etnias indígenas e será liderada por Elisa Locón, uma deputada constituinte mapuche³. No Brasil, temos visto ao longo desse ano e meio o fortalecimento de ações de solidariedade ativa, iniciativas fundamentais para atender necessidades básicas de pessoas em condição de extrema vulnerabilidade, setor que cresceu sensivelmente durante a pandemia. O projeto cozinha solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), campanhas de entrega de cestas básicas organizadas por partidos, sindicatos e associações de moradores e campanhas de conscientização sanitária garantiram a sobrevivência de muitos brasileiros. O cenário drástico vivenciado no país estimulou o surgimento de formas inovadoras de resistência à precarização como o breque dos aplicativos (apps), protagonizado pelos entregadores, além de dar

³ <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-04/chile-inicia-um-novo-ciclo-e-comeca-a-redigir-a-constituicao-que-substituira-a-de-pinochet.html>>.

novo alento à retomada das ruas por partidos e movimentos sociais da esquerda. Atos “Fora Bolsonaro” encheram grandes avenidas de diversas cidades do Brasil nos dias 29 maio, 19 junho e 3 julho, criticando a condução do governo na pandemia e pressionando pelo *impeachment* do presidente.

Foi nesse contexto que elaboramos esse número da revista que reflete um pouco a resistência dos autores, revisores e editores em continuar o pensamento crítico, os projetos de pesquisa como fundamentais para a reflexão das formas de opressão e superação do capitalismo contemporâneo. Cabe ainda lembrar que o NIEP-Marx realizará, de forma virtual, entre os dias 17 a 19 e 24 a 26 de agosto, o Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021 “o futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista”. O evento contará em sua programação dezoito mesas temáticas, minicursos e plenárias abordando a crise ecológica e climática, saúde pública e possíveis reações anticapitalistas. Nosso mais sincero e grato agradecimento a todos que nos ajudaram na revisão dos artigos, traduções e demais arranjos fundamentais para manter a revista de pé.

Esta edição traz uma seleção de artigos de cunho teórico e empírico na área do marxismo, saúde, agronegócio, além de homenagem ao querido professor Duayer.

Iniciamos o número com o artigo “Marx construindo o marxismo: notas acerca de *Sobre a questão judaica*”, do professor Felipe Demier, no qual o autor traz a importância de analisarmos o conjunto de toda obra de Marx, da juventude a maturidade, para a apreensão da construção do método do materialismo histórico, com ênfase na brochura publicada nos Anais Franco-Prussianos, onde Karl Marx avança em sua crítica ao despótico estado prussiano, consolidando fundamentais caminhos analíticos da crítica a conformação da igualdade formal jurídica burguesa e para a superação da emancipação política.

Nosso próximo artigo “Nicos Poulantzas e o conceito de Estado capitalista na obra *Fascismo e Ditadura: notas críticas*” de autoria de Danilo Martuscelli traz uma análise sobre as transformações do conceito de Estado capitalista em Poulantzas, observado entre as reflexões desenvolvidas em *Poder político e classes sociais; Fascismo e Ditadura; e O Estado, o poder, o socialismo*. Ao ampliar o olhar sobre o Estado, primeiramente integrando os aparelhos ideológicos e posteriormente uma concepção relacional, Poulantzas percebe o Estado para além de uma estrutura político-jurídica dotada de caráter repressivo, compreendendo uma dimensão pedagógico-cultural, portanto ideológica e aberta à disputa política. Segundo Martuscelli, esse movimento vem comprometer o entendimento do Estado como estrutura de poder institucionalizado, subtraindo, por conseguinte, o papel da dimensão jurídico-político na organização do Capital.

Já no artigo de Fabio Scolari, “Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial”, o debate concentra-se na inconsistência na noção de sociedade pós-industrial. Recorrendo aos escritos de Marx, Scolari sustenta a tese de que a

reengenharia do capitalismo, sua transnacionalidade aprofundou a precarização do trabalho e deslocou a exploração do trabalho no globo, aumentando as formas de exploração do trabalho e do trabalhador, mesmo diante de progressos tecnológicos substanciais. Assim, independente do otimismo advindo dos autores da sociedade pós-industrial de um horizonte de saída pela tecnologia da exploração do trabalho, a realidade escancara que as bases do capitalismo, principalmente a exploração do trabalho, estão mais presentes do que nunca.

O artigo “Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio” apresenta uma reflexão inicial de múltiplos autores sobre o fortalecimento do autoritarismo, medidas repressivas e ataques à políticas sociais à luz dos estudos de Florestan Fernandes e Otávio Ianni sobre a formação social brasileira. Os autores do ensaio dirigem sua atenção para o fenômeno do bolsonarismo entendendo-o como manifestação explícita e reforçada do caráter autocrático da democracia burguesa no Brasil, em consonância com o histórico da organização do capitalismo dependente no Brasil, apresentando todavia traços mais sofisticados e profundos.

O artigo de María Dolores Lidaut e Afonso Henrique Fernandes intitulado “Agronegocios y nuevas lógicas de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina)” apresenta uma comparação entre as duas principais entidades do agronegócio na América Latina, suas origens e pautas. O surgimento das associações está inserido em um fenômeno global de mudanças na produção capitalista, principalmente relacionados aos novos paradigmas da produção agropecuária pós 1990 no continente. Dessa forma, os autores realizam uma importante contribuição para o debate sobre as novas formas de exploração do capitalismo e de dominação das frações burguesas latinoamericanas, sem perder de vistas as especificidades do contexto agrário argentino e brasileiro.

Leonardo Canut, Jonas Sona de Miranda Pires e Áquilas Mendes apresentam, por meio de uma apreensão crítica marxista, um importante ensaio acerca das diferenças entre “Economia da Saúde” e “Economia Política da Saúde”. O texto “Economia e saúde: aproximações para uma abordagem da economia política crítica marxista” apresenta uma abordagem fundamental com vistas à garantia da fundamentação teórica do campo da saúde alicerçado pelas bases analíticas da crítica da economia política. Tendo em vista que o processo saúde-doença, ou seja, os níveis de saúde da população e a prestação dos serviços sociais públicos de saúde devem ser sempre analisados conectados pelos determinantes sócio-históricos da sociedade burguesa. A abordagem dos autores traz elementos fundamentais para a defesa do direito à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

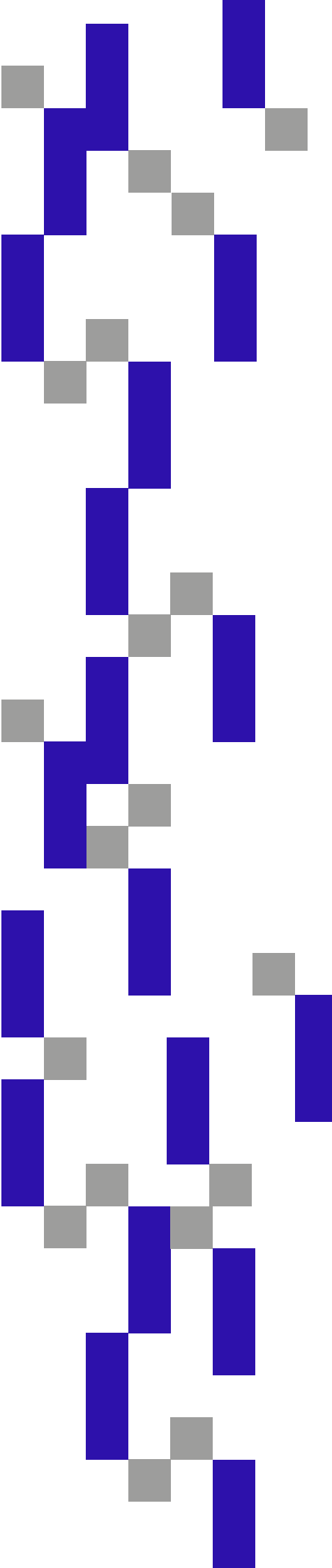
O último artigo, de autoria de Natan Oliveira, mistura a narrativa de um relato pessoal dos encontros do autor com o “os Mários” e um panorama sobre o pensamento e a obra do professor e um dos fundadores do NIEP-Marx Mario

Duayer, vítima prematura do covid-19 em janeiro de 2021. O autor evidencia de maneira brilhante o impacto do pensamento crítico de Duayer no debate da filosofia da ciência, ontologia e emancipação humana. Sem dúvida, a obra de Mario Duayer é uma das inúmeras formas de resgate...

Nossa seção “notas críticas” é aberta com a valorosa contribuição de Victor Neves e Annabelle Bonnet resenhando o livro “O capitalismo em crise” de Paulo Nakatani e Rosa Marques. A resenha nos convida à leitura de um livro que sintetiza de forma acessível ao leitor médio reflexões e análises de aproximadamente 40 anos sobre o capitalismo contemporâneo e suas crises. Em suas análises, os autores reforçam o papel central do capital portador de juros e do capital fictício na dinâmica da acumulação e na reprodução da economia capitalista contemporânea, bem como na definição do caráter de suas crises, assumindo uma roupagem financeira, escondendo seu conteúdo social.

Seguimos ainda com uma segunda resenha de Carolina Alvim de Oliveira Freitas do livro de Jorge Grespan, “Marx e a crítica do modo de representação capitalista”. Fruto da tese de livre docência do autor, o livro se debruça sobre o O Capital para discutir o método de Marx, revelando a forma dialética como Marx expõe o movimento contraditório da produção e distribuição do valor no capitalismo a partir da contradição inerente entre a apresentação do valor criado pelo trabalho e a forma como esta é representada pelo preço monetário.

Fechamos com “Luta e memória”, que nesse número traz o texto do professor Victor Hugo Klagsbrunn com a memória e homenagem a um dos mais importantes fundadores do Niep-Marx e um dos maiores intérpretes da obra marxiana e da tradição marxista no Brasil, Mario Duayer. O texto traz a importância da contribuição do professor Mario na difusão do pensamento marxiano e marxista, principalmente no que se refere ao método da teoria social de Marx. Victor, de forma descontraída, lembra-se do primeiro Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, organizado pelo autor e pelo saudoso Mario Duayer, no qual foi criada a Sociedade de Economia Política (SEPO) e também recorda-se de momentos de amizade e parceria. Memória de um grande intelectual mas também um incrível camarada que inspira nossa luta.



ARTIGOS

Marx construindo o marxismo: notas acerca de *Sobre a questão judaica*

Marx building marxism: notes on About the Jewish question

Felipe Demier*

Resumo

Marx, como sabemos, não nasceu marxista, assim como Cristo não nasceu cristão. Publicada nos *Anais Franco-Prussianos*, órgão dos jovens hegelianos exilados em Paris, a brochura *Sobre a questão judaica* é um dos escritos de transição na formação intelectual de Marx e, portanto, obra fundamental na construção e no desenvolvimento do materialismo histórico ou, se quisermos, de marxismo. Trata-se, por assim dizer, de um dos trabalhos que pavimentaram o caminho para a emergência do marxismo propriamente dito, ao mesmo tempo em que já é uma obra marxista, na medida em que o método de Marx não é um constructo que se apresenta pronto, de imediato, e sim fruto de um processo – como, aliás, é o caso do próprio cristianismo. Pavimentar o caminho já é, de certa forma, percorrê-lo. O judaísmo de Cristo foi o caminho necessário para o cristianismo, tal qual sem o jovem Marx não haveria propriamente marxismo.

Palavras-chave: Marxismo. Estado. Sociedade civil.

Abstract

Marx was not born a Marxist, just as Christ was not born a Christian. Published in the Franco-Prussian Annals, an organ of the young Hegelians exiled in Paris, On the Jewish question is one of the transitional writings in Marx's intellectual formation and, therefore, a fundamental work in the construction and development of historical materialism or, if we wish, of Marxism. It is, so to speak, one of the works that paved the way for the emergence of Marxism itself, at the same time that it is already a Marxist work, insofar as Marx's method is not an immediately ready, finished construct, but the result of a process – as, indeed, is the case with Christianity itself. Paving the way already is, in some way, walking it. Christ's Judaism was the necessary path to Christianity, just as without the young Marx there would be no Marxism.

Keywords: *Marxism. State. Civil Society.*

* Professor do Departamento de Política Social (DPS) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ.

Marx, como sabemos, não nasceu marxista, assim como Cristo não nasceu cristão. Publicada no primeiro e único número dos *Anais Franco-Prussianos*, órgão dos jovens hegelianos exilados em Paris, a brochura *Sobre a questão judaica* (Marx, 2010) é um dos escritos de transição na formação intelectual de Marx e, portanto, obra fundamental na construção e no desenvolvimento daquilo que poderíamos chamar de materialismo histórico ou, se quisermos, de marxismo. Trata-se, portanto, de um dos trabalhos que pavimentaram o caminho para a emergência do marxismo propriamente dito, por assim dizer, ao mesmo tempo em que já é uma obra marxista, na medida em que o método de Marx não é um constructo que se apresenta pronto, de imediato, e sim fruto de um processo – como, aliás, é o caso do próprio cristianismo. Pavimentar o caminho já é, de certa forma, percorrê-lo. O judaísmo de Cristo foi o caminho necessário para o cristianismo, tal qual sem o jovem Marx não haveria propriamente marxismo.

Um das grandes “descobertas” proporcionadas pelo método marxista foi a particularidade histórica da conexão entre as relações de produção e as formas políticas na *sociedade burguesa politicamente emancipada*, isto é, a tal *separação relativa* entre economia e política no interior do modo de produção capitalista. Analisada já pelo viés da crítica da economia política nos *Grundrisse* (Marx, 2011) e n’*O capital* (Marx, 2013a), e discutida de maneira mais sistemática por autores como Poulantzas (1971; 1980), Miliband (1972), Draper (1977), Mandel (1982) e Wood (2003), tal separação relativa entre economia e política sob o capitalismo é justamente o tema central de *Sobre a questão judaica*, na qual aparece como a questão da “alienação política”. Nesta obra Marx, dando sequência a sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (2013b), promove um avanço significativo – e mesmo um salto de qualidade em relação àquele escrito – no que concerne à percepção da existência de uma relação própria que, na *sociedade burguesa politicamente emancipada*, é estabelecida entre o mundo da economia, o mundo da “sociedade civil” na lavra daquele imberbe Marx, e o mundo da política, o mundo do Estado.

A obra, portanto, aborda justamente essa *duplicação* do mundo, essa dualidade constitutiva da sociabilidade burguesa, essa dicotomia entre o homem que existe no mundo concreto das relações sociais de produção (embora o termo não ainda não tivesse condições metodológicas de ser cunhado por Marx) e o homem tal qual ele aparece nas estruturas políticas do Estado. Esse fenômeno se expressava, assim, na dilaceração do sujeito, o qual era impelido a levar, por assim dizer, uma vida dupla, uma vida na “Terra” (sociedade civil, relações econômicas) e outra no “Céu” (política, Estado).

Marx adentra, portanto, em uma questão que a filosofia política já se colocava pelo menos desde Rousseau, e a qual pode ser vista até como o ponto de término, a problemática insolúvel, o impasse da filosofia rousseuniana em face do desenvolvimento da divisão do trabalho no interior de uma sociedade burguesa às portas da sua emancipação política (revolução antiabsolutista): como

pode o Estado expressar a “vontade geral” em meio a uma sociedade crescentemente marcada pelo particularismo? Como pode de fato expressar o interesse “público”, o interesse dos “cidadãos”, um Estado que se defronta com (e que busca representar) uma sociedade cada vez mais estruturada pelos interesses particulares, isto é, pelos interesses atinentes às partes que a constituem? Essa contradição entre o cidadão e o homem da sociedade burguesa, esse embate entre o *citoyen* e *bourgeois*, entre, de um lado, ou melhor, “em cima”, um sujeito jurídico-político abstrato dotado de interesses coletivos e públicos, e, de outro, ou melhor, “embaixo”, um homem tal qual vive concretamente nas suas relações econômico-sociais, é o fulcro do que então é tratado por Marx como “alienação política”.

É interessante assinalar que, se poucos anos antes, o jovem filósofo da liberal *Gazeta Renana* se batia contra o particularismo que estruturava o despótico Estado prussiano e, contra este, na qualidade de democrata radical, propugnava a universalidade política na forma estatal (a cidadania, a “emancipação política”), em *Sobre a questão judaica* a pena de Marx volta-se justamente contra esta mesma universalidade, caracterizada como formal, abstrata e limitada, sob a qual o homem se encontra entretido em relações sociais que o levam a uma vivência cada vez mais atomizada, egoísta e particularista. Nesse sentido, se antes, para Marx, a formatação plenamente burguesa do Estado, baseada na figura de sujeitos livres (cidadãos), aparecia como uma meta (para a Alemanha), agora a antiga meta, já concebida como “alienação política”, se converte em objeto de crítica sardônica de um autor que, precisamente por meio dessa obra, completa a passagem (iniciada na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*) de um republicanismo democrático-radical para o comunismo¹.

Até essa passagem teórico-política de Marx – a qual ocorre justamente quando Marx se deslocava fisicamente de um lado a outro do Reno, passando e parando em Kreuznach antes de se instalar em Paris –, sua programática para a Prússia reivindicava uma metamorfose no conteúdo do Estado a ser concretizada por intermédio de disruptivas e radicais modificações formais. Em linguagem marxista posterior – ou, se quisermos, no léxico de um Marx já plenamente marxista –, o objetivo de sua filosofia política consistia em uma transformação do caráter de classe do Estado que, abolindo todo e qualquer resquício de particularismo e instituindo o sujeito livre perante a lei, assumiria finalmente um conteúdo burguês (Estado capitalista). Nessa empreitada crítica de Marx, a crítica à censura e a todo tipo de despotismo estatal, combinada à defesa intransigente das liberdades civis e democráticas, apareciam como instrumentos de uma luta antiabsolutista/antifeudal e, objetivamente, pró-capitalista. Destarte, não

¹ Quanto a esta rápida e dialética evolução no pensamento do jovem Marx, ver Löwy (2012) e Frederico (1995).

seria equivocado dizer – novamente em linguagem marxista madura – que, se no caso da França, a luta se dava contra a *forma* política que o Estado capitalista lá assumia (contra o regime político então vigente), na Alemanha, diferentemente, tratava-se de uma luta contra o próprio *conteúdo* do Estado (caráter de classe do Estado) e, evidentemente, também contra a forma política por ele assumida. Assim, lançando mão das ulteriores palavras de Gramsci, na *atrasada* Alemanha ainda estava colocada “a passagem de um tipo de Estado para outro”, enquanto que na França, desde 1789 – e excetuando da análise aqui o interregno restauracionista que se seguiu ao Congresso de Viena –, verificava-se uma “‘evolução’ dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta” (Gramsci, 2007, p. 79)².

Vale aqui, portanto, frisar que para o revolucionário alemão o horizonte político de sua nação já não se encontrava mais no passado recente – republicano – que tivera lugar do outro lado do Reno. Embora considerada como progressiva e necessária, a dissolução do absolutismo na Prússia, mesmo que se processasse em sua forma republicana e radical – jacobina, por referência à experiência, então há cerca de cinquenta anos, na margem avançada do rio –, não faria senão alocar os ponteiros da História, naquela margem *atrasada*, para depois de 1789. Agora, para Marx, e por contraposição a Hegel, o próprio *avançado* Estado formalmente universalista francês – seja em sua roupagem republicana jacobina (a gosto do jovem Hegel de Berna), seja em sua roupagem imperial napoleônica (a gosto do jovem Hegel de Iena)³, ou ainda sob uma monarquia constitucional com diversas gradações de liberalismo – já passa a ser tomado como algo a ser criticado e *praticamente* superado.

Em *Sobre a questão judaica*, pode-se dizer, assim, que a crítica marxiana não demanda um mero ajuste *temporal*, no que tange ao caráter estatal, da Alemanha em relação à França (ou ainda em relação aos estados “livres” dos Estados Unidos ou mesmo da Inglaterra); já não bastaria, para Marx, uma sincronização política dos tempos históricos no continente, por meio da qual a *atrasada* Alemanha se equipararia, via “emancipação política”, com a *avançada* França. O jovem revolucionário já considera, à maneira de Mefistófeles de *Fausto*, *que tudo o que vem a ser é digno de perecer*, e que a “emancipação política” (o Estado universalista formal), realizada na França e ainda aguardada na Alemanha, também teria que ser histórica e revolucionariamente superada. Poucos meses depois de *Sobre a questão judaica*, a lavra de Marx chamaria a atenção, no interior da dialética modernização burguesa do velho continente, para as particularidades da

² Uma discussão acerca dos níveis *Estado*, *regime* e *governo* no interior das formas de dominação política pode ser encontrada em Demier (2017, pp. 67-101). Uma clássica obra de referência sobre o tema é Poulantzas (1971).

³ Sobre a evolução do pensamento do jovem Hegel desde Berna até Iena, passando por sua fase em Frankfurt, ver: Lukács, 2018. Uma explanação cuidadosa da influência do hegelianismo à época do jovem Marx pode ser vista em: Heinrich, 2018.

Alemanha, onde a revolução social (“emancipação social”) já aparecia como *necessária* mesmo sem a nação ter ainda realizado sua revolução política (“emancipação política”):

A nação alemã tem, por isso, de ajustar a sua história onírica às suas condições existentes e sujeitar à crítica não apenas essas condições existentes, mas igualmente sua continuação abstrata. Seu futuro não pode *restringir-se* nem à negação direta de suas condições políticas e jurídicas reais, nem à imediata realização de suas circunstâncias políticas e jurídicas ideais, pois a negação imediata de suas condições reais está em suas condições ideais, e ela quase tem *sobrevivido* à realização de suas condições ideais na contemplação das nações vizinhas [...] Pergunta-se: pode a Alemanha chegar a uma práxis *à la hauteur des principes* [à altura dos princípios], quer dizer, a uma *revolução* que a elevará não só ao *nível oficial* das nações modernas, mas à *estatura humana* que será o futuro imediato dessas nações? (Marx, 2013c, pp. 156-57, grifos do autor).

Trata-se, portanto, para o jovem Marx, de assinalar e criticar a “alienação política” fruto de uma *sociedade burguesa já politicamente emancipada*, expondo as contradições e as legalidades objetivas de uma forma social que, vertebrada por indivíduos atomizados e em competição permanente uns com os outros, acaba por, justamente ao se emancipar politicamente, isto é, ao abolir formalmente as diferenças político-estamentais e os privilégios feudais, atribuir as funções de gestão e coesão social a uma entidade formalmente universalista alçada “acima” dela própria (“acima” da sociedade). Nesta entidade, o Estado – agora livre formalmente de clivagens estamentais particularistas, agora não mais um Estado religioso (O “Estado cristão”) –, o homem aparece como cidadão. Aparece, portanto, como algo distinto e em contraposição à forma como este mesmo homem vive na sociedade.

Essa duplicidade do homem assume, assim, a forma de um antagonismo, na medida em que na sociedade concreta, efetiva, burguesa, nessa sociedade das relações sociais capitalistas, o homem vive de forma egoísta e atomizada, em permanente competição com seus pares, mas, no entanto, é representado na esfera política de outra forma, enquanto “cidadão”. Assim, a efetiva vida *terrena* do homem encontra, contraditoriamente, uma representação estatal em que ele é desprovido de suas determinações e interesses materiais particulares, sendo tomado apenas como um sujeito “político”, interessado na vida pública e, nesse sentido, movido por perspectivas comunitárias, solidárias, coletivas e cooperativas, baseadas no bem comum, na vontade geral:

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidade da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, a na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal.

O conflito que emerge entre o homem que professa uma religião *particular* e sua cidadania, entre ele e as demais pessoas como membros da sociedade, reduz-se à divisão *secular* entre o *Estado político* e a *sociedade burguesa*. Para o homem como *bourgeois* [aqui: membro da sociedade burguesa], a “vida no Estado [é] apenas aparência ou uma exceção momentânea à essência e à regra”. Todavia, o *bourgeois*, como o judeu, só permanece na vida do Estado mediante um sofisma, assim como o *citoyen* [cidadão] só permanece judeu ou *Bourgeois* sofismando; mas essa sofística não é pessoal. É a *sofística do próprio Estado político*. A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o mercador e o cidadão, entre o diarista e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o *indivíduo vivo* e o *cidadão*. A contradição que se interpõe entre o homem religioso e o homem político é a mesma que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e sua *pele de leão política* (Marx, 2010, pp. 40-1, grifos do autor).

O centro da obra em tela, portanto, é a discussão das condições sociais que

fazem emergir a “alienação política”, um produto histórico-social do desenvolvimento do capitalismo que levou o homem a viver de uma forma no interior da sociedade e, ao mesmo tempo, ser representado de outra forma, “fora” dessa mesma sociedade, sendo, assim, o “Estado político” a expressão por excelência desta alienação. Tal Estado, ao contrário das formas estatais feudais anteriores, não se apresenta mais como a expressão dos interesses particulares de uma parte da sociedade (estamentos clerical e nobiliárquico) na relação com outras partes subordinadas (agrupadas, no caso francês, por exemplo, no “terceiro estado”), e sim como um Estado universal (dos “cidadãos”), no qual as diferenças político-jurídicas (estamentos) não se encontram mais instituídas no/e pelo próprio Estado, cuja penetração na sociedade era, dialeticamente, um aspecto constitutivo da mesma – daí o fato de só na *sociedade burguesa politicamente emancipada*, ou seja, só com a substituição do Estado particularista (“Estado cristão”) pelo Estado universal (“Estado político”) poder se falar em uma separação relativa entre economia e política. A sociedade burguesa, por sua vez, se vê, então, livre, no seu interior, da presença do “Estado”, isto é, se torna liberta dos ingredientes político-estamentais que estruturavam sua própria dinâmica socioeconômica, suas relações de produção (a relação servo-senhor, mediada por traços religiosos e outros institutos feudais), tornando-se agora um conjunto de “indivíduos livres” (não mais presos à gleba ou vinculados subalternamente a um senhor do ponto de vista jurídico-político), proprietários privados de mercadoria, aptos, agora, a estabelecerem relações mercantis uns com os outros, incluindo–sobretudo–a venda da mercadoria da força de trabalho (assalariamento)⁴.

Claro que essas questões só foram colocadas por Marx – assim como pelos grandes nomes do pensamento social que o antecederam – pois em seu tempo verificava-se justamente a etapa final da transição para a modernidade, sobretudo pela crise do absolutismo, por meio do qual, justamente como expressão dessa transição ao capitalismo, forjou-se uma forte máquina estatal, uma entidade protopública se quisermos, que foi progressivamente assumindo funções antes destinadas à sociedade ou, recuperando um pouco o léxico de alguns pensadores da época, à dita “sociedade civil”, que aliás se aburguesava, isto é, se transformava gradativa e incontrolavelmente em uma sociedade de mercado, em uma sociedade burguesa plenamente efetivada. É esta sociedade que, finalmente, por meio das revoluções burguesas e da eliminação dos resquícios feudais em seu interior, se liberta do absolutismo, se emancipa politicamente, se “despolitiza”,

⁴ Convém lembrar aqui que Marx não lança mão ainda neste momento das categorias mais próprias da economia política. Somente um pouco mais à frente, depois de ter lido o tal “esboço genial” de Engels sobre a *crítica da economia política*, é que Marx começaria a mobilizar propriamente tais categorias. Assim, a noção de capital (e de valor, trabalho, mais-valia, forças produtivas, força de trabalho etc.) não aparecem em *Sobre a questão judaica*. Seu papel, porém, parece ser desempenhado por termos como os de propriedade privada, de dinheiro e, sobretudo, o do “negócio e seus pressupostos”.

passando agora o Estado, tomado como a representação política dos interesses do indivíduo-cidadão (interesses genéricos, gerais, universais), a se constituir como algo propriamente público, posto que suas estruturas não mais reconhecem a existência no seu interior de interesses privados, de grupos, de casta, ou seja, não sendo mais esse Estado conformando por instituições e traços estamentais, tal qual havia sido na última das formas históricas *formalmente* particularistas de Estado, o absolutismo.

Doravante, esse Estado universalista, esse Estado da universalidade formal abstrata, é um Estado ao qual cabe agora uma série de funções que antes a própria sociedade – na medida em que era uma sociedade “politizada” – se encarregava de realizar. Portanto, se antes a existência da desigualdade política, de privilégios, de camadas e hierarquias no interior do Estado implicava – e era implicação de – relações de produção “politizadas” (dado que as divisões políticas estavam inseridas na própria lógica da produção econômica), agora o Estado propriamente público, do cidadão, baseado na igualdade jurídico-política, implicava – e era implicação de – relações de produção “despolitizadas”, posto que estabelecidas entre sujeitos livres e não mais subordinados politicamente a outrem, portanto, não sendo nenhum deles, enquanto agente econômico, também um agente político-coercitivo, isto é, responsável pela execução desta ou daquela função necessária à preservação da nova ordem burguesa politicamente emancipada.

Desse modo, se antes as simples construções de uma ponte sobre um rio, de uma praça e de armazéns para guardar comida eram desempenhadas pela ação dos membros da comunidade feudal-senhorial (pelas guildas, pelas corporações, pelos institutos feudais, pela Igreja, por uma série de órgãos “políticos” que estruturavam a própria sociedade), agora é o Estado, e somente ele, o responsável pela manutenção da ordem, dessa nova ordem em que sujeitos juridicamente livres se relacionam uns com os outros mediante a compra e venda de mercadorias. Justamente pelo fato de serem todos livres juridicamente – não podendo, portanto, um se impor a outrem por meio da coerção –, porém socialmente desiguais, é que a tarefa de realizar a coesão do tecido social só pode vir “de fora”, de uma entidade “pública” que, em nome da vigência das regras do direito válidas a todos os cidadãos, lança mão dos instrumentos coercitivos, os quais, agora, estão nele concentrados.

A monarquia absolutista expressou politicamente esse momento de passagem da velha à nova ordem social, na medida em que foi ela a responsável pela – e ao mesmo tempo consequência da – eliminação dos exércitos particulares dos feudos, assumindo para si o que Weber iria denominar de “monopólio legítimo da violência”. Esse moderno aparelho de Estado, legado pelo absolutismo à sociedade burguesa, passou então a concentrar o poder da violência e, também, recursos econômicos necessários ao sustento de uma máquina burocrática e seu

“exército de funcionários”, seu “corpo de parasitas”, como Marx destacaria, mais tarde, em seu *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1978, p. 58).

Quer por meio de revoluções democrático-burguesas ou de “revoluções passivas” (na acepção de Gramsci), essa máquina estatal, adquirindo um conteúdo propriamente burguês e sua forma correspondente, o universalismo formal (instituindo sujeitos juridicamente livres), finalmente se “deseconomiza”, se separa, enquanto ente político, da “sociedade civil”, do mundo das relações econômicas com as quais até então se encontrava entrelaçado inextricavelmente. Com o fim do absolutismo, a sociedade burguesa, terrena, se livra plenamente de seus traços políticos até então constitutivos, cujo destino será justamente o céu, um nível próprio e relativamente autônomo da formação social, o “Estado político” propriamente dito. Em outras palavras, e como já antecipamos, a sociedade burguesa se emancipa politicamente. A constituição desse Estado “em separado” da sociedade, e alocado “fora”, “acima” e como senhor dela, é precisamente o que na obra de 1843 é denominado de “emancipação política”, a *separação relativa* entre economia e política no capitalismo, quando historicamente se verifica o mais avançado estágio de “alienação política”.

A emancipação política representa concomitantemente a *dissolução* da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa. Qual era o caráter da sociedade antiga? Uma palavra basta para caracterizá-la: a feudalidade. A sociedade burguesa antiga possuía um caráter *político imediato*, isto é, os elementos da vida burguesa, como, p. ex., a posse ou a família ou o modo do trabalho, foram elevados à condição de elementos da vida estatal nas formas da suserania, do estamento e da corporação. Nessas formas, eles determinavam a relação de cada indivíduo com a *totalidade do Estado*, ou seja, sua relação *política*, ou seja, sua relação de separação e exclusão dos demais componentes da sociedade. Aquela organização da vida nacional de fato não elevou a posse ou o trabalho à condição de elementos sociais, mas, ao contrário, completou sua *separação* da totalidade do Estado e os constituiu em sociedades *particulares* dentro da sociedade. Entretanto, as funções vitais e as condições de vida da sociedade burguesa permaneciam sendo políticas, ainda que no sentido da feudalidade, isto é, elas excluía o indivíduo da totalidade do Estado, transformavam a relação *particular* de sua corporação com a totalidade do Estado em sua própria relação universal com a vida nacional, assim como transformava sua atividade e situação burguesa específica em sua atividade e situação universal. Como consequência necessária dessa organização, a unidade do Estado, assim como o po-

der universal do Estado, que constitui a consciência, a vontade e a atividade da unidade do Estado, manifestam-se como assunto *particular* de um soberano e de seus serviços, separados do povo.

A revolução política que derrubou esse poder do soberano e alçou os assuntos de Estado à condição de assuntos de toda a nação, que constituiu o Estado político como assunto *universal*, isto é, como Estado real, desmantelou forçosamente o conjunto dos estamentos, corporações, guildas, privilégios, que eram outras tantas expressões da separação entre o povo e seu sistema comunitário. Desse modo, a revolução política *superou o caráter político da sociedade burguesa*. Ela decom pôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos *indivíduos*, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais e espirituais* que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos. Ela desencadeou o espírito político que estava como que fragmentado, decomposto, disperso nos diversos becos sem saída da sociedade feudal; ela o congregou a partir dessa dispersão, depurou-o da sua mistura com a vida burguesa e o constituiu como a esfera do sistema comunitário, da questão *universal* do povo com independência ideal em relação àqueles elementos *particulares* da vida burguesa. A atividade vital específica e a situação vital específica foram reduzidas a uma importância apenas individual. Elas não mais constituíam a relação universal do indivíduo com a totalidade do Estado. A questão pública como tal se tornou, antes, a questão universal de cada indivíduo e a função política se tornou uma função universal.

Só que a realização plena do idealismo do Estado representou concomitantemente a realização plena do materialismo da sociedade burguesa. O ato de sacudir de si o jugo político representou concomitantemente sacudir de si as amarras que prendiam o espírito egoísta da sociedade burguesa. A emancipação política representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à *aparência* de um teor universal.

A sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no homem, só que no tipo de homem que realmente constituía esse fundamento, no homem *egoísta*.

Esse *homem*, o membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o pressuposto do Estado político. Este o reconhece como tal nos direitos humanos (Marx, 2010, pp. 41-2, grifos do autor).

Trata-se, assim, de um processo no qual a política é subtraída do ambiente social e econômico onde até então se fazia indispensavelmente presente, e passa a, por “elevação”, estar totalmente concentrada na figura do Estado. A dimensão

político-comunitária da vida social, referente à gestão e à garantia dos interesses coletivos e gerais dos homens, encontra-se agora inscrita em um órgão externo à própria vida social desses homens. A problemática da obra, embora apenas incipientemente nela solucionada, é, portanto, a seguinte: por que a sociedade se encontra politicamente alienada? Por que a formação social burguesa precisa que questões, como a própria organização da vida econômico-social, sejam arbitradas e resolvidas por um órgão que se apresenta como senhor dela, e que parece existir independentemente dela?

Marx vai começar a desvendar esse mistério ao assinalar que no âmbito da lei, portanto, da cidadania, nessa esfera pública conformada pela junção jurídica de homens abstratos (cidadãos), o que é efetivamente representado são os interesses do “homem da sociedade burguesa”, isto é, do homem tal qual ele vive na sociedade burguesa, ou seja, do homem egoísta, atomizado, concorrencial e proprietário privado de mercadoria, um homem concreta e subjetivamente formatado pela lógica da propriedade privada dos meios de produção. E é precisamente por serem cidadãos, ou seja, homens livres, que compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho⁵, burgueses e trabalhadores, respectivamente, podem, ao nível individual – como sujeito livre do direito, cidadão – estabelecer suas relações mercantis, o que, contraditoriamente, expõe como a condição cidadã, a igualdade jurídico-política do corpo cívico efetivada pelo Estado universalista, não é senão a condição para o pleno funcionamento de relações econômico-sociais nas quais o homem vive de forma oposta à própria noção de cidadão. Desse modo, segundo Marx,

a anulação política da propriedade privada não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe. O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essên-

⁵ Lembramos, novamente, que essas categorias da crítica da economia política não constam na obra em questão. No entanto, arriscamos dizer que sua existência e conexões no mundo real já começam a ser aqui captadas por Marx, e que sem as reflexões contidas na obra, sobretudo no que tange ao tema da “alienação política”, os aportes que, logo em seguida, Marx obteve da economia política dificilmente poder-se-iam desenvolver dialética e concretamente tal qual efetivamente o foram em sua produção teórica subsequente.

cia particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele (Marx, 2010, pp. 39-40).

Com efeito, Marx argutamente percebe que a instauração, pelo e no Estado, dessa faceta humana universal, dessa dimensão humana pública, dotada de deveres e direitos que em tese permitiram a vida harmônica do homem com seus pares (todos cidadãos preocupados com o bem-estar, a segurança etc.), é justamente a arquitetura institucional abstrata e formal necessária à coesão e ao ordenamento de uma sociedade na qual o que verdadeiramente se efetiva não é a “verdade” do homem (o seu gênero, o seu espírito coletivo, universal, cidadão), e sim a sua forma “inverídica”, alienada, falsa, não cidadã, a saber, a faceta do “homem da sociedade burguesa”, do homem do dinheiro (o “deus zeloso de Israel”), do homem movido por interesses particularistas e permanentemente contrastado aos seus iguais.

Nesta sociedade vertebrada pelo mercado – e aqui temos, talvez, um dos passos para a posterior teoria marxiana do valor –, na qual os sujeitos livres, alienados de seu “gênero” agora objetivado no “Estado político” (universal), se relacionam por meio da compra e venda de suas mercadorias (proprietários privados), os interesses que acabam por ser concretamente favorecidos são os interesses daqueles cidadãos cuja propriedade privada é a propriedade privada por excelência, a propriedade dos meios de produção.

Dito de outro modo: se, sob a alienação do Estado universal (público), os membros do corpo cívico, como um todo, se relacionam, no mundo terrenal das relações econômicas, uns com os outros à maneira burguesa – e, nesse sentido, todos vivem de forma oposta ao seu “ser genérico”, representado formal e abstratamente na celestial esfera estatal (e apenas nela) –, esta maneira corresponde a uma forma de organização social em que prevalecem objetivamente os interesses privados de uma (pequena) parte do corpo cívico, os proprietários burgueses. Aqui Marx resolve, de modo dialético – conquanto à época não o reivindicasse muito, possivelmente pela influência de Feuerbach –, a temática da suposto antagonismo antitético entre Estado e “sociedade civil”, entre o público e o privado, entre os interesses particulares e o interesse universal, entre os indivíduos e a “vontade geral”, superando, portanto, o dilema rousseauiano entre o *bourgeois* e o *citoyen* – o qual Hegel não tinha solucionado senão de modo idealista quando, formulando um sistema oposto ao seu próprio método⁶, promoveu uma “reconciliação” com a realidade burguesa e tomou o Estado capitalista (e mesmo a

⁶ Essa concepção de que Hegel formulou um sistema que se opõe a seu próprio método dialético foi originalmente formulada por Engels em 1886 (Engels, 1886).

sua protoforma monárquico-prussiana) como a realização plena, final e absoluta da Ideia (o “espírito absoluto”)⁷.

Embora em *Sobre a questão judaica* ainda possa ser encontrada em certos momentos de forma residual uma compreensão dicotômica de fundo republicano-democrático do par “Estado-sociedade civil” (na qual a segunda, como um todo, se encontraria oposta e curvada ao primeiro, autônomo), e ainda que, talvez justamente por esses resíduos que, por ora, impediam a livre passagem da correnteza do pensamento de Marx, não tenha lugar na obra a noção de um Estado de classe, não é arriscado dizer que as condições para a sua “descoberta” já estavam em estágio avançado. O Estado universal, produto da emancipação política, na medida em que é apontado pelo jovem Marx como sendo um ordenador jurídico-político correspondente às novas relações sociais burguesas em desenvolvimento, e, portanto, adequado, justamente por sua forma “pública”, à efetivação de certos interesses particulares, já está a poucos momentos de ter sua natureza de classe finalmente revelada.

A consequência filosófico-programática de Marx, como sabemos, é a proposição de se ir além da emancipação política, eliminando o fundamento de todo particularismo que cinde, duplica e impossibilita a efetivação plena do universal (do “gênero humano”/ “ser genérico”), isto é, a propriedade privada dos meios de produção. Sua abolição, já atendendo na obra pelo nome de comunismo, constituir-se-ia, assim, na superação da cisão entre homem e cidadão, entre sociedade civil e Estado, entre economia e política. Tal superação é apresentada como a emancipação humana:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (Marx, 2010, p. 54, grifos do autor).

Ao propugnar o fim da propriedade privada e a reintegração do homem enquanto ser social, Marx dava, assim, um passo fundamental em sua dialética caminhada de construção do marxismo.

⁷ Acerca desta “reconciliação” de Hegel com a sociedade burguesa, ver Lukács (2018).

Referências

- DEMIER, Felipe. “Da ditadura bonapartista à democracia blindada: regimes políticos e dominação de classe no Brasil recente”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, pp. 67-101.
- DRAPER, Hal. “Karl Marx’s theory of revolution: State and bureaucracy”, *Montly Review*. New York, v. 1, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, 1886. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>>. Último acesso em: 06/04/2021.
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx (1843-1844): as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. 1. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte [e cartas a Kugelmann]*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. Crítica à filosofia do Direito de Hegel (Introdução). In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013c.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Volume 2. Porto: Portu-calense, 1971. 2 v.
- _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Recebido em 7 de abril de 2021
Aprovado em 6 de maio de 2021

Nicos Poulantzas e o conceito de Estado capitalista na obra *Fascismo e ditadura*: notas críticas

Nicos Poulantzas and the concept of capitalist State in the work Fascism and Dictatorship: critical notes

Danilo Enrico Martuscelli*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o estatuto teórico do conceito de Estado capitalista empregado por Nicos Poulantzas na obra *Fascismo e ditadura*. A tese que orienta nossa análise é a de que ao integrar ao Estado capitalista os chamados aparelhos ideológicos (família, igreja, partidos, sindicatos, meios de comunicação etc.), Poulantzas operou um afastamento em relação ao conceito de Estado como estrutura jurídico-política, presente em *Poder político e classes sociais*, resultando numa diluição do próprio conceito de Estado capitalista como unidade do poder institucionalizado e na subestimação da região jurídico-política da ideologia burguesa como aspecto dominante do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Teoria política, Estado capitalista, Nicos Poulantzas.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the theoretical status of the concept of capitalist State elaborated by Nicos Poulantzas in the work Fascism and Dictatorship. The thesis that guides our analysis is that by integrating the so-called ideological apparatus (family, church, parties, unions, media, etc.) into the capitalist State, Poulantzas distanced itself from the concept of the State as a juridical-political structure, present in Political Power and Social Classes, resulting in a dilution of the very concept of the capitalist state as a unit of institutionalized power and in the underestimation of the juridical-political region of bourgeois ideology as the dominant aspect of the capitalist mode of production.

Keywords: Political theory, capitalist State, Nicos Poulantzas.

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Correio eletrônico: daniloenrico@gmail.com. Tivemos a oportunidade de discutir as versões iniciais deste artigo com vários amigos a quem manifestamos nosso agradecimento pelas leituras e críticas: André Flores Penha Valle, Angela Lazagna, Caio Navarro de Toledo, Davisson de Souza, Francisco Farias, Francisco Prandi, Paula Marcelino, Santiane Arias e Sávio Cavalcante.

A obra de Nicos Poulantzas situa-se fundamentalmente no terreno da teoria política e possui relevantes contribuições para o debate acerca do Estado e das classes sociais no capitalismo. Sua produção intelectual é marcada por descontinuidades que resultaram em reelaborações teóricas acerca do Estado capitalista e da estratégia socialista concebida para confrontá-lo (Jessop, 1985; Codato, 2008; Lazagna, 2017; Saes, s/d). Tal descontinuidade teórica pode ser observada quando cotejamos, por exemplo, o conceito de Estado capitalista presente em três de seus principais livros: *Poder político e classes sociais*, editado em 1968, em que o Estado capitalista é concebido como estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista; *Fascismo e ditadura*, publicado em 1970, no qual o Estado capitalista é caracterizado como um conjunto de aparelhos repressivo e ideológicos; e *O Estado, o poder, o socialismo*, lançado em 1978, obra na qual Poulantzas passa a operar com o conceito de Estado como “*condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe*” (Poulantzas, 1978, p. 141, grifos do autor).

No presente artigo, propomo-nos a realizar um exame crítico do conceito de Estado capitalista formulado em *Fascismo e ditadura*¹. Antes de tudo, é preciso reconhecer que, nesta obra, Poulantzas não toma como objeto de análise fundamental o tipo capitalista de Estado, mas se centra no exame de suas formas, em particular da “forma de Estado capitalista de exceção” à qual se vincula o fenômeno político do fascismo. No entanto, isso não nos impede de observar qual é o conceito de Estado capitalista que embasa o estudo de suas variações enquanto formas de Estado e de verificar em que medida tal conceito representa uma ruptura teórica em relação à definição de Estado capitalista formulada em sua obra anterior: *Poder político e classes sociais*.

Em *Poder político e classes sociais*, quando examina a ruptura teórica na obra de Marx, Poulantzas realiza um debate que consideramos relevante para os objetivos deste artigo, ao afirmar que:

(...) as noções das obras de juventude que se encontram nas obras de maturidade tomam, neste novo contexto, um sentido diferente, quer como *pontos de referência* de problemas novos; quer como *simples palavras* encobrindo abusivamente uma maneira nova de colocar as questões; quer como *obstáculos* à produção de conceitos novos (...)
(Poulantzas, 2019 [1968], p. 23).

Diante de tais observações, poderíamos indagar se o conceito de Estado capitalista, empregado em *Fascismo e ditadura*, ocupa a função de “ponto de re-

¹ Realizamos uma síntese das principais teses e um balanço crítico mais amplo da obra *Fascismo e ditadura*, respectivamente, nos seguintes textos: Martuscelli (2021a, 2021b).

ferência” que descortina a possibilidade de sistematizar teoricamente a análise das formas de Estado do tipo capitalista de Estado, trazendo com isso avanços significativos para a construção de uma teoria marxista do Estado, ou se, ao contrário, desempenha a função de “obstáculo”, vindo a contribuir para a própria diluição do conceito de Estado capitalista.

Para elaborar uma breve resposta ao problema acima formulado, que será tratado de modo mais detalhado no desenvolvimento deste texto, poderíamos observar que, em *Fascismo e ditadura*, Poulantzas define o funcionamento do aparelho como sendo marcado “[pel]as intervenções da ideologia (normas e regras) e da repressão política (socialmente sancionada)” (1970, p. 330). É a partir dessa premissa que ele procura caracterizar o Estado capitalista como um conjunto de aparelhos responsáveis seja pela repressão (aparelho repressivo), seja pela elaboração e inculcação ideológicas (aparelhos ideológicos), que garantem a reprodução da dominação de classe.

Em decorrência do uso da noção de aparelhos ideológicos de Estado nesta obra, é possível observar um distanciamento teórico do autor em relação à definição de Estado capitalista como unidade do poder institucionalizado constituída pelo direito burguês e pelo burocratismo, tal qual fora elaborada originalmente em *Poder político e classes sociais*. Essa reformulação conceitual resulta na diluição da própria especificidade do Estado capitalista, impedindo assim o analista de captar seus traços estruturais que o diferenciam dos tipos de Estado pré-capitalistas e que orientam e condicionam as práticas de classe, assim como de compreender as relações entre o Estado capitalista como unidade do poder central e os demais centros de poder periféricos², tais como a escola, a família, a religião, os meios de comunicação, os partidos, os sindicatos, etc.

Os apontamentos críticos que faremos sobre o conceito de Estado capitalista empregado em *Fascismo e ditadura*, não visam colocar em questão a originalidade e o potencial explicativo da análise de Poulantzas sobre o fenômeno do fascismo em sua dupla dimensão: enquanto processo ligado a uma crise política com características particulares – crise de hegemonia (processo de fascistização) – e como forma de Estado e regime político específicos do Estado capitalista – o que envolve a instauração de uma nova hegemonia política no seio do bloco no poder e de uma nova hierarquia entre os ramos do aparelho de Estado (fascismo em funcionamento). Muito pelo contrário, procuraremos realizar um trabalho de reincorporação do conceito de Estado capitalista presente em *Poder político e classes sociais* para demonstrar como tal definição é a mais adequada à proposta de Poulantzas de formular uma teoria política do fascismo, na medida em que permite destacar do modo mais objetivo os limites estruturais das variações das formas que o Estado capitalista pode assumir historicamente.

² Para a análise da distinção entre poder central e centros de poder periféricos, ver: Boito Jr. (2007).

Para empreender esse comentário crítico, organizamos o texto em quatro partes. Na primeira, discutiremos o lugar e o significado do conceito de Estado capitalista formulado em *Fascismo e ditadura* levando em consideração a comparação com as elaborações teóricas presentes em *Poder político e classes sociais*. Na segunda parte, abordaremos o conceito de aparelhos ideológicos de Estado e suas implicações para a caracterização do Estado capitalista. Na terceira parte, debateremos o emprego do conceito de aparelhos ideológicos de Estado na análise sobre o fascismo. Por fim, indicaremos algumas conclusões teóricas gerais que podemos extrair a partir do tema central deste artigo: o conceito de Estado capitalista.

O lugar e o significado do conceito de Estado capitalista nas obras *Fascismo e ditadura* e *Poder político e classes sociais*

Para Jessop (1985) e Kouvelakis (2019), a reformulação do conceito de Estado capitalista, feita em *Fascismo e ditadura*, é caracterizada como positiva, pois concretiza, ao mesmo tempo, um distanciamento de Poulantzas em relação ao assim chamado “estruturalismo althusseriano” e uma aproximação no que se refere à definição de Estado capitalista formulada em seu último livro, *Estado, o poder, o socialismo*. Ambos os comentadores da obra de Poulantzas afirmam que, em *Fascismo e ditadura*, o autor dá centralidade à luta de classes na análise do Estado, constituindo assim uma “abordagem estratégica” (Jessop) ou marcada pela disjuntiva revolução/contrarrevolução (Kouvelakis). Também convergem quanto à ideia de que o golpe de Estado de 1967 ocorrido na Grécia e os eventos de maio de 1968 na França teriam sido acontecimentos históricos que levaram Poulantzas a mudar de posição teórica.

Jessop (1985) trata tal mudança operada por Poulantzas como uma “correção de sua análise do Estado”, um “significativo avanço” e um “rompimento com suas pretensões estruturalistas”. Para ele, em *Fascismo e ditadura*, a luta de classes e a conjuntura particular são colocadas no centro da análise. Já Kouvelakis (2019) caracteriza essa mudança como a de rompimento com o marxismo de inspiração weberiana, que estaria supostamente presente em *Poder político e classes sociais*, obra na qual Poulantzas se manifestaria ainda apegado à construção de um tipo ideal de Estado capitalista.

Diferentemente dos comentadores acima mencionados, quando comparamos os desenvolvimentos teóricos presentes em *Poder político e classes sociais* e *Fascismo e ditadura*, consideramos que o distanciamento de Poulantzas em relação ao marxismo estrutural althusseriano e à concepção do Estado como estrutura jurídico-política não traz ganhos heurísticos e explicativos para a análise do Estado capitalista, uma vez que a introdução do conceito de aparelhos ideológicos de Estado em seu esquema analítico o conduz a diluir o conceito de Estado

capitalista e a subestimar a dominância da região jurídico-política da ideologia no modo de produção capitalista.

Na obra *Poder político e classes sociais*, Poulantzas (2019 [1968]) formulou, de maneira original, a tese de que o Estado capitalista se caracteriza como uma superestrutura jurídico-política do modo de produção capitalista. Nesse sentido, suas bases fundamentais seriam:

a) o direito capitalista, que despoja os agentes da produção de seu pertencimento de classe e os fixa institucionalmente como sujeitos de direito, produzindo assim o efeito de isolamento ou de individualização, ou seja, o efeito ideológico que engendra o reconhecimento dos agentes da produção como indivíduo-cidadãos (igualdade jurídica burguesa → efeito de isolamento sobre os agentes da produção → constituição do indivíduo-cidadão ou sujeito de direito); e

b) o burocratismo, que dá unidade ao conjunto de indivíduos atomizados e fixa o anonimato de classe nas instituições do Estado capitalista, produzindo o efeito de representação da unidade, de modo que: o Estado capitalista de classe possa se apresentar como representante do interesse geral do povo-nação; e a burocracia estatal passe a se constituir como sendo formalmente aberta a todas as classes sociais (o recrutamento dos agentes estatais deixa de ser pautado pela filiação de classe e passa a ser substituído pelo critério formal da competência exigida para ocupar cargo) e formada internamente pela hierarquia de tarefas a serem desempenhadas por seus diferentes escalões em uma espécie de divisão do trabalho (burocracia formalmente aberta a todas as classes → efeito de representação da unidade sobre os agentes estatais → constituição do Estado capitalista como expressão ilusória do povo-nação).

Em *Fascismo e ditadura*, o Estado capitalista passa a ser tratado como um “feixe de aparelhos” (Codato, 2008), constituído pelo *aparelho repressivo* (aparelho de Estado em sentido estrito, do qual fazem parte as forças armadas, a polícia, o judiciário e a burocracia civil), que é responsável pela repressão física organizada e é condição de existência para os aparelhos ideológicos de Estado (AIE); e pelos *AIE* que cumprem o papel de elaborar e inculcar a ideologia dominante numa dada formação social, tornando-se, assim, os principais difusores da ideologia política burguesa, podendo abranger as seguintes instituições: igrejas, partidos, sindicatos, escolas e universidades, meios de informação/domínio cultural, família. Nessa perspectiva, o Estado desempenharia duas funções principais: a repressiva e a ideológica, o que levaria Poulantzas (1970) a afirmar que o aparelho repressivo é predominantemente repressivo e os aparelhos ideológicos são predominantemente ideológicos. Ademais, ele entende que o Estado também pode desempenhar uma função econômica sem que, para tanto, fosse necessária a existência de um aparelho econômico de Estado, ou melhor, em sua análise, o

aparelho econômico exerceria o papel de garantir a exploração do trabalho, mas não se integraria ao Estado.

Poulantzas (1970, pp. 334-335) também observa que se deve falar em aparelho repressivo no singular e aparelhos ideológicos no plural, tendo em vista que o primeiro seria marcado por uma unidade interna “mais forte e rigorosa” dos ramos (“*efetivo subsistema* no quadro do sistema estatal de aparelhos”), quando comparado aos aparelhos ideológicos, que seriam atravessados por “várias ideologias ou subsistemas ideológicos contraditórios” correspondentes aos distintos interesses de classe em luta. Assim, a fração hegemônica do bloco no poder tenderia a garantir seus interesses através do aparelho repressivo, ao passo que os aparelhos ideológicos de Estado estariam mais suscetíveis à influência dos interesses das frações não-hegemônicas. Além disso, os aparelhos ideológicos de Estado se distinguiriam do aparelho repressivo por possuir uma maior autonomia relativa, devido especialmente ao seu caráter privado em termos jurídicos.

Poulantzas parece manifestar, assim, grande dificuldade para operacionalizar no plano da análise a relação entre repressão e ideologia (persuasão), o que o leva a fazer uso de noções bastante vagas quando se refere aos próprios aparelhos. Prova disso, notamos no emprego dos advérbios “predominantemente repressivo” para abordar o aparelho repressivo e “predominantemente ideológico” para fazer alusão aos aparelhos ideológicos, ou no uso da distinção entre menor ou maior autonomia relativa para tratar, respectivamente, dos aparelhos repressivo e ideológicos. Em termos gerais, o autor vale-se de elaborações bastante descritivas e quantitativas, tais como: predominantemente, maior e menor, que possuem reduzido potencial explicativo, não permitindo entrever, como aponta Saes que:

(...) o exercício da violência estatal sobre os membros das classes populares não depende exclusivamente do modo pelo qual se distribui a capacidade governativa real entre os ramos do aparelho de Estado (forma de Estado). Ou seja: o grau de repressão estatal às classes populares depende, também, da intensidade do conflito de classes (Saes, 1987, p. 60).

Com isso, sustentamos em concordância com Saes que um Estado burguês pode sob a forma democrática adotar sistematicamente a repressão se estiver diante de poderoso movimento revolucionário de massas e sob a forma ditatorial pode dispensar tal prática de repressão, caso não se depare com um processo de forte agitação social e política, ainda que recorra de maneira mais regular ao instrumento da ameaça do uso da força.

Em decorrência desses dois primeiros apontamentos, não parece fazer sentido atribuir ao próprio aparelho de Estado os qualificativos de restrito e ampliado,

como muitas análises tendem a aplicar para se referir ao aparelho repressivo (sentido restrito) e aos aparelhos ideológicos de Estado (sentido ampliado), pois o aparelho de Estado concebido como sendo constituído pelas burocracias civil e militar desempenha simultaneamente o papel de coerção/força e de produtor da ideologia política dominante que orienta e enquadra as práticas dos agentes econômicos e estatais numa dada formação social.

Comparando os dois livros em questão, é possível afirmar que, em *Fascismo e ditadura*, Poulantzas não opera mais com o conceito de Estado capitalista como estrutura jurídico-política, e passa, assim, a ignorar ou secundarizar o papel fundamental que exercem o direito burguês e o burocratismo sobre as práticas de classe no sentido de concretizar a função global do Estado capitalista de manter a coesão social e a função política de preservar a exploração do trabalho e a dominação de classe. O autor também deixa de trabalhar com a tese de que a ideologia política burguesa no modo de produção capitalista seria formada fundamentalmente pela ideologia jurídico-política que exerceria um papel de dominância sobre as demais ideologias, tais como moral, religiosa, econômica, filosófica e estética. Ou seja, com a reformulação do conceito de Estado capitalista, Poulantzas (1970) distancia-se de uma das teses principais de seu trabalho anterior que é a de conceber a região jurídico-política da ideologia como região principal que cumpre a função de mascaramento da exploração e da dominação de classe, sugerindo, com isso, a ideia de que tal região ideológica desempenharia papel análogo ao empreendido pelas ideologias particulares elaboradas pela família, pela escola, pelos meios de comunicação etc., não havendo assim nenhum tipo de hierarquia entre tais ideologias no processo de reprodução social do capitalismo.

Torna-se oportuno aqui resgatar o entendimento que Poulantzas tinha sobre a produção e a reprodução da ideologia política burguesa em sua obra anterior para contrastá-la com a formulada em *Fascismo e ditadura*:

O papel político da ideologia dominante burguesa, dominada pela região jurídico-política, consiste em que ela tenta impor, ao conjunto da sociedade, um “modo de vida” através do qual o Estado será vivido como representando o “interesse geral” da sociedade; como detendo as chaves do universal, ante “indivíduos privados”. Estes, criação da ideologia dominante, são apresentados como unificados por uma “igual” e “livre” participação na comunidade “nacional” sob a égide das classes dominantes, que supostamente encarnam a “vontade popular” (Poulantzas, 2019 [1968], p. 217).

Ou ainda:

(...) se é verdade que (...) o discurso da ideologia jurídico-política burguesa penetra e invade todas as atividades sociais, inclusive a atividade

econômica, não é exato considerar esse traço como especificando essa ideologia; esse traço vale, de fato, para toda região dominante de uma ideologia dominante (Ibidem, p. 223).

O que Poulantzas coloca no lugar desse conjunto de teses e conceitos formulados em *Poder político e classes sociais*, quando elabora a obra *Fascismo e ditadura*? No tocante ao aparelho de Estado, Poulantzas abandona a definição deste aparelho como organização especial e passa concebê-lo como uma “rede fluida” (Boito Jr., s/d), que abrangeria não só os órgãos repressivos (burocracia civil e militar), mas também uma gama muito variada de aparelhos/instituições, como escola, família, meios de comunicação, igrejas etc. Como contraponto crítico a tal visão, reportamo-nos às observações de Therborn referentes ao significado dessa “ampliação” do conceito de Estado:

A partir de um ponto de vista analítico parece bastante estéril e inclusive desconcertante ampliar o conceito de Estado de modo a abranger tudo aquilo que sirva à reprodução de uma ordem social. Isso, ademais, contraria o conceito marxista de Estado como uma organização especial, separada do resto da sociedade e estreitamente relacionada com a existência das classes (Therborn, 1987, p. 69).

Além disso, o aparelho de Estado concebido como materialização dos valores jurídicos (igualdade jurídica) e burocráticos (ideologia do povo-nação) burgueses deixaria de ocupar o papel central de elaborador e difusor da ideologia política burguesa, papel que agora seria fundamentalmente exercido pelos aparelhos ideológicos de Estado, criando-se assim uma espécie de cisão no interior do Estado que seria formado por dois subtipos de aparelhos separados (repressivo e ideológicos) em termos de função e de modo de organização, ainda que vinculados entre si como partes de um todo: o Estado capitalista.

Por fim, o princípio do burocratismo deixaria de ser operacional ou passaria a ter uma incidência muito reduzida sobre o conjunto de aparelhos que integram o Estado. Dito de outra maneira, o princípio do burocratismo afetaria, na melhor das hipóteses, o processo de recrutamento dos membros do aparelho repressivo, mas não poderia produzir, a rigor, efeitos sobre a organização interna dos aparelhos ideológicos (Boito Jr., s/d). O próprio Poulantzas (1970) parece reconhecer essa questão em termos bastante alusivos quando distingue o aparelho repressivo e os aparelhos ideológicos de Estado em termos de maior ou menor unidade interna, mas ressaltamos aqui o aspecto alusivo desta distinção, pois a importância dada ao princípio do burocratismo na prática materialmente organizada pelo aparelho de Estado em sua obra anterior, deixa de ter operacionalidade em *Fascismo e ditadura*.

Sobre as razões da mudança da posição teórica em relação ao conceito de Estado capitalista, julgamos ser pertinente entendê-las à luz das dificuldades de Poulantzas em formular e resolver um problema teórico de grande complexidade: o problema da ideologia e de seu estatuto teórico. Nesse aspecto, é possível observar hesitações teóricas desde a publicação de *Poder político e classes sociais*. Como salienta Saes (s/d), essas dificuldades não apareciam apenas na obra de Poulantzas, mas também nas análises produzidas por Althusser e seu grupo, em especial nos livros *Por Marx* e *Ler O Capital*, que inspiraram a construção de *Poder político e classes sociais*. Em linhas gerais, é possível distinguir duas matrizes teóricas althusserianas: a oficial e a prática. De acordo com a matriz oficial, o conceito de modo de produção em geral é constituído por três estruturas: econômica, política e ideológica. Já na matriz prática, quando analisam o modo de produção capitalista, a estrutura ideológica desaparece e a ideologia passa a figurar como efeito das estruturas econômica e política (Saes, s/d).

Na tentativa de dar uma solução a esse problema e sem romper com as teses centrais que caracterizam a problemática teórica do marxismo althusseriano, Saes (s/d) define as estruturas como “sistemas ideológicos”. Isso implica refutar o tratamento da ideologia como estrutura, uma vez que tal tratamento poderia comprometer a própria existência das estruturas econômica e política. Com isso, o direito burguês (o princípio da igualdade formal) e o burocratismo (o princípio da burocracia formalmente aberta a todas as classes), que constituem a estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista, são concebidos como sistema de valores que “orientam e enquadram” as práticas dos agentes econômicos e estatais. Consequentemente, o aparelho de Estado é entendido como uma instituição específica que “concretiza” esses valores e é orientado por eles e não como uma instituição cindida por um aparelho voltado à execução da repressão e outro destinado a elaborar e inculcar a ideologia burguesa. Ou ainda, para essa perspectiva advogada por Saes (s/d), ao concretizar os princípios do direito burguês e do burocratismo, o próprio aparelho de Estado seria o principal responsável por difundir a ideologia política burguesa dominante.

Em *Fascismo e ditadura*, Poulantzas abandona essa caracterização do Estado capitalista e passa a sustentar a tese de que todas as instituições que contribuem de algum modo para a dominação de classe, integram o Estado. Portanto, é só se afastando da caracterização do Estado capitalista como estrutura jurídico-política que o autor consegue estabelecer seu novo conceito de aparelho de Estado formado por um aparelho repressivo unificado e um conjunto de aparelhos ideológicos e definir o Estado capitalista a partir das problemáticas da “separação relativa do econômico e do político, por um lado, e [d]a autonomia relativa do Estado em relação às classes e frações dominantes, por outro lado” (Poulantzas, 1970, p. 342). Tratemos de observar, agora, algumas hesitações teó-

ricas do autor decorrentes do uso do conceito de aparelhos ideológicos de Estado na análise do Estado capitalista.

O conceito de aparelhos ideológicos de Estado em questão

O conceito de aparelhos ideológicos de Estado aparece pela primeira vez na obra de Poulantzas (1972[1969]) no comentário crítico que ele faz ao livro *O Estado na sociedade capitalista*, de Ralph Miliband, e que dá origem ao conhecido debate Miliband-Poulantzas nas páginas da revista *New Left Review* a partir de novembro/dezembro de 1969, data da publicação deste comentário. A referência mais longínqua dessa discussão encontra-se na obra de Antonio Gramsci, especialmente em sua elaboração do conceito de aparelhos privados de hegemonia que integrariam a sociedade civil.

Como salienta Buci-Glucksmann (1980), o conceito de aparelho de hegemonia quando foi introduzido na análise de Gramsci (*Cadernos do Cárcere 1*) se referia às “práticas da classe dominante”, ocorrendo o que a autora chama de “mudança de campo”, já que o conceito de hegemonia antes empregado para tratar especificamente da hegemonia do proletariado, faria referência, a partir de então, à hegemonia da burguesia. Somente em momento posterior, nos *Cadernos 7 e 8*, é que o conceito de aparelho de hegemonia passa a integrar as estruturas do Estado. É provavelmente dessa última definição que Poulantzas parte para abordar a questão dos aparelhos ideológicos de Estado e sua incidência no processo de fascistização.

Tudo levaria a crer que outra influência importante para a análise de Poulantzas seria o conhecido artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma pesquisa”, publicado por Althusser (1999 [1970]) na revista *La Pensée* em junho de 1970. De fato, Poulantzas (1970) trabalha, mesmo sem confessar, com duas teses fundamentais que estão presentes na análise de Althusser: a) a tese de que existe uma unidade do aparelho repressivo e uma variedade de aparelhos ideológicos; e b) a tese de que o aparelho repressivo exerce uma função predominantemente repressiva e de que os aparelhos ideológicos desempenham uma função predominantemente ideológica, observando, com isso, que o advérbio “predominantemente” indica que o aparelho repressivo pode executar um papel ideológico, assim como os aparelhos ideológicos podem desempenhar um papel repressivo. No entanto, em *Fascismo e ditadura*, Poulantzas faz questão de manifestar distanciamento e críticas em relação à análise de Althusser. Isso fica bem claro na seguinte passagem quando ele salienta que:

(...) devemos nos ater aqui aos pressupostos essenciais desta concepção de *aparelhos ideológicos de Estado*. Não só porque Gramsci não os desenvolveu, mas sobretudo porque esta concepção, se não for

rigorosamente situada em relação à luta de classes, corre o risco de conduzir a certas confusões (Poulantzas, 1970, p. 329).

Na nota de rodapé que acompanha essa passagem, Poulantzas refere-se exclusivamente às “confusões” que teriam sido cometidas por Althusser em seu artigo acima mencionado. Tanto nesta nota de rodapé como em outras, todas elas inseridas na primeira seção da parte referente ao “Estado fascista” do livro *Fascismo e ditadura*, Poulantzas manifesta uma série discordâncias em relação à análise de Althusser que, segundo ele:

1) não teria dado a devida importância à luta de classes, o que o teria levado a uma análise marcada pela abstração e pelo formalismo (nota 2, p. 329);

2) teria subestimado o papel econômico dos aparelhos de Estado, resultando na compreensão reducionista de que o Estado só exerceria papéis repressivo e ideológico (nota 6, p. 332);

3) teria aplicado o conceito de aparelho apenas ao Estado, ignorando, assim, a sua aplicação às “unidades de produção” (aparelho econômico) (nota 7, p. 333);

4) não teria levado em consideração nem as “várias ideologias de classe contraditórias e antagônicas”, nem os “defasamentos presentes no poder de Estado” (nota 10, p. 336).

Não é o propósito deste artigo analisar a justeza dessas críticas de Poulantzas à análise de Althusser, mas um dos aspectos deveria aqui ser destacado: a acusação de que Althusser não teria dado importância à luta de classe. Tal crítica tornou-se lugar comum entre os críticos do marxismo althusseriano, que tendem a caracterizar essa tradição teórica como reprodutivista, conformista com a ordem social e negligente quanto às lutas e resistências de classe. No entanto, caberia sustentar o ponto equívoco desta crítica. Ela tende a ignorar a distinção entre reprodução e transição social, que são, respectivamente, processos presididos por práticas sociais reiterativas e disruptivas³. Ocultar tal distinção pode levar os analistas dos processos históricos a sustentarem uma posição voluntarista que tende a descurar da natureza e do alcance das lutas e resistências de classe numa e outra situação histórica e a sugerir que a transformação social é um fenômeno sempre presente.

Não queremos, com isso, concluir que Poulantzas (1970) tenha assumido uma posição voluntarista em *Fascismo e ditadura*, mesmo porque sua análise do fascismo indica claramente que tal fenômeno não se desenrola numa conjuntura de crise revolucionária, de guerra de classe contra classe, mas de derrota estraté-

³ A distinção entre práticas reiterativas e disruptivas para caracterizar os processos de reprodução e transição social encontra-se formulada em: Lazagna (2017). Em Martuscelli (2018), distinguimos as características das crises políticas nos processos de reprodução e transição social.

gica e defensiva política do movimento operário e popular e de ofensiva política da burguesia em seu conjunto. O que queremos chamar a atenção é que a discussão que Althusser faz dos aparelhos ideológicos do Estado inscreve-se no debate sobre a reprodução social, processo no qual predominam as práticas reiterativas da dominação de classe.

O emprego da noção de aparelhos ideológicos de Estado na análise do fascismo

Quais são as implicações dessas elaborações teóricas acerca do Estado capitalista como feixe de aparelhos para o estudo do fascismo? Em primeiro lugar, Poulantzas (1970) ressalta que a autonomia relativa dos aparelhos ideológicos de Estado é profundamente reduzida sob o Estado fascista, tendo em vista que, com a chegada do fascismo ao poder, ocorre uma limitação da distribuição de poder no seio dos aparelhos de Estado decorrente do controle estrito que a nova fração hegemônica passa a ter sobre o conjunto do sistema estatal e sobre o ramo dominante do aparelho repressivo. Sob essas condições, cabe aos aparelhos ideológicos de Estado o papel de legitimar o crescente aumento da repressão física organizada, com vistas a contribuir para a organização da própria ideologia dominante no seio de uma dada formação social.

No Estado fascista em funcionamento, projeta-se, assim, a dominância do aparelho repressivo sobre os aparelhos ideológicos de Estado e no interior do aparelho repressivo ganha maior proeminência política o ramo representado pela polícia política, que se torna o ramo dominante e subordina, respectivamente em ordem de importância política, a administração civil e o exército. Por sua vez, o partido fascista torna-se o aparelho ideológico dominante até o momento inicial de implantação do fascismo, pois com a consolidação deste regime, o partido fascista torna-se um órgão subordinado ao aparelho repressivo, em especial à polícia política (Poulantzas, 1970).

Poulantzas (1970) parece reconhecer a debilidade de seu esquema conceitual relacionado ao conceito de aparelho de Estado. Quando se refere ao uso do conceito de aparelho para designar as unidades de produção como “aparelho econômico” (e não como aparelho econômico de Estado), o autor dá razão à análise feita pelo economista Charles Bettelheim, que utiliza essa nomenclatura, em carta endereçada ao também economista Paul Sweezy. Poulantzas afirma que o aparelho econômico se refere ao que “Marx designava ‘por base técnica da produção’ – que não se encontra nos aparelhos de Estado e que coloca ‘problemas’ muito particulares” (1970, p. 336). Um pouco antes chega a afirmar que o aparelho econômico não pode ser tratado como parte do Estado, pois não realiza um

(...) papel essencial de manutenção da coesão e da unidade de uma

formação social dividida em classes, ao consagrar a dominação política de classe; (...) [além disso,] o aparelho econômico tem por papel principal em relação às massas populares, o *da exploração*. A “autoridade” ou o “despotismo” da classe exploradora são diretamente determinados pela exploração, ao passo que os aparelhos de Estado não exploram, no sentido forte de *extorsão direta* da mais-valia (ao menos em seu papel principal) (Poulantzas, 1970, pp. 335-336)⁴.

Poulantzas parece ignorar ou omitir a discussão que Bettelheim faz acerca do capitalismo de Estado, concebido em termos de transferência jurídica da propriedade do capital privado para o Estado, o que engendraria a formação de uma burguesia de Estado. Para levar o problema às últimas consequências, Poulantzas não se refere às próprias empresas estatais como parte do aparelho econômico, utilizando este conceito apenas para designar as empresas que, por seu estatuto jurídico, não integram o Estado. Isso reforça a contradição lógica de sua análise referente aos aparelhos de Estado, uma vez que a tese de que o aparelho de Estado não extrai diretamente mais-valia é bastante questionável quando se observa a existência de empresas geridas pelo Estado. Com isso, não queremos sugerir a adoção do conceito de aparelho econômico de Estado, mas indicar, a partir da própria problemática interna de *Fascismo e ditadura*, a incongruência de não o caracterizar como tal. De nossa parte, consideramos ser mais adequado falar em aparelho econômico, uma vez que este aparelho comporta uma série de princípios e orientações que incidem sobre as práticas dos agentes econômicos que não correspondem necessariamente aos princípios criados pelo aparelho de Estado. Em síntese, o poder patronal na empresa não corresponde ao poder de classe constituído perante o Estado⁵.

Há ainda a possibilidade de demonstrarmos mais algumas hesitações teóricas de Poulantzas relacionadas à abordagem dos aparelhos de Estado, quando o autor destaca que Bettelheim emprega o conceito de aparelho ideológico sem integrá-lo ao Estado:

Parece-me, contudo, que o termo aparelhos ideológicos de Estado é tanto mais necessário quanto manter o termo aparelho para o aparelho econômico: caso contrário, a distinção entre aparelhos ideológicos e aparelho econômico, e, conseqüentemente, a distinção entre “superestrutura” e “base”, corre o risco de se tornar imprecisa (Poulantzas, 1970, p. 333).

⁴ Curiosamente, nas obras *A crise das ditaduras* e *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas passa a operar com o conceito de aparelho econômico de Estado.

⁵ Sobre essa distinção, ver: Boito Jr. (2007).

Ora, imprecisa é justamente a introdução do conceito de aparelhos ideológicos de Estado na análise do aparelho de Estado capitalista em geral e da forma de Estado capitalista correspondente ao fascismo. Além de omitir a incidência dos princípios do direito burguês e do burocratismo sobre o funcionamento do aparelho de Estado, os chamados aparelhos ideológicos de Estado parecem ter uma reduzida importância para explicar a realidade do fascismo quando este se estabelece como “forma de regime do Estado capitalista de exceção”. É o próprio Poulantzas que apresenta, em sua análise, as evidências disto, entre as quais destacaríamos as seguintes:

1) a observação acerca do aumento do grau de autonomia do Estado em relação à classe ou fração hegemônica combinar-se com a limitação da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos perante o aparelho repressivo de Estado. O autor chega a afirmar que essa limitação da autonomia relativa pode até mesmo ser suprimida (Poulantzas, 1970, pp. 344-345);

2) o forte predomínio do aparelho repressivo sobre o controle do processo decisório estatal, o que está em consonância com o estabelecimento da nova hegemonia política no seio do bloco no poder;

3) a emergência da polícia política como ramo dominante do aparelho de Estado no fascismo. Segundo ele, tal ramo seria dominado pela burocracia militar nas ditaduras militares e pela burocracia civil na ditadura bonapartista. Poulantzas sustenta que o aspecto principal deste ramo dominante, em qualquer uma dessas situações descritas, “se torna ideológico”: a “‘militarização’ da sociedade e do conjunto dos aparelhos” seria a expressão desse processo no caso do fascismo, ou ainda, a ideologia interviria para dar respaldo e legitimar as iniciativas repressivas do ramo dominante do aparelho de Estado;

4) embora Poulantzas reconheça que o partido de massas fascista seja concebido como aparelho ideológico de Estado e exerça um papel relevante no processo de fascistização e na primeira etapa da chegada do fascismo ao poder, o estabelecimento do fascismo enquanto forma de regime coincide com a subordinação do partido fascista ao aparelho repressivo, acarretando, inclusive, uma mudança no âmbito da representação política, tendo em vista que o partido fascista deixa de representar os interesses da pequena burguesia para dar sustentação aos interesses do grande capital monopolista, envolvendo inclusive um complexo e intenso processo de depurações de setores mais radicalizados e antimonopolistas de suas fileiras.

Esses aspectos citados indicam que o conceito de aparelhos ideológicos de Estado se torna uma verdadeira muleta teórica sobre a qual Poulantzas se apoia para distinguir a realidade da “forma de Estado capitalista democrática-parlamentar”, onde supostamente esses aparelhos ideológicos se fariam presentes e atuantes, e a “forma de Estado capitalista de exceção”, na qual a relevância desses

mesmos aparelhos para a consolidação do fascismo é nula ou quase nula. Retomando aqui a distinção entre “matriz oficial” e “matriz prática”, formulada por Saes (s/d), para tratar do marxismo althusseriano, podemos aplicá-la para observar a defasagem existente entre o conceito de Estado capitalista *anunciado* como conjunto de aparelhos (repressivo e ideológicos) e o conceito de Estado capitalista *posto em prática* na análise sobre o fascismo. O que tal análise põe em prática é o conceito do aparelho de Estado como unidade do poder institucionalizado – e não o conceito de aparelho de Estado cindido em dois subtipos principais: o repressivo e os ideológicos. É justamente a partir desta constatação que encontramos justificativas para reincorporar o conceito de Estado capitalista presente em *Poder político e classe sociais*, tendo em vista seu potencial explicativo para analisar teoricamente as formas de Estado do tipo capitalista de Estado e sua adequação para tratar do Estado capitalista como poder central.

Considerações finais

Diante do exposto, cabe fazer a seguinte questão: se é questionável tratar certas instituições como integradas ao Estado capitalista, tais como foram concebidas por Poulantzas com o emprego da noção de aparelhos ideológicos de Estado, qual lugar teriam as instituições familiar, escolar, religiosa, midiática, partidária e sindical no processo de reprodução social do capitalismo? Mesmo reconhecendo a impossibilidade de dar uma resposta sistemática a tal questão no curto espaço deste artigo, julgamos oportuno apresentar, de modo indicativo, alguns aspectos que consideramos necessários para iniciar um tratamento teórico adequado sobre o tema.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a existência de uma hierarquia que permeia as relações entre os centros de poder no capitalismo. Se, para certas perspectivas teóricas, como a parsoniana ou a foucaultiana, o poder se define como fenômeno institucionalmente difuso, para a problemática marxista, o poder se encontra institucionalmente concentrado no Estado, o que não implica desconsiderar a existência de outros centros de poder. Portanto, para os analistas que operam com a tese de que o poder se encontra institucionalmente concentrado no Estado capitalista, torna-se possível estabelecer a distinção entre “poder central” (Estado capitalista) e “centros de poder periféricos” (entre outros, as instituições que foram concebidas por Poulantzas como “aparelhos ideológicos de Estado”), que se definem como tais a partir dos diferentes papéis que desempenham diante da reprodução social do capitalismo. Quando nos referimos à questão da reprodução social, estamos fazendo alusão aos elementos que permitem, de modo regular, a reiteração das práticas sociais de classe e das relações de poder a elas associadas. Afinal, todos os aparelhos, tais como o estatal, o escolar, o familiar, o partidário, o religioso, o sindical, o midiático etc. desempenhariam

igualmente as funções de garantir a coesão social de uma sociedade cindida em classes sociais e de preservar as relações de exploração e de dominação de classe? Sendo a resposta para essa questão negativa, qual dos aparelhos supracitados poderia melhor cumprir tais funções?

À luz do que vimos discutindo neste artigo, consideramos que o aparelho de Estado capitalista ao concretizar os valores jurídicos (direito burguês) e os valores burocráticos (burocratismo) pertencentes à estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista é o que está em melhores condições de exercer tais funções e, desse modo, de reger os demais centros de poder, submetendo-os tanto à ação repressiva quanto à influência da ideologia política burguesa (Boito Jr., 2007).

Tais observações nos levam a concluir que em vez de integrarem o aparelho estatal como aparelhos ideológicos de Estado, a família, a escola, o partido, a religião, o sindicato, os meios de comunicação etc. têm suas atividades enquadradas e condicionadas pelos valores ideológicos disseminados pela região ideológica jurídico-política do Estado capitalista. Assim sendo, seria mais adequado tratá-los como aparelhos privados, tal qual na formulação gramsciana original, observando, contudo, a existência desses valores ideológicos concretizados pelo aparelho de Estado que orientam seu funcionamento e suas regras e normas internas. Nesse sentido, não se correria o risco de conferir autonomia plena para tais aparelhos privados, concebendo-os como partes isoladas do todo social, nem muito menos se cometeria o erro oposto de tratá-los como parte integrante do aparelho de Estado, resultando, com isso, na diluição do próprio conceito de Estado. Na análise das formas de Estado ditatoriais, por exemplo, tal entendimento poderia trazer vantagens explicativas consideráveis, especialmente quando observamos o papel tanto de controle que ditaduras como a fascista procuram assumir sobre um conjunto de aparelhos privados (escola, família, meios de comunicação, p. ex.) como de extinção ou readequação de função de outros aparelhos (partidos, sindicatos, p. ex.) com vistas a garantir a manutenção da dominação política da burguesia e instaurar a hegemonia política de uma de suas frações no bloco no poder.

Em suma, concluímos que o conceito de Estado capitalista anunciado por Poulantzas na obra *Fascismo e ditadura* caracteriza-se como um obstáculo teórico para o exame dos tipos de Estado e das formas de Estado (democrática ou ditatorial), o que nos remete a defender a reincorporação do conceito de Estado como estrutura jurídico-política por considerá-lo como o que melhor se ajusta à reflexão sobre as variações do tipo de Estado capitalista. Na conjuntura atual, trata-se de procedimento teórico-metodológico de inestimável importância para aqueles e aquelas que se engajam na discussão acerca das formas de Estado ditatoriais num momento histórico marcado pela ascensão e disseminação de movimentos fascistas e autoritários em várias partes do mundo.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estados: notas para uma pesquisa”. In: *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999 [1970].
- BOITO JR., Armando. “Apresentação e discussão do conceito poulantziano de fascismo”. In: LAZAGNA, Angela; BERRINGER, Tatiana (org.). *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas*. Santo André: Ed. UFABC, s/d (no prelo).
- _____. “O Estado capitalista no centro: crítica ao conceito de poder de Michel Foucault”. In: *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CODATO, Adriano. “Poulantzas, o Estado e a Revolução”. *Crítica Marxista*, n. 27, 2008.
- JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. London: Macmillan, 1985.
- KOUVELAKIS, Stathis. “Specters of ‘Totalitarianism’: Poulantzas Faced with Fascism and the State of Exception”. In: DUCANGE, Jean-Numa; KEUCHEYAN, Razmig (org.). *The end of democratic state: Nicos Poulantzas, a Marxism for the 21st century*. London: Palgrave Macmillan, 2019.
- LAZAGNA, Angela. *O político na transição socialista: explicação e retificação da corrente althusseriana*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciência Política, Unicamp, 2017.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois”. *Revista Princípios*, n. 161, 2021a.
- _____. “Prefácio”. In: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021b.
- _____. “Sobre o conceito marxista de crise política”. In: *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2019 [1968].
- _____. *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978.
- _____. “O problema do Estado capitalista”. In: *Debate sobre o Estado capitalista: Nicos Poulantzas e Ralph Miliband*. Porto: Edições Afrontamento, 1972 [1969].
- _____. *Fascisme et dictature: La IIIe Internationale face au fascisme*. Paris: François Maspero, 1970.
- SAES, Décio. “A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista”. In: LAZAGNA, Angela; BERRINGER, Tatiana (org.). *A atualidade da teoria política na obra de Nicos Poulantzas*. Santo André: Ed. UFABC, s/d (no prelo).
- _____. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madri: Siglo Veintiuno, 1987.

Recebido em 23 de outubro de 2020

Aprovado em 25 de abril de 2021

Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial*

A review of the concept of post-industrial society

Fabio Scolari**

Resumo

O presente artigo apresenta os limites do conceito de sociedade pós-industrial defendido por uma linhagem de pensadores no pós-II Guerra Mundial (1939-1945) que passaram a refletir sobre as evoluções tecnológicas e produtivas no capitalismo moderno. Recorrendo aos escritos de Marx o texto evidencia os equívocos da tese do “fim da indústria” – e seus desdobramentos no fim do trabalho e da história – devido a uma possível substituição do trabalho humano e da exploração do trabalho pela tecnologia, além da desconsideração da reorganização da produção capitalista transnacional e das novas formas de precarização do trabalho, principalmente no setor terciário.

Palavras-chave: sociedade pós-industrial – capitalismo – trabalho – tecnologia.

Abstract

This article presents the limits of the concept of post-industrial society advocated by a group of thinkers in the post-Second World War (1939-1945) who began to dwell on technological and productive developments in modern capitalism. Resorting to the writings of Marx, the text highlights the inadequacies of the thesis of the “end of industry”, its consequences for the “end of labour” and the “end of history” – due to a possible substitution of human work and labour exploitation by technology – as well as the disregard of the reorganisation of transnational capitalist production and the new forms of labour precarisation, especially in the tertiary sector.

Keywords: Post-industrial society – capitalism – labour – technology.

* Esse texto foi publicado originalmente na revista “Materialismo storico, nº1/2020 (Vol. VIII)” com o título “*Per una critica del concetto di società post-industriale*” disponível em <<https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2359>>. O texto foi traduzido por Giuseppina Rosaria de Grazia e contou com a revisão final do Thiago Ribeiro. Agradecemos também ao professor João Leonardo Medeiros que ajudou na revisão técnica. Na medida do possível nos referimos às obras citadas por Fabio Scolari em suas versões disponíveis em português. As referências originais encontram-se no final do artigo, no rodapé, identificadas com (*).

** Professor da Universidade dos Estudos de Milão-Bicocca.

1. Revolução industrial, industrialização e sociedade industrial

O debate a respeito dos conceitos de revolução industrial e industrialização sempre foi de grande interesse para os cientistas sociais. As principais questões teóricas tendem a girar em torno de três núcleos temáticos: 1) a localização e o período inicial da revolução industrial; 2) o alcance mais ou menos geral das mudanças desencadeadas por ela; 3) as condições que tornaram possível a decolagem industrial da Inglaterra.

Quanto ao primeiro problema, os historiadores situam o início da revolução industrial na Inglaterra entre os anos de 1750 e 1830. É justamente nesse período que, do outro lado do Canal da Mancha, emerge um processo econômico e social de dimensão global. Este acontecimento, rompendo os antigos equilíbrios sobre os quais repousavam as sociedades tradicionais, determinava o início de uma nova fase da história humana que passaria a ser conhecida com o nome de *sociedade industrial*, expressão introduzida por Carlyle, por volta de 1830 (Carlyle, 1829).

A partir do momento em que os contemporâneos já conseguiam compreender algumas características da nova configuração social, a expressão *revolução industrial* passou a ser utilizada por Engels em 1845, por ocasião da publicação de seu ensaio sobre a condição da classe operária na Inglaterra:

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto – revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido.

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (Engels, 2010, p. 45)^{1*}.

Longe de apresentar-se como um fenômeno social repentino e facilmente compreendido, esta transformação colocava desde o início aos estudiosos um outro problema: se esse acontecimento histórico-social deveria ser interpretado como uma ruptura radical com o passado quanto aos modos de produção e às formas de organização social, ou se seria mais correto falar de uma maturação

^{1*} Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].

sem aparentes rupturas. Neste sentido, as duas principais contribuições de apoio à primeira tese foram certamente as reconstruções históricas propostas por Marx e Polanyi, as quais demonstram várias semelhanças, tanto nas premissas como nas conclusões.

Marx trata a gênese do modo de produção capitalista no capítulo XXIV do primeiro livro do *Capital*, sobre a “chamada acumulação primitiva”. Com o termo acumulação, Marx faz referência à progressiva separação entre os meios de produção e a força de trabalho que resultou na principal característica do capitalismo, ou seja, a contraposição entre os capitalistas, possuidores do capital, que seguirá valorizando-se cada vez mais, e os trabalhadores assalariados, os quais não possuem nada além da própria capacidade de trabalho.

Com o início do processo de industrialização, portanto, rompe-se aquela unidade orgânica com a terra e com os instrumentos de trabalho que caracterizavam a condição do camponês nos modos de produção pré-capitalistas. A partir desse momento puderam apresentar-se no mercado de trabalho como operários “livres”: ao contrário dos servos da gleba, eles podiam obter minimamente um contrato de trabalho. No entanto, tendo sido despojados de qualquer propriedade, passaram a ser obrigados a vender-se no mercado de trabalho para poder receber um salário.

Esta expropriação em prejuízo dos pequenos produtores, longe de ser realizada através de meios pacíficos, seguiu, na história real, os métodos dos conquistadores: através da subjugação, do assassinato e do roubo. Um destino semelhante atingiria simultaneamente também as populações extra europeias, as quais tornavam-se vítimas de formas cada vez mais cruéis do colonialismo e da desorganização das formas de produção comunitárias. “Na realidade” – conclui Marx – “os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (Marx, 2011, p. 786)^{2*}.

Neste ponto, Marx reconstitui a expropriação dos pequenos agricultores com sua expulsão das terras, agora cercadas, e a conseqüente urbanização coercitiva dos camponeses que passaram a constituir os primeiros núcleos do nascente proletariado fabril. Também, com o surgimento do capitalismo no campo, a nova figura do inquilino, a formação do mercado interno a partir da destruição da indústria doméstica, e a divisão das funções entre cidade e campo: a gênese do capitalista industrial. No mesmo sentido, Polanyi, que se ocupa da revolução industrial no terceiro capítulo da *Grande Transformação*, aponta como “no centro da revolução industrial do século dezoito ocorre um aperfeiçoamento quase milagroso dos instrumentos de produção, simultaneamente a um catastrófico desmoronamento da vida das pessoas comuns” (Polanyi, 1974, p. 4).

^{2*} Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].

Se esta profunda transformação social teve início com o cercamento dos terrenos comuns, que Polanyi descreve nos termos de “uma revolução do rico contra o pobre” (Polanyi, 1974, p. 47), é através da introdução crescente das máquinas para a produção numa sociedade mercantil, que em seguida adquirirá forma a ideia de um mercado autorregulado, instituição que caracterizará a sociedade do século dezenove. A esse propósito, escreve ainda Polanyi:

Mas como poderá ser definida a própria revolução? Qual sua característica fundamental? Seria o surgimento das cidades industriais, a formação das favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento progressivo da população, ou a concentração das indústrias? Nós acreditamos que todos esses elementos eram meramente secundários em relação a uma mudança fundamental: a instituição da economia de mercado, e ainda, a convicção de que a natureza desta instituição não poderia ser plenamente segura sem a averiguação do efeito das máquinas sobre uma sociedade comercial (Polanyi, 1974, p. 54).

Se as reconstruções históricas de Marx e Polanyi permanecem ainda hoje como pontos de partida essenciais para compreender a gênese das sociedades capitalistas industriais, não surpreende o fato de que na pesquisa histórica mais recente:

formaram-se verdadeiras escolas de pensamento que sublinham a importância dessas transformações: a) momento da mudança nas transações econômicas e em parte a constituição de mercados competitivos – escola de mudança social; b) tempo das transformações das empresas, sobretudo em termos dimensionais e organizacionais – escola da organização industrial; c) tempo das modificações das variáveis econômicas agregadas como o rendimento nacional, o montante de investimentos, etc. – escola macro econômica; d) tempo de mudanças nas aplicações tecnológicas e nas modalidades de difusão da nova consciência tecnológica – escola tecnológica. (La Rosa; Rizza; Zurla, 2006, p. 17).

Nesse sentido, em relação ao problema do alcance mais ou menos revolucionário das mudanças ocorridas durante esses oitenta anos, Castronovo oferece uma avaliação definitiva ao notar que:

hoje há uma tendência, embora com diferentes facetas, a aceitar facilmente a noção de ‘revolução industrial’ como irrevogável, e talvez a

maior fratura verificada no curso da história: no mínimo porque a continuidade do processo econômico e o equilíbrio das relações de produção e forças sociais precedentes foram rompidos no decorrer de apenas três gerações, a partir do crescente prevalectimento de uma nova forma econômica, mais ou menos homogênea, porém capaz de dar origem, numa perspectiva histórica, a uma transformação qualitativa de todo o sistema, e portanto, distinguir-se de todas as outras. (Castronovo, 1973, p. 8).

O último ponto a ser considerado refere-se às condições que renderam possível a decolagem industrial, primeiro na Inglaterra e depois nos outros países da Europa ocidental. Nesse sentido, Barrucci propõe a seguinte esquematização: a forte expansão demográfica e o aumento da população urbana determinou um incremento da demanda de produtos agrícolas e um aperfeiçoamento nos métodos produtivos, nos cultivos e explorações agrícolas; a “descoberta” do Novo Mundo deu um impulso explosivo ao desenvolvimento econômico europeu: o colonialismo tornou possível uma grande quantidade de matéria prima, novos produtos e o retorno imponente da exploração da força de trabalho local escravizada, além daquela deportada pelo continente africano; o mercado tornou-se cada vez mais global e a organização corporativa artesanal sempre mais inadequada em relação ao desenvolvimento das forças produtivas e à extensão da demanda; o comerciante transformou-se progressivamente num proprietário de matérias primas, utensílios e locais de trabalho; com o desenvolvimento dos primeiros Estados nacionais, os governos assumiram um papel ativo no comércio e na indústria, enfraquecendo o poder das corporações medievais e dos grandes proprietários de terra; as legislações nacionais dos séculos XVI e XVII, embora de forma não unívoca, foram funcionais à criação de um enorme proletariado urbano que tornou-se disponível à demanda crescente de trabalho que caracterizou o primeiro desenvolvimento da indústria (Barrucci, 2014, p. 29).

No entanto, se numa primeira fase do processo de industrialização, a fábrica representava apenas um meio através do qual seria possível unir num mesmo local os trabalhadores necessários à produção de uma mercadoria (superando o sistema anterior do *putting out*), no século XVII teve início o desenvolvimento do moderno sistema de fábrica, através do qual o trabalho artesanal foi fragmentado e fracionado numa série de operações parciais designadas a diferentes operários. O trabalho individual é transformado num trabalho coletivo de diversos assalariados, em que “o produto final deixa de ser o resultado de um trabalho individual” (Barrucci, 2014, p. 30) e o sistema de produção torna-se cada vez mais indiferente à especialidade individual dos trabalhadores.

Esta conclusão pode ser extraída também da leitura do primeiro livro do *Capital*, no qual uma das principais aquisições marxianas é a de que

os progressos organizativos e os desenvolvimentos tecnológicos colocados pela relação capitalista ao processo produtivo, e particularmente, ao processo de trabalho, devem ser vistos contextualmente, seja como forma para aumentar a produtividade, seja para obter um maior controle sobre a força de trabalho (La Rosa; Rizza; Zurla, 2006, pp. 56-57).

Um objetivo necessário para derrotar o antagonismo operário somente pode ser alcançado “através de uma reestruturação contínua do processo produtivo capaz, se não propriamente de eliminar, pelo menos conter tanto quanto possível os espaços de discricionariedade (*discrezionalità*) dos trabalhadores no desempenho das suas tarefas”. Note-se a este respeito, como uma clara descrição dessas novidades pode ser encontrada, antes que em Marx ou em Polany, na célebre passagem da *Riqueza das Nações*, em que Smith descreve as consequências da divisão técnica do trabalho na fabricação de alfinetes:

Tomemos o exemplo de uma manufatura insignificante, mas na qual a divisão do trabalho tem sido frequentemente notada: a fabricação de alfinetes. Um operário não treinado nesta atividade e que não soubesse trabalhar com as máquinas nela utilizadas, mal poderia, talvez, ainda que com maior diligência, produzir um alfinete num dia e não seria com certeza capaz de fabricar vinte. Mas, da forma como esta atividade é atualmente levada a cabo, não só o conjunto do trabalho constitui uma arte específica, como na maior parte das fases em que está dividido, contribuem de igual modo ofícios especializados. Um homem puxa o arame, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça-o, um quinto afia o topo para receber a cabeça; o fabrico da cabeça requer duas ou três operações distintas; a sua colocação é um trabalho especializado como o é também o polimento do alfinete; e até mesmo a disposição dos alfinetes no papel é uma arte independente. E a importante atividade de produzir um alfinete é, deste modo, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas fábricas, são todas executadas por operários diferentes, embora em outras um mesmo homem realize, por vezes duas ou três dentre elas (Smith, 1948, p. 9).

Em *A filosofia das manufaturas*, também Andrew Ure, descreve as características do moderno sistema de fábrica da seguinte forma:

O termo inglês *factory*, sistema (manufatura automática), significa tecnologicamente a cooperação de várias classes de trabalho, adultos

e não adultos que executem com destreza e assiduidade um sistema de mecanismos produtivos, continuamente postos em ação através de uma força central. [...] Mas me parece que este vocábulo, no sentido mais rigoroso, carrega consigo a ideia de um vasto autômato composto por muitos órgãos mecânicos e intelectuais que atuam em conjunto e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto, enquanto estão subordinados a uma força motriz que se move por si só (Ure, 1863, pp. 22-23).

Como se pode perceber, Smith parece bem ciente dos danos causados ao trabalhador pelo fracionamento das tarefas (tendência que alcançará seu mais alto grau no taylorismo), a ponto de escrever o seguinte:

Um homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua inteligência ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar as dificuldades que ele não consegue. Ele então perde naturalmente o hábito de exercitar suas faculdades tornando-se, em geral, tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. [...] Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça (Smith, 1948, p. 712).

Ure, por sua vez, entendia que o moderno sistema fabril seria uma solução capaz de determinar efetivamente a melhoria das condições de trabalho do operário, apesar de afirmar em seguida que:

Quando o capital recruta a ciência a seu serviço, a mão rebelde da indústria [*ou seja, o conflito operário*; N. d. R.] sempre aprende a tornar-se obediente. [...] Os capitalistas procuraram emancipar-se dessa insuportável escravidão, usando os meios da ciência; e logo foram reintegrados em seus legítimos direitos de chefia, enquanto “cabeças” sobre as outras partes do corpo. [...] Dessa forma a horda de descontentes que acreditavam estar entrincheirados de forma invencível atrás das antigas linhas de divisão do trabalho, viu-se atacada pelos flancos e, com seus meios de defesa anulados pela moderna tática dos maquinistas, teve que render-se (Ure, 1863, pp. 98-99).

São considerações, em resumo, que antecipam aquela passagem dos *Elementos Fundamentais da Crítica da Economia Política*, na qual Marx, ao tratar da passagem da subsunção formal àquela real do trabalho sob o capital, observa:

Enquanto continua sendo meio de trabalho no sentido próprio do termo, tal como levado direta e historicamente pelo capital para dentro de seu processo de valorização, o meio de trabalho experimenta unicamente uma mudança formal [...]. Assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a máquina ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria (sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema), posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se movimenta por si mesma; tal autômato consistindo em numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele (Marx, 2011b, p. 580)^{3*}.

Se ainda hoje é difícil obter um consenso unânime sobre quais fatores de mudança social assumiram um papel mais determinante no desencadear da revolução industrial, há – como vimos – uma ampla convergência em torno da ideia de que o processo de industrialização representa um evento social de dimensão global, capaz de subverter cada âmbito da existência humana e da vida a ela associada. Esta posição foi repetida mais recentemente também por Ferrarotti, o qual nunca deixou de afirmar a função revolucionária da sociedade industrial capitalista burguesa em relação à sociedade agrícola tradicional. Nessa forma de sociedade, segundo ele, “o impulso inovador parte dos locais de produção, mas acaba por afetar todo o modo de vida. O processo de industrialização é, com efeito, um processo social global” (Ferrarotti, 2001, p. 14).

A partir dessas reflexões, De Masi também tentou esquematizar, através de uma ampla literatura, as características essenciais da sociedade industrial que, no seu entender, podem ser elencadas em 21 pontos:

- Concentração de grandes massas de trabalhadores assalariados em fábricas e empresas financiadas e organizadas pelos capitalistas, de acordo com o modo de produção industrial; – prevalência numérica dos empregados no setor secundário sobre os do setor primário e terciário; – prevalência da contribuição dada pela indústria à formação

^{3*} Citado conforme edição brasileira. Para edição utilizada no original, cf. Referências Bibliográficas [N. E.].

da renda nacional; – aplicação, na indústria, das descobertas científicas ao processo produtivo; – racionalização progressiva e cientificização da organização do trabalho; – divisão social do trabalho e sua parcelização técnica sempre mais capilar e programada; – separação entre local de vida e local de trabalho, entre sistema familiar e sistema profissional, com progressiva substituição da família nuclear pela família estendida; – progressiva urbanização e escolarização das massas; – redução das desigualdades sociais; – reestruturação dos espaços em função da fabricação e do consumo dos produtos industriais; – maior mobilidade geográfica e social; – aumento da produção de massa e crescimento do consumismo; – fé num progresso irreversível e num crescente bem estar; – difusão da ideia de que a humanidade, em conflito com a natureza, deve conhecê-la e dominá-la; – sincronização humana não mais em função dos tempos e ritmos da natureza, mas em relação àqueles incorporados nas máquinas; – prevalência dos critérios de produtividade e eficiência, entendidos como único procedimento para otimizar os recursos e os fatores de produção; – convicção de que, para atingir os resultados práticos, existe *one best way*: uma e apenas uma forma de intuir, predispor e percorrer; – rastreabilidade de cada produto industrial em seu preciso lugar (a fábrica) e nos tempos precisos (standard/padrão) de produção; – presença conflituosa, dentro das fábricas, de duas partes sociais distintas e contrapostas: empregadores e trabalhadores; – reconhecimento de uma dimensão nacional de vários sistemas industriais; – existência de uma rígida hierarquia entre os vários países, estabelecida com base no produto nacional bruto, na posse das matérias primas e dos meios de produção” (De Masi, 1985, pp. 15-16).

Além deste primeiro conjunto de características, na fase mais madura da sociedade industrial, em torno dos anos setenta do século XX, emergiram três novos fenômenos: uma convergência cada vez maior entre Estados Unidos e União Soviética com relação às características fundamentais da sociedade industrial, apesar das diferenças entre os regimes socioeconômicos; um crescimento das classes médias e das tecnoestruturas a nível empresarial; e, finalmente, uma propagação do consumo de massa e da sociedade de massa. São exatamente estes os elementos que serão então identificados como o prelúdio daquela fase de profunda metamorfose produtiva, organizativa e social que naqueles anos teria levado as sociedades ocidentais à formação pós-industrial.

2. O conceito de sociedade pós-industrial

O conceito de sociedade pós-industrial começou a emergir na reflexão sociológica após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos estudiosos perceberam a necessidade de compreender o sentido de uma pluralidade de novos fenômenos sociais, transformações produtivas e tecnológicas, afloradas nas estruturas econômicas das sociedades capitalistas avançadas. A primeira teorização desta noção remonta às contribuições pioneiras de Alain Touraine, Daniel Bell e Alvin Toffler. Três livros publicados por estes autores, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, tentaram descrever a formação de um novo tipo de sociedade, na qual eram colocados em discussão os pilares da sociedade industrial entendida em estrito senso.

Touraine publicou *A sociedade pós-industrial* em 1969 após a explosão dos acontecimentos do Maio francês. Sua argumentação, estreitamente entrelaçada com os movimentos sociais (particularmente com aqueles do movimento estudantil), baseava-se substancialmente sobre a tese segundo a qual nas sociedades programadas, denominação preferida por ele ao invés de sociedade pós-industrial:

O crescimento é o resultado de um conjunto de fatores sociais e não apenas da acumulação do capital. O fato mais novo é que nos dias atuais ele depende, muito mais diretamente que antes, do conhecimento, ou seja, da capacidade que a sociedade possui de gerar uma nova criatividade. Seja pelo novo papel desempenhado pela pesquisa científica e técnica, pela formação profissional, pela capacidade de programar as mudanças e controlar as relações entre seus elementos, de administrar as organizações, enfim, pelo papel das relações sociais, ou ainda, por difundir atitudes favoráveis à implementação e transformação de todos os fatores da produção, de todos os campos da vida social – a educação, o consumo, as informações estão sempre mais vinculadas àquelas que poderiam ser chamadas de forças de produção (Touraine, 1969, pp. 7-8).

Por este motivo, “os conflitos que ocorrem nesta sociedade não apresentam a mesma natureza dos que ocorriam na sociedade precedente. Eles opõem em menor medida o capital ao trabalho do que os aparatos de decisão econômica e política àqueles que estão submetidos a uma participação dependente” (Touraine, 1969, p. 12).

Este fato contribuiria sim, segundo o sociólogo francês, para que na sociedade programada, ou pós-industrial, como se queira, a classe operária não fosse mais “um ator privilegiado”. Não porque os operários fossem uma categoria social insignificante, mas sim porque “o exercício do poder capitalista no seio da

indústria não é mais a mola principal do sistema econômico e, portanto, dos conflitos sociais” (Touraine, 1969, p. 20).

A reflexão de Touraine, como se pode perceber, já coloca um primeiro elemento central de descontinuidade: se a sociedade industrial repousava sobre o trabalho produtivo dos operários, a sociedade pós-industrial tem como base, ao contrário, o papel predominante do conhecimento científico. Consequentemente, o centro do conflito se desloca do âmbito da produção para o da contestação de uma forma de participação dependente.

Dadas estas premissas, seria possível também concluir facilmente que, nas sociedades programadas, o conflito social veria cada vez menos classes sociais antagônicas, substituídas por uma pluralidade de sujeitos e de movimentos sociais vinculados a questões específicas. Por estes motivos, concluía Touraine, neste novo tipo de sociedade é mais útil “falar de alienação do que de exploração, uma vez que o primeiro termo define uma relação social e o segundo, enfatiza o aspecto econômico (Touraine, 1969, p. 11).

As teses de Bell, expostas no célebre *The Coming of Post-Industrial Society*, são, ao contrário, fundadas sobre a constatação de um aumento numérico dos trabalhadores vinculados ao setor terciário e de serviços. O estudioso estadunidense entendia que os aspectos fundamentais da sociedade pós-industrial eram substancialmente cinco: 1) a passagem da produção de bens para a economia de serviços; 2) a preeminência da classe dos profissionais e dos técnicos; 3) a centralidade do saber teórico, gerador das inovações e das ideias diretrizes que inspiram a coletividade; 4) a gestão do desenvolvimento técnico e o controle normativo da tecnologia; 5) a criação de uma nova tecnologia intelectual (Bell, 1999, p. 57).

O indicador selecionado pelo sociólogo estadunidense para demonstrar a passagem de uma economia de tipo industrial para outra de tipo pós-industrial é simplesmente atribuído aos deslocamentos ocorridos no setor ocupacional. Esta evolução produziu, a seu ver, uma progressiva modificação na estrutura ocupacional, caracterizada cada vez mais pelo prevalecimento da categoria dos profissionais e dos técnicos; resultado atribuído à centralidade assumida pela inovação e pela prioridade dada aos conhecimentos teóricos.

É por isso que De Masi escreve que a intuição fundamental de Bell reside na certeza de que “a vantagem do setor terciário modifica e supera todos os termos da sociedade industrial, caracterizada pela grande fábrica, pelo ritmo da máquina inscrito na natureza do trabalho, pelas lutas operárias, expressões de um conflito de classe polarizado” (De Masi, 1985, p. 33).

Não é por acaso que Bell tenha definido o ano de 1956 como data de nascimento da sociedade pós-industrial, uma vez que naquele ano, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, os “colarinhos brancos” superaram em número os “macacões azuis”. Para ele, portanto, definitivamente:

Da produção de bens, típica da sociedade industrial, passa-se à produção de serviços, típica da sociedade pós-industrial. Ao setor terciário tradicional junta-se o quaternário (sindicatos, bancos, seguros), e o quinário (serviços saúde, educação, pesquisa científica, o tempo livre, a administração pública). O conhecimento e as novas tecnologias intelectuais, assumem um papel central na sociedade. Enquanto no plano social emerge a necessidade de superar, através da meritocracia, a configuração tradicional das democracias ocidentais, a igualdade de oportunidades, a angústia da família cristã, os grupos de interesse, o egoísmo liberal, o materialismo marxista (Bell, 1999, pp. 33-34).

O terceiro autor a considerar nestas alturas é Alvin Toffler, autor do início dos anos da *Terceira Onda*. A ideia básica de seu texto é a de que a história da humanidade pode ser dividida em três diferentes fases: a agrícola, a industrial e a pós-industrial. A respeito desta última fase histórica, Toffler escreve:

Uma nova civilização está emergindo nas nossas vidas, e a cegueira dos homens está tentando suprimi-la. Esta nova civilização traz consigo novos estilos familiares; diversas formas de trabalhar, de amar e de viver; uma nova economia; novos conflitos políticos; e além de tudo, um novo conhecimento. [...] O amanhecer desta nova civilização é o fato mais explosivo no arco das nossas vidas (Toffler, 1987, p. 11).

As características que denotam essa “nova civilização” nascente são substancialmente duas: o fato de ser extremamente tecnológica e abertamente anti-industrial. Por estes motivos:

A terceira onda traz consigo um modo de vida autenticamente novo, baseado em fontes de energia diversificadas e renováveis; métodos de produção que tornam obsoletas a maior parte das cadeias de montagem das fábricas; novas relações familiares; uma nova instituição que poderia denominar-se *casa eletrônica*; além de escolas e empresas radicalmente diferentes das atuais. A civilização emergente está escrevendo para nós um novo código de comportamento e nos trará, além da standardização, a sincronização e a centralização, além da concentração da energia, do dinheiro e do poder (Toffler, 1987, p. 13).

Ainda para Toffler, as mudanças tecnológicas, culturais e científicas em que as economias capitalistas maduras estavam investindo naquele período foram gradualmente erodindo os princípios sobre os quais a sociedade industrial tinha sido construída (standardização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização), direcionando-a para uma nova formação social,

não mais dominada pelos imperativos do desenvolvimento econômico a todo custo, do gigantismo industrial e da massificação.

Este tipo de análise encontrou um ulterior aprofundamento no conceito de “ócio criativo” proposto por De Masi. Todo o raciocínio do sociólogo italiano parte da constatação de que a humanidade alcançou um novo tipo de sociedade, na qual grande parte do tempo de vida não é mais dedicado ao trabalho, mas às delícias do tempo livre. Na nova realidade pós-industrial, as atividades humanas mais utilizadas são as intelectuais-criativas, as quais, porém, possuem características opostas, em relação às clássicas atividades manuais-repetitivas da sociedade industrial. Isto significa que:

A principal característica das atividades criativas é a de que pouco ou nada se distinguem do entretenimento e da aprendizagem, tornando-se cada vez mais difícil dissociar estas três dimensões da nossa vida ativa, as quais antes eram totalmente e artificialmente separadas umas das outras (De Masi, 2001, p. 20).

O “Ócio criativo” indica, então, aquelas atividades “em que estudo, trabalho e entretenimento acabam por coincidir cada vez mais”. Esta trajetória não só produz um enriquecimento geral do conteúdo do trabalho, cada vez mais intelectual e criativo, mas determina também uma evolução mais complexa dos ordenamentos sociais. Esta ideia é assim descrita por De Masi:

A sociedade industrial permitiu a milhões de pessoas operarem com o corpo, mas não as deixou livres para se expressarem com a mente. Na cadeia de montagem os operários moviam mãos e pés, mas não usavam a cabeça. A sociedade pós-industrial concede uma nova liberdade: após o corpo, libera a alma (De Masi, 2001, p. 21).

As contribuições do estudioso italiano que atualizam as teses expostas anteriormente por Touraine, Bell e Toffler podem agora ser assim sintetizadas: 1) a humanidade está atravessando uma profunda mudança da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial; 2) nessa transformação, o trabalho repetitivo e mecânico, delegado cada vez mais às máquinas, dá lugar a tarefas tipicamente intelectuais e criativas; 3) neste novo modelo de sociedade, o trabalho irá progressivamente confundir-se com o tempo livre, o lazer e o estudo, perdendo as características desumanizantes e alienantes, típicas da sociedade industrial; 4) porém, se nesta mudança de fase, pudermos nos deparar com resistências de algumas escórias do passado, a culpa será dos hábitos humanos que não aceitariam conformar-se aos novos imperativos da sociedade pós industrial e do ócio criativo.

A partir destes últimos argumentos, o raciocínio de De Masi não poderia alcançar senão esta última exortação: “a missão que está diante de nós consiste em educar a nós mesmos e os outros a operar a fusão do estudo com o trabalho e o lazer, até conseguir fazer do ócio uma arte refinada, uma escolha de vida, uma fonte inexaurível de ideias. Até alcançar um ócio criativo” (De Masi, 2001, p. 286).

Concluindo, as características determinantes da nova sociedade pós-industrial, obtidas por simples oposição às características da sociedade industrial, podem ser elencadas em seis pontos: uma prevalência dos empregados no setor terciário em relação aos trabalhadores da indústria e da agricultura; um declínio dos modelos de vida associados à fábrica e à grande indústria; o surgimento de valores e culturas centradas no tempo livre; um papel central assumido pelo conhecimento teórico, pela programação social, pela pesquisa científica, pela produção de ideias e pela instrução; um declínio da luta de classe polarizada, substituída por uma pluralidade de conflitos e movimentos, inclusive pela presença de novos sujeitos sociais; um prevalecimento de atributos de carácter narcisista que suplantam ou integram os edipianos na estrutura das personalidades individuais (De Masi, 2001, p. 46).

Consideradas em seu conjunto, tanto as teses desenvolvidas por Touraine na França, quanto as produzidas por Bell e Toffler nos Estados Unidos, ou por De Masi na Itália, demonstrariam, definitivamente, não apenas o fim da linha de um modo de organização da sociedade fundado sobre a exploração do trabalho, mas também o advento de uma nova forma de sociedade ou civilização baseada na abundância do tempo livre, no trabalho prevalentemente criativo e no qual as características despóticas da sociedade industrial teriam desaparecido, no máximo substituídas por uma participação mais flexível dos trabalhadores. Só neste ponto é possível compreender as razões pelas quais as análises dos teóricos pós-industriais constituíram o ponto de partida de uma pluralidade de sucessivas teorias sociais, que progressivamente passam a celebrar primeiro o desaparecimento do proletariado, depois o fim do trabalho, e finalmente o fim da história.

3. Uma crítica das teses pós-industriais

Nas ciências sociais, quando se busca individualizar tendências evolutivas de longo período na dinâmica social, há sempre o risco de absolutizar alguns aspectos e omitir outros. É o caso dos teóricos do pós-industrial, e por este motivo, é importante compreender se as evidências empíricas apontadas como características essenciais da sociedade pós-industrial são, definitivamente, argumentos tão sólidos a ponto de poder fundamentar a hipótese de que a humanidade teria, enfim, alcançado uma nova fase de seu desenvolvimento histórico.

De acordo com essa linha de análise, com a diminuição da exploração econômica dos trabalhadores, hipoteticamente substituída pela centralidade da

pesquisa científica, não só desapareceriam as diversas patologias da sociedade industrial, como também estariam dadas as condições de um conflito social sem classes sociais. Entretanto, seria realista afirmar que a fase de intenso desenvolvimento tecnológico, iniciada nos anos 60 do século XX, e que hoje atinge seu ápice com os programas da Indústria 4.0, teria determinado o fim da exploração dos trabalhadores e, portanto, teria admitido uma falsificação da teoria do valor?

Independente da divergência simplista colocada por Touraine entre exploração econômica e alienação, Marx explicou muitas vezes que, quanto mais o processo de acumulação capitalista se reproduz em larga escala, o sujeito da produção, sobre o qual se efetua a exploração, não é apenas o trabalhador individual, mas uma força de trabalho social, combinada e coletiva, que abarca do último jornaleiro até o principal dirigente.

Por este motivo, é absolutamente irrelevante se a tarefa específica realizada pelo assalariado individual esteja mais ou menos distante do simples trabalho manual. Defender a tese, por si só absolutamente correta, de que o capitalismo atravessou em sua história diversas fases de inovação tecnológica, significa simplesmente admitir que este trabalhador encontra no vértice do comando, cada vez mais, pessoas às quais são atribuídas tarefas mais intelectuais e qualificadas.

A noção de exploração não está de forma nenhuma vinculada a elementos morais, mas se refere à diferença entre o que o capitalista paga como salário, e o valor apropriado por ele ao explorar os trabalhadores. A qualidade do trabalho humano, ao contrário do que defendem as teses pós-industriais, é enormemente exaltada pelos modelos de acumulação flexível do capitalismo contemporâneo, a partir do momento em que o caráter global da produção de mercadorias submeteu o mundo inteiro à sua lógica. Meriggi chega a uma conclusão análoga quando afirma que:

A automação presente em muitos setores industriais inovadores reduz quantitativamente os postos de trabalho, mas também cria funções técnicas exercidas por operários com atribuições complexas de controle e verificação de processos que podem, inclusive, ser economicamente bem recompensados. Não se pode falar de superação do taylorismo em todos os setores, mas certamente – pensando na indústria automobilística, como a Toyota ou a FCA – a subordinação do trabalho ao maquinário da linha de montagem é substituída, de acordo com os métodos desenvolvidos pelos administradores japoneses, pelo *just in time* e pela flexibilidade das tarefas, com um apelo constante à intervenção dos trabalhadores no cumprimento da “filosofia” da empresa. Em suma, mais conhecimentos técnicos, mais ações dos operários e assalariados para tornar o processo de produção mais fluido e sem desperdício (Meriggi, 2019, p. 15).

Por este motivo, parece correto afirmar que:

Nestes setores avançados, a distinção entre categorias é menos clara do que na fábrica fordista, porém podemos também interpretá-la como generalização da condição operária – enquanto trabalho humano submetido a um comando – como previsto por Marx nos textos preparatórios ao *Capital*, no *Grundrisse (Linhas fundamentais da crítica da economia política – 1857-58)*: colocando o trabalho do intelecto como fator produtivo (Meriggi, 2019, p. 15).

Esta evidência, porém, não deve levar ao esquecimento de um outro aspecto: o de que na base das novas fileiras produtivas transnacionais, continuam subsistindo formas brutais de exploração da força de trabalho. Tome-se como exemplo a Apple, multinacional estadunidense que, se por um lado fez das inovações tecnológicas e da pesquisa científica sua própria marca, por outro lado perseguiu uma política de forte externalização/realocação de cada fase produtiva. Avançando nos diversos níveis de sua cadeia de valores, é fácil entender como toda a atividade de montagem de seus produtos de alto conteúdo tecnológico, foi confiada a uma empresa terceirizada: a Foxconn, com sede em Taiwan, mas com estabelecimentos espalhados em diversas partes do mundo. A realidade do trabalho no interior desta empresa é descrita por Ngai, Chan e Selden com estas palavras:

Os trabalhadores da Foxconn são submetidos a uma disciplina excepcionalmente pesada e condições de trabalho estressantes, dentro de um mercado fortemente competitivo. Tínhamos a desconfiança de que este específico contexto de trabalho explicava o motivo pelo qual mais de uma dúzia jovens trabalhadores tiraram a própria vida na primavera de 2010. Temos defendido que a opção de se atirarem do alto do edifício do dormitório foi um gesto de frustração, desespero e desobediência (Ngai; Chan; Selden, 3015, p. 26).

Um outro exemplo nesse sentido que demonstra a sólida correlação entre empresas altamente inovadoras e condições de trabalho “industriais” é o da *Sharing Economy*, da qual a Uber é apenas a marca mais notável. Estas empresas digitais transnacionais, se por um lado produzem um volume de negócios impressionante, por outro lado recusam-se a reconhecer os direitos trabalhistas dos seus subordinados.

Este mecanismo gera formas paradoxais de exploração, e ao mesmo tempo permite a essas plataformas não reconhecer nenhum direito aos seus próprios trabalhadores (férias, licenças em caso de doenças ou infortúnios), e somente

agora protestos globais começam a questionar o retorno em larga escala desse antigo modo de trabalho por peça em larga escala, disfarçado de falsas colaborações ocasionais. Antunes tem razão, portanto quando ele aponta como:

A emergência de uma nova classe de trabalhadores assalariados, instruídos no campo das novas tecnologias, tem como base a crescente invisibilidade dos trabalhadores empregados em setores e ambientes que vão do call center e telemarketing aos albergues e empresas de limpeza, até às vendas no varejo, fast food e serviços de cuidados pessoais. A grande maioria destes trabalhos são, de uma forma ou outra, precarizados: empregos sazonais, a tempo parcial, temporários, informais ou freelance, com pouca ou nenhuma segurança e benefícios integrativos (Antunes, 2019, pp. 191-192).

A ideia segundo a qual só a sociedade industrial utilizaria o trabalho produtivo e a exploração econômica da classe operária na verdade demonstra ser muito frágil frente aos fatos. A própria noção de “trabalho produtivo” é utilizada por Marx não apenas em relação ao trabalho operário na fábrica, mas em sentido extensivo, de modo a incluir também profissionais do setor terciário. No Capítulo VI, inédito, Marx escreve:

Um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo.

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* (*who did the Paradise Lost*), era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. [...] O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, porquanto sua produção está subsumida ao capital, e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende o seu canto, é um trabalhador produtivo, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros pra valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo (Marx, 1978, p. 76).

Isto significa que:

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaitaria (*gardening, tailoring*), etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não (Marx, 1978, p. 76).

A sociedade capitalista enquanto tal está alicerçada sobre o trabalho produtivo e, portanto, sobre a exploração de uma parte da sociedade. E esta constatação encontra seu sólido fundamento desde que o Estado nacional seja superado como unidade de análise, assim como os países do hemisfério ocidental, em favor de uma visão global dos processos econômicos e políticos. E que se adote uma ampla noção de trabalho produtivo, bem como de classe trabalhadora, de modo a incluir todos os assalariados (produtivos e improdutivos), assim como os pretensos trabalhadores autônomos.

É possível a este ponto compreender melhor a segunda importante tese dos teóricos da sociedade pós-industrial, segundo a qual, o aumento dos trabalhadores no setor de serviços produz inevitavelmente o declínio dos termos sobre os quais a sociedade industrial foi fundada e, conseqüentemente, as razões para um conflito de classes polarizado.

A este respeito, tomemos como exemplo uma atividade chave no setor dos serviços: a dos restaurantes. O marco mais famoso em nível planetário é sem dúvida o Mc Donald's. Ritzer, que há décadas estuda o mundo dos fast food, argumenta que esta empresa se tornou "o paradigma do processo de racionalização". O que significa que os princípios de organização na base da indústria dos fast-food (ele usa esse termo não por acaso) resultaram de uma pluralidade de instituições como escolas, universidades e até igrejas. É o caso, então, de perguntar: quais são os princípios sobre os quais se funda o sucesso internacional de Mc Donald's? As razões indicadas pelo sociólogo estadunidense são cinco: 1) a eficiência; 2) o cálculo: a quantidade ao invés da qualidade; 3) a previsibilidade dos ambientes, do comportamento, e dos produtos; 4) o controle exercido pelas máquinas sobre os trabalhadores e clientes; 5) uma racionalidade que, definitivamente, se demonstra irracional no momento em que se valorizam indicadores qualitativos do serviço ofertado.

As conclusões propostas por Ritzer são as seguintes:

Comer nos fast-food, certamente não é uma experiência mágica, como não é engolir o próprio alimento no automóvel. Também não é o modo como aquele alimento é preparado. Todo o processo, produz,

portanto, desencanto. Comer nos fast-food e viver numa sociedade “McDonaldizada” comporta, ademais, grandes riscos para a saúde. [...] A indústria dos fast-food não se limita a poluir o planeta espalhando todas aquelas embalagens que as pessoas costumam jogar na rua, que danificam o meio ambiente. [...] Concluindo, todo o sistema é desumanizante: trabalhar num fast-food, forçados a seguir um roteiro estabelecido por outros, sem poder expressar-se livremente; comer ali, sem poder desfrutar em paz o próprio alimento, obrigados a engolir a comida em poucos minutos, ou, pior ainda, ter que comer no próprio automóvel (Ritzer, 2017, pp. 27-29).

Certamente um teórico pós-industrial poderia ver nestas críticas os resquícios de comportamentos herdados do mundo industrial. É difícil, porém, rotular como elemento arcaico uma indústria de serviços como a dos fast-food, a qual, não apenas emprega centenas de milhares de pessoas, mais ou menos jovens, no mundo inteiro, e que demonstra uma vitalidade inesperada na aurora da era digital, numa sociedade que gostaria de ser definitivamente pós-industrial.

Outro aspecto raramente abordado pelos teóricos pós-industriais é o relacionado às razões que explicam o crescimento maciço do setor de serviços e de seus adeptos nas economias capitalistas avançadas. Eles podem ser sintetizados da seguinte forma:

- 1) muitas fases dos processos produtivos, antes no interior das grandes indústrias, foram ao longo do tempo externalizadas, e na classificação setorial foram classificadas como serviços às empresas;
- 2) diversos serviços que antes eram administrados diretamente pelas indústrias de manufatura, agora são confiados a empresas especializadas. O caso mais notório é o de serviços de limpeza, segurança e logística;
- 3) nos países ocidentais, os processos do setor manufatureiro têm se concentrado cada vez mais nas fases de maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico, deslocando as fases de menor intensidade tecnológica;
- 4) paralelamente a essas tendências, a necessidade de investir em serviços de pesquisa e desenvolvimento foi implementada cada vez mais;
- 5) a crescente informatização da produção levou a um notável aumento dos serviços de informática;
- 6) o aumento do comércio mundial e a reestruturação da produção numa escala transnacional aumentou a centralidade dos serviços de armazenamento, movimentações e transporte das mercadorias e produtos intermediários.

Como é fácil perceber, se por um lado a concorrência nestas tendências reduziu, pelo menos nos países do chamado Primeiro Mundo, a incidência do setor secundário, por outro lado não apenas não provocou o desaparecimento da

indústria em seu sentido estrito, como produziu uma “terceirização do setor manufatureiro”⁴.

No âmbito marxista, pode-se recorrer à intuição de Braverman, segundo a qual as atividades de serviços tornam-se interessantes para o capitalista apenas quando ele começa:

A contratar pessoas no âmbito dos serviços como atividade geradora de lucro, como parte de seus negócios, como forma do modo de produção capitalista. [...] Deste modo começou a mudar a postura do capitalista frente ao trabalho de serviços: mudança que pode ser percebida seja nas maciças especulações do referido setor, seja na vertente ideológica com a mudança na consideração desse tipo de trabalho por parte dos economistas. Os empregos nos serviços, portanto, representaram uma enorme quota na divisão social do trabalho em todo período capitalista; mas apenas recentemente tornaram-se parte produtiva e geradora de lucros (Braverman, 1978, pp. 363-364).

Este ponto de vista do sociólogo estadunidense vai de encontro ao já escrito por Marx no Livro II do *Capital* a propósito da indústria dos transportes. No capítulo 5 [*Capítulo 6* na edição brasileira utilizada. N. E.], tratando do tema sobre o tempo de circulação do capital, Marx demonstra como os custos na esfera da circulação poderiam ser agrupados em três tipos: circulação, conservação e transporte. Apenas este último, porém, poderia acrescentar valor às mercadorias transportadas, fazendo com que o trabalho imaterial despendido neste âmbito fosse diretamente produtivo. A partir do momento em que o valor de uso de um bem é implementado apenas em seu consumo, para tornar esse resultado possível, pode ser necessário o deslocamento de uma mercadoria de um lugar para outro. É justamente esta produção imaterial (o serviço de transporte) o produto específico da indústria dos transportes. Por esta razão, Marx podia especificar que ela:

Adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. [...] A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação (Marx, 2014, pp. 229 e 231).

⁴ Para aprofundar este tema: Clash City Workers (2014), pp. 20-36.

A partir destas premissas, pode-se facilmente compreender porque as atividades laborativas exercidas no interior do setor terciário não poderiam deixar de sofrer um processo de racionalização análogo àquele já exercido pelo trabalho industrial. Sobre este ponto, Basso é claríssimo quando afirma que:

Os ‘serviços’ do transporte, principalmente os do transporte de mercadorias e da mercadoria força de trabalho (em treinamento ou em atividade), a serviço das telecomunicações, do comércio (de mercadorias ou qualquer outro caso), dos serviços de manutenção e conserto das máquinas-mercadorias, da escola de massas (instrução, formação e disciplinamento dos candidatos a assalariados), dos hospitais (consertos, recuperação das capacidades de trabalho deterioradas), são todos serviços em prol da acumulação de capital e reprodução das relações sociais (mercantis). Se essas obviedades fossem mantidas em mente, não nos deveria surpreender o fato de ver os modelos de organização do trabalho, as tecnologias e os tempos de trabalho, passarem quase sistematicamente da indústria para os inúmeros ramos denominados terciários, e não o contrário (Basso, 2011, p. 155).

Ao contrário das teses defendidas pelos teóricos pós-industriais, por cerca de quatro décadas há, portanto, um crescimento monumental de um segmento particular da classe trabalhadora, que pode ser denominado como “novo proletariado não-industrial de serviços” (Antunes, 2016, p. 17). No interior deste segmento, um lugar de suma importância é ocupado pelos assalariados dos *call centers*, do *telemarketing* e das indústrias de tecnologia da comunicação e das informações. Esses trabalhadores, longe de verificarem um aumento de autonomia no desenvolvimento de suas funções, tornam-se cada vez mais próximos da condição dos “cibertários” ou “infoproletários” modernos, como demonstram as pesquisas de Huws, Antunes e Braga (Huws, 2009, p. 37; Antunes; Braga, 2009).

Nestas alturas, desmorona definitivamente o corolário derivado das posições precedentes: o de que a prevalência dos trabalhadores no setor de serviços, gerando o declínio dos princípios sobre os quais foi fundada a sociedade industrial, abriria as portas a uma vida plena de sentido dentro e fora do trabalho, e caracterizado por margens crescentes de autonomia, liberdade pessoal e tempo livre, como pressuposto no conceito de Ócio Criativo.

Se ninguém lamenta a extrema parcialização das tarefas imposta pelo taylorismo, torna-se, porém, difícil perceber nas novas formas de organização do trabalho um tombamento radical dos princípios da organização científica do trabalho. Em certo sentido, o ohnismo, tão elogiado nas últimas décadas, nunca quis representar, mesmo nas intenções de seu primeiro teórico, um modelo alternativo à racionalidade capitalista. Na verdade, de alguma forma, o modelo

toyotista leva às últimas consequências algumas premissas (como a compressão de todos os custos supérfluos) já presentes nas considerações de Taylor.

Certamente a estrutura das empresas capitalistas sofreu substanciais modificações, mas mesmo nessa perspectiva a transformação respondeu muito mais às exigências do capital no sentido de disciplinar e atomizar a classe trabalhadora, do que às aspirações de libertar o trabalho assalariado dos seus traços alienantes e desumanizantes. Esta realidade é facilmente comprovada no plano jurídico, uma vez que as demandas das associações patronais no mundo todo foram obstinadamente orientadas a solicitar aos governos nacionais reformas dos direitos do trabalho a fim de superar a suposta rigidez imposta à livre utilização da mão de obra. Nesta matéria, o ataque à classe foi extremamente profundo pelo fato de que:

Os trabalhos flexíveis são vistos como favor, porque também contribuem para a fragmentação da classe trabalhadora e de suas formas associativas. Quando debaixo do mesmo teto centenas de pessoas trabalham durante anos, empregados pela mesma empresa – turnover fisiológico à parte – é muito provável que mais cedo ou mais tarde se deem conta de ter interesses comuns; se abram a formas de relações mútuas e solidariedade; descubram que, caso se unam, poderiam obter da empresa melhores salários e condições de trabalho. [...] Ao contrário, se as pessoas que trabalham sob o mesmo teto, mesmo que em grande número, são continuamente deslocadas, já que a maior parte delas são *part timers*, ou temporárias, e contratadas por 15 empresas diferentes, graças à cadeia de sub-contratos terceirizados, a possibilidade de se organizarem ou se filiarem a um sindicato torna-se muito mais difícil (Gallino, 2001, pp. 15-16).

Apesar das especulações intelectuais a respeito do Ócio Criativo, na realidade parece termos atingido hoje a era da precarização e do desemprego estrutural para números crescentes de assalariados nos países ocidentais empregados nos setores secundários e terciários. No célebre panfleto *O Direito ao Ócio* de Paul Lafargue, ao contrário de De Masi, ele havia compreendido muito bem que o direito à preguiça poderia tornar-se complementar ao trabalho, apenas quando esta última atividade tivesse perdido a própria dimensão estranhada e alienada. Não por acaso, ele colocava como pré-condição uma limitação da jornada de trabalho a apenas três horas de trabalho por dia, iniciativa que, se fosse aplicada, levaria necessariamente à superação da sociedade capitalista. É por este motivo que hoje:

A luta imediata pela redução da jornada de trabalho e a luta pelo em-

prego, em vez de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do *controle e comando opressivo* do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação (Antunes, 2016, p. 199).

4. Conclusões

As teses que reconstruímos partem da necessidade de uma reformulação geral dos termos em que a precedente sociedade industrial foi fundada. Nesse sentido, o problema a partir do qual partem estas diversas contribuições teóricas não deve ser ignorado. Todavia, elas demonstraram não serem tão sólidas como seus autores pensavam. Em detrimento do otimismo consciente ou inconsciente que caracterizava esta linha de análise, hoje a humanidade parece ter mergulhado num turbilhão de pessimismo generalizado, cuja data de início coincide com a crise desencadeada pela falência do banco norte-americano Lehman Brothers. Obviamente, o início de uma profunda crise sistêmica dos mecanismos de acumulação capitalista não é um evento para se alegrar.

Essa situação permite, pelo menos, retomar a discussão a respeito das possíveis alternativas à dominação incontestável do mercado e da produção de mercadorias. Entre outras coisas, as profundas mudanças a que se fez referência várias vezes, atestam:

No *mercado mundial* desenvolveu-se em tal nível o *nexo do indivíduo singular* com todos, mas ao mesmo tempo também a *independência desse nexo em relação aos próprios indivíduos singulares*, que sua formação já contém simultaneamente a condição de transição para fora dele mesmo (Marx, 2011b, p. 109).

Esta é a aposta mais importante no que diz respeito ao futuro. Porque, como lembrava Engels:

Ao adonar-se de todos os meios de produção visando utilizá-los socialmente de modo planejado, a sociedade aniquila a anterior escravização dos seres humanos pelos seus próprios meios de produção. A totalidade {da sociedade} obviamente não consegue se libertar sem que cada indivíduo se liberte. O antigo modo de produção precisa, portanto, ser revolucionado desde a base e, principalmente, a antiga

divisão do trabalho tem de desaparecer. Ela deve ser substituída por uma organização da produção em que, por um lado, nenhum indivíduo possa transferir para outros a parcela que lhe corresponde no trabalho produtivo, nessa condição natural da existência humana, e, por outro lado, o trabalho produtivo, em vez de ser um meio de escravização, torne-se um meio de libertação dos seres humanos, proporcionando a cada indivíduo a oportunidade de formar plenamente e utilizar em todos os sentidos todas as suas capacidades, tanto físicas como intelectuais, de modo que o trabalho, no lugar de ser uma carga, se torne um prazer (Engels, 2015, p. 328).

Referências

- ADDUCCI, Matilde; CERIMELE, Michela (ed.). *Socialist register italia antologia 2001 – 2008*. Milano: Edizioni Punto Rosso, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Il lavoro e i suoi sensi affermazione e negazione del mondo del lavoro*. Milano: Edizioni Punto Rosso, 2016.
- _____. *Addio al lavoro? Le metamorfosi e la centralità del lavoro*. Trieste: Asterios, 2019.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: Degradação Real do Trabalho Virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BARRUCI, Paolo. *Le divisioni del lavoro sociale: dagli spilli di Smith alle catene transnazionali del valore*. Milano: Franco Angeli, 2014.
- BASSO, Pietro. *Tempi moderni, orari antichi: l'orario di lavoro a fine secolo*. Milano: Franco Angeli, 2011.
- BRAVERMAN, Harry. *Lavoro e capitale monopolistico la degradazione del lavoro nel XX secolo*. Torino: Einaudi, 1978.
- CARLYLE, Thomas. "Signs of the Times", *Edinburgh Review*. June, 1829.
- CASTRONOVO, Valerio. *La rivoluzione industriale*. Firenze: Sansoni, 1973.
- CLASH CITY WORKERS. *Dove sono i nostri lavoro, classe e movimenti nell'Italia della crisi*. Firenze: La casa Usher, 2014.
- DE MASI, Domenico (ed.). *L'avvento del post-industriale*. Milano: Franco Angeli, 1985.
- _____. *Ozio creativo*. Milano: Rizzoli, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.^{5*}
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.^{6*}

^{5*} [Edição italiana:] ENGELS, Friedrich. *Antidürring*. Roma: Editori Riuniti, 1971.

^{6*} [Edição italiana:] ENGELS, Friedrich. *La situazione della classe operaia in Inghilterra*. Milano: Edizioni Lotta Comunista, 2015.

- FERRAROTTI, Franco. *Manuale di Sociologia*. Roma/Bari: Laterza, 2001.
- GALLINO, Luciano. *Il costo umano della flessibilità*. Roma/Bari: Laterza, 2001.
- LA ROSA, Michele; RIZZA, Roberto; ZURLA, Paolo. *Lavoro e società industriale da Adam Smith a Karl Polanyi*. Milano: Franco Angeli, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital, Livro I, Capítulo IV (Inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.^{7*}
- _____. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.^{8*}
- _____. *O capital. Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011b.^{9*}
- MERIGGI, Maria Grazia. “La classe operaia è tramontata”, *Oltre il capitale*. II, n° 1, 2019.
- POLANYI, Karl. *La grande trasformazione le origini economiche e politiche della nostra epoca* Torino: Einaudi, 1974.
- PUN, Ngai; CHAN, Jenny; SELDEN, Mark. *Morire per un iPhone*. Milano: Jaca Book, 2015.
- RITZER, George. *La McDonaldizzazione della produzione*. Roma: Castelvecchi, 2017.
- SMITH, Adam. *Ricerca sopra la natura e le cause della ricchezza delle nazioni*. Torino: UTET, 1948.
- ALVIN, Toffler. *La terza ondata il tramonto dell'era industriale e la nascita di una nuova civiltà*. Milano: Splering & Kupfer, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. *La società post-industriale*. Bologna: il Mulino, 1969.
- URE, Andrew. *La filosofia delle manifatture*. Torino: Biblioteca dell'Economista, 1863.

Recebido em 5 de março de 2021

Aprovado em 27 de abril de 2021

^{7*} [Edição italiana:] MARX, Karl. *Il Capitale libro primo capitolo VI inedito*. Roma: Newton Compton Editori, 1976.

^{8*} [Edição italiana:] MARX, Karl. *Il Capitale libro I*. Roma: Editori Riuniti, 1977.

^{9*} [Edição italiana:] MARX, Karl. *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*. Firenze: La Nuova Italia, 1978.

Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio

Bourgeois autocracy and bolsonarism: an essay

Pedro Henrique Antunes da Costa*

Kíssila Teixeira Mendes**

Resumo

No ensaio analisamos o recrudescimento da autocracia burguesa no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Para isso, dialogamos com as contribuições de Florestan Fernandes e Octavio Ianni e outros importantes autores da tradição marxista no pensamento social brasileiro, apreendendo aspectos nevrálgicos de nossa formação social. Temos a Nova República como período de expansão lenta e gradual da autocracia burguesa, com o desenvolvimento do bolsonarismo não só explicitando tal expansão, como a recrudescendo. Analisando a tríade das políticas sociais, segurança pública e sistema penal, concluímos que, atrás de véus democráticos, não só tinha continuidade a normalidade autocrática do capitalismo dependente brasileiro, como essa se sofisticava e recrudescia, sendo o bolsonarismo expressão desse processo.

Palavras-chave: Bolsonarismo; autocracia burguesa; capitalismo dependente.

Abstract

In the essay we analyze the upsurge of bourgeois autocracy at the current stage of development of Brazilian dependent capitalism. For this, we dialogue with the contributions of Florestan Fernandes, Octavio Ianni and other important authors of the Marxist tradition of Brazilian social thought, apprehending important aspects of our social formation. We have the New Republic as a period of slow and gradual expansion of bourgeois autocracy, with the development of Bolsonarism not only expliciting this expansion, but increasing it. Analyzing the triad of social policies, public security and penal system, we conclude that, behind democratic veils, not only the autocratic normality of Brazilian dependent capitalism continued, but it became more sophisticated and recrudicated, with Bolsonarism being the expression and shaper of this process.

Keywords: Bolsonarism; bourgeois autocracy; dependent capitalism.

* Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB.

** Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Introdução

No presente ensaio, esboçamos uma análise das interfaces entre Estado, poder político e classes sociais, discorrendo sobre o recrudescimento da autocracia burguesa e suas especificidades no presente estágio de dominação burguesa do capitalismo dependente brasileiro. Para isso, resgatamos as contribuições de importantes intelectuais de nosso pensamento social circunscritos à tradição marxista, como Florestan Fernandes e Octavio Ianni (esse último, com foco na sua obra “A Ditadura do Grande Capital”¹), dentre outros importantes autores(as), por meio de um esforço próprio de síntese dialética, demonstrando suas pertinências para a compreensão de nossa formação social e, por conseguinte, do presente.

Segundo Marx (2013), o modo de produção capitalista é coercitivo e violento *per se*, dizendo da sua condição imanentemente exploratória. Tal caráter remete ao estágio de acumulação primitiva, na expropriação violenta, no sustentáculo colonizatório, dentre outros elementos que constituem tal período, ao mesmo tempo que não se restringe a ele, se desenvolvendo, e naturalizando, no próprio bojo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Conforme Marx

a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital (Marx, 2013, pp 808/809).

Temos, pois, a violência do próprio capital, ao basear sua reprodução ampliada e valorização na exploração do trabalhador que, por meio de seu trabalho, gera mais-valor – apropriado pelo capitalista. A isso Marx denomina de *violência econômica*, uma violência tão “natural” desse modo de produção que é muda, silenciosa, ou seja, é algo idílico, não sendo percebido como violência. Aliado a isso, está a violência extraeconômica que pode se dar de distintas maneiras, em especial, na sua forma política, pelo Estado e sua natureza classista no.

Entretanto, a particularidade da formação social brasileira gestada na colonização escravocrata conformou uma realidade onde as violências econômica e extraeconômica se plasmam de tal modo que a necessidade de utilização da segunda deixa de ser excepcionalidade, como apreendeu Marx para os países centrais, de economia capitalista mais desenvolvidos, mas a norma. Tal dinâmica é observada na própria invasão e rapina do sistema colonial que, de acordo com o próprio Marx (2013, p. 821), baseou-se na “violência mais brutal”, como forma de

¹ A “Ditadura do Grande Capital” foi publicado primeiramente em 1981.

impulsionar a transformação do modo de produção feudal em capitalista na Europa ocidental. Assim, a violência como “parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” (Marx, 2013, p. 821).

Desde o período colonial, tal “violência mais brutal” se expressou como característica do caráter capitalista da nossa colonização (Mazzeo, 2015), e de nossa condição subserviente, um *sentido da colonização* para fora (Prado Jr., 2011). Ou seja, ela se manifesta e se desenvolve não apenas nas/pelas leis de produção, mas na violência hiperbólica necessária à acumulação das classes senhoriais que aqui se assentaram, da Coroa, das economias dos países da Europa Ocidental, bem como da reprodução ampliada do capital. Frente às necessidades de grande produção, exploração e exportação (Prado Jr., 2011), ao mesmo tempo, há inúmeros movimentos de resistência e oposição a tal condição, como as revoltas e rebeliões dos povos originários e negros escravizados (Moura, 2019). Nisso, o controle, a coação, em suma, a violência nas suas variadas formas e manifestações mais brutais, foi necessária. Não é nosso intuito empreender um profundo e exaustivo resgate histórico sobre nossa formação social, apenas afirmar que, desde nossa gênese capitalista, na colonização e sistema colonial, para garantir e perpetuar a violência econômica, foi necessária uma hiperbólica e extensiva violência extraeconômica, não se configurando, pois, como uma excepcionalidade, muito menos se arrefecendo no decorrer de nosso desenvolvimento capitalista.

Nesses marcos, resgatamos reflexões florestanianas acerca da autocracia burguesa no capitalismo dependente brasileiro (Fernandes, 2006) e iannianas que, na esteira de Florestan, ao analisar o período da ditadura civil-militar, constatou a violência como força produtiva desse capitalismo dependente (Ianni, 2019). Há, primeiramente, uma continuidade de ambos com Marx, ao analisar a importância do sistema colonial para a acumulação primitiva e gênese do capitalismo industrial europeu, e concluir sobre a violência nas colônias como “potência econômica” (Marx, 2013, p. 821). Contudo, a partir de Ianni (2019), podemos argumentar acerca da violência não como parteira de uma nova sociedade, mas, justamente, como mantenedora do da *velha*, do arcaico, mesmo no que abrolha na aparência ou forma como novo, que vem a se configurar como moderno, fomentando a dialética *arcaico-moderno* tão bem escrutinada por Fernandes (2006). É por meio dessa violência exacerbada, hiperbólica, que diz da estrutura autocrática de nossa formação social, que o novo é tolhido, isto é, a autocracia como mantenedora do velho, um processo de *contrarrevolução permanente*, inclusive se valendo, quando necessário, de sua face fascista (Fernandes, 2019). Da mesma forma, historicamente essa violência acentuada, manifestação de nosso caráter autocrático, é parteira de estágios ainda mais autocráticos, como no golpe de 1964 e instauração da ditadura civil-militar, cuja modernização atrelava-se ao arcaico, era conservadora.

Entendemos que a violência como força produtiva, nos moldes iannianos

diz desse amálgama das violências econômica e extraeconômica, cuja finalidade é a subsunção à necessidade de autovalorização e reprodução do capital e da acumulação capitalista, isto é, tem uma base e finalidade econômica. Dessa forma, as nuances da autocracia burguesa no presente momento são formas mais complexas, que remetem às nossas estruturas sociais, mas também a como estas se processualizam historicamente e à conjuntura, dizendo não apenas da violência e do autoritarismo imanentes do capitalismo, mas de suas formas hiperbólicas e naturalizadas no capitalismo brasileiro dependente, de gênese colonial-escravocrata e caráter autocrático em seu presente estágio de desenvolvimento.

A partir do exposto, analisamos como o bolsonarismo foi possível, em grande parte, graças ao recrudescimento autocrático nos marcos democrático-burgueses da Nova República, ao mesmo tempo que não só explicita esse caráter autocrático, como é a manifestação de seu aguçamento – e o recrudesce. Buscamos denotar a premência de se debruçar sobre o autoritarismo capitalista e a autocracia burguesa do capitalismo dependente brasileiro como um dos pilares da ascensão bolsonarista. Para isso, fazemos uma breve exposição sobre a autocracia burguesa, discorrendo sobre aspectos que consideramos centrais para o entendimento da eleição bolsonarista como seu sintoma e conformador. Posteriormente, escrutinamos alguns dos pilares de materialização de tal recrudescimento autocrático nas políticas sociais, sistema penal e segurança pública. Por fim, traçamos uma síntese e apontamentos gerais.

Autocracia burguesa e contrarrevolução permanente no capitalismo dependente brasileiro

Parafraseando Marx (2010), a miséria da eleição bolsonarista se trata da expressão da miséria real do capitalismo dependente brasileiro, regido por uma autocracia burguesa, e um protesto contra ele². Protesto este que, cooptado e gerenciado pela classe dominante e capital-imperialismo³, se volta contra quem genuinamente protesta: a classe trabalhadora, o conjunto dos explorados e oprimidos, deixando intactas as causas do protesto. Do mesmo modo, é um sintoma do recrudescimento de tal autocracia, ao menos no que diz respeito ao período da NR, por meio do aguçamento de seu caráter coercitivo e violento contra as maiorias populares.

² “A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real” (Marx, 2010, p. 145).

³ Segundo Virgínia Fontes, o conceito de capital-imperialismo refere-se à dinâmica pós 2ª Guerra Mundial, em que se “aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lenin”; parafraseando o mesmo Lênin, o capital-imperialismo como estágio avançado do imperialismo, que não dispensa a violência imperialista tradicional, mas cuja “dilatação em larga escala” (2010, p. 14), resultante da expansão da concentração e centralização de capitais requer o aguçamento e sofisticação da violência do capital.

A despeito das críticas ao ecletismo florestaniano e ao conceito de autocracia burguesa⁴, e sem adentrar no debate sobre as vias de desenvolvimento capitalista na particularidade brasileira, consideramos que o conteúdo expresso pelo conceito é capaz de apreender o caráter autoritário, despótico, de nossa formação social desde a gênese colonial. Fernandes (2006, p. 341), ao analisar o capitalismo dependente brasileiro, também denominado por ele de *selvagem*, trará como aspecto central a “apropriação dual do excedente econômico” pelas burguesias nacional e dos países capitalistas hegemônicos, “provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa”. Essa apropriação dual requer produção de mais-valor para a acumulação das burguesias nacional e estrangeira, o fundamento econômico de nossa dependência e subdesenvolvimento, que, por sua vez, requer maior exploração da força de trabalho e uma superestrutura política hipertrofiada de dominação de classe⁵. Dessa forma, estrutura-se em nossa particularidade um “poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora”, que

se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (Fernandes, 2006, p. 346).

Nessa direção, na análise sobre a “transição democrática” redundando na Nova República, Fernandes (1986) concluirá sobre a continuação da autocracia burguesa. Assentada na conciliação de classes *pelo alto*, incorpora lenta e gradualmente algumas das demandas dos *de baixo*, sem não antes passá-las pelos filtros transformistas dos interesses da classe burguesa. As lutas populares nesse interregno são fundamentais, numa efervescência política que apontava para possibilidade de revolução dentro e contra a ordem. No entanto, temos uma condução reformista, com a sofisticação da autocracia burguesa, ao invés da sua eliminação, sob vernizes “democráticos”.

Segundo Fontes, a

principal inflexão nas lutas sociais dos anos 1980 – e sua derrota principal – não decorreria da imposição de mais uma ditadura, mas de uma complexificação do padrão da dominação burguesa no Brasil,

⁴ Um abrangente panorama histórico e analítico pode ser encontrado em Chagas (2011).

⁵ No âmbito da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini apontará a superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência, justamente como forma de a burguesia nacional compensar a transferência de valor para as economias capitalistas centrais (Marini, 2017).

que agregaria à autocracia burguesa e à truculência no trato social novas modalidades de convencimento (Fontes, 2010, p. 320).

Considerando todas as nuances e diferenças durante o período da nova república, concordamos com a tese florestaniana da continuidade autocrática “sob a forma eleitoral (democrática)” (Fontes, 2010, p. 321). Partindo disso, argumentamos como ela se intensifica em tal período histórico de forma “lenta, gradual e segura”, assim como se deu a própria transição democrática (Fernandes, 1986), considerando as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro que intensifica paulatinamente sua ofensiva aos “de baixo”, sobretudo a partir de 2014, culminando no *golpe* de 2016 e eleição de Bolsonaro.

É importante ressaltar como a contrarrevolução burguesa permanente, via recrudescimento da autocracia, e seu caráter preventivo, tem sua forma atual por meio de contrarreformas (neoliberais), não havendo a necessidade de uma quebra com o regime, isto é, de uma contrarrevolução de fato, como a feita em 1964. Conforme Maciel, as “[contra]reformas neoliberais, introduzidas no país a partir de 1990, determinaram o aprofundamento do caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro” (Maciel, 2009, p. 195).

Para Ianni (2019), o Golpe de 1964 e a ditadura civil-empresarial-militar, que foi, em essência, a ditadura do grande capital, tinha um sentido duplo, uma dupla contrarrevolução, a saber: (a) foi um golpe de Estado orientado contra a classe operária e camponesa e seu movimento de ascensão política; e (b) contra a própria democracia nos moldes burgueses. Fernandes (2006) destaca que tal contrarrevolução possuía caráter preventivo, visto que “a situação existente era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa” (Fernandes, 2006).

No caso do governo Temer, houve a necessidade de um golpe de Estado, mas sem a ruptura com o regime democrático-burguês. Demier (2017) analisa tal movimento como expressão de uma *democracia blindada*, em que, no bojo da luta de classes e desenvolvimento das forças produtivas, não houve a necessidade de ruptura com o regime para a concreção de um golpe de Estado, tal como em 1964.

Tais aspectos sinalizam que, no âmbito da correlação de forças, a capacidade organizativa e mobilizatória da classe trabalhadora se arrefeceu; ou seja, a condição da classe trabalhadora na correlação de forças da luta de classes tem sido, cada vez mais, vilipendiada. Associado a isso, “a autocracia burguesa reformada demonstrou grande capacidade de ‘integrar passivamente à ordem’ os principais instrumentos de luta criados pelo movimento social dos trabalhadores nas últimas décadas, reproduzindo a dominação social burguesa numa qualidade superior” (Maciel, 2011, p. 111), sendo essa capacidade potencializada sobremaneira nos governos *petistas*.

Por conseguinte, no *golpe* de 2016, não foi mais necessária a quebra do re-

gime, tal como 1964, por mais que foram impetradas constantes violações de direitos e ataques às instituições e ritos da própria democracia burguesa – mesmo que chancelados e normalizados pelas próprias instituições. É também bastante elucidativo que tal contrarrevolução via contrarreforma, a maximização da *democracia blindada*, se dê na esteira dos governos de conciliação de classe petistas. A supressão de um “reformismo quase sem reformas” (Arcary, 2014) se dá por um *contrarreformismo com muitas contrarreformas*. Ora, nada mais coerente que, no país onde a revolução burguesa se deu sem revolução no sentido clássico (Fernandes, 2006), o reformismo conciliatório de esquerda também tenha ocorrido (quase) sem reformas.

Assim, o processo de “transição democrática” regido por uma “conciliação pelo alto” (Fernandes, 1986) contrapôs o prognóstico esperançoso de Ianni de que o “golpe de 1964 e a ditadura [assinalassem] a época de encerramento da contrarrevolução burguesa no Brasil” (Ianni, 2019, p. 343). Igualmente, os governos petistas refutaram a aposta do autor de que o populismo havia acabado em 1964. Cabe ressaltar que as razões para tal esperança derivavam do contexto do final dos anos 1970 e início de 1980, época de escrita do ensaio, com o ascenso político da classe trabalhadora como antagonista da ditadura. Entretanto, apesar de o movimento da história contrariar tais prognósticos iannianos, reforçou a máxima da contrarrevolução permanente perpetrada da burguesia em nosso capitalismo dependente (Fernandes, 2006) e a previsão do mesmo Ianni de que, se tal populismo renascesse, como aconteceu com os governos petistas, seria “muito mais como manobra ou farsa”, revelando “muito mais abertamente o seu caráter de proposta política burguesa, visando orientar a força política das classes assalariadas” (Ianni, 2019, p. 326/327).

Referente a Bolsonaro, nem o *golpe stricto sensu* foi necessário. Em nossa história recente, passamos do *duplo golpe* ditatorial (contra a classe trabalhadora e o regime) ao *golpe simples* de 2016 (apenas contra a classe trabalhadora, sem a necessidade de ruptura com o regime) e ao *não-golpe*, com a eleição “democrática”⁶ de Jair Bolsonaro. E tal movimento deve ser analisado circunscrito ao capitalismo dependente brasileiro e seu caráter autocrático, que, como apresentaremos, se sofisticada e recrudesce.

⁶ A eleição de Jair Bolsonaro se deu com o seu principal concorrente preso em um processo eivado de ilegalidades. Soma-se a isso a ligação de Bolsonaro com o principal artífice de tal processo, o então juiz Sérgio Moro, e as comprovadas ações ilícitas da chapa Bolsonaro-Mourão, como o disparo em massa de *fakenews*. Tudo isso, nos faz concluir que o “não golpe”, da eleição democrática de Bolsonaro, tratou-se, na verdade, da continuação do *golpe de 2016*. Nesse sentido, usamos tal termo entre aspas ironicamente.

Bolsonaro e a autocracia: neocolonização, conservadorismo e lumpentecnocracia

Se, segundo Ianni, o “golpe de Estado [de 1964] concretizou a vitória da opção capitalismo dependente, amplamente determinado pelo grande capital financeiro e monopolista” (Ianni, 2019, p.309), o golpe da democracia blindada de 2016 e o “não-golpe” com a eleição de Bolsonaro de 2016, não foram apenas outra vitória do grande capital financeiro e monopolista (ou a continuidade de suas vitórias), mas a construção de um novo estágio de dependência, onde sua hiperbolização só é passível de ser concretizada em marcos neocoloniais. Conforme Mattos o bolsonarismo como convergência de diferentes grupos e interesses no poder, no que diz respeito à pauta econômica, pautou-se pela “retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundando a superexploração da força de trabalho e a transferência de fundos públicos, serviços monopolizados pelo Estado e empresas estatais para o controle da acumulação privada” (Mattos, 2020, p. 234).

Nesse processo, nos indagamos se não se trata de uma “mera” continuidade e aguçamento de nossa condição dependente ou se é possível falar de um salto qualitativo, em que a dependência adquire feições de um progresso (ainda mais) regressivo; um novo estágio de dependência que diz de sua supressão nos moldes neocoloniais. Fazemos tais afirmações balizados nas reflexões de outros dois nomes de peso em nosso pensamento social, situados na tradição marxista: Carlos Nelson Coutinho e Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Ancorado nas reflexões gramscianas, Coutinho (2012), argumentou que a chamada *época neoliberal*⁷ não pode ser caracterizada pelo conceito de *revolução passiva*, mas, sim, de *contrarreforma*. Para ele,

a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contra-reforma resid[e] no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’, mas que ‘acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo’, com[o] diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho (Coutinho, 2012, p. 121).

Temos, então, a preponderância do velho, da conservação, da restauração, mesmo que atualizados, com a adição de novos elementos ou sob novas formas. Nisso, são pertinentes as reflexões de Sampaio Jr. (1997) sobre a *reversão neocolonial* ocorrida nos países periféricos e dependentes, oriunda da reordenação

⁷ Cabe ressaltar que o conceito de capital-imperialismo, tal como desenvolvido por Virgínia Fontes (2010, p. 212), vem como crítica ao de neoliberalismo (e ao de globalização e de mundialização) que, além de encampar uma variada gama de ideias e ações, encobre “as características específicas do capital-imperialismo contemporâneo, admitindo proposições antineoliberais que se limitam a sugerir um retorno impossível ao ‘bom e velho’ capitalismo industrial”

internacional a partir da transnacionalização do capitalismo. Conforme o autor: “[e]xpostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as nações emergentes ficam sujeitas a processos de reversão neocolonial que desarticulam seus centros internos de decisão e quebram a espinha dorsal do sistema econômico nacional” (Sampaio Jr., 1997, p. 21). Dessa forma, a subordinação ao capital-imperialismo na presente conjuntura atinge um estágio que significa uma perda ainda mais deliberada de autonomia, e maior submissão: um progresso-regressivo, inclusive, em termos civilizatórios.

Como buscamos argumentar, até então, o capital-imperialismo não se trata de algo externo à economia brasileira, afinal, o mesmo, enquanto categoria, exprime uma crítica a utilizações de imperialismo como sendo um movimento meramente de fora para dentro e, mais especificamente, sinônimo do imperialismo estadunidense (Fontes, 2010). Nesse sentido, as proposições de Fontes e Sampaio Jr. podem se apresentar em termos de polêmica. Contudo, reiteramos a indagação prévia acerca da conformação de um novo estágio face à nossa condição dependente, e se esse não implica numa *mudança de qualidade*, em que a radicalização do capital-imperialismo no capitalismo dependente brasileiro implicaria num desenvolvimento em marcos neocoloniais. Com isso, não entendemos que o que se passa seja um retorno ao passado, uma regressão *stricto sensu*, mas, ao mesmo tempo, pensamos que há algo a se extrair da tese de *reversão neocolonial* (Sampaio Jr., 1997) na análise do desenvolvimento – isto é, do progresso – capitalista no seu presente estágio, face às particularidades dependentes brasileiras. Não por acaso, a própria “natureza regressiva do Bolsonarismo” (Santos, 2019), enquanto projeto político possível de consolidação capital-imperialista na presente configuração da luta de classes em nosso país.

Temos no governo Bolsonaro o clímax, até então, dessa condição neocolonial, visível no recrudescimento da submissão ao capital-imperialismo e, no que diz respeito à geopolítica, aos Estados Unidos, por meio de políticas de desmonte estatal, privatizações, contrarreformas e um cenário produtivo de reprimarização econômica e intensificação da desindustrialização do país. Observa-se a continuidade do núcleo principal do planejamento econômico estatal da ditadura, como apontou Ianni, “[o] Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado” (Ianni, 2019, p. 31). Existiu na política econômica da ditadura uma repressão intrínseca à lógica de ação racionalizadora e modernizadora da gestão estatal, como forma de coerção da classe trabalhadora em prol do capital-imperialismo, em especial o capital financeiro (Ianni, 2019). Esse movimento se refina e se expande nos moldes neoliberais e seu gerencialismo tecnocrata, atingindo sua máxima expressão, até então, no presente governo.

Tal modernização, como expressa nas medidas modernizantes de gestão das contrarreformas trabalhista, previdenciária (e outras, já postas em pauta,

como a administrativa) é, na verdade, uma modernização que não é mais apenas conservadora, tal como ocorrido em nosso histórico formativo, mas regressiva, destrutiva, no sentido que desmonta direitos trabalhistas e pactos sociais prévios regidos “pelo alto” pela própria burguesia – não somente os do período constitucional, mas da velha república. O *moderno* das contrarreformas trabalhista e previdenciária é o “privilégio da servidão” (Antunes, 2020); não a servidão formal de outrora, mas àquela dentro dos marcos do trabalho assalariado ainda mais precário e informal requeridos pela reprodução do capital no atual estágio de desenvolvimento. O *moderno* ensejado pela contrarreforma administrativa é o fim da estabilidade do servidor público; ou seja, uma sofisticada e “nova” forma das “velhas” práticas coronelistas, de cabresto. Em suma, novas e sofisticadas modalidades do “velho”, do arcaico, carregando as “estruturas sócio-históricas da formação social do Brasil” (Lara; Diogo, 2020, p. 177). Se conforme Maciel as reformas neoliberais, até então, tinham permitido uma forma inédita de autocracia burguesa, em que se combinava “a democracia representativa e os mecanismos oligárquicos e fascistas sem a mediação do populismo e/ou do coronelismo como formas de controle e cooptação dos trabalhadores” (Maciel, 2009, p. 207), o *bolsonarismo* vem a expressar uma mudança, novos moldes, das formas de controle e cooptação arcaicas na/pela autocracia burguesa.

Enquanto no período ditatorial a economia política necessitou do desenvolvimento das forças produtivas nacionais – mesmo que como plataforma de valorização e acumulação capital-imperialista –, no presente, sua materialização requer o desmonte de alguns dos marcos estabelecidos no período anterior. Não por acaso, vemos no “nacionalismo” retórico do presente governo, sua essência intensificada de subordinação ao capital-imperialismo e aos Estados Unidos, em especial. No *Brasil acima de tudo*, slogan do governo Bolsonaro, o *Deus-Capital* e, novamente, no plano geopolítico, os Estados Unidos acima de todos.

Inclusive, dialogando Ianni (2019) face ao presente, tal lema representa muito bem a continuidade da autocracia burguesa e seu caráter de contrarrevolução permanente vistos outrora no bordão positivista estampado em nossa bandeira, “ordem e progresso” (resgatado no governo Temer), e o “segurança e desenvolvimento”, da ditadura. À continuidade desse progresso-regressivo sintetizado na fraseologia *Brasil acima de tudo* (cujo conteúdo expressa os Estados Unidos acima de nós), se acresce um Deus acima de todos, que possui dupla faceta: o Deus-Capital, conforme sinalizado, e o Deus-neopentecostal, da ética neoliberal e teologia da prosperidade, expresso numa ideologia mercantil, individualista e meritocrática que forja e aprisiona indivíduos e subjetividades.

Essa segunda face religiosa é um dos elementos que possibilitou ao governo Bolsonaro, ao contrário do governo ditatorial, uma organicidade junto à população, até mesmo a classe trabalhadora, de modo que fosse eleito, não precisando operar um *golpe*, tal como 1964 ou 2016. Temos, assim, a ofensiva do capital, do

capital-imperialismo, associada à ascensão conservadora, restauradora, como demarcado por Coutinho (2012). Podemos destacar a religião e o fundamentalismo religioso, mas também o nacionalismo xenofóbico, o racismo, a milicianização coronelista, dentre outras expressões desse novo-velho em que o segundo prepondera no que diz respeito ao conteúdo, à essência. Grosso modo, o conservadorismo entranhado em nossas estruturas atualizado e convocado “como instrumento capitalista em tempos de barbárie” (Silva; França; Maciel, 2020), desse progresso ainda mais destrutivo e regressivo em termos civilizacionais e nos já parcos padrões de autonomia da nação.

Outro importante elemento dessa organicidade refere-se às suas vinculações *lumpens*. O conceito é lançado por Marx e Engels no “Manifesto do Partido Comunista” e, em especial, por Marx no “18 de Brumário de Luís Bonaparte” para caracterizar frações da classe trabalhadora mais subalternizadas vistas como trapo, rebotalho, ao atentarem contra a sua própria classe. É ampliado posteriormente à burguesia, mantendo o sentido. Resguardados os traços moralistas de Marx na utilização do conceito, parte significativa da base de apoio popular de Bolsonaro pode ser caracterizada como *lumpem*, vinculando-se na classe trabalhadora, sobretudo, aos estratos médios. Contudo, concordando com Boito Jr., não se trata de o lumpesinato no poder, afinal o governo é o do “capital internacional e a burguesia associada” (Boito Jr., 2020, s/p). Assim, Bolsonaro se sustenta na sua condição *lumpem* e no seu exército do *lumpemproletariado*, uma versão particular e atual brasileira da Sociedade 10 de Dezembro de Luís Bonaparte⁸ (Marx, 2011), conformando um *governo-de-tipo-lumpem*, mas autocraticamente organizado para as exigências burguesas e do capital (Antunes, 2020). Dessa forma, temos uma fusão no aparato estatal entre a tecnocracia, responsável pela gestão técnica da política econômica, sob a ideologia do planejamento como “técnica neutra, inocente” (Ianni, 2019), com as frações *lumpem* da classe trabalhadora e burguesia, a *lumpemtecnocracia*. Não por acaso, suas relações e equipe de governo são com milicianos, “políticos desclassificados, militares desocupados, professores que fracassaram na academia, economistas marginais, coiteiros de milicianos e alpinistas sociais de história duvidosa” (Boito Jr., 2020, s/p); ou, conforme

setores do capitalismo “mafioso” que operam na ilegalidade e se beneficiam do desmonte dos órgãos fiscalizadores, do “empoderamento” de forças policiais pela perspectiva fascista, da desregulamentação das relações de trabalho: milicianos, traficantes, grileiros de terra,

⁸ Conforme Marx (2011), o *lumpemproletariado* francês foi organizado por Luís Bonaparte em seções secretas, a Sociedade 10 de Dezembro. Essa se tornou sua guarda pretoriana – sua milícia nos moldes atuais – e ele o seu *chefe*, seu *mito*. Bonaparte como criador e divindade era a personificação exteriorizada de tudo que a *Sociedade 10 de Dezembro* era e representava; a história de um era a história do outro.

desmatadores, garimpeiros, modernos “escravocratas”, etc. (Maciel, 2019, p. 02).

A nosso ver, esses são alguns dos principais elementos da organicidade bolsonarista⁹ na classe trabalhadora, da mesma forma que o governo Bolsonaro é uma autêntica representação de nossa classe dominante e a sofisticação da ditadura do grande capital, nos moldes neocoloniais necessários. Assim, para uma parcela da classe trabalhadora, ao menos subjetivamente, não há um mais estranhamento com o Estado, conforme existia no contexto ditatorial (Ianni, 2019), ou pelo menos esse se arrefece. Há uma aproximação, a partir de compartilhamento de valores, costumes etc., com tal parcela se vendo no Estado, ao menos em seu chefe – o que denota uma continuidade de dominação personalista que mistifica a própria natureza de classes do Estado e a dominação burguesa. Para isso, é necessária a dominação via Estado na figura de um Bolsonaro *gente como a gente*, ao mesmo tempo. Contudo, essa proximidade e finitude da cisão entre Estado e sociedade é apenas aparente, pois na essência o que se tem é a intensificação da ditadura do grande capital, o que, no estágio atual, significa o ataque ainda maior à classe trabalhadora, o aguçamento de sua exploração e nossa condição ainda mais subalterna, subserviente, nos marcos neocoloniais supracitados.

Enquanto os governos militares ensejaram substituir o “‘político’ pelo ‘técnico’, a ‘demagogia’ pela ‘ciência’, o ‘carisma’ pela ‘eficácia’” (Ianni, 2019, p. 65), tarefas que a razão neoliberal sob a égide capital-imperialista tratou de dar continuidade e ampliar, o bolsonarismo é a expressão da miséria tanto ilusória dessa tentativa, quanto real, em termos dos seus efeitos deletérios na classe trabalhadora; ao mesmo tempo, é a revolta contra ela, sua oposição. Na vivência real, tem-se que a ciência não tem respondido aos problemas cotidianos, que a eficácia não é eficaz, o técnico é frio etc. Soma-se a isso a o consenso construído de que a democracia não é tão democrática e a política é corrupta. A cisão e distanciamento entre Estado e a dita sociedade civil parece cada vez maior, abrindo brechas para discursos antissistêmicos – mesmo que retóricos – como os de Bolsonaro.

É nesses marcos que se se constrói uma retórica antissistêmica pelo sistema e a favor do sistema; que se possibilita ao bolsonarismo aglutinar a própria descrença e revolta contra a democracia burguesa pela classe trabalhadora. As-

⁹ Uma análise detalhada e robusta sobre o *bolsonarismo* enquanto ideologia e sua organicidade pode ser encontrada em Mattos (2020). Para além de sua faceta liberal no plano econômico, ressaltamos os seguintes pontos apreendidos pelo autor: militarismo, o ataque ao politicamente correto e, nisso, seu discurso de ódio e saga contra grupos *minoritários* (LGBT+, população negra, povos originários, mulheres etc.), elaborações anticomunistas e macarthistas, vinculadas a um ultradireitismo, irracionalismo, suposto nacionalismo, conservadorismo moral de fundo religioso (vinculado às transmutações no plano e instituições religiosas), exploração política e midiática da violência como solução e discursos anticorrupção e de despolitização (antipolítica).

sim, o capital-imperialismo e a burguesia nacional, cujos projetos de sociedade carecem de organicidade – como demonstraram as sucessivas derrotas eleitorais (2002-2014) – veem no bolsonarismo a oportunidade de continuarem a governar após o Golpe de 2016 e governo Temer. Por fim, também temos a continuidade e o recrudescimento da autocracia burguesa. Não por acaso, Antunes (2020) apontará como a eleição de Bolsonaro e seu governo, mesmo no início, já são resultantes de um neoliberalismo exacerbado em nossa particularidade autocrática que também se exagera – ao mesmo tempo que se objetivam ao recrudescer ainda mais tal panorama.

Florestan Fernandes ao analisar a ditadura civil-militar, constatou que “[as classes e os estratos de classe burgueses só poderiam prescindir dessa impregnação [militar e tecnocrática] se contassem com amplo apoio estrutural “vindo de baixo”, isto é, das classes operárias e das classes destituídas” (Fernandes, 2006, p. 395). Ora, mas se esse apoio existisse não havia a necessidade de golpe, como o próprio autor explicitou. O bolsonarismo foi a forma de a burguesia nacional e o capital-imperialismo, após a certeza que sua primeira opção eleitoral novamente não seria eleita (a direita tradicional, representada nas eleições de 2018 sobretudo por Geraldo Alckmin e o PSDB), conseguirem a organicidade e o apoio necessário “de baixo”, para assumirem o governo, sem precisarem sentar-se na cadeira; de não precisarem prescindir de sua impregnação tecnocrática, coadunando-a ao militarismo do governo bolsonarista. E tal organicidade só foi possível pelos fatores supracitados: a ascensão conservadora-restauradora, com destaque a amálgama neoliberal-neopentecostal, o ganho de força das camadas *lumpem* e o encampamento da revolta contra o sistema; em suma, o aguçamento coercitivo/repressivo e autoritário nos planos econômico, político e ideológico, sob a forma de normalidade democrática burguesa nos parâmetros do capitalismo dependente brasileiro.

Temos o retorno dos militares e, ao mesmo tempo, as junções e contradições da duplicidade econômico-militar no bloco de poder. A própria “militarização dos diversos escalões do governo é uma das faces da radicalização autocrática representada pela presidência de Bolsonaro” (Mattos, 2020, p. 210). Tais aspectos reafirmam a “natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa” (Fernandes, 2006, p. 359), indicando o recrudescimento do gerencialismo *de cima para baixo*, se apresentando na aparência como de *baixo para cima*, pois, com respaldo popular. Nesse quadro, analisaremos as formas e implicações presentes dessa autocracia aguçada nas políticas sociais e na sua expressão mais explícita e extremada: o sistema penal e a segurança pública.

A autocracia no presente: o novo-velho

Da mesma forma que a faceta *lumpentecnocrática* do bolsonarismo supõe a continuidade da tecnocracia do capital – conjugada a ascensão *lumpem* –, e o seu militarismo diz da permanência da militarização – e sua expansão – na regência de nosso tecido social, a própria existência e materialização do bolsonarismo representam nosso caráter autocrático e o recrudescimento autocrático no presente. Parafraseando Marx (2011), a luta de classes no Brasil criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem autoritário, medíocre e grotesco interpretar o papel de herói¹⁰, cabendo a nós perscrutar as condições nas quais tal luta de classes se desenvolve.

Nos marcos democrático-burgueses da Nova República foram inúmeras as manifestações desse recrudescimento lento, gradual e seguro da autocracia. Primeiramente, na própria refuncionalização e dimensionamento do Estado nos marcos neoliberais, com inúmeras implicações espoliativas nas políticas sociais e precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Por mais que nos governos petistas houvesse crescimento da renda e um maior acesso das camadas mais pauperizadas à riqueza socialmente produzida, com a redução da pobreza, cerca de 50% da renda no país ficou concentrada nos 5% mais ricos e 25% no 1% mais rico. Ou seja, a desigualdade não diminuiu (Medeiros; Souza; Castro, 2015). Não obstante, o capital-imperialismo continuou a dar as cartas, com a continuidade de uma política econômica neoliberal, mesmo com inclinações sociais, no que Castelo (2010) muito bem caracterizou e apreendeu como *social liberalismo*, pautado pelo dogmatismo fiscalista, com intensificação do saqueamento do fundo público pelo capital financeiro, resultando em privatizações, focalizações e uma hegemonia mercantil-filantrópica nas políticas sociais.

Consonantes a Behring, com o golpe de 2016 inicia-se uma “ofensiva desenfreada” do capital, havendo um salto qualitativo em termos da gestão neoliberal das políticas sociais e do capital-imperialismo, revertendo, inclusive, alguns dos avanços recentes pactuados “pelo alto” (Behring, 2018, p. 62). Tal ofensiva é indissociável da ascensão conservadora, atingindo seu clímax até então no governo Bolsonaro. Nele, gostaríamos de salientar os retrocessos, desmontes e discursos de ódio no âmbito dos direitos humanos, voltados à população LGBT+, povos originários e tradicionais (como os quilombolas), população negra, mulheres, deficientes, usuários(as) das políticas de saúde mental e álcool e outras drogas, dentre outros. Tudo isso em um clima fascistizante de caça a pessoas e movimentos progressistas, de esquerda e de *milicianização*, encarnados na

¹⁰ “[A] *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco interpretar o papel de herói” (Marx, 2011, p. 18).

própria postura e pessoa do presidente da República. Novamente, o imbricamento entre ofensiva do capital e ascensão conservadora, a preponderância do velho no novo, da conservação (e conservadorismo) e restauração.

Como consequência, temos um quadro presente de recrudescimento das expressões da “questão social”, a saber o aumento da pobreza e da miséria, do desemprego e do contingente da classe trabalhadora compelida ao mercado informal de trabalho, fora do colchão protetivo de direitos trabalhistas (cada vez mais incipiente), com aposentadorias dificultadas ou inviabilizadas fomentadas nas/pelas contrarreformas e seus impactos deletérios. Tudo isso como forma de controle e coerção da classe trabalhadora, ou seja, mecanismo de recrudescimento da autocracia. Em suma, a precarização da vida pela ofensiva do capital no presente estágio neoliberal, como violência *per se*, econômica e extraeconômica; um autoritarismo que submete ainda mais vida ao lucro; a continuidade e acentuação da ditadura do grande capital.

Não por acaso, a violência do capital via contrarreformas (previdenciária, trabalhista, Emenda Constitucional 95 etc.) é acompanhada por um recrudescimento da violência no geral. Em 2017 atingimos um recorde de homicídios, com 65.602; em 2019 foram 57.358 (FBSP, 2019). Em 2017 e 2018 foram, respectivamente, 5.179 e 6.220 mortes só pela polícia (FBSP, 2019). A título de comparação, em 2013, esse número era – igualmente abominável – de 2.212, significando um aumento de 281,2% em cinco anos. No estado do Rio de Janeiro, em abril/2020, durante a pandemia, o número de mortes aumentou foram 57,9% comparado com o mesmo mês de 2019 (Rede de Observatórios da Segurança, 2020). E é sabido que tais operações se dão sobremaneira pelo Estado, por meio da *violência institucional* com as parcelas mais subalternizadas da classe trabalhadora, nas favelas, epicentros e laboratórios da (re)militarização da vida, que discorreremos a seguir.

Em consonância a Mattos o crescimento da violência policial é só uma das facetas dessa violência institucional, e “apenas um dos indicadores de que o[s] primeiro[s] ano[s] do governo Bolsonaro demonstrou como os discursos do bolsonarismo refletem-se em práticas concretas” (Mattos, 2020, p. 225). A eles podemos – e devemos – associar as elevações nos dados de violência e mortes contra mulheres, população LGBTI+, lideranças de movimentos no campo e militantes de direitos humanos, assim como a ampliação dos ataques à liberdade de imprensa e lógica de “milicianização da vida” (Mattos, 2020)

A população carcerária do país em junho de 2017 era de 726.354. De 1990, quando era de 90.000, a 2017, houve um incremento de 636.350 presos. A taxa aprisionamento em 2017 foi de 349,78/100 mil hab., sendo que em 1990 era de 61,0/100 mil hab. (Brasil, 2019). Em ambos os casos, de homicídios e encarceramento em massa, os alvos prioritários são negros, periféricos das camadas mais subalternizadas da classe trabalhadora. Eis a consubstancialidade da violência

econômica e extraeconômica e a complementaridade do recrudescimento de ambas, no que Florestan também já denunciara na sua abordagem à questão racial, ao racismo. Como garantia de que os *de baixo* continuem a ser aliados na *democracia de cooptação* (Fernandes, 2006) ou na passagem desta a uma *democracia restrita* (Fernandes, 2019; Maciel, 2019), eles devem ser, literalmente, aprisionados ou fatalizados (ou, mesmo, que se fatalizem, numa chancela terceirizante da morte pelo Estado). Coaduna-se a isso o próprio avanço do autoritarismo, mesmo nos marcos autocráticos, e, mesmo, de formas e elementos fascisticizantes. Segundo Maciel

Os elementos fascistas se apresentam no reforço material, institucional e ideológico da violência policial como principal mecanismo de controle social, no reforço da tutela militar sobre o governo e na eliminação progressiva do espaço político da esquerda e das organizações vinculadas ao mundo do trabalho, evidenciando uma perspectiva repressiva baseada no tratamento manu militari do conflito político e social (Maciel, 2019, p. 03).

Cabe ressaltar como tal cenário de *contrarreforma* se apresenta sob a aparência de *reformas*, num movimento de mistificação ideológica que visa se apoderar (e modificar) o sentido progressista de reforma (Coutinho, 2012). Novamente, segundo Coutinho

[a]s chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (Coutinho, 2012, p. 123).

Aprofundando um pouco a análise coutiniana, restaurar um capitalismo selvagem, em nossa particularidade dependente e de gênese colonial, significa restaurar e renovar, justamente, sua constituição arcaica. Obviamente, que isso se dá em um nível de maior complexidade, referente ao presente estágio de desenvolvimento de nosso capitalismo dependente: o progresso-regressivo que mencionamos, a condição neocolonial.

Tal cenário diz, num nível mais elevado e abstrato de determinação, da *lei geral de acumulação* do modo de produção capitalista, em que o aumento da produção de riquezas forja o incremento da produção de miséria e, por conse-

guinte, a acumulação de ambas (Marx, 2013). Nisso, as demais manifestações da questão social também se avolumam, como a fome, a violência e a criminalidade, o desemprego estrutural etc. impulsionadas pelo darwinismo social neoliberal, do capital-imperialismo. Ademais, remete à necessidade de que tais expressões da questão social sejam gerenciadas por mecanismos estatais ainda mais coercitivos, repressivos, isto é, a hiperbolização da violência extraeconômica na sua forma política, da violência institucional, gerando um ciclo vicioso de precarização da vida e violência no geral.

A isso Löic Wacquant (2003) denominou de *Estado penal*, como resposta neoliberal à minimização do Estado social ou, mais especificamente, Estado de bem-estar social. Entretanto, achamos que tal caracterização não é suficiente para compreender as especificidades contemporâneas do capitalismo dependente brasileiro e seu caráter autocrático. Não discordando da interpretação de Wacquant face ao contexto ao qual escrutina, os Estados Unidos, a gerência da pobreza e demais expressões da questão social pela criminalização na realidade brasileira é a norma histórica, por mais que se tenha se intensificado e sofisticado na época neoliberal. Basta lembrarmos da máxima de Washington Luís, presidente na Velha República (1926-1930): *a questão social no Brasil é caso de polícia*. Contrapor o Estado penal como alternativa nos moldes neoliberais e do capital-imperialismo ao Estado de bem-estar social, implica a existência prévia de um Estado de bem-estar social, o que não ocorreu no Brasil. Se para Marx a “escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (Marx, 2013, p. 829), o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos necessitou como pedestal, do Estado de mal-estar social na periferia, assim como o desenvolvimento do centro se sustentou no/pelo subdesenvolvimento da periferia. Seguindo a proposição de Behring (2018), achamos mais coerente que tal movimento seja denominado como ampliação ou intensificação da faceta penal do Estado. Ademais, frisamos o alerta de Fontes (2010) acerca das críticas ao neoliberalismo *per se* que apontam como solução o mero retorno a estágios de desenvolvimento capitalistas pré-neoliberais.

Há, pois, a necessidade de que, em um nível inferior de abstração referente à particularidade brasileira, tal alargamento da faceta penal do Estado seja entendido também como manifestação do recrudescimento da autocracia burguesa nos marcos “democráticos” da Nova República. Com a reabertura democrática, “termina” *pelo alto* o regime ditatorial (o regime formalmente autocrático e repressivo), sem que houvesse uma ruptura com o autoritarismo e a coerção hiperbolizados do capitalismo dependente brasileiro, isto é, a autocracia burguesa como traço estrutural, estruturante. Como manter a ditadura do grande capital sob a aparência democrática? Para além da própria democracia de cooptação alijadora das maiorias populares, alarga-se “democraticamente” a faceta penal do Estado; se recrudescem o alcance e efetividade do seu braço repressivo, sofisti-

cando seu aparato punitivo; incrementa-se paulatinamente o número de presos e mortos, de modo a não apenas normalizar os cada vez mais altos patamares de morte e encarceramento, como a utilizá-los como justificativa para mais encarceramento e mortes, sobretudo, ao vincular as mazelas sociais a quem morre ou é preso, na forma do *inimigo interno*. E tal inimigo interno, como muito bem apreendeu Moura (2019), diz de uma construção ideológica antiga, que remete à abolição formal da escravidão, servindo como mecanismo histórico de barragem do negro, não mais escravo. Temos o aprisionamento e o genocídio, enquanto materializações da violência institucional, como as principais barreiras ao(a) negro(a) no país. Não à toa, reforçamos a cor e a raça dos principais alvos de tal construção no presente.

Nesse sentido, o autoritarismo do Estado brasileiro, como Fernandes já afirmou, é só para dentro, voltado à classe trabalhadora, não produzindo “os mesmos efeitos para fora, especialmente diante das exigências impreteríveis das multinacionais, das nações capitalistas hegemônicas ou de sua superpotência e da comunidade internacional de negócios” (Fernandes, 2006, p. 411). Ou seja, a violência (econômica e extraeconômica) exacerbada é também dual, tal como a apropriação do valor para a sua transferência, e se dá internamente, voltada à classe trabalhadora do país; tal violência é necessária para contemplar as necessidades de valorização do capital e de acumulação das burguesias nacional e internacional. Enquanto se superlativiza a dependência e subordinação ao capital-imperialismo, incorrendo numa condição neocolonial, intensifica-se o caráter de barbárie interno. Soma-se a isso a contrarrevolução permanente da autocracia burguesa como prevenção a qualquer possível ebulição frente a piora das já degradantes e pauperizadas condições de vida da população.

Temos um cenário onde não somente a criminalização da “questão social” e, nela, da massa sobrança que se avoluma na forma do exército industrial de reserva é suficiente. Nisso, se recorre a dois velhos mecanismos em nossa história, em novas e modernas formas: a militarização da vida; e a eliminação *per se* de uma parcela desse exército industrial de reserva, dado que essa população excedente se avolumou de tal modo, que o genocídio de uma quantia não a desfaz, nem diminui sua utilidade – pelo contrário passa a ser mais funcional econômica, política e ideologicamente que a sua manutenção.

Sobre o primeiro ponto, temos a militarização da questão social ou, no que melhor caracterizou Castelo (2014), “a (re)militarização da ‘questão social’, etapa superior da criminalização das lutas e das desigualdades sociais” (Castelo, 2014, p. 49, grifos do autor)¹¹. Assentada sobretudo nos imbricamentos entre segurança

¹¹ Castelo (2014) faz um levantamento de ações estatais, durante os anos de 2013 e 2014, de (re) militarização da questão social. Acrescentamos a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260), aprovada em 16 de março de 2016, mas também de iniciativa do governo Dilma Rousseff.

pública, poder judiciário e sistema penal – conforme os dados supracitados –, tal remilitarização se espraia pelo tecido social, por exemplo, na educação pelas escolas cívico-militares, bem como forjando subjetividades e dinâmicas de vida militarizadas como um todo: a militarização da vida (Cruz; Minchoni; Matsumoto; Andrade, 2017).

Já o segundo ponto – o extermínio das parcelas do exército industrial de reservas – encontra-se relacionado, primeiramente, à própria lei geral de acumulação capitalista que, associada ao desenvolvimento das forças produtivas, gera um maior contingente daquele exército. Plasma-se a isso, nossa gênese colonial genocida e as implicações da reestruturação produtiva pelo capital-imperialismo aliada ao receituário neoliberal, cujas contrarreformas retiraram direitos trabalhistas, compeliram à informalidade e trabalho precário, bem como ao desemprego. Temos o recrudescimento da coerção muda, silenciosa, como apregoadado por Marx (2013) e, mesmo, da coerção gritante, só que silenciada. Ademais, previne-se que tal parcela mais subalternizada da classe trabalhadora – que ao ser atravessada por condições de maior exploração e opressão, é vista como mais perigosa, afinal, tem menos grilhões ainda a perder – tome consciência de sua condição e atue como sujeito revolucionário. Quando observamos quem é exterminado, constatamos que se trata de uma continuidade, uma sofisticação e atualização genocida: o novo-velho; o moderno-arcaico.

Como exemplos, em termos de medidas que sintetizam tal movimento, temos a Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, também conhecida como *pacote anticrime*, que ao ensejar aperfeiçoar a legislação penal e processual penal, tem como conteúdo, na verdade, o aperfeiçoamento, sofisticação e recrudescimento de processos de criminalização – e morte – das expressões da “questão social” pela via da criminalização e morte daqueles nas quais essas expressões encaram: a classe trabalhadora e, nela, as frações ainda mais precarizadas, negras, periféricas. Podemos citar também as mudanças na Lei de Drogas (nº 13.840, de 5 junho de 2019) que, dentre vários retrocessos, traz, no âmbito da saúde e dos processos de cuidado e assistência, a (re)manicomialização (associada à mercantilização) do tratamento aos usuários de drogas, em instituições como as Comunidades Terapêuticas, e, no da segurança pública, não apenas perpetua a lógica do combate e os mecanismos de repressão, controle e criminalização, via “Guerra às Drogas”, mas os intensifica.

Considerações finais

O presente ensaio se trata de um esforço analítico inicial, mas balizado em substanciais aportes, com as devidas lacunas enquanto movimento introdutório que se plasmam às limitações de espaço, com as análises subsequentes podendo

corrigir, aprofundar ou mesmo superar elementos aqui tracejados. Nele, argumentamos que houve um recrudescimento da autocracia burguesa no capitalismo dependente brasileiro no período da Nova República. O capitalismo em sua gênese e essência é violento, tendo nas colônias a faceta mais intensa e perversa dessa violência – que se transformou e permanece enquanto violência produtiva e força motriz. Por isso, pensar em autocracia no Brasil nos remete à sua origem, ao seu presente e ao seu futuro – o que nos compele à necessidade de transformação radical, à revolução. Tomamos a Nova República como período de expansão *lenta e gradual* da autocracia burguesa, intensificada pelo neoliberalismo e capital-imperialismo, onde há uma convivência pacífica com os ritos democráticos e instituições burguesas de garantias à ordem.

Tal afirmação se faz pungente sobretudo a partir de 2014, culminando no golpe de 2016 e eleição de Bolsonaro, com o advento (ou desvelamento) do que denominamos de *lumpentecnocracia* (que se dá em sintonia com a neocolonização e ascensão conservadora). O ascenso bolsonarista e sua eleição evidenciam que o arrefecimento autocrático no desenvolvimento da democracia burguesa à brasileira tratou-se de aparência mistificadora e/ou interpretação ingênua. Quando se analisa de maneira mais atenta a tríade das políticas sociais, segurança pública e sistema penal aqui abarcadas, a partir de nosso histórico e estruturas, é possível concluir que, atrás dos véus democráticos, não só tinha continuidade à normalidade autocrática do capitalismo dependente brasileiro, como essa se sofisticava e recrudescia.

Com isso, buscamos demonstrar a pertinência das reflexões de Florestan Fernandes e Octavio Ianni, para o momento presente. Buscamos extrair de suas interpretações sobre o Brasil alguns pontos de convergência e diálogo com outros pensadores no bojo da tradição marxista do pensamento social brasileiro, o que não significa desconsiderar as divergências existentes entre eles, produzindo nossa própria síntese dialética. Enquanto intelectuais revolucionários que se colocaram a pensar o Brasil e, conjuntamente, a transformá-lo por meio de suas práxis, acreditamos que o retorno às suas vidas e obras, tomando o presente como parâmetro, podem trazer uma série de elementos para que possamos não apenas continuar a pensar nossa realidade, mas, também, a modificá-la.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.

- BEHRING, Elaine Rossetti. “Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes. (orgs.). *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2018. pp. 39-72.
- BOITO JR., Armando. “A burguesia, o “lumpesinato” e o governo Bolsonaro”. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigo-or-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 17/06/2020.
- BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização – Junho de 2017*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.
- CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CASTELO, Rodrigo. “Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira”. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 23, 2014. pp. 46-51.
- CHAGAS, Rodrigo Pereira. *Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, 2012, pp. 117-126.
- CRUZ, Ana Vlândia Holanda; MINCHONI, Tatiana; MATSUMOTO, Adriana Eiko; ANDRADE, Soraya Souza. “A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social”. *Psicologia. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, 2017. pp. 239-252.
- DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FERNANDES, Florestan. 2019. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo: FBSP, 2019.
- IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LARA, Ricardo; DIOGO, Pablo Ramon. “A ideologia da modernização trabalhista na formação social brasileira”. *Temporális*, Brasília, v. 20, n. 40, 2020. pp.165-181.

- MACIEL, David. “Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil”. *Cadernos CEMARX*, Campinas, n. 5, 2009. pp. 195-210.
- MACIEL, David. Florestan Fernandes e a questão do transformismo na questão do transformismo na transição democrática brasileira. *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, p. 102-112, 2010.
- MACIEL, David. Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista. 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/David-Maciel-Governo-Bolsonaro-amea%C3%A7a-fascista-e-luta-socialista.pdf>>. Acesso em: 11/03/2021.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. *Germinal: Marx. e Educ. em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, 2017. pp. 325-356.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. “A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2015. pp. 971-986.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. “Operações policiais no RJ durante a pandemia: frequentes e ainda mais letais”. 2020. Disponível em: <<http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Operac%C3%A7%C3%B5es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf>>. Acesso em 17/06/2020.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- SANTOS, Agnaldo dos. *A natureza regressiva do Governo Bolsonaro*. 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Agnaldo-Santos-A-natureza-regressiva-do-Governo-Bolsonaro-.pdf>>. Acesso em: 11/03/2021.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; MACIEL, Valnise Verás. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. *R. Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2020. pp. 256-265.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Recebido em 30 de dezembro de 2020

Aprovado em 24 de abril de 2021

Agronegocios y nuevas lógicas de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina)

Agribusiness and new logics of business representation in the Southern Cone. An exploratory study on ABAG (Brasil) and AAPRESID (Argentina)

María Dolores Liaudat*

Afonso Henrique Fernandes**

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre o modo como os setores dominantes do campo brasileiro e argentino são representados e as estratégias de construção da hegemonia do agronegócio nos seus respectivos países. Para tanto, dialogando com o pensamento gramsciano, foi realizada uma análise dos casos da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e da *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID). Assim, identificamos que suas fundações respondem a uma reconfiguração da cúpula agropecuária de cada país e encontramos não só semelhanças discursivas entre ABAG e AAPRESID, como estratégias de organização e mobilização política comuns, configurando uma nova lógica de representação empresarial.

Palabras-Clave: Hegemonia, Agronegócio, Lógica de Representación.

Abstract

This paper aims to reflect, on the way in which the dominant classes of Brazil and Argentine are represented and their strategies in the construction of agribusiness hegemony. For this purpose, dialoguing with Gramsci, a comparative analysis was carried out between the case of the Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) and the case of Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID). Therefore, we were able to identify that their foundation responds to a reconfiguration of the dominant classes of each country and find not only discursive similarities between ABAG and AAPRESID, but common strategies for organization and political mobilization, configuring a new logic of business representation in Brazil's and Argentina's agribusiness.

Keywords: Hegemony, Agribusiness, Representation Logics.

* IESAC (UNQ), FCAyF (UNLP)/CONICET, Argentina; doloresliaudat@gmail.com

** Estudiante de doctorado del PPGH/UFE, Brasil; afonsomenezes@gmail.com

I. A modo de introducción: nuevas lógicas de representación empresariales y hegemonía en el capitalismo agropecuario contemporáneo.

Durante los años noventa, el modelo de agronegocios se consolidó como hegemónico en países como Argentina y Brasil. Este proceso, que supone la integración de la industria y el agro en cadenas de valor transectoriales, hizo parte de un contexto más amplio de hegemonía neoliberal, fundado en el nuevo patrón de acumulación por desposesión y la progresiva liberalización de los mercados financieros internacionales a partir de la década del setenta (Harvey, 2005). En este marco se sucedieron transformaciones significativas en la producción agropecuaria, especialmente de la mano de las revoluciones tecnológicas (en maquinarias, semillas, agroquímicos y gestión de negocios), constituyéndose el actual régimen alimentario corporativo, fuertemente monopolizado por un pequeño conjunto de empresas transnacionales que promovieron la reorganización y especialización de las agriculturas nacionales para articularlas con sus cadenas globales de abastecimiento (McMichael, 2016). Esta nueva ordenación del sistema agroalimentario a nivel mundial, se articuló con la reconfiguración de las economías del cono sur, que abandonaron en este periodo la estrategia de industrialización por sustitución de importaciones (ISI) para dar lugar a una desregulación total de los mercados, lo que habilitó la entrada masiva de las multinacionales a estos países. Se desarrolló una nueva etapa, donde se ubicaron en el centro de sus economías las exportaciones primarias-extractivas de la mano de una resignificación total de las relaciones sociales agrarias con el aumento de la concentración y la aparición de nuevos actores que expandieron la producción bajo la lógica de los agronegocios¹. Estas transformaciones en la estructura social agraria impactaron en el plano institucional, especialmente en el modo en que las clases se organizan y defienden sus intereses.

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar, en perspectiva comparada y a la luz de las transformaciones sociales del capitalismo contemporáneo, sobre la forma como representan sus intereses los sectores dominantes agropecuarios de Brasil y Argentina y las estrategias que despliegan en la búsqueda de construcción de hegemonía del agronegocio en sus respectivos países. Específicamente nos enfocamos en el estudio del surgimiento de una nueva “lógica de representación” (Panero, 2013) en el mundo agropecuario, es decir de un nuevo modo de accionar, de vinculación con los afiliados y con otros actores institucionales, y de legitimación social. Este análisis lo realizamos sobre dos asociaciones

¹ Según Gras y Hernández (2020) la lógica de los agronegocios se basa en cuatro pilares fundamentales que “hicieron sistema”: el rol del conocimiento y las tecnologías (principalmente las biotecnologías en semillas y las tecnologías de la información y la comunicación), la activa participación del capital financiero, el acaparamiento de tierras y la tercerización de labores agrícolas en el ámbito productivo y las innovaciones organizacionales en la gestión de las empresas agroalimentarias.

que han asumido un enorme protagonismo en las últimas décadas: la Asociación Argentina de Productores de Siembra Directa (AAPRESID) y la Asociación Brasileña de Agronegocio (ABAG).

Tomamos como referencia teórica el pensamiento gramsciano a partir del concepto de hegemonía, entendiéndola como la dirección moral e intelectual de ciertas clases y fracciones de clase, capaces de presentar sus intereses particulares como los del conjunto de la sociedad². En este sentido buscaremos comprender de qué forma los sectores más dinámicos del modelo del agronegocio brasileño y argentino a través de ABAG y AAPRESID han asumido el protagonismo en la construcción, difusión y defensa de sus propios intereses frente a otras clases o fracciones de clases organizadas, disputando la hegemonía del modelo de desarrollo que pregonan. Según Gramsci, el terreno principal donde las clases disputan sus concepciones del mundo es la sociedad civil, la cual estaría compuesta por una serie de instituciones que asumen el lugar de trincheras en una guerra de posiciones. Esta lucha ideológica se expresa en términos de construcciones discursivas ya que las fuerzas en pugna se constituyen discursivamente e intentan hegemonizar a sus oponentes (Balsa, 2011). El núcleo fundamental en el que se organizan las diferentes fuerzas sociales que interactúan en la sociedad civil son, según Gramsci, los partidos políticos, los cuales disputan la dirección intelectual y moral del conjunto de la sociedad o de determinadas fracciones de la misma³, consolidándose como el vehículo por excelencia para la producción y la conducción de sus respectivos proyectos de hegemonía (Gramsci, 1999).

Desde esta perspectiva teórica, el presente trabajo realiza un estudio comparativo (Piovani y Krawczyk, 2017)⁴ sobre ABAG y AAPRESID prestando atención a dos grandes dimensiones que son presentados en los apartados centrales del artículo. Por un lado, el vínculo con las clases, y los intereses que pretenden representar y la diferenciación con las entidades patronales tradicionales. Por

² Para Gramsci el momento de la hegemonía es: "(...) aquél en que se alcanza la conciencia de que los propios intereses corporativos, en su desarrollo actual y futuro. Superan el círculo corporativo, de grupo meramente económico, y pueden y deben convertirse en intereses de otros grupos subordinados. Esta es la fase más estrictamente política, que señala el tránsito neto de la estructura a la esfera de las superestructuras complejas (...) determinando además los fines económicos y políticos, también la unidad intelectual y moral, situando todas las cuestiones en torno a las cuales hierve la lucha no en el plano corporativo sino en un plano "universal", y creando así la hegemonía de un grupo social fundamental sobre una serie de grupos subordinados" (Gramsci, 1999, p. 36).

³ Para Gramsci, el proceso de formación de las voluntades colectivas, es decir, la constitución de los diferentes partidos políticos de una determinada sociedad civil, adquiere gran valor para la comprensión de su propia formación social e histórica: "La historia de un partido, en suma, no podrá ser menos que la historia de un determinado grupo social. Pero este grupo no está aislado, tiene amigos, afines, adversarios, enemigos (...)" (Gramsci, 2000, p. 87).

⁴ Siguiendo a Piovani y Krawczyk (2017) entendemos al estudio comparativo como un tipo de investigación donde el objeto cognoscitivo principal implica la comparación sistemática de objetos complejos, como lo son las instituciones, prestando atención a determinadas propiedades. En este sentido incorporamos la comparación como recurso analítico entendiendo que nos posibilita una exploración adecuada del objeto de estudio.

otro lado, el modo de accionar que implementan y las estrategias que desarrollan en la sociedad civil para la disputa por la hegemonía. La investigación se realiza a partir de la revisión bibliográfica comparada sobre los estudios existentes acerca de ambas entidades y el análisis de los discursos en sus principales publicaciones institucionales (revistas, memorias, páginas de internet, etc). Los textos de las asociaciones constituyen selecciones de datos de la realidad, que se organizan de determinada forma para decir, dar a conocer e influenciar en el accionar de sus destinatarios, y por ende, son un elemento privilegiado tanto para el estudio de sus discursos y representaciones como para conocer sus prácticas institucionales (Carini, 2018).

II. El nacimiento de una nueva lógica de representación: orígenes, perfil y composición social de ABAG y AAPRESID

Tanto ABAG como AAPRESID son el reflejo de un proceso de recomposición de la estructura social agraria a partir de las nuevas coordenadas del sistema agroalimentario mundial y de las políticas de liberalización del agro en Brasil y Argentina en las últimas décadas del siglo XX.

La ABAG fue fundada después de un período de intensas luchas políticas relacionadas con la crisis económica y el proceso de apertura política con el fin de la dictadura militar durante la década de 1980. Las transformaciones sufridas en el proceso de modernización de la agricultura⁵, impuesto por la dictadura a lo largo de los años sesenta y setenta, tuvieron un impacto directo en el perfil político y organizativo de los grandes terratenientes y productores rurales generando una profunda reorganización y renovación de su liderazgo (Da Silva, 1993 Bruno, 2009; Mendonça, 2010). En estos años, estos sectores buscaron superar lo que se diagnosticaba como una crisis entre la representación política formal/legal y la representación real (Da Silva, 1993). Por un lado, la diversificación sectorial de las cadenas productivas de los complejos agroindustriales había fomentado la proliferación de una serie de asociaciones de productos y multiproductos⁶ que venían sirviendo de canales de interlocución más eficientes que las entidades consideradas más tradicionales, como la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA), la Sociedad Rural Brasileira (SRB) y la Organización de Cooperativas Brasileñas (OCB). Por otro lado, la insatisfacción con la representación sindical y formal de la Confederación Nacional de Agricultura⁷ y la sensación de inseguridad frente al

⁵ La modernización de la agricultura brasileira se llevó a cabo entre 1960 y 1970. A pesar de haber insertado en el país los patrones productivos de la revolución verde, favoreció la concentración de la propiedad y de la renta rural. Sobre este proceso ver: Delgado (2012).

⁶ Por ejemplo, podemos citar: ABRAMILHO, ORPLANA, ABIC, ABCZ, CNPC, SNPC, ABIA, ABIMAQ, ABIOVE, ABRASSEM, ANDA, ANDEF, ANFAR.

⁷ Sobre la SNA, SRB, OCB, CNA y UDR ver: Bruno (2009); Mendonça (2010).

crecimiento del movimiento de ocupaciones de tierra y en defensa de la reforma agraria, abrió un campo importante de disputa entre viejos y nuevos líderes, que reorganizó el campo de la representación política de las fracciones agrarias de las clases dominantes, dando lugar a nuevas organizaciones, como la Unión Democrática Ruralista (UDR), el Frente Amplio de la Agropecuaria Brasileira (FAAB), y la propia ABAG, entre otros.

Los fundadores de ABAG han sido identificados como una nueva generación política que, estando primeramente organizados en el FAAB (1986-1991)⁸, lograron renovar las direcciones de las entidades más tradicionales, articulándolas a las nuevas asociaciones representativas de las cadenas agroindustriales. A partir del éxito organizativo del Frente Amplio, estos líderes lanzaron el 6 de abril de 1993 una propuesta más ambiciosa: la Asociación Brasileira del Agronegocio (ABAG). Esta entidad profundizó el trabajo de dirección ideológica destinado a hacer converger los intereses de los productores y empresarios agropecuarios con otras fracciones del capital (Da Silva, 1993; Bruno, 1997; 2009; Mendonça, 2010).

Así, con el fin de “buscar o equilíbrio nas cadeias produtivas do agronegócio, para valorizá-las, ressaltando sua importância fundamental para o desenvolvimento sustentável do Brasil” (ABAG, 2019); ABAG afirma que su objetivo principal es la conquista de “liderança global brasileira, na oferta, de forma competitiva, de produtos agroindustriais” (ABAG, 2019). Desde el principio, la nueva entidad se presentó con una propuesta de “ruptura de paradigmas”⁹ con relación al modelo productivo y al perfil social, organizativo y discursivo del empresariado rural. Los principales dirigentes de la entidad, aunque por su origen social pertenecen a las tradicionales élites de propietarios y productores rurales del país, se caracterizaron por representar una nueva generación de líderes jóvenes con conocimientos académicos. La mayoría de ellos estudió en tradicionales centros universitarios nacionales e internacionales, teniendo contacto con los trabajos académicos sobre *agribusiness* desarrollados en los Estados Unidos, particularmente en los seminarios coordinados por Ray Goldberg en la *Harvard Business School* (HBS) (Lacerda, 2011; Grynszpan, 2012; Mendonça y Oliveira, 2015).

Unos años antes en Argentina, específicamente el primero de agosto de 1989, se fundaba AAPRESID a partir de la iniciativa de algunos miembros de la

⁸ El FAAB, además de seguir, a través de un bloque parlamentario, los debates de la Constitución de 1988 sobre la propiedad de la tierra – defendiendo su inviolabilidad absoluta – y una legislación sobre la producción agrícola, actuó en otras tres cuestiones relevantes: (a) buscó rearticular el conjunto de las representaciones políticas de grandes propietarios, productores y empresarios rurales frente al creciente movimiento de ocupaciones de tierra, (b) disputó el liderazgo de estos grupos sociales con la UDR y otras asociaciones de defensa de la propiedad de la tierra (c) y organizó un fuerte lobby por compensaciones económicas en razón de la inestabilidad monetaria y del fin del modelo de subsidios al crédito para grandes productores agropecuarios (Fernandes, 2018).

⁹ Ruptura de Paradigmas fue el título del discurso de Ney Bittencourt de Araújo, primer presidente de ABAG, en el evento de fundación de la entidad (ABAG, 2013)

mediana y grande burguesía agropecuaria pampeana, caracterizados también por contar con formación profesional, que se organizaron inicialmente en pos del impulso de la siembra directa el país (que ya se desarrollaba en ese momento en otros lugares del mundo) ante las limitaciones que encontraban en el accionar de los institutos públicos encargados de promover los cambios tecnológicos (Alapín, 2009). Si bien la asociación se crea formalmente en 1989, sus orígenes pueden rastrearse en la última dictadura militar argentina (1976 -1983) cuando fueron expulsados una serie de referentes de la universidad y de instituciones como el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), que luego se nuclean en la fundación de AAPRESID (Hernández, 2013). La asociación radicó su domicilio legal en la ciudad de Rosario (provincia de Santa Fe), marcando así una distancia simbólica con Buenos Aires y la Sociedad Rural Argentina (SRA), la principal entidad hasta ese momento de representación de las fracciones dominantes agropecuarias cuya sede se ubica en la capital argentina (Hernández, 2013).

Al igual que ABAG, AAPRESID es expresión de un proceso de recomposición de la cúpula del sector agropecuario argentino y de una crisis de representación de las asociaciones gremiales que históricamente buscaron representar al sector, cumpliendo el papel de mediación política frente al Estado: Sociedad Rural Argentina (SRA), Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), Federación Agraria (FAA) y Confederación Intercooperativa Agropecuaria (CONINAGRO). Las políticas desarrolladas en Argentina desde la última dictadura militar (1976-1983) – y profundizadas en la década del 1990 bajo el gobierno neoliberal de Carlos Menem – tuvieron importantes consecuencias en las formas de organizar la producción agropecuaria y en la estructura social agraria. Por un lado, las multinacionales lograron constituirse como un resorte clave del sistema agroalimentario local a través del desmantelamiento del sistema público de investigación en tecnología agropecuaria, la apertura comercial y la privatización de los puertos. Por otro lado, a partir de la desregulación del sector y las facilidades otorgadas al capital financiero, la estructura social agraria tuvo importantes modificaciones. Entre ellas se destacan el aumento de la concentración, la recomposición social de algunos sujetos y el surgimiento de nuevos actores (los *pools* de siembra y las mega y grandes empresas en red) de la mano del avance del capital financiero y de la incorporación de las innovaciones tecnológicas en el sector.

Estas transformaciones en la estructura social agraria han impactado en el ámbito de las representaciones institucionales del agro, principalmente sobre la entidad que históricamente pretendió representar a las fracciones dominantes del sector: la SRA. Una serie de autores han dado cuenta de la crisis de representación que la misma atravesó a partir de un conjunto de cambios sociales y políticos (Heredia, 2003; Lattuada, 2006; Panero, 2013). Entre ellos podemos señalar la transformación en las últimas décadas de la base social que representa; del

desacople entre sus acciones netamente gremiales y sus discursos (que otorgan por ejemplo escasa importancia al cambio tecnológico) y los intereses de la nueva fracción dominante del agro; la retracción del Estado durante los 1990 que puso en jaque al principal destinatario de las políticas reivindicativas de las asociaciones gremiales agropecuarias (y específicamente a la SRA quien apoyó activamente al gobierno de turno); y la aparición de un conjunto de nuevas entidades organizadas en torno a las cadenas de producción o a las nuevas tecnologías (entre las que sobresale AAPRESID) que se ocuparon de dar respuestas a las necesidades y los problemas microeconómicos que enfrentaron los actores agropecuarios en el proceso de modernización de la agricultura¹⁰.

AAPRESID marcó desde un comienzo una distancia tanto de carácter simbólico como político, con las entidades tradicionales del agro argentino, y especialmente con la Sociedad Rural Argentina. En sus discursos se separan de la SRA (al igual que al resto de las entidades gremiales sectoriales) al caracterizarlos como retardatarios, corporativos y en una situación de demanda permanente frente a la esfera estatal. Por el contrario, ellos definen su perfil en el mapa organizacional agropecuario, señalando que su accionar no se destina a la confrontación o negociación con el Estado sino a la acción proactiva de sus asociados en la transformación del paradigma productivo a partir de la incorporación de innovaciones tecnológicas y de manejo de las empresas. En este sentido, la influencia de AAPRESID empezó a crecer enormemente a partir de la introducción de los transgénicos.

La constitución de un perfil mediante el cual buscan posicionarse por encima de las confrontaciones históricas en el agro, especialmente en torno a la tierra, es una característica tanto de AAPRESID como de ABAG, quienes se definen como organizaciones apolíticas. En los discursos fundacionales de ambas entidades es posible visibilizar la intención de presentarse como vanguardias de un nuevo “paradigma” cuyo rasgo principal sería el saber experto en la producción y la búsqueda de la sustentabilidad social, ambiental y económica¹¹. En este sentido, asume una gran centralidad la innovación tecnológica como el único medio de aumentar la producción sin afectar los recursos naturales¹². Sin embargo, el discurso que promueven ambas asociaciones no se ha centrado únicamente

¹⁰ Entre las mismas podemos nombrar a MAIZAR, ACSOJA, ARGENTRIGO, ACTA y AAGIR.

¹¹ Por ejemplo, para Araújo, los problemas estructurales de Brasil eran el desenvolvimiento de ventajas competitivas a través del mejoramiento productivo, las excesivas restricciones de la economía local al capital multinacional y la preservación del medio ambiente, en una visión del mismo que incluye el desarrollo económico, la educación, la ciencia y la tecnología, ya que solo “*a qualidade e a produtividade permitem um investimento adequado, urbano e rural, nos delicados mecanismos de uso adequado dos recursos disponíveis*” (ABAG, 2013, p. 11).

¹² Según el líder de la entidad, Victor Trucco (2015): “El desafío ahora consiste en lograr que la supervivencia del hombre tenga un lugar preservando los recursos naturales para que las próximas generaciones puedan hacer lo propio”.

en la defensa de las nuevas tecnologías, sino también en la importancia de la coordinación política entre los intereses económicos de los actores de la cadena agroalimentaria para la defensa de la libertad de comercialización, la reducción de cargas impositivas y costos laborales, el desarrollo de la infraestructura y conectividad y la regulación de la propiedad intelectual.

Desde esta construcción identitaria como entidades que valoran la técnica y la gestión profesional AAPRESID y ABAG se ubican como mediadoras entre las empresas agropecuarias y el Estado, tanto a través del fomento de vínculos con las universidades públicas y organismos de investigación para la realización de estudios (sobre nuevas tecnologías, cuestiones comerciales y financieras, relaciones internacionales, entre otros) que aporten al desarrollo del agronegocio en cada país, como en la promoción de legislaciones y políticas públicas que favorezcan los intereses de los sectores a los que representan¹³. A lo largo de los años avanzaron en esta línea de intervención en pos de colaborar con las agencias del Estado para que identifiquen las lógicas del sistema capitalista global y promuevan políticas que se adapten a las mismas aprovechando al máximo las capacidades de sus respectivos países. Sus intervenciones las han justificado desde su referencia en el campo del conocimiento y su trayectoria como empresarios exitosos e innovadores. A través de la intervención en el Estado los representantes de estas asociaciones (participando directamente como funcionarios o mediante el lobby) logran que el discurso que venían pregonando gane en “objetividad”¹⁴, es decir que supere su carácter de visión de grupo, construyendo una realidad legal que guía el accionar de los actores del sistema agroalimentario.

Con respecto a la composición social, la particularidad de estas entidades es que incorporan no solo a productores agropecuarios, sino a miembros de diferentes fracciones del capital: agrario, comercial, industrial y financiero. De esta manera, asumen en términos gramscianos el papel de un partido, ejerciendo la función de: “(...) equilibrio y arbitraje entre los intereses de su grupo y los otros grupos, haciendo que el desarrollo del grupo representado ocurra con el consenso

¹³ Sobre el tema, resaltamos el rol que ambas asociaciones han cumplido en la aprobación de las semillas transgénicas en sus respectivos países. AAPRESID fue la primera institución en apoyar la apertura del mercado argentino a los OGM, y de promoverlos a través de la organización de un seminario junto con el *David Rockefeller Center for Latin American Studies*. En Brasil, este debate ha sido influenciado en larga medida por la expansión clandestina de la superficie sembrada con semillas transgénicas desde Argentina hacia los estados del sur del país. La polémica sobre la reglamentación y legalización del uso de la soja transgénica ganó mucha relevancia desde primeros años de la década de 2000. En estos años, con Roberto Rodrigues como Ministro de Agricultura, ABAG jugó un papel protagónico en la aprobación de la llamada “Lei de Biossegurança”, sancionada el año 2005.

¹⁴ Gramsci afirma que “objetivo significa precisa y únicamente esto: que se afirma ser objetivo, realidad objetiva; aquella realidad que es establecida por todos los hombres, que es independiente de todo punto de vista simplemente particular o de grupo” (Gramsci, 1986, p. 308).

y la ayuda de los grupos aliados, y en ciertos casos con el de los grupos adversarios más hostiles” (Gramsci, 2007, p. 59).

En el caso de ABAG, esta articulación de intereses es construida tanto mediante la participación de empresas de diferentes ramas como de organizaciones sectoriales. Es importante destacar que los asociados en dicha entidad no son individuos sino empresas y entidades. Según Mendonça y Oliveira (2015), quienes analizaron la composición de la asociación entre 2003 y 2013, la ABAG, en este espacio de diez años, dio un salto de 53 a 74 asociados. En 2019, la entidad tenía 89 miembros¹⁵. A partir de una observación de sus asociados, se puede concluir que, además de la destacada diversidad de actores vinculados a los diferentes eslabones de las cadenas de producción agroindustriales y de las principales asociaciones sectoriales de Brasil, ABAG también tiene como asociados a corporaciones transnacionales, instituciones financieras, firmas de abogados, la mayor empresa de comunicación de su país (*Globo*), e incluso, la empresa pública de investigación agropecuaria (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias)¹⁶. En los diez años analizados por los autores, es posible notar que, incluso con un alto grado de rotación en sus miembros, hubo una expansión considerable de su alcance social. En este sentido, Mendonça y Oliveira (2015), consideran que mucho más que una articulación política entre diferentes asociaciones de propietarios y empresarios rurales, como fue el caso de la experiencia del FAAB, la ABAG se constituye como un *pool* de empresas, dada la presencia directa y mayoritaria de diversos intereses privados articulados por el agronegocio. Con su sede ubicada en la capital paulista, ABAG tiene entre sus asociados grandes productores y propietarios rurales del estado de São Paulo en asociación con otros sectores del capital financiero y transnacional, lo que hace que su fuerza política esté mayormente concentrada entre la élite rural de este estado. Sin embargo, la presencia de empresarios y propietarios de otros estados, en particular aquellos donde la producción rural del agronegocio está ubicada, como Minas Gerais, los de la región sur y todas las demás regiones de frontera agrícola en el Cerrado y en la Amazonia, también es significativa.

En el caso de AAPRESID, como señalamos antes, desde su nacimiento se distanció de las entidades gremiales tradicionales cuya base social históricamente han sido los terratenientes y productores rurales, erigiéndose en representante de los intereses de la cadena de producción agrícola en su conjunto, incorporando actores que intervienen en las diferentes fases de esta. Desde su origen, la asociación buscó que las patronales rurales sean conscientes de que el alcance de sus

¹⁵ Miembros de 2019 consultados en ABAG. Associados. Disponible en: <<http://www.abag.com.br/institucional/associados>>. Acceso en: 29 de sep. 2019.

¹⁶ Destacamos dos megaempresas argentinas socias de ABAG: Adecoagro, en el 2013, y, actualmente, El Tejar.

intereses corporativos, era posible solo en alianza con las otras fracciones del capital. Es así como, al igual que ABAG, la entidad argentina consta con diferentes tipos de socios, pero incorpora tanto a individuos como a empresas, y no contemplan a organizaciones sectoriales. De tal manera, entre los afiliados de la AAPRESID nos encontramos con productores y empresarios agropecuarios, empresas multinacionales proveedoras de insumos y pymes o firmas comerciales. Actualmente la entidad contaría con alrededor de 2000 socios productores, técnicos y empresas, así como 37 grupos regionales ubicados principalmente en la región pampeana argentina, la mejor zona de producción del país¹⁷. En comparación con las entidades gremiales del agro argentino, la referencia material de la entidad no es la explotación agropecuaria y el anclaje de sus asociados no residiría en la estructura de clases agraria, sino que la referencia sería el sistema global agroalimentario y el anclaje de la cadena productiva en su conjunto, cuyos intereses busca representar para el impulso del “negocio” en general (Dougnac *et al.*, 2007, p. 3).

En dicha entidad asume importancia la participación de un nuevo tipo de actor: las megaempresas¹⁸, quienes han sido grandes promotoras de las transformaciones del modelo de producción del agro pampeano bajo la lógica de los agronegocios. Estas empresas impulsaron el avance del capital sobre el agro desde un modo de organizar la producción en donde se alcanzan grandes escalas productivas a través de diferentes formas de control de la tierra, y se trabaja con múltiples estrategias de financiamiento y manejo del riesgo, y en base a la contratación de terceros para las labores. Es relevante destacar el lugar de este tipo de empresas ya que dan cuenta de que el avance de los agronegocios en Argentina se llevó a cabo de una manera un tanto diferente a la de Brasil, donde se dieron de la mano de formatos empresariales más clásicos, asentados sobre la propiedad de activos (tierra y capital fijo) en empresas integradas (Gras y Sosa Varotti, 2013).

Por último, es relevante destacar que ABAG y AAPRESID comparten espacios de organización y articulación política internacional, entre los que se destacan el

¹⁷ Se destaca que desde 2013 funciona la primera regional internacional de AAPRESID en Lavras do Sul, Río Grande do Sul (AAPRESID, 2020).

¹⁸ Este estrato está compuesto por alrededor de diez empresas dirigidas por argentinos, que manejan más de 100 mil hectáreas cada una y facturan más de 1.000 millones de dólares. Se pueden mencionar a Adecoagro, AGD, Unitec Agro, MSU, Los Grobo, CRESUD, y El Tejar. Algunas provienen de familias del sector agropecuario pero no forman parte de las familias tradicionales de grandes terratenientes, en otros casos se trata del ingreso de magnates de las finanzas en el negocio agropecuario. El factor central es el control del proceso productivo y no la posesión de tierras (ellos se expanden principalmente arrendando), y se organizan en “redes” (Liaudat, 2018).

Grupo de Líderes Empresariales (LIDE)¹⁹ y el Grupo de Países Productores del Sur (GPS)²⁰. Mientras el LIDE tiene en Brasil y Argentina secciones temáticas sobre agronegocios que han sido creadas, respectivamente, por Roberto Rodrigues (ABAG) y Gustavo Grobocopatel (AAPRESID), promoviendo foros sobre la agenda política y económica, el GPS se constituye como un espacio de reunión de las más dinámicas asociaciones privadas del Cono Sur que tiene entre sus objetivos principales articular “para lograr el posicionamiento de la agroindustria con una mirada estratégica de la región y del mundo” (GPS, 2020). Con este fin, generan diversos tipos de publicaciones para proveer información y análisis, que pretenden constituirse en la base para la determinación de políticas públicas. Sus ideas las difunden a través de foros nacionales, regionales e internacionales.

En términos generales, más allá de algunas diferencias en la composición social de las entidades, AAPRESID y ABAG buscan constituir una nueva “lógica de representación” en el mundo agropecuario de sus respectivos países, donde el anclaje social de clases (y sus antagonismos históricos) no tendría sentido, siendo reemplazado por formas de representación por producto y que tienen como objetivo la promoción y el desarrollo de las cadenas productivas que representan, no solo a partir del desenvolvimiento de determinadas condiciones económicas sino también de las condiciones tecnológicas necesarias para la inserción competitiva de las mismas a nivel global. En sus discursos la representación es interpretada como la superación de las diferencias entre pares. Sin embargo, por fuera de los objetivos que se atribuyen y la representación universal y sin contradicciones que pregonan, lo cierto es que la mayor parte de sus miembros pertenecen a la cúpula del sector y que el objetivo de dichas entidades excede la conquista de competitividad en el sistema agroalimentario mundial, para pregonar todo un conjunto de ideas sobre el desarrollo de la sociedad propias del discurso ideológico de los agronegocios. En el siguiente apartado indagamos en las acciones que ambas entidades impulsan para la construcción de la hegemonía de dicha discursividad.

¹⁹ Fundado en 2003 por un grupo de empresarios paulistas liderados por João Doria, actual gobernador de São Paulo, LIDE se volvió una referencia política nacional e internacional, trascendiendo las fronteras brasileras con la organización de representaciones en otros 14 países. Entre estas representaciones, LIDE Argentina parece ser una de las más activas. La misma fue fundada en 2010 y reúne grandes corporaciones e instituciones privadas de la economía y de los agronegocios argentinos (LIDE, 2020).

²⁰ Fundado en 2013, el GPS reúne instituciones de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, siendo su composición la siguiente: de Brasil participan ABAG, FIESP y GV-Agro; de Argentina, AAPRESID, AACREA, ACTA, ACSOJA, Argentrigo, ASAGIR, MAIZAR y la Fundación INAI; de Paraguay, INBIO, DENDE y UGP; y de Uruguay, CMPPE, CURI, UEU, ACA, ARU (GPS, 2020).

III. La construcción y difusión del discurso de los agronegocios: el despliegue de acciones para la disputa hegemónica

El concepto de agronegocios nació de la mano de John Davis y Ray Goldberg (*Harvard Business School*) en Estados Unidos a mediados de los años 1950. Desde ese momento, el concepto tomó “vida propia” convirtiéndose en el modo de justificar el avance del capital industrial sobre el agro en el escenario internacional. Si bien la definición del modelo de los agronegocios es maleable según los autores, la mayoría identifica como los rasgos claves, la orientación hacia la demanda mundial, la integración vertical y horizontal (con el supuesto de la complementariedad entre los diferentes actores de la cadena) y el establecimiento de contratos (Liaudat, 2018). Las multinacionales difundieron a nivel internacional el discurso ideológico de los agronegocios²¹ como el modo de justificar su lugar en el régimen agroalimentario y compeler a que los actores agropecuarios de los países periféricos adapten la producción a sus necesidades. Pero para que los agronegocios puedan disputar la hegemonía en los diferentes escenarios nacionales fue necesario que las fracciones de clase predominantes en la estructura agraria local impulsaran una serie de iniciativas, a través de las cuales defienden los beneficios del modelo, al mismo tiempo que justifican su posición dominante en el mismo y buscan constituirse como clase dirigente. AAPRESID y ABAG asumieron un rol clave en el desarrollo de la disputa ideológica en Argentina y Brasil respectivamente a partir de una adaptación discursiva de los agronegocios a las realidades locales de sus países. En este sentido es necesario destacar que esta disputa ideológica no opera en el vacío, sino que entra en conflicto con las otras discursividades sobre el agro que históricamente estuvieron presentes en los respectivos países (como la agricultura campesina y familiar) y con los nuevos discursos críticos que emergieron frente al avance de este modelo productivo (como el ambientalismo)²².

Diversos analistas han abordado la construcción de discursos de cada una

²¹ En la obra Gramsci, la ideología deja de ser entendida solamente como un sistema de ideas, para enfatizar su carácter de práctica social en tanto los sujetos la incorporan como guía para su acción. En este sentido Coutinho sostiene: “la lucha por la hegemonía implica una acción que, derivada para la efectivización de un resultado objetivo en el plano social, presupone la construcción de un universo intersubjetivo de creencias y valores” (Coutinho, 1999, p. 115). En este caso nos referimos al “discurso ideológico de los agronegocios” para hablar de un fenómeno discursivo que supone una determinada definición de la realidad y de lo que es bueno o correcto que se incorpora como pautas conductuales de los individuos.

²² Estos discursos son enunciados actualmente en Brasil y Argentina por movimientos sociales agrarios y urbanos que luchan contra las consecuencias sociales de los agronegocios en los territorios. Entre los más relevantes se encuentran el Movimento Sem Terra, Movimento de Pequenos Agricultores, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, Articulação Nacional de Agroecologia, de Brasil, y en Argentina las asambleas ciudadanas de pueblos afectados por las fumigaciones (como las Madres de Ituzaingó y Paren de Fumigar) y las organizaciones campesinas nucleadas en el Foro Nacional por un Programa Agrario Soberano y Popular.

de estas entidades (Bruno, 2009, Mendonça y Oliveira, 2015, Liaudat, 2015; 2018). En una lectura comparada, podemos identificar cuatro tópicos discursivos similares en las publicaciones e intervenciones de los referentes de AAPRESID y ABAG. En primer lugar, la definición de los agronegocios como un modelo donde todos los actores involucrados ganan, y donde no existirían conflictos sociales tras la idea de una supuesta comunidad agroalimentaria y de un desarrollo de la producción en redes que se basan en vínculos horizontales y de complementariedad entre los actores. En segundo lugar, la concepción del agronegocio como un producto de la evolución y el progreso de la ciencia, las tecnologías y la producción, y por ende la creencia en la ausencia de alternativas históricas. En tercer lugar, la presentación del agronegocio como un modelo que otorga beneficios al conjunto de la sociedad, al menos en tres sentidos: en el plano ambiental (argumentando que el mismo posibilita el desarrollo sustentable), en la lucha contra el hambre en el mundo y en el desarrollo nacional mediante el aporte al crecimiento del producto bruto interno y en las divisas. Por último, la definición de los protagonistas del modelo como líderes y empresarios innovadores y de quienes no se adaptan como sujetos retardatarios.

Pero la resolución de la hegemonía involucra una disputa que se da no solo en el plano del debate de ideas, sino en el terreno de la difusión de las ideologías²³. AAPRESID y ABAG despliegan una serie de estrategias similares para la difusión de su concepción del mundo, con el objetivo de incidir por un lado en el sentido común sobre la actividad agropecuaria y el desarrollo nacional y, por otro lado, de formar recursos humanos que se apropien de dicha visión en acciones vitales. Entre las técnicas de difusión utilizadas, sobresalen los congresos anuales de las entidades, las políticas comunicacionales y los programas educativos.

Los congresos anuales son un espacio de discusión sobre la realidad del sector agroalimentario, los límites en la actividad y los desafíos de esta. AAPRESID llevó a cabo su primer congreso en 1992 y desde ese momento se constituye en el principal espacio de encuentro de la entidad. Lo llevan a cabo en sede rotativas en grandes ciudades de la región pampeana (el último congreso, por ejemplo, fue en Rosario) mediante plenarias y talleres, y el desarrollo de un parque de maquinarias, en consonancia con el mayor énfasis de esta entidad en la difusión de los cambios tecnológicos. ABAG, por su parte, realizó su primer congreso casi una década después de su fundación, en el año 2002, en un contexto de expansión del

²³ En este sentido Gramsci plantea que “la filosofía como concepción del mundo y la actividad filosófica no (debe ser) concebida ya (solamente) como elaboración individual de conceptos sistemáticamente coherentes, sino además y especialmente como lucha cultural para transformar la ‘mentalidad popular’. Y más adelante agrega que “se trata por lo tanto de elaborar una filosofía que teniendo ya una difusión, o difusividad, por estar conectada con la vida práctica e implícita en ella, se convierta en un renovado sentido común sintiendo siempre la exigencia del contacto cultural con los simples” (Gramsci, 1986, p. 251).

modelo de los agronegocios en Brasil y de consolidación del liderazgo de la entidad. Los congresos se realizan en la ciudad de San Pablo con paneles donde se tratan los temas centrales que eligen para cada año. Los congresos de ambas asociaciones son patrocinados por multinacionales, quienes pagan un canon para la difusión de su marca en los mismos. A su vez, entre quienes los auspician se encuentran distintas dependencias estatales, lo que demuestra el entrelazamiento de los intereses públicos y privados, entre el Estado y la sociedad civil.

En estos eventos masivos se genera un espacio para la producción y el tráfico de conceptos gestados en otros países y de diferentes disciplinas. Así, la composición de los paneles abarca desde los principales referentes de las entidades, empresarios y trabajadores de dirección de las empresas agroalimentarias, académicos, periodistas, presidentes de otras asociaciones patronales y representantes de la sociedad política. Al revisar los principales temas abordados en los mismos podemos encontrar una enorme similitud.

En el caso de AAPRESID, como lo sintetizó el ex-presidente de la asociación, Cesar Belloso (2012), durante el congreso del año 2012, las primeras ediciones (entre 1992 y 1998) tenían un formato más sencillo volcado hacia la difusión de nuevas técnicas que garanticen una mayor productividad y rentabilidad, especialmente la siembra directa. A partir de 1999, con la intensificación de la expansión del modelo de los agronegocios en Argentina y la consolidación de AAPRESID como uno de sus principales referentes, se nota una diversificación de los temas de los congresos²⁴ (apareciendo tópicos como el poder del conocimiento, la responsabilidad social, la sustentabilidad y la búsqueda de rentabilidad en el mercado global) y los cambios en su trayectoria histórica desde una preocupación específicamente técnica hacia un perfil más netamente político, especialmente desde el 2008 a partir del conflicto entre las patronales agrarias y el gobierno nacional por las retenciones a las exportaciones²⁵. Desde ese año en los congresos se otorgó mayor centralidad a los debates coyunturales de políticas económicas y a la discusión de los modelos de desarrollo nacional. En el caso de ABAG, los Congresos Brasileiros del Agronegócio (CBA) han sido realizados desde el comienzo sobre temas generales ligados a las políticas económicas como las oportunidades del mercado mundial, los mercados financieros, la reducción

²⁴ Entre los nombres de los congresos de AAPRESID que dan cuenta de las principales temáticas de los mismos, se encuentran: Rentabilidad y Sustentabilidad (1999), El Desafío es Innovar (2000), Desafíos de la Agricultura del Mundo Globalizado (2001), La Hora del Empowerment (2004) Cambio de Paradigmas (2005), La Era del Eco Progreso (2009), El Cuarto Elemento (2010), CQ Inteligencia Colaborativa (2011), Otra Tierra (2013), Biosapiens – La Hora del Suelo (2015), Sustentología (2018) (AAPRESID, 1990-2003; 2004-2019).

²⁵ A partir del anuncio de la resolución 125/08 se desarrolló uno de los conflictos más importantes de la historia del agro argentino. Esta resolución establecía el aumento a las retenciones a la exportación de productos agropecuarios y la adopción de un carácter móvil para las mismas. En rechazo a esta medida las entidades gremiales del sector impulsaron medidas de acción directa durante cuatro meses logrando dar de baja la resolución.

de costos en la producción (como el tema impositivo y tecnológico), el desarrollo sustentable, las políticas públicas para la cadena agroalimentaria y las estrategias de comunicación del sector con el conjunto de la sociedad²⁶.

Mediante el desarrollo de los congresos, ABAG y AARESID, buscan diversos objetivos: posicionarse en un espacio de interlocución que excede los escenarios nacionales para ubicarse como vanguardia a nivel global, abordando problemáticas que atañen a la humanidad toda y que competen al conjunto de la sociedad (como el desarrollo sustentable y la seguridad alimentaria); lograr la unidad y el consenso entre los diferentes intereses económicos de la cadena agroalimentaria; la construcción de un sentido de comunidad detrás de la visión de desarrollo de los agronegocios entre la diversidad de actores que participan de los mismos (productores, periodistas, políticos, académicos, gerentes de grandes firmas transnacionales); y la construcción de lazos sociales y políticos entre los representantes de la sociedad civil y de la sociedad política que participan de los congresos.

En lo que respecta a la comunicación, Gramsci sostuvo que se trata de la parte más dinámica de la superestructura ideológica, caracterizándola como “la organización material empeñada en mantener, difundir y desarrollar el frente teórico e ideológico” (Gramsci, 2000, p. 197). En este sentido, la misma asume un lugar estratégico en la construcción de hegemonía de ambas entidades, tanto para la formación de consensos entre las cadenas de producción, como para la construcción de la legitimidad del modelo de los agronegocios. De esta manera lo plantean:

A qualidade da mensagem é importante para ABAG desempenhar seu papel na formação dos consensos entre as cadeias produtivas e nos acordos nacionais e internacionais. Não é apenas a função institucional e de relacionamento, mas a de edificação do desenvolvimento. Essa tarefa desafiadora conta com três alicerces: transmitir informações inovadoras, atender às expectativas dos agentes e ajudar na sensibilização da opinião pública (...) Em sua comunicação, a ABAG busca narrativa de conteúdo para a opinião pública se identificar com a cadeia produtiva a partir das atividades do campo (ABAG, 2013, p. 53).
Comunicar. Más y mejor. Ese es uno de los ejes que Aapresid se propuso potenciar al momento de trazar su plan estratégico a sabiendas de una necesidad explícita que le toca a cada actor de la Comunidad

²⁶ Entre los nombres de los CBA que dan cuenta de las principales temáticas de los mismos se encuentran: *Creando Ventajas Competitivas* (2004); *Alimentos, Energía y Sostenibilidad* (2005); *Brasil: Un Solo Agronegocio* (2007), *Agronegocios es Sostenibilidad: crisis y oportunidad* (2009), *Escenarios 2011 – Comunicación y Gobernanza* (2010), *Alimentos y Energía: seguridad global* (2012), *Logística e infraestructura* (2013), *Sostener e Integrar* (2014), “*Agronegocio Brasileiro: Valorización y Protagonismo* (2015), *Exportar para Sostener* (2018) (ABAG, 2013; 2020).

Agroalimentaria. A casi 10 años de “la 125” el distanciamiento entre el campo y la sociedad sigue vivo e incluso se siente cada vez más pronunciado, enquistado en prejuicios y conceptos erróneos. (...) Comunicar. Más y mejor. ¿Cómo se hace? Trabajando, con método, con información fiable, comprobada científicamente (AAPRESID, 2021).

Tanto AAPRESID como ABAG parten de la preocupación sobre la supuesta visión negativa que la ciudad tiene sobre el campo por sostenerse la mirada de la misma en el desconocimiento y los prejuicios. Por esto desarrollan una variedad de estrategias comunicacionales dirigidas a los protagonistas de la producción agroalimentaria y al conjunto de la sociedad. Entre las iniciativas que cada una impulsa, con un lenguaje específico según el auditorio al que se dirigen, se encuentra el sostenimiento de páginas web, de perfiles en las redes sociales, de revistas y periódicos informativos, el desarrollo de encuestas de opinión, la creación de videos de difusión sobre determinadas temáticas, la participación activa en las ferias tecnológicas (Expoagro en Argentina y Agrishow en Brasil), la publicación de materiales específicos como manuales, documentos y libros, y la participación en movimientos y foros de opinión. Se destacan entre estos últimos, la creación por AAPRESID del Grupo BIO²⁷ y la participación en el Programa *Por qué Biotecnología* de la asociación ARGENBIO²⁸, ambas instancias orientadas a difundir en los medios de comunicación y en el ámbito educativo las bondades del campo biotecnológico; y la participación de ABAG en la construcción de piezas publicitarias en la televisión, como la campaña Agro – La Industria-Riqueza de Brasil lanzada en el año 2016 con el lema *Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo*²⁹. El objetivo de la campaña fue mostrar al consumidor el nivel de desarrollo tecnológico de la producción agropecuaria nacional y su importancia para el conjunto de la sociedad y de sus cadenas productivas. Esta pieza publicitaria todavía sigue siendo exhibida en la TV Globo, una de las empresas socias de ABAG que, junto con JBS y Ford, estuvieron involucradas en su creación. Pero además de las acciones comunicacionales propias y aquellas que construyen con otras entidades y empresas, ABAG y AAPRESID le otorgan una gran centralidad a la relación con los medios de comunicación masiva, participando mediante notas y entrevistas

²⁷ La creación del Grupo BIO respondió a una iniciativa de Victor Trucco (AAPRESID), para “coordinar acciones de promoción y difusión de la biotecnología en diferentes ámbitos de actividad social y económica, además de llevar adelante una estrategia de influencia en los diferentes niveles de gobierno” (Gras y Hernández, 2016, p. 201).

²⁸ Para más información ver “Por qué biotecnología?” (PQBIO, 2021).

²⁹ También merece ser mencionado el movimiento “Sou Agro” de 2011, que fue responsable de una serie de campañas publicitarias, entre las que se destacó la pieza protagonizada por Lima Duarte y Giovana Antonelli, dos actores de las telenovelas de TV Globo, defendiendo la importancia del agro en la vida cotidiana (Bruno, 2012).

en la prensa gráfica, en programas de radio y de TV para divulgar su visión sobre el modelo de desarrollo ideal³⁰.

Por último, las estrategias educativas cumplen un papel fundamental, buscando consolidar su visión particular del mundo como lo “natural”. Como sostuvo Gramsci, “toda relación de hegemonía es necesariamente una relación pedagógica” (Gramsci, 1986, p. 209), ya que la construcción de consenso se logra actuando sobre los discursos y las subjetividades en el plano cultural. ABAG y AAPRESID llevan a cabo dos tipos de estrategias pedagógicas. Por un lado, realizan políticas destinadas a la producción de conocimiento académico y la formación universitaria; y por otro lado, políticas destinadas al ámbito más masivo dentro de las instituciones educativas: las escuelas de enseñanza primaria y secundaria.

Con respecto al primer plano, las dos entidades, en consonancia con la relevancia que le otorgan al conocimiento en la producción, se han abocado a la participación de instituciones técnicas y científicas donde se realizan investigaciones sobre los agronegocios y se llevan a cabo instancias de formación profesional. En el caso de la entidad brasilera, es importante destacar el papel del Instituto de Agronegocios (IEAg) que se fundó en 1990 y fue un espacio privilegiado para la formulación de la fundación de la entidad en 1993 y, posteriormente, como parte integral de su organigrama institucional al reunir su grupo más cercano de intelectuales. La mayoría de los miembros del instituto, a su vez, estuvieron presentes en la fundación de un programa de posgrado: el Programa de Estudios de los Negocios del Sistema Agroindustrial de la Universidad de São Paulo (PENSA / USP) (Mendonça, 2017). Fundado en 1990 por Decio Zylberstein y Elizabeth Farina³¹, se estableció como una de las principales referencias para la articulación, formulación y difusión del agronegocio brasilero y para el desarrollo de este paradigma a nivel mundial. En este ámbito se incorporó el concepto de “sistema coasiano” de *agribusiness* definiéndolo como una “red de contratos” que vincula a todos los actores del sistema o cadena vertical focalizando en el

³⁰ Gras y Hernández (2016), por ejemplo, dieron cuenta del crecimiento de la presencia de AAPRESID en los principales diarios argentinos (*Clarín* y *La Nación*) entre 1996 y el 2007, principalmente desde 1999 cuando la entidad comienza a priorizar la comunicación “hacia fuera”. De la misma manera, a través de un análisis del número de citas de ABAG en el archivo *on line* de *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, se puede observar un crecimiento de su visibilidad en la prensa gráfica a partir de principios de la década del 2000. Entre 1993, el año de su fundación, y el año 2000, se cuentan 81 noticias que mencionan la entidad. Mientras que en los mismos ocho años siguientes (coincidiendo con la llegada de su líder, Roberto Rodrigues, al puesto de Ministro de la Agricultura en el 2003), se cuentan un total de 198 noticias que mencionan la ABAG.

³¹ El objetivo de PENSA es enfocarse en la “gestão e coordenação de agronegócios” desarrollando tareas de investigación, capacitación y consultoría. Está estructurado como una red, que busca la colaboración de profesores, consultores, investigadores, empresarios y otros agentes vinculados al agronegocio y tiene como marco conceptual la Nueva Economía Institucional (NEI) que “contempla a análise das instituições que delimitam as regras do jogo nos mercados e na sociedade” (PENSA, 2019).

consumidor, difundiendo este tipo de abordaje teórico hacia otros países productores, como Argentina.

Según Lacerda (2011), otras dos instituciones de investigación asociadas a la ABAG son el Instituto de Estudos Comerciais e Negociações Internacionais (ICONE) y Ares - Instituto do Agronegócio Responsável. El primero, fundado en 2003, se define como un espacio de investigación para “proporcionar ao governo e ao setor privado estudos e pesquisas aplicadas sobre questões comerciais e de política comercial, principalmente relacionadas à agricultura e ao agronegócio” (ICONE, 2019). El segundo, creado en 2007, fue articulado por 19 entidades asociadas a la agroindustria, entre ellas la ABAG, con el objetivo de “(...) fomentar o desenvolvimento do setor de forma sustentável pelas vias do conhecimento, do diálogo e da comunicação com as partes interessadas” (Balbinot, 2009). Además, más recientemente, avanza la relación de ABAG con el Centro de Agronegocios de la Fundación Getulio Vargas (GV-Agro), fundado y coordinado por Roberto Rodrigues (Lerrer, 2016).

Por lo tanto, al usar estos instrumentos para organizar a sus intelectuales, su formación y formulación política, la ABAG otorga gran importancia al papel que juegan los líderes académicos en su organización interna. Con el mismo sentido, AAPRESID también le da relevancia al vínculo con referentes de la academia, destacándose la vinculación con el Programa de Agronegocios y Alimentos de la Universidad de Buenos Aires (UBA). Este es un ámbito de investigación, docencia y transferencia al medio tendiente a satisfacer la demanda social y económica en el área de agroalimentos, que promueve la articulación entre el ámbito público, el sector privado y la universidad³². En la construcción de este programa tuvo notoria influencia las actividades del PENSA. Asimismo, el paradigma que se divulga desde el programa de la UBA es la Nueva Economía y Negocios Agroalimentarios (NENA), la elaboración teórica de unos de los principales referentes de los agronegocios de Argentina, Héctor Ordoñez. La NENA pone énfasis “(...) en las personas como recurso determinante del éxito organizacional, (donde) la competitividad impone a las empresas contar con profesionales altamente capacitados, capaces de reaccionar ante las amenazas y oportunidades que ofrece el mercado” (Batalha, 2005). El tráfico conceptual entre dicho programa y AAPRESID es constante, mediante la participación directa de algunos de sus miembros en tareas de docencia e investigación, la realización de cursos *in-house* con empresas asociadas a la entidad y de prácticas pre-profesionales de los alumnos del posgrado en agronegocios con las mismas.

³² De esta manera expresan sus promotores, Cetrángolo y Ordoñez (1998), los orígenes y objetivos del Programa: “In this context was created the Agribusiness and Food Program, that due to its characteristics integrates the academic excellence of the public university with the training needs of the private area that has the possibility to finance postgraduate training activities according to its needs” (Cetrángolo y Ordoñez, 1998, p. 3).

A su vez, la asociación argentina ha firmado convenios con otras universidades públicas argentinas con el objetivo de desarrollar en forma conjunta programas o proyectos de cooperación y/o complementación de carácter científico técnico, de investigación y transferencia tecnológica (Liaudat, 2019). Este tipo de políticas nos permite entender a los agronegocios como un sistema de significados y valores que en la medida en que son experimentados como prácticas parecen confirmarse recíprocamente (WILLIAMS, 2000). Pero las iniciativas de AAPRESID no se reducen al ámbito de instituciones públicas, sino que han desarrollado vínculos estratégicos con universidades privadas como la Universidad Austral, donde sobresale la relación con el Centro de Agronegocios y Alimentos (CEAG) de la Facultad de Ciencias Empresariales, desde el cual se han impulsado encuestas sobre la percepción de la ciudad sobre el agro y acerca de las necesidades de los productores argentinos, y distintas instancias de formación.

Por otro lado, se encuentran las políticas destinadas a la educación primaria y secundaria, terreno por el que pasan todos los sectores sociales y donde los niños y jóvenes internalizan determinadas concepciones del mundo como verdades científicas³³. Ambas entidades le otorgaron una prioridad estratégica al desarrollo de programas educativos en este ámbito. En el caso de la asociación argentina, en el 2010, luego del denominado “conflicto del campo” (2008) donde se reavivaron críticas de los sectores urbanos a los productores agropecuarios, la entidad impulsó Aula AAPRESID. Este programa surgió a partir de la preocupación sobre la mirada que existe acerca del sector agropecuario en el país, principalmente con el aumento de la visibilidad de las críticas de los movimientos ambientalistas. Por esto el principal interlocutor es el conjunto de la sociedad, buscando intervenir en el sentido común sobre el rol del campo y las características de quienes lo protagonizan. Con las Aulas AAPRESID difunden entre estudiantes, docentes y directivos de las escuelas el “verdadero” impacto que tendría la producción agropecuaria y la biotecnología sobre el medio ambiente, la economía y la sociedad, disputando la visión sobre la realidad con otras concepciones sobre el mundo agropecuario a las cuales acusan de meros rumores, o de ser tendenciosas, ideológicas o políticas (Liaudat, 2017). En la página institucional de la entidad sostienen:

Aula AAPRESID se dedica (...) a la difusión de un modelo de producción que incluye biotecnología, siembra directa y buenas prácticas agrícolas. Y no estamos solos: en otras latitudes del mundo también se llevan a cabo acciones lúdicas y prácticas, acercando a la comunidad,

³³ Las escuelas constituyen una de las principales dimensiones de la sociedad civil que conforman el seno de la estructura ideológica del bloque histórico por su capacidad de influir sobre el sentido común (Hendel, 2011).

especialmente a los niños, la información correcta sobre qué se hace en agricultura y ganadería sustentable (AAPRESID, 2017).

A través de esta iniciativa pretenden realizar una operación de desmitificación, por medio de la cual se ubica al resto de las discursividades en disputa como por fuera del ámbito del conocimiento “objetivo” y “verdadero” es decir, del “conocimiento científico”. La ejecución de los encuentros está a cargo de los Grupos Regionales Aapresid y actualmente se realizan alrededor de 150 aulas por año³⁴. La metodología consiste en la realización de charlas o talleres en base a un material elaborado de manera centralizada por la entidad. En el 2016, en el marco del trabajo en red que pregona, Aula AAPRESID se sumó al programa del Ministerio de Agroindustria denominado ESCUELAGRO³⁵. La participación en este programa y la incorporación de sus materiales como bibliografía oficial de los encuentros, ha permitido amplificar la llegada de la entidad en las escuelas.

En el caso de ABAG, desde el año 2001 lleva a cabo el programa *Agronegocio na escola* inicialmente en alianza con la Secretaría Estadual de Educación de São Paulo y desde 2008 con los municipios por medio de sus Secretarías y Direcciones de Educación. La propuesta se origina en una región caracterizada por constantes conflictos de tierra, responsables de varios asentamientos (Lamosa, 2014). Es que son los procesos de resistencia y cuestionamiento los que obligan permanentemente a los sectores dominantes a redefinir y crear nuevas estrategias de hegemonía. Según la entidad, entre los objetivos del programa se encuentran:

(...) apresentar os conceitos fundamentais do agronegócio, a interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia regional e nacional (...) Tornar conhecidas as atividades agropecuárias e agroindustriais, para assim contribuir para que a sociedade conheça melhor a região (...) ampliar o relacionamento das empresas com a comunidade do entorno (...) Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades profissionais que o setor oferece (ABAG, 2020).

Según la página de ABAG, entre 2001 y 2019, el programa formó a 255.651 alumnos y 3.307 profesores, tuvo 2.299 visitas de alumnos y 150 visitas de profesores, y se desarrolló en 108 municipios y 592 escuelas. La metodología incluye la formación de docentes mediante conferencias y visitas a las agroindustrias e instituciones de enseñanza e investigación, y luego los maestros desarrollan el

³⁴ Hasta comienzos del año 2018 se han visitado más de 250 escuelas, en más de 80 localidades, más de 350 charlas destinadas a alrededor de 12500 asistentes.

³⁵ Este programa fue impulsado por Victoria Zorraquin, fundadora de Educere (ONG financiada por empresas como El Tejar, Nidera, Monsanto y por AACREA), quien se hizo cargo de la Dirección de Escuelas Secundarias, Agrarias y Rurales a partir del ascenso al gobierno de Mauricio Macri.

tema de los agronegocios en el aula de manera interdisciplinar. Para enriquecer los estudios en el aula los estudiantes también pueden participar de algunas visitas en función de la decisión de los maestros. Asimismo, se desarrollan incentivos para la participación de estudiantes y docentes mediante concursos para evaluar los mejores trabajos realizados en las aulas. Los estudiantes pueden crear dibujos, frases, ensayos y proyectos sobre los agronegocios. Los docentes, por otro lado, pueden participar en el *Premio al Maestro*, en el que se evalúa el trabajo didáctico aplicado y la participación de la comunidad escolar. El uso de incentivos y reconocimientos son claves en un proceso de construcción de hegemonía que supone un lazo activo. Por último, el proyecto también apoya a las escuelas con visitas técnicas, el suministro de folletos, videos y otros materiales didácticos (Lamosa, 2014).

De esta manera, si con las estrategias de creación de centros académicos y de disputa de la formación en las universidades, AAPRESID y ABAG logran crear intelectuales orgánicos a los agronegocios, es decir formar profesionales que luego se insertan como directores en el ámbito empresarial o estatal, a través de las iniciativas en las escuelas logran asimilar a los intelectuales tradicionales, docentes y directivos que incorporan los preceptos del agronegocio como modelo de desarrollo y lo enriquecen desde sus experiencias en los territorios y los divulgan. Más allá de estos objetivos, mediante ambos tipos de estrategias se busca construir consenso en torno a los agronegocios tanto entre los actores que lo protagonizan como en el conjunto de la sociedad.

IV. Reflexiones finales

En este trabajo esperamos haber mostrado algunos elementos que hacen de la ABAG y la AAPRESID fenómenos políticos que resultan de un mismo proceso de cambio en la estructura productiva y social del agro brasilero y argentino, anclados en la reconfiguración de la dinámica global del sistema agroalimentario. Como resultado de una recomposición de la cúpula agropecuaria de Brasil y Argentina, las dos entidades han sido construidas por un grupo de empresarios rurales que se presentan como la vanguardia de la modernización del campo. Desde la defensa de un perfil y una actuación más técnica y profesionalizada, ABAG y AAPRESID buscaron diferenciarse de las representaciones tradicionales y constituir una nueva “lógica de representación”, asociando diferentes fracciones del capital (industrial, financiera, agraria) involucradas en las cadenas agroindustriales, buscando armonizar sus intereses económicos, bajo la articulación de su dirección política.

Asimismo, estas asociaciones, a pesar de importantes particularidades (de orden político y nacional), comparten entre sí significativos elementos discursivos y el lugar central que le otorgan al despliegue de estrategias de acción para la

construcción de la hegemonía de los agronegocios al interior del mundo agropecuario y en el conjunto de la sociedad. Sobre las similitudes discursivas indicamos que ABAG y AAPRESID hacen un uso frecuente de la noción de *agribusiness* de Davis y Goldberg, dándole cuatro sentidos políticos distintos: como modelo unificador de intereses diversos y sin contradicciones internas, como expresión de un cambio tecnológico y productivo inexorable, como fuente del desarrollo sustentable, de la seguridad alimentaria y del crecimiento de la nación, y como resultado de la acción de una elite competente e innovadora que se diferencia de aquellos que no se encuentran suficientemente preparados para competir en el mercado globalizado. Entre las principales estrategias de acción se destacaron: los congresos, que reúnen asociados, empresarios, representantes gubernamentales y de los medios de comunicación; las políticas de comunicación (como campañas publicitarias y la presencia en los medios masivos de comunicación); y, por último, las estrategias educativas, ya sea articulándose con programas de posgrado e institutos de investigación donde se elaboran traducciones locales del paradigma de los agronegocios, o con el impulso de proyectos educativos propios al interior del sistema público de enseñanza básica.

De esta manera, el tipo de discursividad que construyen y el conjunto de estrategias desplegadas para su difusión dan cuenta del papel que asumen ambas asociaciones como partidos o “Príncipe Moderno” (Gramsci, 2007) en el sentido de organizar y dar dirección moral y política a las fracciones de clases que pretenden representar, superando la defensa de los intereses económicos inmediatos. El presente artículo, nos indica que la organización y actuación de las dos entidades hacen parte de un fenómeno político que desborda las fronteras nacionales. Su estudio comparado no solo nos permitió detectar cómo la lógica de lo global que instalan los agronegocios está presente dentro de instituciones en la que se entrecruzan elementos nacionales y no nacionales, sino que también muestra cómo su consolidación como modelo de desarrollo rural, demandó una renovación y reconfiguración institucional de las representaciones políticas de las clases dominantes en el agro brasileiro y argentino.

Referencias

- AAPRESID. *Aula AAPRESID*. Disponible en : <<https://www.aapresid.org.ar/blog/el-valor-de-pertenecer-y-compartirlo/>>. Acceso en: 30 de enero 2017.
- _____. *Revista Siembra Directa* (1990-2003). Disponible en: <<https://www.aapresid.org.ar/>>. Acceso en: 03 julio 2020.
- _____. *Revista Red de Innovadores* (2004-2009). Disponible en: <<https://www.aapresid.org.ar/>>. Acceso em: 03 julio 2020.
- _____. *Regional made in Brasil*. Disponible en: <<https://www.aapresid.org.ar/regionales/ver/regional-lavras-do-sul-brasil>>. Acceso en: 09 julio 2020.

- _____. *Nos agrandamos*. Disponible en: <<https://www.aapresid.org.ar/blog/nos-agrandamos/>>. Acceso en: 02 de marzo 2021.
- ABAG. *Caderno ABAG 20 Anos, 2013*. Disponible en: <<https://abag.com.br/?s=Caderno+ABAG+20+Anos>>. Acceso en: 15 agosto 2019.
- _____. *Quem somos*. Disponible en: <<http://www.abag.com.br/>>. Acceso en: 02 mayo. 2019.
- _____. *Programa Agronegócio na Escola*. Disponible en: <<https://www.abagr.org.br/o-programa>>. Acceso em: 03 marzo 2020.
- ALAPÍN, Helena. “La siembra directa en Argentina. Un nuevo paradigma en agricultura”. *Trabalho apresentado*. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.
- BALBINOT, Gislaine. *Superintendentes do Ares participam de reuniões sobre florestas tropicais em Londres, 2009*. Disponible en: <<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/superintendente-do-ares-participa-de-reunioes-sobre-florestas-tropicais-em-londres>>. Acceso en 30 de septiembre 2019.
- BALSA, Javier. “Aspectos discursivos de la construcción de la hegemonía”. *Identidades*, n.1, 201, pp 82-85.
- BATALHA, Mario. *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. São Paulo: Ed. Gepal, 2005.
- BELLOSO, Cesar. *Discurso Inaugural XX Congreso de la Asociación argentina de productores en siembra directa, 2012*. Disponible em: <www.string-agro.com/aapresid>. Acceso en: 10 de diciembre 2019.
- BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Ed. UFRRJ, 1997.
- _____. *Um Brasil Ambivalente: Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.
- _____. “Movimento Sou Agro: Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio”. *Trabalho apresentado*. XXXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2012.
- CARINI, Gabriel. “Alimentar las arcas del Estado: corporaciones agrarias, Estado y política en Córdoba (1995-1999)”. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, Año 9, N° 14, 2018: pp. 100-119. Disponible en: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuariohistoria>>.
- CETRÁNGOLO, Héctor y ORDOÑEZ, Héctor. *El Programa de Agronegocios y Alimentos de la Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: FAUBA, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson: *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- DELGADO, Guilherme. *Do Capital Financeiro à Economia do Agronegócio: Mu-*

danças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

- DOUGNAC, Gabriela; ORTEGA, Lucía y HIRSCH, Mariana. “Las transformaciones de la cúpula agraria pampeana: representación gremial y discurso en tiempos de la sojización”. *Actas de las XIII Jornadas de Epistemología de las Ciencias Económicas*. UBA, 2007.
- FERNANDES, Afonso. *A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias na Nova República (1986 – 1991)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. Tomo 4, 5 y 6. México: Editorial Era, 1986, 1999, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.
- GRAS, Carla. y HERNÁNDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino. Del terrateniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- _____. “Agronegocios (América del Sur, 1990-2015)”. In: MUZLERA, J. e SALOMÓN, A. (eds.). *Diccionario del agro iberoamericano*. Buenos Aires: TeseoPress, 2020. Disponible en <<https://www.teseopress.com/diccionarioagro/>>.
- GRAS, Carla e SOSA VAROTTI, Andrea. “El modelo de negocios de las principales megaempresas agropecuarias”. In: GRAS, C e HERNÁNDEZ, V (coords) *El agro como negocio. Producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.
- DA SILVA Graziano José. *Las Organizaciones Profesionales en la Moderna Agricultura Brasileña*. Cordoba, España: Seminario de Políticas Agrarias y Grupos Sociales en Procesos de Transición Democrática, 1993.
- GRYNSZPAN, Mario. “Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil”. *Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*: v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.
- GPS. Quiénes Somos. Disponible en: <<https://grupogpps.org/web/>>. Acceso en: 11 mayo 2020.
- GPS. Misión y visión. Disponible en: <<https://grupogpps.org/web/mision-y-vision/>>. Acceso en 11 de mayo 2020.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HEREDIA, Mariana. “Reformas Estructurales y Renovación de las Elites Económicas en Argentina: estudio de los portavoces de la tierra y del capital”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 65, n. 1, 2003.
- HENDEL Verónica. “La condición de la agro-biotecnología. Producción de conocimiento y construcción de hegemonía en la región pampeana argentina (2002-2010)”. In: GALAFASSIS, G. (org.). *Ejercicios de hegemonía: lecturas de*

la Argentina contemporánea a la luz del pensamiento de Antonio Gramsci. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011.

HERNÁNDEZ, Valeria. "Genealogía de una elite rural: elucidación antropológica de una práctica de poder". *Mundo Agrario*, vol.13, N° 26, junio 2013, pp: 7-8, 2013.

ICONE. *O instituto*. Disponible en: <<http://www.iconebrasil.com.br/o-instituto>>. Acceso en 30 de sep. 2019.

LACERDA, Elaine. "A Associação Brasileira do Agronegócio e a Institucionalização de Interesses do Empresariado Rural no Brasil". *Revista Ruris*, v. 5, n.1, 2011.

LAMOSA, Rodrigo. *Estado, Classe Social e Educação no Brasil: Uma análise crítica da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LATTUADA, Mario. *Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a fines del siglo XX*. Primera edición. Bernal: Editorial UNQ, 2006.

LERRER, Debora. "A Revista Agroanalysis e o Processo de Institucionalização do Agronegócio". *XL Encontro Anual da ANPOCS*, 2016.

LIAUDAT, Dolores. "La construcción hegemónica de las entidades técnicas en el agro argentino: análisis de los discursos de AAPRESID y AACREA en la última década". *Mundo Agrario*, vol. 16, n.º 32, septiembre, 2015.

_____. "Los agronegocios aterrizan en la escuela: análisis de las estrategias educativas de AAPRESID y AACREA". *Estudios Rurales*. Vol. 17, p. 40-7: Bernal, 2017.

_____. *Hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano. Análisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios*. Tesis de Doctorado. Repositorio de la Universidad Nacional de Quilmes, 2018.

_____. "Las universidades como territorio de la disputa hegemónica de los agronegocios en Argentina. Un estudio exploratorio". *Socioterritoriales*, N° 27, 26 julio-diciembre, 2019.

LIDE. *Sobre o LIDE*. Disponible en: <<https://www.lideglobal.com/>>. Acceso: 15 mayo 2020.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MENDONÇA, Sonia. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. "Dominação burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016)" In: BADARÓ, MATTOS (Org.). *Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

MENDONÇA, Sonia y OLIVEIRA, Pedro. "ABAG: Orígenes históricas e consolidação hegemônica". *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 2, 2015.

- PANERO, Marcelo. “La Representación de los Sectores Dominantes en debate: La Sociedad Rural Argentina” In GRAS, Carla y HERNÁNDEZ, Valeria. *El Agro como Negocio: Producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- PENSA. *Institucional*. Disponible en: <<http://pensa.org.br/>>. Acceso en 30 de mayo 2019.
- PIOVANI, Juan Ignacio y KRAWCZYK, Nora. “Los Estudios Comparativos: algunas notas históricas, epistemológicas y metodológicas”. *Educação & Realidade*, vol. 42, núm. 3, 2017.
- PQBIO. *Por qué biotecnología?* Disponible en: <<https://www.porquebiotecnologia.com.ar/>>. Acceso: 18 de mayo 2021.
- TRUCCO, Victor. *Agricultura en foco*. Disponible em: <https://www.aapresid.org.ar/blog/agricultura-en-foco/>>, 2015. Acesso em 18 julho 2020.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Península, 2000.

Recebido em 20 de setembro de 2020

Aprovado em 16 de maio de 2021

Economia e saúde: aproximações para uma abordagem da economia política crítica marxista

Economics and health: outlines to a critical marxist political economy approach

Leonardo Carnut*

Jonas Sona de Miranda Pires**

Áquilas Mendes***

Resumo

Este artigo caminha, tentando demonstrar que há diferenças entre 'Economia da Saúde' e 'Economia Política da Saúde', realizando a defesa de uma abordagem crítica marxista ao campo da economia da saúde. Para isso, optou-se pela modalidade textual tipo ensaio crítico, dividido em três seções. Uma primeira seção delinea o que se convencionou entender como 'Economia da Saúde'. A segunda seção trata do caminho da 'Economia Política' à 'Economia Política da Saúde'. A terceira seção foca na constituição da 'Economia da Saúde' no Brasil e sua submissão à teoria econômica neoclássica. Por fim, traça-se considerações sobre como conduzir o campo da economia da saúde, numa perspectiva da economia política crítica da saúde, para defesa do direito à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

Descritores: Economia Política; Marxismo; Saúde.

Abstract

This article is about trying to demonstrate that there are differences between 'Health Economics' and 'Political Economy of Health', defending a critical Marxist approach to health economics field. For this, we opted for the textual modality as a critical essay, divided into three sections. A first section outlines what has been agreed to be understood as 'Health Economics'. The second section deals with the path from 'Political Economy' to 'Political Economy of Health'. The third section focuses on the constitution of the 'Health Economics' in Brazil and its submission to neoclassical economic theory. Finally, considerations are made about how to conduct the field of health economics, in a perspective of the critical political economy of health, to defend the right to health and the Unified Health System (SUS) in Brazil.

Keywords: Political Economy; Marxism; Health.

* Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

** Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (FSP-USP).

*** Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo (USP) e Professor Doutor da PUC-SP.

Introdução

O surgimento da questão da saúde como objeto específico, não só da ciência econômica, como também da política econômica, é decorrente do avanço do capitalismo e de seus conflitos. Muitas vezes, ao longo do pensamento econômico na trajetória histórica da acumulação do capital, a questão da saúde não é tratada diretamente, mas pode ser interpretada à luz dos argumentos expostos pela diversidade do pensamento econômico. É por isso que discutir o espaço em que o 'econômico' foi ocupando e se consolidando na 'saúde' é fundamental para que, especialmente aqueles profissionais que desejam trabalhar na economia da saúde compreendam que há diversos paradigmas/pensamentos econômicos que norteiam a interpretação sobre 'o econômico'. Nossa preocupação reside em demonstrar que há uma narrativa predominante do pensamento econômico-social na abordagem da saúde, e que sem uma crítica contumaz a ela, é possível dizer que a saúde, compreendida como um direito no Sistema Único de Saúde passa a estar ameaçada.

A maior preocupação parte do ensino sobre economia da saúde e de outras perspectivas sobre 'o econômico', para além daquelas hegemônicas no campo da economia, que estão sendo ensinadas. Neste ponto, é pertinente lembrar que o ensino dos conteúdos sobre economia se faz essencial para quem trabalha na gestão de sistemas de saúde, especialmente porque, apesar de ser estruturante do processo de trabalho em saúde, tradicionalmente existe pouca simpatia dos estudantes em relação a esses conteúdos. Supõe-se que, à primeira vista, estudar economia não apareça no horizonte de expectativas de quem pretende se dedicar ao campo da saúde, no entanto, consideramos que seus conteúdos são, pelo menos, importantes.

O Brasil está a um bom tempo assistindo à adoção de políticas austeras por parte do Estado, com redução dos direitos sociais, especialmente na área da saúde pública, intensificando mecanismos de mercado e de privatização no seu interior. Desde 1990, nos tempos contemporâneos de supremacia do capital portador de juros (financeiro), pode-se dizer que os anos foram marcados por contrarreformas que acentuaram o desmonte do sistema de proteção social, concebido na Constituição de 1988, em direção aos interesses mercantis. O SUS não ficou imune a esse processo, ao passo que o Estado brasileiro não parou de conceder incentivo à iniciativa privada e impôs riscos à saúde universal, com destaque para a introdução de modelos privatizantes de gestão e de subfinanciamento do sistema de saúde.

Especificamente, as medidas implantadas no país por meio do tripé macroeconômico ortodoxo – metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante –, adotadas pelo governo federal desde Fernando Henrique Cardoso (FHC) até Dilma Rousseff, vêm envolvendo a redução do sistema de proteção social no Brasil. Entretanto, o entendimento desse complexo quadro econômico

e político necessitam de um tratamento histórico sobre como a saúde foi interagindo no padrão do desenvolvimento capitalista brasileiro, com destaque para os efeitos deletérios das contrarreformas adotadas pelos governos federais desde os anos 1990. Pensamos que, por estes e outros tantos motivos, o conhecimento sobre a 'economia da saúde', numa perspectiva mais ampla, relacionando-a a uma abordagem que integre o econômico, o político e a saúde deve ser incentivado a todos envolvidos com a saúde pública no País, incluindo aí os trabalhadores, gestores, pesquisadores, estudantes etc.

No entanto, ao pensarmos nas pós-graduações, especialmente aquelas que fazem a interface Economia-Saúde, uma preocupação maior está em vigor. Que 'tipo' de 'econômico' está sendo ensinado nestas pós-graduações? Há uma diversidade/pluralidade de pensamentos econômicos ou há a predominância de uma forma de conceber 'o econômico' em detrimento de tantas outras? Ao se tratar de uma especialização em economia da saúde, há uma preocupação em explicitar a economia política como centro das discussões no campo econômico, ou há um processo de reificação/ideologização social por meio da exaltação das abordagens marginalistas das mais diversas? Há uma preocupação em esclarecer que o social é o guia da análise econômica, ou as microinterações entre prestador-usuário é a lógica que guia este ensino? Por fim, a perspectiva crítica da economia, baseada na crítica da economia política, que está alinhada à saúde enquanto direito social no Brasil é o pensamento de escolha ou enfatiza-se a matematização do econômico através de cálculos de custo-efetividade dentre outros?

Neste sentido, buscar-se-á, através do presente artigo, demonstrar que há diferenças entre 'Economia da Saúde' e 'Economia Política da Saúde'. A primeira diferença vem sendo especialmente marcada pelo movimento das condições objetivas no Brasil, com influência do pensamento neoclássico cujo desenvolvimento se dá, principalmente, a partir de estudos microeconômicos na área da saúde. A segunda concentra-se na relação entre o econômico e o político e tenta compreender a saúde como setor associado ao papel do Estado no desenvolvimento econômico capitalista, assegurando este, em alguma medida, um certo tipo de proteção social. Desse modo, a 'economia política da saúde' discute a saúde relacionada ao contexto socioeconômico, político-ideológico e cultural de um país. Ao destacarmos a importância da economia política da saúde e priorizarmos sua abordagem crítica marxista, afirmamos que ela deva ser priorizada no âmbito da discussão da "economia da saúde no Brasil", a qual tem padecido da hegemonia da visão neoclássica no âmbito de seus estudos.

Assim, este artigo foi organizado em três seções. Na primeira, buscou-se abordar os fundamentos da economia da saúde e apresentar a trajetória histórica institucional deste campo no Brasil, destacando o conteúdo temático prioritário no âmbito dos seus estudos. Contudo, não foram deixados para trás os eventos históricos que culminaram na construção do SUS durante os primeiros anos da

incipiente democracia brasileira. É impossível negar que os ares democráticos, bem como o sistema de saúde que se pretendia universal, foram, sem dúvida, as maiores conquistas da sociedade brasileira, após mais de duas décadas de ditadura empresarial-militar. Conforme veremos, o SUS nasce sob a égide da dinâmica capitalista contemporânea, em um momento de inflexão do sistema, ou seja, de retomada da hegemonia do grande capital. Com efeito, tivemos a configuração de um sistema de saúde híbrido, conformando dois subsistemas: o público e o privado.

A segunda seção deste artigo trouxe esclarecimentos sobre a delimitação entre ‘economia política’ e ‘economia política da saúde’. Nesse segmento, pudemos sedimentar o caminho para a introdução da economia política da saúde com o resgate da questão da saúde em pensadores clássicos, como Quesnay, Smith, Ricardo e Say, que foram contestados por Marx, sendo essas contribuições principalmente abordadas por autores contemporâneos no campo da economia política no Brasil. O gênio prussiano teve, durante boa parte de sua vida intelectual, a colaboração de Friedrich Engels. Marx e Engels fundaram a crítica da economia política. Através dessa abordagem puderam apresentar novos aspectos das já formuladas teorias econômico-sociais e do valor-trabalho. Nessa direção, os argumentos de Teixeira (2015) exemplificam como Marx pôde aperfeiçoar as teorias já escritas anteriormente. Segundo o autor, Marx as contestou em um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista, explorando os diferentes aspectos em torno do trabalho, salário, lucro, renda da terra e capital. Ainda nesta seção, parte-se a adentrar nos aspectos mais direcionados da economia política da saúde. Dentro deste contexto, utilizamos como referência norteadora a obra de Braga e Paula (1981), além, obviamente, de uma gama de autores conceituados nesta área, indispensáveis para a construção desta seção.

Na terceira e última seção deste artigo, abordamos o problema da submissão da ‘economia da saúde’ à teoria econômica neoclássica, principalmente nos tempos contemporâneos de implementação do SUS, buscando discutir alguns elementos críticos a esse pensamento. Desse modo, enfatiza-se a importância de resgatar a valorização da economia política da saúde, a fim de contribuir para a problemática situação a qual a saúde universal, por meio do SUS, vem enfrentando no capitalismo contemporâneo.

Atualmente não é de se surpreender que o aprofundamento do caráter conservador e neofascista (Mattos, 2017) sinalizado pelo governo eleito de Jair Bolsonaro, tem na economia um dos seus pressupostos e um aprofundamento ainda mais restaurador (Coutinho, 2010) das contrarreformas do Estado. Isso justifica a supressão de direitos trabalhistas e sociais, tarefa cuja pasta econômica de seu governo tem como objetivo central. Assim, aniquilar o já incompleto sistema de proteção social nacional (Boschetti, 2016) certamente é uma tarefa na qual um tipo de ‘economia’ será requisitada. Por fim, a tônica deste artigo vai ser

o esforço em dialogar com conceitos relacionados do campo da economia e transpô-los para a saúde, demonstrando a escolha que a ‘economia da saúde’ tem feito preponderantemente.

A assim chamada ‘economia da saúde’

Muitos dos profissionais de saúde desconhecem o específico conteúdo deste campo científico, ‘a economia da saúde’. Por isso, nesta seção foi dedicado mais cuidado e atenção com o ‘jargão econômico’ que não é usual e nem familiar para a maioria dos profissionais da saúde. Por conseguinte, por entendermos que a leitura deste trabalho não será exclusivamente feita por economistas, foi proposto nesta seção, trazer à luz conceitos, citações, definições e notas a fim de facilitar a compreensão das particularidades que caracterizam as diferentes escolas de pensamento econômico e sua produção científica e literária no campo da economia da saúde, bem como identificar sua trajetória histórica institucional no Brasil.

Primeiramente, ao se falar em direito à saúde, não se deve desconsiderar ou ignorar os eventos históricos e políticos que, de certa forma, provocaram ao longo da dinâmica de desenvolvimento e construção do Sistema Único de Saúde (SUS) o seu constrangimento. Qualquer análise econômica que não incorpore esses dados em sua interpretação é passível de crítica. Sobre isso, cabe uma breve observação específica sobre as questões orçamentárias que remetem ao crônico asfixiamento financeiro e estrutural pelo qual o SUS vem perecendo, assim como o seu desmonte proposto e executado pelo próprio Estado no capitalismo dependente brasileiro¹. O SUS, talvez tenha sido a maior conquista da sociedade brasileira no período de pós-redemocratização, no entanto, nasceu dentro de um contexto histórico-social amplamente desfavorável, em um dos momentos mais sensíveis da história econômica e política latinoamericana, caracterizado por problemas estruturais como o da hiperinflação e o da crise da dívida externa.

Assim, os ventos nas décadas de 1980 e 1990 assopravam em favor do pensamento econômico neoliberal, implementado no Brasil por economistas mone-

¹ Trata-se de um Estado capitalista, que deve ser refletido, de forma mais específica, na sua mediação como um ‘Estado no capitalismo dependente’. Essa categorização do Estado se apoia na argumentação de Osório (2017) quando aprofunda a compreensão da categoria ‘padrão de reprodução do capital’ identificando seus padrões históricos na América Latina, aportando novas formulações para a teoria do Estado, em torno às especificidades do Estado dependente. Osório argumenta que no contexto do sistema interestatal mundial, o Estado dependente configura-se como um Estado *subsoberano*, em que o poder estatal se subordina a outros poderes estatais, como se pode perceber na incorporação de políticas neoliberais de cortes drásticos de recursos e ajustes fiscais permanentes, intensificados no contexto da crise contemporânea do capital. De maneira geral, é certo que se por um caminho o Estado capitalista subsidia a acumulação capitalista, por outro, busca assegurar a legitimidade da ordem e estabilizar o exercício do poder governamental, garantindo a reprodução da força de trabalho (Berger e Offe, 1991).

taristas ortodoxos provenientes da escola de Chicago². Para Harvey (2008), as universidades dos Estados Unidos foram e são campos de treinamento e aprofundamento das teorias neoliberais para muitos jovens economistas estrangeiros que levaram aquilo que aprenderam para os seus países de origem. Portanto, nos quase 30 anos de existência do SUS o capital portador de juros manteve-se soberano no movimento de valorização do capital, oriundo em parte, da grande disseminação do pensamento econômico neoclássico por estes economistas. Sua atuação vem marcando presença destrutiva nos orçamentos do fundo público, apropriando-se de recursos e introduzindo mecanismos de mercantilização no interior do sistema de saúde no caso brasileiro (Mendes, 2015).

A crise nos sistemas de proteção social, assim como toda a balbúrdia provocada pela lógica privatista e liberal imposta ao sistema de saúde brasileiro provocou constrangimentos que foram duramente impostos ao SUS recém-criado em 1988. Mendes et al. (2017, p. 842), também, dialogam como essas questões que dizem respeito a desigual disputa de forças prescrita pela agenda neoliberal frente ao desafio de construção do SUS se consolidaram:

Vivemos há quase trinta anos sob a égide de tensões e embates para assegurar o desenvolvimento de uma política pública universal da saúde, instituída na Constituição de 1988. Trata-se de período caracterizado por mudanças significativas, marcado, em primeira instância, pelo triunfo de uma política neoliberal que vem assegurando uma racionalidade de “retorno ao mercado” nas políticas econômicas e sociais e, em última instância, por alterações no movimento do capital, em que o capital financeiro, principalmente na sua forma mais perversa, de capital fictício, manteve-se soberano entre as diferentes modalidades - industrial e comercial. Sua forma de atuação tem, entre outros efeitos, prejudicado os orçamentos do fundo público, o que compromete a manutenção dos direitos associados ao Estado Social (Mendes et al., 2017, p. 842).

De acordo com Viana e Baptista (2012, p. 73), a crise nos sistemas de proteção social dos anos 1990, provocou a discussão nos modelos adotados até então, gerando propostas para a reforma dos sistemas de saúde. Para os autores, as

² Por causa de sua adesão às suas teorias neoliberais, Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. Os Estados Unidos já vinham financiando o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina (Harvey, 2008, p. 17). Posteriormente, a influência do pensamento neoliberal se espalhou por toda a América Latina, tendo no Chile o laboratório experimental deste processo. Em 2019 o neoliberalismo chileno, considerado ‘modelo’ para o ministro da economia bolsonarista Paulo Guedes, exhibe seu esgotamento através de intensa rebelião popular.

pautas desse debate foram direcionadas no sentido da austeridade, além da análise da eficácia e efetividade na condução das políticas públicas de saúde. Por outro lado, também ganha notoriedade neste debate, a análise conduzida sob o olhar marxista, apoiada principalmente por uma base teórica sociológica e econômica para discutir o setor saúde (Viana e Baptista, 2012).

Para compreendermos toda a dinâmica da saúde dentro deste complexo contexto sob o capitalismo mundial, faz-se necessário o aprofundamento de nosso conhecimento em uma área nova – a economia da saúde –, de fato, pouco explorada por profissionais provenientes da saúde que se propõem estudar a saúde pública no Brasil.

Viana e Baptista (2012), sintetizam o surgimento e o propósito deste campo do conhecimento econômico no texto destacado a seguir:

A economia da saúde surgia, no contexto dos países centrais, como uma área de especialização da economia com a proposta de contribuir para a construção de uma lógica programada dos recursos e para uma maior racionalização dos sistemas de saúde. O setor saúde começou a ser entendido dentro do modelo protetor como a área gastadora e ineficiente na gestão dos recursos. O fato é que, no correr da segunda metade do século XX, os sistemas de saúde tornaram-se cada vez mais complexos em um contexto de transformações nos perfis de saúde e doença, de mudança populacional e crescente incorporação tecnológica. Em três décadas este setor passou a ocupar papel de destaque na economia dos países gerando emprego, demandando investimento, movimentando boa parcela de recursos dos Estados. No contexto das políticas de proteção, o setor saúde configurava-se como uma área crítica, seja pela sua vertiginosa expansão no período, seja pela perspectiva de manutenção desse mesmo padrão nos anos subsequentes, conferindo grande especificidade a essa área de política pública (Viana e Baptista, 2012, p. 73).

Em concordância com os autores, compreende-se que a economia da saúde é um ramo econômico que se direciona ao estudo de assuntos relacionados à própria saúde, como a formulação de políticas públicas específicas para esse setor. No entanto, as questões relacionadas à racionalização e ineficiência são especificidades de cada sistema de saúde e como eles consideram a saúde do ponto de vista legal e político. Nesse sentido, há um longo caminho a se refletir.

Quando nos referimos aos fundamentos da 'economia da saúde', deve-se dizer que ela dispõe de várias definições, podendo estas serem tratadas de formas complementares. Cabe destacar, particularmente, duas definições mais discutidas neste campo. Para Rubio e Cebrián (1995), a 'economia da saúde' trata-se

de uma especialidade orientada para a investigação, para métodos de medição, racionalização e análises das atividades associadas com financiamento, produção, distribuição e consumo dos bens e serviços que respondem às necessidades sanitárias e de saúde, à luz de princípios como eficiência e equidade. Já Del Nero (1995, p.19) a concebe como um conhecimento direcionado à “otimização das ações de saúde, ou seja, o estudo das condições ótimas de distribuição dos recursos disponíveis para assegurar à população a melhor assistência à saúde e o melhor estado de saúde possível, tendo em conta meios e recursos limitados”.

A primeira abordagem de Rubio e Cebrián (1995) indica ser mais abrangente, à medida que contempla o financiamento, a produção, a distribuição e o consumo dos bens e serviços. Já Del Nero (1995) foca na otimização das ações, o que significa atribuir prioridade à melhor utilização dos recursos, reconhecendo que estes são escassos. Contudo, elas não são definições excludentes. É importante considerar que há duas tensões permanentes nessas definições de economia da saúde: de um lado, a busca pela otimização dos recursos, considerados “sempre escassos”; de outro, a busca por garantir o melhor estado de saúde possível para uma população, seja prevenindo a doença, seja prestando os serviços adequados.

Numa perspectiva dos conceitos da economia política para o estudo da saúde nas economias capitalistas, a abordagem de Esping-Andersen (1999) merece destaque. Para esse autor, a associação entre economia e política, presente no pensamento marxista³ e na visão do institucionalismo europeu, tendo como principais representantes, Schumpeter, Karl Polanyi e Max Weber, permite que se obtenha uma compreensão mais profícua dos fenômenos sociais. Essa mescla permitiria, segundo o autor, uma visão integrada entre economia, política, ‘Estado e mercado’, ‘público e privado’ contribuindo para uma estabelecer uma análise mais ampla do fenômeno, reconhecendo que o mercado constitui espaço disputado por forças coletivas e instituições sociais em permanente transformação⁴.

Sob uma dimensão histórica, a economia da saúde se estrutura como disciplina à parte já na década de 1970 nos países capitalistas centrais. No Brasil, isso irá ocorrer somente nos anos 1990. Apesar da defasagem de duas décadas, a mesma disciplina que marcou o currículo da economia da saúde nos países capitalistas centrais conformou o conteúdo e a preocupação no Brasil, especialmente na temática do planejamento (Piola e Vianna, 1995). É mediante o planejamento que se espera alcançar melhor alocação e distribuição de recursos, utilizando como ferramentas os diagnósticos epidemiológicos e as identificações das necessidades

³ No caso da contribuição de Marx, sob o seu método do materialismo histórico-dialético, o pensamento social em saúde está sempre, intrinsecamente relacionado ao contexto socioeconômico, político-ideológico e das tradições culturais e intelectuais do país da época em análise. Para esse entendimento, ver Mendes et al. (2017).

⁴ Para uma abordagem de conceitos mais gerais da economia política da saúde, ver Viana et al. (2007).

de saúde. Paralelamente, considera-se que o planejamento deva agregar as ações de promoção e prevenção com as ações individuais provenientes da rede básica de atenção; e que resulte na regionalização e na hierarquização dos serviços com complexidade tecnológica ascendente. Foi por meio da disciplina de “planejamento” que os instrumentos analíticos próprios da economia fizeram parte dos temas e cursos sobre planejamento e administração de serviços de saúde nos países capitalistas centrais como também no Brasil (Mendes e Marques, 2006).

Inicialmente, as pesquisas em Economia da Saúde que se orientavam a luz do planejamento procuravam analisar as condições de vida das populações e suas consequências sobre a saúde, relacionando fatores socioeconômicos e indicadores de saúde. Nessa mesma linha, outros estudos tiveram como objeto o desenvolvimento econômico e o nível de saúde da população. Nesse caso, a saúde era vista como requisito essencial ao desenvolvimento econômico. Por sua vez, ao passo que essa reflexão amadurecia no Brasil, tornou-se significativo dizer que crescer sem distribuir a renda é, não somente reproduzir o passado de desigualdades sociais, como também aprofundá-lo. Foi nesse sentido que a área da saúde pública passou a ser considerada como uma política fundamental de distribuição de renda, e que seu dinamismo é central na discussão do econômico, o que se relaciona diretamente com a ideia-síntese de Celso Furtado: “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada” (Furtado, 2002, p. 21).

Quando se analisa de forma institucional o campo da economia da saúde no Brasil constata-se que sua trajetória é bastante recente. Na realidade, sua institucionalização se confunde com a própria história de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo de sua existência, após a promulgação da Constituição de 1988.

Em junho de 1989 foi realizado, na Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), o I Seminário sobre Economia e Financiamento da Saúde. Naquele momento, formulou-se a proposta de formação da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres) cuja criação se deu cinco meses depois, quando da realização, em Brasília, do I Workshop Internacional sobre o campo da economia da saúde. Desde então, a Abres vem contribuindo para difundir a economia da saúde no país até o presente momento. Por sua vez, na administração pública, somente em 2003, foi criado o Departamento de Economia da Saúde junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e de Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde. Sua criação foi resultado de um conjunto de ações e iniciativas realizadas no campo da economia da saúde durante mais de uma década

Em 1992, por ocasião do II Workshop sobre Economia da Saúde, realizado em São Paulo, viabilizou-se a edição de um livro luso-brasileiro sobre economia da saúde, publicado em 1995 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) e organizado por Piola e Vianna (1995), cujo objetivo era servir para iniciar profissionais de saúde, economistas e administradores nos principais temas da economia da saúde.

Esse livro, organizado em onze capítulos, norteou o debate e as discussões sobre o campo de economia da saúde na década de 1990 e 2000. Os principais temas abordados nesse livro dizem respeito a: conceitos, fundamentos e relações entre a economia e a saúde; aspectos macroeconômicos divididos em: a) modelos e formas de financiamento, relacionando os gastos setoriais e níveis de saúde, b) incentivos que afetam o comportamento dos agentes profissionais de saúde e usuários; c) tendências contemporâneas do financiamento e da gestão dos serviços de saúde; temas sobre normativismo e incentivos na administração dos países centrais referentes aos sistemas prestadores de cuidados de saúde; conceitos da demanda global e da demanda em saúde, explicitando os conflitos entre demanda e necessidade em(de) saúde; conceitos de equidade e características de indicadores demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos no campo da saúde em geral e no contexto português; aspectos microeconômicos da saúde, baseados em: a) instrumentos de avaliação econômica – custo-benefício, custo-efetividade e custo-utilidade; b) concepções sobre custos, com destaque ao custo-oportunidade, custo médio marginal e as diferenças entre custo econômico e contábil.

De forma mais específica, em decorrência dos insuficientes recursos alocados para o SUS, o “financiamento” tem sido o tema mais presente dentre as pesquisas no campo da economia da saúde, particularmente nos anos 1990. Para melhor dimensionar a importância do “financiamento” como principal área de interesse para o conjunto dos temas em economia da saúde nesses anos, destacamos o trabalho de Vianna (1998) que realiza um inventário de estudos e pesquisas sobre aspectos econômicos do setor saúde pesquisados entre 1986 e 1995. Segundo o estudo de Vianna (1998), dos 185 trabalhos selecionados em economia da saúde no Brasil nesse período, o tema do “financiamento” correspondeu a 37,3%. Em seguida, verifica-se, principalmente, a posição ocupada por “custos” (20,3%) e “avaliação econômica” (12,9%).

De forma a dar sequência ao mapeamento dos estudos no campo da economia da saúde, merece destaque o estudo de Andrade et al. (2004), para os anos de 1999 a julho de 2004. Esses autores confirmam a predominância de trabalhos (48%) que tratam da gestão, financiamento, alocação e equidade, com destaque para a temática das políticas públicas e gestão em saúde (39%). Segundo Andrade et al. (2004), esses resultados assemelham-se aos verificados por Vianna (1998) de que o maior interesse dos pesquisadores no campo da economia da saúde refere-se ao tema do financiamento do setor saúde e à alocação de recursos. De forma geral, a justificativa para tal prioridade apoia-se no mesmo argumento já mencionado, isso é, nas dificuldades vividas pelo SUS no campo do financiamento e da alocação equitativa nos anos 1990.

Um estudo importante e mais atual foi realizado pela Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres) intitulado “A produção de conhecimento em economia da saúde: uma perspectiva bibliográfica (2004 – 2012)” em parceria com o Ministério da Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde. Nesse trabalho, a tendência sobre temáticas preponderantes no campo da economia da saúde foi alterada em relação aos estudos anteriores. Isso porque, dos 355 estudos apresentados, o tema do “financiamento” correspondeu a apenas 4,8%, sendo superado pelos temas: “Inovação tecnológica em saúde” (14,4%), “Custos” (12,4%), “Avaliação de tecnologia em saúde” (9,9%), “Avaliação econômica” (8,7%), “Economia da saúde em temas gerais” (36,6%) e “Outros” (18%). Ainda que no período do estudo o problema do financiamento do SUS não tinha sido resolvido, ao contrário, ampliava-se o subfinanciamento desse sistema (Mendes, 2012), o campo da economia da saúde apresentou uma inflexão em direção à perspectiva microeconômica considerável. Nesse sentido, a economia da saúde brasileira foi, portanto, se tornando essencialmente limitada à abordagem microeconômica e neoclássica, expressando nesse campo o pensamento econômico hegemônico do capitalismo contemporâneo.

A rigor, o desenvolvimento e a institucionalização da economia da saúde no Brasil acabam tendo pouca expressão na relação à abordagem da economia política. Mais recentemente, Alves et al. (2019) indicam que apenas 30% dos pesquisadores que se dedicam à economia da saúde apresentam produções científicas em temas que se aproximem da economia política. De maneira geral, há predominância dos temas relacionados à financiamento e gestão da saúde. Pouco mais de 13,5% deles produzem análise de políticas de saúde, mas o uso do referencial analítico da economia política só pode ser identificado em pouco mais de 2,4% das publicações. A presença de pesquisadores que se dedicam à ‘Economia política da saúde’ no Brasil é praticamente inexpressiva quando considerada a economia da saúde com um todo (Alves et al., 2019).

Chama a atenção que, dentre os estudos de economia política da saúde ao longo dos anos 2000, vem se destacando um tema, ainda que residual, relacionado ao “complexo produtivo da saúde” (Gadelha, 2003; 2012). Segundo Gadelha (2012), esse tema constitui-se campo em que inovação tecnológica e acumulação de capital geram oportunidades de investimento, trabalho e renda, além de produzir avanços importantes para melhorar o estado de saúde das pessoas. É pertinente lembrar que essa abordagem, de cariz keynesiana, não assume posturas críticas ao desenvolvimento capitalista e sua relação com a totalidade, em especial, na fase atual do capitalismo.

Por isso, a economia política de matriz keynesiana, trazida pela discussão interna do setor, tem insistido que a saúde pública deve ser um elemento de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Diferentemente desse enfoque, argumentamos que ele tende a minorar a natureza do processo experimentado

pelo padrão da acumulação capitalista, principalmente no capitalismo contemporâneo em crise e sob o comando do capital portador de juros, em que a saúde pública tem sido alvo das políticas neoliberais, marcada por cortes drásticos nos gastos públicos, em especial em economias dependentes.

Nessa perspectiva, considera-se que a “economia política” que deve informar a saúde, enquanto um direito social, deve ser aquela que se baseia na crítica à economia política. Entende-se que apenas ela é que garante o suporte teórico-metodológico necessário a uma crítica do desenvolvimento capitalista, tendo como horizonte estratégico o socialismo. Em virtude disso, é que consideramos que o novo ponto de inflexão histórico atual é a transição necessária para a incorporação da economia política crítica da saúde no debate, sendo ela fundamental para resgatar os fundamentos do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira⁵. Nesse sentido, torna-se necessário revisitar os antecedentes históricos da economia política e como podemos avançar em direção a uma economia política crítica da saúde.

Da ‘Economia Política’ à ‘Economia Política da Saúde’⁶

Carnut e Mendes (2018) destacam, a partir do texto de Braga e Paula (1981) que, antes mesmo de a economia política emergir enquanto ciência, especialmente na figura dos economistas clássicos como Adam Smith e Ricardo, a questão da saúde já era compreendida entre os autores mercantilistas. Ainda explorando os argumentos de Carnut e Mendes (2018), os mercantilistas, por serem “seres políticos”, buscavam interferir na atividade do Estado, a fim de instrumentalizar ideias que pudessem contribuir para o enriquecimento das nações.

Especificamente sobre o mercantilismo, para Braga e Paula (1981), os proeminentes estudiosos da época já se dedicavam no estudo dos fatores condicionantes de saúde, conforme trecho do texto a seguir:

Dentre os pensadores mercantilistas, deve ser dado destaque a William Petty (1623-1687), considerado por Marx como o “fundador da

⁵ O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) constituiu-se no processo de mobilização da sociedade, a partir dos anos 1970, muito disseminado por intelectuais orgânicos próximos ao Partido Comunista Brasileiro, com a finalidade de convergir forças sociais em direção à crítica das desigualdades e da mercantilização da saúde no país, configurando-se numa ação política, cuja parte do Movimento era ancorada na perspectiva marxista. Seus propósitos desencadeavam na formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) no processo da Constituinte em 1987, ressaltando a saúde como direito universal num horizonte estratégico socialista. Contudo, durante o processo de implementação do SUS a perspectiva marxista e seu conteúdo estratégico socialista foi se perdendo, ao passo que atualmente uma visão desenvolvimentista de caráter keynesiano predomina no Movimento (Carnut et al, 2019).

⁶ Reconhecemos que o campo da ‘Economia Política da Saúde’ no Brasil tem sido trabalhado, principalmente, pela perspectiva keynesiana, e, minoritariamente, pela perspectiva marxista (no qual este artigo visa problematizar). Entre os keynesianos, para maiores detalhes, sugerimos a leitura dos estudos de Gadelha (2003), Ocké-Reis (2012) e Padula (2017).

moderna economia política”, por ter sido o primeiro a atribuir ao trabalho à origem do valor. Pensador eclético, médico entre outras atividades [...] Petty percebia claramente as vinculações sociais de vários problemas de saúde. Não lhe bastava reconhecer que a fertilidade natural e a população eram condições básicas para a prosperidade nacional. Para ele, a aceitação de tal premissa ia de par com a responsabilidade de remover os principais impedimentos ao completo desenvolvimento de tais recursos. Um aspecto importante desta responsabilidade era a criação de condições que promovessem a saúde, evitassem a doença e tornassem o cuidado médico acessível a todos que dele necessitassem. É interessante destacar que Petty reduz aqui a vida humana a sua capacidade de trabalho – o que é o escravo, senão força de trabalho despida de qualquer outro significado vital? Séculos depois, os neoclássicos incidirão em modalidade similar de raciocínio; sem poder se dar ao luxo de uma formulação explicitada como a de Petty, também eles veem o ser humano apenas como capacidade de trabalho: na teoria do capital humano, o homem é reduzido a mero elemento da produção. As teorias de Petty sobre as implicações sociais e econômicas dos problemas de saúde são a mais significativa contribuição inglesa nesta área do pensamento social anterior ao século XIX. Discípulo de Hobbes em sua teoria política, Petty aceitava a tese de que o governo estava justificado ao desenvolver medidas políticas ou institucionais pelas quais aumentasse o poder e a riqueza nacionais, reconhecendo ao mesmo tempo que cabia à política pública objetivar a melhoria dos padrões de vida da população; esta deveria ser tão numerosa quanto possível, mas composta de pessoas saudáveis e felizes (Braga & Paula, 1981, p. 05).

Carnut e Mendes (2018), novamente apoiados em Braga e Paula (1981, p. 07), argumentam as contribuições e limitações do mercantilismo em três aspectos: o primeiro, diz respeito que a saúde é uma questão socioeconômica, extravasando os limites da prática médica; o segundo nos remete a ideia de encarar a saúde como problema de administração pública (negócio de política econômica) e por fim, a intervenção encontra limites por se tratar de um incipiente conhecimento da prática médica e do baixo nível de organização administrativa do Estado.

Os trabalhos produzidos pelos pensadores econômicos políticos buscam a compreensão das relações entre os homens na reprodução da vida material. Essa perspectiva, que é científica, ganha corpo na longínqua formação dos Estados nacionais, e, segundo Pereira (1979), foi nesse período que se deu a predominância do capital industrial competitivo, a partir da segunda metade do século XVIII, como condição essencial para o desenvolvimento da economia política enquanto ciência.

Filgueiras (2018) vai ao encontro do pensamento de Pereira (1979), quando esse autor configura a economia política como uma ciência singular que se inicia no século XVIII:

Distinta da moral, da religião, da ética, da política e do direito –, é um produto direto e genuíno do capitalismo; surgiu na Europa no século XVIII, e ali desenvolveu-se inicialmente, com o intuito de pensar, entender e explicar a natureza e o funcionamento desse modo de produção. As suas várias escolas de pensamento (mercantilistas, fisiocratas e clássicos), bem como a “Crítica da Economia Política” formulada por Marx, tinham por objeto de estudo comum – apesar de suas divergências epistemológicas, de método e compreensão – as *relações sociais* e a forma de produção e distribuição da riqueza no novo modo de produção, que estava substituindo o antigo modo de produção feudal. Em suma, estavam preocupadas com a investigação da estrutura e dinâmica da economia capitalista (as suas leis de funcionamento), tal como esta então se configurava e se desenvolvia concretamente na Europa. (Filgueiras, 2018, p. 149, grifo nosso).

De acordo com Netto e Braz (2006), a expressão “economia política”, aparece pela primeira vez em 1615, quando Antonie Montchétien (1575-1621) publica a obra “Tratado de economia política”. Os autores apontam que o termo também está presente nas obras de François Quesnay (1694-1774), James Stuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790). No entanto, seria apenas na aurora do século XIX que passaria a designar um determinado corpo teórico (Netto e Braz, 2006).

Sobre este aspecto, Pereira (1979) compreende que o capitalismo e o poder transformador da força de trabalho, que converte bens e insumos em mercadorias para serem vendidas aos mercados, rompe com o monopólio da força e a vontade divina do soberano; a burguesia cria as condições que lhes são favoráveis para a competição no mercado. O autor prossegue ao alertar que esse novo evento irá permitir aos grandes economistas clássicos já mencionados por Netto e Braz (2006), – Smith, Quesnay, Ricardo, Say e principalmente Marx, – desvendar a natureza do funcionamento econômico do sistema capitalista (Pereira, 1979).

Netto e Braz (2006) também conseguem sintetizar com clareza a leitura dos economistas clássicos nas impressões que se referem às questões relativas ao mundo do trabalho e a crise do Antigo Regime, como se pode conferir:

Os maiores representantes da economia política clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas, encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos. A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se tratava de uma disciplina,

especializada, que procurava recortar da realidade social um objeto específico (o econômico) e analisá-lo de forma autêntica. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao trabalho, ao valor e ao dinheiro, à economia política interessava compreender o *conjunto das relações sociais* que estava surgindo na crise do Antigo Regime – e naquelas questões se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho (Netto e Braz, 2006, p. 17, grifo nosso).

Ao explorar as ideias que dizem respeito aos primórdios da economia política, Kon (2007), concorda com os demais autores (Pereira; Filgueiras; Netto e Braz), pois concebe que, apesar de a contribuição do campo da economia política surgir desde o período dos mercantilistas e dos fisiocratas, é por meio dos autores clássicos⁷ que a orientação das análises teóricas se aprofunda nas questões relacionadas ao trabalho, na agricultura, na indústria e no valor (Kon, 2007).

Outra característica apontada por Netto e Braz (2006) a respeito dos pensadores em economia política é a forma como estes lidam com as seguintes instituições e categorias econômicas: dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, e propriedade privada. Os autores argumentam que as categorias citadas foram descobertas pela razão humana, sendo consideradas pelos economistas políticos clássicos como *eternas e invariáveis*⁸, conforme o trecho destacado a seguir:

Eles as entenderam como categorias e instituições *naturais* que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental. Esse entendimento, os clássicos deviam-no à inspiração das concepções próprias do *jusnaturalismo moderno*, extremamente influente na Europa Ocidental dos séculos XVIII e que marcou vigorosamente a teoria política liberal (ou o liberalismo clássico), cujo grande representante foi o inglês John Locke (1632-1704) (Netto e Braz, 2006, p.19, grifo nosso).

Braga e Paula (1981, p. 08), analisam também as etapas evolutivas do capitalismo e concomitantemente apontam para a melhora da saúde das populações a longo prazo, considerando que o avanço das forças produtivas melhora a saúde

⁷ *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, e os *Princípios de Economia Política e Taxação* de Ricardo, são os grandes divisores de águas no desenvolvimento das ideias econômicas, representando a transição da antiga para a moderna economia (Marshall, 1996, p. 06).

⁸ Marx historicizou as categorias manejadas pelos clássicos, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um método novo – o método crítico dialético, conhecido como materialismo histórico (Netto e Braz, 2006, p. 25).

bem como as condições materiais de vida. Essa afirmação deve ser refletida com a devida cautela, pois os próprios autores reconhecem que no período inicial da revolução industrial, a mortalidade do trabalhador era demasiadamente alta por questões relacionadas aos baixos salários, à subnutrição, jornadas exaustivas de trabalho e ambiente insalubre no parque fabril, este, desprovido de qualquer equipamento de proteção para os trabalhadores, e a cidades industriais poluídas, com aglomerações populacionais vivendo em moradias precárias e sem saneamento básico. Sobre as questões relacionadas à saúde do trabalhador e mencionadas neste parágrafo, os autores esclarecem com os seguintes argumentos:

Todos os dados mostram que a expansão capitalista leva a um grande aumento da produção, cuja taxa de crescimento largamente ultrapassa a demográfica (afastando assim o fantasma malthusiano) e resultando disto melhoria das condições materiais de vida e, portanto, melhoria de saúde. Entretanto, a mesma certeza não se pode ter em situações específicas e em prazos curtos. Na realidade, a elevação do produto social é condição necessária, mas não suficiente, para o aumento do consumo. Para tal, é necessário que se assegure também alguns mecanismos de distribuição de tal produto; caso contrário, é possível coexistirem, como no Brasil da década de 70, elevação do produto e deterioração das condições de vida [...] A questão dos salários, como se sabe, foi solucionada apenas no longo prazo, numa luta política cujos resultados não se fizeram sentir de imediato. Entretanto, deve-se levar em conta que a reivindicação fundamental dos trabalhadores na época da Revolução Industrial era, mais do que o salário, a redução da jornada e a melhoria das condições de trabalho. E aqui, pressionado politicamente, o Estado foi obrigado a agir mais diretamente: em 1833, por exemplo, foi votado o “Factory Act” que, embora relativamente ineficaz, marcou o início real da legislação fabril na Grã-Bretanha. As condições de existência da população trabalhadora inglesa atingiram um estágio tal de deterioração e aviltamento que o perigo de disseminação de epidemias entre as classes dominantes e as pressões políticas dos trabalhadores terminaram por obrigar o Estado a se preocupar com medidas efetivas para a diminuição da mortalidade. Ademais, os níveis de mortalidade e morbidade pareciam ameaçar o próprio processo de acumulação de capital, como nos diz um industrialista da época (Braga e Paula, 1981, p, 08- 09).

Enfim, de acordo com Braga e Paula (1981), os economistas clássicos direcionaram a sua atenção para as questões de formação e da distribuição do valor, buscaram realizar uma teoria da produção, uma teoria da repartição da renda,

sendo assim, estão conectados com a realidade de sua época, a do capitalismo industrial. Desconsideram, contudo, a crítica necessária às contradições geradas pela própria sociabilidade capitalista, reduzindo 'o social' ao 'econômico' e buscando a autonomização do 'econômico' que permita vida próspera ao capitalismo emergente.

Sobre, exclusivamente a seara dos economistas políticos clássicos e à crítica direcionada à economia política, Teixeira (2015) compreende que Marx soube como se basear com o legado produzido por nomes como Adam Smith e David Ricardo, pois, na prática, ele pôde aperfeiçoar teorias já escritas anteriormente e contestá-las em um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista jamais visto. Ainda, segundo o autor, Marx explora os diferentes aspectos em torno do trabalho, salário, lucro, renda da terra e capital (Teixeira, 2015).

A crítica de Marx sobre as demais escolas do pensamento econômico clássico demonstrou as contradições do modo de produção capitalista, e, portanto, suas fragilidades. Sua genialidade trouxe à luz o antagonismo de interesses das diferentes classes sociais. Marx denunciou a luta desigual entre os opressores e oprimidos, ou seja, os detentores dos meios de produção de um lado e os trabalhadores do outro, a estes, cabendo apenas à venda da sua força de trabalho explorado pelo capitalista em troca de sua sobrevivência assalariada, configurando-se, portanto, a luta de classes. No campo das relações sociais e do trabalho, Marx divergiu profundamente de Smith e Ricardo, a despeito do que ambos entendiam como a origem do lucro⁹ sem considerar de onde ele provém (Filgueiras, 2008).

Para Netto e Braz (2006), a economia política aborda questões ligadas diretamente a interesses materiais (econômicos e sociais) e, em face deles, não há nem pode haver neutralidade: suas teses e conclusões estão sempre conectadas a interesses de grupos sociais. Da mesma forma, Pereira (1979) concebe que a economia política, deixa de ser apenas uma área da economia que formula leis. Para o autor é um dever com a sua própria realidade histórica e suas proposições para modificá-las.

Nesse sentido, é possível dizer que as categorias em debate na economia política clássica não revelavam um assento específico à saúde *a priori*. Pelo contrário, a saúde (ou ausência dela) era vista como consequência nefasta para o processo de acúmulo do capital em função da impossibilidade de recorrer ao uso da força de trabalho como meio de produção apenas. Mesmo essa compreensão

⁹ A obra de Marx completa e corrige a de Ricardo ao desvendar e destacar a exploração e, então, a verdadeira origem do lucro. Enquanto Ricardo, introduzindo o trabalho indiretamente contido nos meios de produção (capital constante para Marx) relaciona sua propriedade ao recebimento do lucro sem considerar de onde ele provém, Marx atribui o lucro ao trabalho vivo (trabalho diretamente usado na produção, para Ricardo), destacando a qualidade de mercadoria da força de trabalho, cuja especialidade é gerar um valor superior ao seu próprio, este último determinado (Mollo, 2013, p. 48).

sendo limitada e desconsiderando o valor como elemento advindo do trabalho explorado, é possível dizer que já havia um esforço (ainda que inicial) de relacionar a presença do processo saúde-doença como algo interligado ao modo de produzir bens, mercadorias, ou seja, a vida.

A compreensão da saúde no cenário de discussão da economia política clássica vai se delimitar melhor com a crítica à economia política realizada por Marx destinada aos economistas clássicos. Ao perceber a inversão realizada pela economia política clássica (que compreendia o valor advindo da terra ou a circulação de mercadorias simples), Marx vai criticar o papel naturalizador da economia política e compreenderá o papel que a relação social capitalista (trabalhador-burguesia) joga na centralidade do acúmulo de mais-valor. Nesse sentido é que o peso do poder da burguesia sobre os corpos dos trabalhadores e sua forma de coisificá-los explorando-os similarmente às máquinas existentes no período da revolução industrial irá trazer para o cerne a saúde e o adoecimento do trabalhador como um impeditivo importante para extração de mais-trabalho, e, portanto, mais-valor.

Nessa perspectiva, é Marx quem realmente desenvolveu reflexões diretamente relacionadas com a problemática da saúde – reforçando a abordagem de economia política crítica da saúde –, ao se preocupar com o capitalismo como uma relação social histórica entre o capital e o trabalho, no processo de produção – valor do trabalho (mais-valia), nas condições do processo de produção como um todo e no processo de trabalho – mais-valia relativa e mais-valia absoluta. Daí, percebe-se como o processo de produção está enraizado na determinação social da saúde e da doença. Essa ideia é explicitada a partir de duas razões, conforme Braga e Paula:

... a primeira é que Marx e Engels assumem uma posição ideológica de defesa da classe operária; a segunda, é que metodologicamente assumem a postura de analisar a sociedade como um todo: embora dando primazia aos aspectos econômicos na determinação da estrutura social, veem as questões econômicas, políticas e ideológicas como intimamente entrelaçadas (Braga e Paula, 1981, p.16).

Ainda, merece menção a continuidade da leitura das ideias de Marx conforme Braga e Paula apresentam (p. 16 e 17), levando-nos a compreender que:

... Marx não parte da distribuição do produto social para determinar o nível de salário e de subsistência, como faz Ricardo. Inverte o sentido do raciocínio e parte das relações de produção, que terão como consequência a determinação daquele nível de subsistência. Este variará historicamente. Nos momentos iniciais do desenvolvimento do

capitalismo – a que Marx assistiu – e, mais tarde, no quadro das economias capitalistas subdesenvolvidas, a tendência era a de reduzir tanto quanto possível os níveis salariais e de subsistência. Na medida em que o capitalismo amadurece, entretanto, duas forças agem no sentido da melhoria de tais níveis: economicamente, a ampliação e barateamento da produção de bens de consumo proporcionados pela elevação da produtividade do trabalho exige a criação de novos consumidores, obtidas através da melhoria dos níveis salariais. Ao mesmo tempo, a progressiva organização da classe operária capacita-a a lutar econômica e politicamente por seus interesses, contrapondo-se aos capitalistas.

Sinteticamente, Braga e Paula argumentam: “Para Marx, a grande indústria movida por um processo de trabalho destinado a valorizar o Capital tem efeitos prejudiciais à saúde dos trabalhadores” (p. 18). Isto é bem tratado nos capítulos A Jornada de Trabalho; A divisão de trabalho e a manufatura; e Maquinaria e grande indústria do Livro I de *O Capital* –. Nesses, Marx cita estatísticas sobre a saúde e os níveis de mortalidade. Diante do exposto, é possível admitir o argumento dos autores quando dizem que Marx vai mais além do que seus antecessores na relação com a problemática da saúde. Na realidade, conforme Braga e Paula (1981), Marx dá ênfase entre saúde e o processo capitalista de produção e não apenas entre saúde e processo industrial (p. 18).

A partir da abordagem sintética da economia política mencionada até este momento, entendemos ser fundamental apresentarmos sua relação com o campo da economia política da saúde. Essa última busca discutir a saúde na sua relação entre o econômico e o político, tal como compreender a saúde associada ao debate com o Estado e seu papel no desenvolvimento econômico capitalista e na garantia da proteção social (universal ou não), ou seja, colocar a saúde numa discussão intrinsecamente relacionada ao contexto socioeconômico, político-ideológico e das tradições culturais e intelectuais do país. Para além disso, compreendemos ser essencial avançar na discussão da economia política crítica da saúde com orientação marxista. Essa passagem neste artigo adquire importância à medida que contribui para retomar a construção original da saúde coletiva¹⁰ no

¹⁰ O campo da Saúde Coletiva no Brasil não é o similar do que se conhece como Medicina Social nos países latino-americanos ou, aproximadamente, o que é Saúde Pública nos países anglo-saxões e ibéricos, mas muito mais do que isso. A Saúde Coletiva é um aporte teórico-político cujas origens se encontram ao final da década de 1970, em um contexto em que o Brasil vivia uma ditadura militar. A Saúde Coletiva nasceu neste período, vinculada a luta pela democracia e ao Movimento de Reforma Sanitária Brasileira. As influências do preventivismo e da medicina social fazem parte de sua constituição. Assim, Campos (2000) define a Saúde Coletiva, de forma bastante objetiva, como sendo um campo de saberes e práticas sobre a saúde, tomando-a como um processo socialmente determinado. Ainda, este campo apresenta três grandes áreas que se entrelaçam: a ‘epidemiologia’, a ‘política, planejamento e gestão em saúde’, e as ‘ciências sociais e humanas em saúde’.

Brasil de analisar o setor saúde com base na Economia Política (Donnangelo, 1983; Canesqui, 1995; Paim e Teixeira, 2006), abordagem muito abandonada nos presentes estudos voltados à 'economia da saúde' no Brasil (Alves et al, 2019).

Nessa perspectiva de tratar a saúde não dissociada da política e dos aspectos econômicos-sociais, Viana et al. (2007) são categóricos. Para eles, a associação entre economia e política deriva, em grande parte, da escola marxista. Esse entendimento favorece a compreensão dos fenômenos sociais, por meio da visão conjunta entre economia e política, Estado e mercado, público e privado e suas consequências sobre a saúde¹¹. Sobre esse aspecto, os autores argumentam:

Não desconhecemos os importantes aportes que a economia da saúde trouxe para a melhor compreensão do funcionamento do setor, enquanto produtor de bens e serviços, destacando-se desde os estudos no campo da macroeconomia como perfil do gasto público em saúde e suas relações com o PIB e os padrões de desenvolvimento econômico, bem como os microeconômicos, voltados para melhor conhecer as formas de organização e desempenho das unidades produtoras de saúde (Viana et al., 2007, p. 09).

De forma diferenciada de separar os estudos na economia da saúde como macro e micro (Viana et al., 2007), consideramos que a contribuição de Braga e Paula (1981) se adequa melhor à análise do 'econômico no setor saúde'. Isso porque, esses últimos autores se referem à perspectiva política da economia na totalidade da sociabilidade capitalista, em que tudo se encontra relacionado e não separado em partes 'macro' e 'micro'.

Mesmo tendo sua obra de referência publicada há 28 anos, essa não foi corroída pelo tempo, permanecendo atual, e a posicionamos como referência na construção do campo da economia política da saúde. Os autores permeiam, em seu texto, todas as etapas de desenvolvimento social e econômico em amálgama com o pensamento em saúde coletiva, resgatando desde o mercantilismo até o desembarque no capitalismo moderno. Em seu trabalho são muito bem exploradas as nuances do capitalismo contemporâneo como também a hegemonia da ideologia econômica neoclássica (Braga e Paula, 1981).

Com efeito, consideramos a produção literária dos autores como sendo de vanguarda para o estudo da economia política da saúde em direção a uma perspectiva crítica. Por certo, posteriormente a Braga e Paula, uma nova gama de intelectuais se dedicou a produção de trabalhos voltados para a economia de saúde, contudo, ainda ancorados em uma perspectiva hegemonicamente neoclássica.

¹¹ Numa perspectiva de tratar a saúde como uma questão 'politicamente intermediada', ver alusão a um artigo de Bayers e Leis (1986).

De acordo com Braga e Paula (1981, p. 01), no curso da história do capitalismo, a questão da saúde não só cresce como problema coletivo como também ganha espaço no pensamento econômico-social. A respeito desta questão, os autores esclarecem:

O efetivo surgimento da questão da saúde como objeto específico não só da ciência econômica como também da política econômica é resultado, acima de tudo, do avanço do capitalismo e de seus conflitos. Desta forma, não é por acaso que a escola neoclássica apresenta hoje um considerável nível de sistematização acerca do problema: tal conhecimento é um pré-requisito para que o Estado capitalista, admitidas as diferenciações nacionais, molde a seu feitio as políticas de atenção à saúde. Mas o avanço do capitalismo não leva água apenas para o moinho da escola neoclássica; também os seus críticos passam a se preocupar cada vez mais com o tema da saúde (Braga e Paula, 1981, p. 01).

De acordo com Sestelo (2018), Braga e Paula (1981) entendem que a saúde emerge como questão social na primeira fase do desenvolvimento capitalista brasileiro, ainda no bojo da economia exportadora cafeeira do início do século XX. O autor deixa claro que:

Braga e Paula referem-se concretamente ao controle de endemias e problemas gerais de saneamento nos núcleos urbanos que surgem no processo de acumulação cafeeira. Entre as medidas oficiais de controle e regulamentação do mercado de trabalho, os autores relacionam a exigência de autorização dos pais para emprego de menores de 18 anos em 1917 e a promulgação da lei de indenização por acidentes de trabalho nas companhias de transporte, nas de construção civil e nas fábricas em 1919. No mesmo ano, são criadas as companhias privadas de seguro do trabalho e que, a partir de então, se constituirão em foco de resistência a uma política securitária por parte do Estado (Sestelo, 2018, p. 61).

Entretanto, desde os mercantilistas passando pelos economistas clássicos até Marx, é possível dizer que a saúde teve alguma presença na constituição da economia política enquanto ciência, ainda que não existissem aparelhos de atenção à saúde como no caso dos sistemas de saúde de hoje – com exceção da Polícia Médica.

Somente no final do século XIX, com a montagem e estruturação de tais sistemas de atenção à saúde, é que o pensamento neoclássico viria a impulsionar

e impulsionar-se. A elaboração desse pensamento ajudou o econômico se alinhar mais facilmente à saúde com vistas a sua mercantilização e, claro, no sentido do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Com a expansão do capitalismo no mundo houve uma busca por domínio transfronteiriço da versão neoclássica no setor saúde, especialmente nos sistemas de saúde cujo caráter mercantilizador era mais forte (Braga e Paula, 1981). Essa versão do campo econômico hoje faz parte do *mainstream* dos economistas, inclusive daqueles que se filiam ao campo da economia da saúde consolidando um grupo ideológico econômico hegemônico na atualidade.

A 'Economia da Saúde' no Brasil e sua submissão à teoria econômica neoclássica

Como abordado ao final da seção 1 desse artigo, a economia da saúde no Brasil, ao longo de seu processo de institucionalização nos anos 1990 e 2000, foi priorizando temas distantes da abordagem da economia política – como é o caso financiamento do SUS, apoiado na sua relação com os problemas do Estado brasileiro, do desenvolvimento e das macropolíticas nacionais de seguridade social e saúde. A temática prioritária do início da economia da saúde no país foi sendo substituída por temas como 'avaliação econômica em saúde', 'abordagem sobre custos em saúde' etc., associados ao campo da microeconomia e do pensamento neoclássico.

Essa mudança no conteúdo das temáticas da economia da saúde apresenta sintonia com o contexto capitalista a partir dos anos 1990, marcado pelos tempos de dominância do capital portador de juros no movimento do capital e do neoliberalismo, com a presença significativa de políticas econômicas restritivas e austeras (Mendes et al., 2017). Todas essas políticas têm inspiração na visão neoclássica que sustenta a racionalidade neoliberal, estruturando e organizando não apenas a ação dos governantes, mas até a conduta dos governados, com redução dos direitos sociais, inclusive no tocante à política de saúde e valorização de instrumentos gerenciais para assegurar a melhor gestão do sistema de saúde, como o caso da 'avaliação econômica', 'custos em saúde', melhor 'eficiência' etc.

Não resta dúvida de que nos tempos atuais, o mundo está sob uma estrondosa tempestade que trouxe, novamente e com brutalidade, o protagonismo das teorias econômicas ultraliberais provenientes da escola monetarista e neoclássica. O Brasil foi se posicionado no centro desta tormenta.

Após o recente e conturbado processo eleitoral de 2018, um novo governo, de extrema-direita, tomou posse em 2019. Os sujeitos políticos vencedores do pleito já demonstraram que sua administração é de orientação econômica ultraliberal, carregada de retórica misógina, homofóbica, neofascista e autoritária. Diante desse cenário, espera-se o aprofundamento das contrarreformas do

Estado com a supressão de direitos trabalhistas e sociais, e, assim, aniquilamento do já precário sistema de proteção social.

Mesmo com a guinada para a extrema direita como ocorreu no Brasil em 2019 e da clara sinalização para os agentes do mercado de qual será a política econômica para os próximos anos, o protagonismo hegemônico neoliberal na construção das agendas econômicas voltadas para a saúde não é um novo paradigma que pairou repentinamente sobre a América Latina. De acordo com Bertolozzi e Greco (1996) sob a ótica do neoliberalismo não se admite o conceito de direitos sociais, assim, tanto a condição de mercadoria da força de trabalho quanto a mercantilização dos bens sociais vêm sendo reforçadas desde 1980.

Filgueiras (2018) compreende que a atual hegemonia econômica neoliberal é sustentada e viabilizada pelo controle ideológico nas escolas de economia, assim como o poder político e da mídia que servem ao grande capital:

As razões para a existência dessa hegemonia estão localizadas tanto no interior quanto fora da academia: vão desde o poder político-midiático do grande capital na sociedade, passando pelo caráter instrumental (e adequado ao senso comum) desse conhecimento, até o controle das instâncias institucionais que contribuem para reproduzi-lo e legitimá-lo internamente à academia: agências de fomentos-avaliação (CAPES e CNPq) e o *ranking* de classificação de revistas e periódicos. (Qualis Periódicos) (Filgueiras, 2018, p. 147).

Ainda de acordo com os autores, existem dois elementos que foram sistematicamente implementados na academia que corroboram com a manutenção do *status quo* neoclássico na formação dos futuros economistas. O primeiro, diz respeito à fundamentação dos cursos de economia com base apenas em autores e literatura que não oferecem aos discentes uma visão crítica; e, o segundo, tem relação ao processo de seleção dos docentes, onde o padrão estabelecido segue a norma do *mainstream* da profissão (Filgueiras, 2018).

Prado (2001) corrobora com os argumentos apresentados por Filgueiras (2018). Para o autor, a difusão do pensamento neoclássico no Brasil ocorreu a partir dos anos 1970 com uma perspectiva acadêmica que despreza a crítica e a política, e, em contrapartida, que contemplava invariavelmente significativa carga de Matemática e Estatística, disciplinas estas necessárias à formação ortodoxa (Prado, 2001). O autor prossegue em sua análise e esclarece que, desde 1966, um grupo formado por proeminentes economistas da época, entre eles, o influente ministro da ditadura empresarial-militar Antônio Delfim Netto, conseguiram reformular os currículos dos cursos de Economia, desvencilhando-os de outras graduações, como sociologia, direito e administração. O autor nos traz mais elementos elucidativos sobre isto, no texto em destaque:

Em 1966, um grupo de importantes economistas, alguns ligados à ditadura militar implantada há dois anos, procurou encontrar os caminhos da consolidação do ensino de Economia no país, nos moldes anteriormente aludidos. Reunidos no Encontro de Itaipava (RJ), Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Isaac Kerstenetsky, entre outros, traçaram novos rumos para o desenvolvimento da ciência econômica no país, visando a emancipá-los do domínio até então exercido por outras disciplinas como Sociologia, Direito, Administração etc. Determinaram, então, como principais objetivos reformular os currículos dos cursos de Economia e iniciar a formação e treinamento de professores para esses cursos mediante a criação de centros de pós-graduação no Brasil, treinamento de estudantes e docentes, inclusive por meio da realização de doutorado no exterior, especialmente nos Estados Unidos. A finalidade era, segundo Delfim Netto, “estabelecer as condições de um ensino que cubra as partes essenciais da moderna teoria econômica”. Para atingir esses objetivos, no final dos anos 60 e começo dos 70 foram enviados dezenas de jovens graduados em Economia para estudar no exterior, muitos dos quais financiados por recursos ligados ao Acordo MEC-USAID¹². Os “pedagogês” brasileiros, como vieram a ser chamados, que voltaram na década de 70, instalaram-se principalmente em instituições estritamente de pesquisa, como o IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ou em instituições mistas de pesquisa e ensino, como o IPE e a EPGE. Uma parte menor espalhou-se pelos novos cursos de pós-graduação das universidades federais, formando núcleos de pesquisa que não raramente se vinculavam também a órgãos de gestão, planejamento e desenvolvimento econômico, seja do governo federal seja de governos estaduais (Prado, 2001, p. 14).

¹² Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro alinhado à política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública em todos os níveis de ensino. A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo (Menezes e Santos, 2001), disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/>>).

Percebe-se, portanto, que a manutenção da predominância da escola neoclássica está bem alicerçada na academia, assim, evidentemente, cérebros e corações são conquistados durante a graduação dos futuros economistas. No que tange aos conceitos propriamente ditos sobre a teoria econômica em discussão, para sua melhor compreensão, o primeiro passo é nos familiarizarmos com as diretrizes que materializam o pensamento neoclássico e conseguir diferenciá-lo do pensamento clássico. Esse exercício de contraposição entre duas vertentes econômicas foi bem executado por Prado (2001):

Para definir os contornos da teoria neoclássica é preciso contrapô-la à teoria clássica. Esta última caracteriza-se por analisar o sistema econômico principalmente no âmbito da produção e numa perspectiva de longo prazo. Nessa situação em que se faz abstração dos desequilíbrios e das flutuações de curto prazo, as taxas de lucro calculadas em relação aos preços de oferta dos bens de capital são uniformes, assim como são uniformes as remunerações da força de trabalho e dos recursos naturais considerados qualitativamente homogêneos. Pressupõe-se que haja livre competição, e que não existam barreiras à entrada nas diversas indústrias [...] Os economistas clássicos, assim como Marx, acreditavam que o sistema econômico funcionava sob uma lei de tendência à igualação das taxas de lucro nos diferentes setores e ramos da economia. Segundo eles, os capitais, principalmente na forma monetária, saíam dos ramos com taxas de lucro mais baixas, para entrar naqueles com taxas de lucro acima da média. E isto ocorria devido à ação dos empresários capitalistas que buscavam persistentemente a valorização de seus capitais no mais alto nível possível. Dada a alta mobilidade do capital e uma certa mobilidade da força de trabalho, a alocação dos capitais nos diversos setores industriais e agrícolas acabava gerando uma tendência para a uniformização das taxas lucro e das remunerações dos demais agentes da produção. Neste sentido, os preços de produção apareciam para eles, ao mesmo tempo, como possibilidades que são reais porém improváveis. De qualquer modo, eles funcionavam como centros de gravidade dos preços de mercado que supostamente refletiam as condições contingentes do processo econômico em cada lugar e a cada momento do tempo (Prado, 2001, p. 10-11).

Já sobre a teoria neoclássica, Prado (2001) demarca a diferença:

A teoria neoclássica em sentido amplo nasceu em diversos países, sob culturas econômicas diferentes, quase ao mesmo tempo – ou seja, na

década de 1870. Entre os pioneiros acham-se Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra. Todos esses autores centraram sua análise num indivíduo genérico isento de relações sociais, que busca atender ao seu próprio interesse e que se orienta invariavelmente por suas preferências subjetivas. Sobre essa base, erigiram o que veio a ser chamado de microeconomia, um ramo da teoria econômica que se concentrou inicialmente na análise do mercado de concorrência, no qual cada agente econômico pode ser tratado como independente dos demais. A teoria neoclássica, em geral, teve desde o início o objetivo central de mostrar como um mercado funciona quando tais átomos sociais dançam, por assim dizer, a música dos preços (Prado, 2001, p. 10-11).

Ainda, Moraes e Torrecillas (2013) sintetizam com fluidez o pensamento econômico neoclássico. Para os autores, há principalmente a incapacidade das políticas calcadas na ortodoxia econômica em gerar equidade social e justiça econômica. Os conceitos teóricos neoclássicos esvaziam o foco analítico de como as vias jurídicas e institucionais influenciam a economia. Nesse ponto, os neoclássicos negam a influência que a elite financeira e política possuem na construção da agenda nacional e no direcionamento das políticas públicas. Sem embargo, a teoria econômica em questão, recusa ser ciência social, pois negligencia a complexidade das interações sociais. Recorreremos abaixo ao fragmento do texto em que os autores mencionados neste parágrafo se posicionam de maneira crítica à teoria neoclássica:

Ao que parece a teoria neoclássica desenha um modelo de sociedade onde todos os indivíduos sem exceção compartilham dos mesmos interesses, dispõem do mesmo discernimento, possuem acesso igual às informações e balizam todas as suas ações com base nessas informações. Todos agem de maneira racional e, sem conflitos de interesses, sempre conseguem atingir seus objetivos. A teoria econômica predominante que é ensinada em praticamente todos os centros acadêmicos do mundo parte de situações hipotéticas de equilíbrio econômico. O que se vê na economia neoclássica é uma distorção da escola de economia política inglesa. Se outrora os problemas sociais foram o cerne da discussão, hoje não mais, pois ao que parece os economistas políticos deram lugar aos economistas monetaristas, que se concentram em modelos matemáticos abstratos, inflexíveis e irrealistas. Assim se estabelecem economistas que, ao que parece, se movem por fé em seus modelos e cujo trabalho serve para legitimar os interesses

dos credores produzindo teorias que justificam, por exemplo, as políticas monetaristas que em larga medida beneficiam e garantem ganhos aos credores (Moraes e Torricillas, 2013, p. 231).

Quando nos referimos aos efeitos do pensamento neoclássico ao setor saúde, considera-se importante retomar a contribuição de Braga e Paula (1981) à medida que discutem a relação da questão da saúde com o pensamento econômico ao longo de sua trajetória, em consonância com a história do capitalismo. Esses autores apresentam proposições para esse pensamento em crítica direta à visão neoclássica, que permaneceu inspiradora da concepção neoliberal dominante há quase quarenta anos.

A visão neoclássica, por ter como alvo maior de suas análises as questões da microeconomia – como recentemente adotadas pelo campo da economia da saúde no Brasil – prevalece a proposta da eficiência da unidade produtiva e melhoria da administração não se levando em conta muitas vezes a visão do todo, pois restringem as questões da saúde à racionalidade do mercado, à análise da indústria do cuidado à saúde (Braga e Paula, 1981).

O fato de o pensamento neoclássico restringir a abordagem da saúde à ‘indústria’ do cuidado à saúde¹³, Braga e Paula ainda ampliam suas críticas:

Uma das críticas básicas que se pode fazer aos neoclássicos é esta postura de tudo reduzir a meras dimensões “econômicas”; a escola neoclássica legitima e fornece o instrumental para que nesta sociedade regida pelo lucro e pelos interesses capitalistas, tudo seja reduzido à sua expressão contábil. Saúde reduz-se a simples capacidade produtiva. No caso em questão, o esforço neoclássico para definir as despesas com atenção à saúde como um gasto de investimento – portanto capaz de apresentar um retorno – e não de consumo, mostra a visão capitalista do mundo (Braga e Paula, 1981, p. 21).

Para Braga e Paula (1981), o pensamento neoclássico ao privilegiar em sua análise os efeitos da atividade produtiva sobre a saúde das pessoas, avalia os efeitos da atenção à saúde em termos do desempenho da atividade econômica, do ganho em termos de tempo de trabalho, de produtividade, de escolhas (preferências) dos indivíduos no mercado¹⁴, etc. Enfim, reduzem a uma análise de sua mera expressão contábil, em que saúde se reduz à simples capacidade produtiva.

¹³ Para essa abordagem neoclássica de conceber a saúde como ‘indústria de cuidados médicos’, na perspectiva da ‘welfare economics’, ver Arrow (1963).

¹⁴ A análise da saúde a partir das ‘escolhas individuais’ no mercado se adequam ao ferramental microeconômico neoclássico intitulado teoria econômica da escolha pública. Nela os conceitos da economia de mercado são aplicados aos serviços públicos. Para essa visão, ver Baumol (1993).

Dá a ênfase que esse pensamento atribuiu à questão dos custos da saúde (p. 21). Nesse sentido, podemos insistir na crítica da ‘economia da saúde’ no Brasil que vem priorizando os estudos nesse campo e negligenciando as implicações da saúde e da doença sobre o ser humano no seu contexto social-econômico.

Para se ter uma ideia, em estudo brasileiro recente de Alves et al (2019), os autores identificaram 254 doutores que puderam ser considerados como ‘economistas da saúde’ em função de suas produções científicas. Entre os temas mais trabalhados por estes pesquisadores, a maior parte está associada a temas do pensamento neoclássico – microeconômicos – no setor saúde, sendo que 42,5% (108) enfatizam a ‘análise de custo-efetividade’, 20,9% (53) salientam a ‘gestão em saúde’. Ambas as dimensões destacam a questão da ‘eficiência’ enquanto eixo central de análise. Desses 254 ‘economistas da saúde’, apenas 11,0% (28) produzem conteúdo relativos à ‘economia política’. A preponderância da produção em ‘gestão em saúde’ e ‘análise de custo-efetividade’ sugere que os pesquisadores da economia da saúde estão majoritariamente alinhados ao pensamento neoclássico da saúde. Além disso, a produção de conhecimento pelos paradigmas da ‘economia política’ é rarefeita.

Consideramos importante a crítica de Braga e Paula (1981) à síntese neoclássica acerca da atenção à saúde, restringindo-a ao campo do desempenho produtivo e sua otimização de recursos. Para a visão neoclássica, a saúde aparece como um processo eminentemente técnico produtivo, como a constituição de uma indústria do cuidado à saúde e sua estrutura em que apenas o progresso produtivo contínuo deve ser assegurado.

Nesse aspecto, concordamos com Braga e Paula explicitando uma primeira dificuldade da visão neoclássica: a abordagem sobre a saúde como um processo técnico produtivo a impede de estabelecer relações diretas entre os aspectos econômicos e sociais, no movimento da sociedade capitalista. Ao não trabalharem com a ideia do capital como uma relação social, segundo a contribuição de Marx (2013), não apreendem a estreita relação entre o movimento da acumulação do capital e a formação de uma classe capaz de incentivar ou apoiar as transformações sociais e políticas, utilizando a saúde como base de sustentação de seu projeto por ampliação da valorização.

Outra crítica de Braga e Paula aos economistas neoclássicos, refere-se à sua visão tecnicista baseada em modelos abstratos sem levarem em conta a história. Os autores argumentam que:

[...] Seu modelo é aplicado indistintamente a qualquer sociedade em qualquer tempo, sem consideração pelos fatores históricos e culturais. Fazem complicados cálculos para avaliar os ganhos em vidas humanas, sem considerarem sequer por um momento que, caso seu raciocínio estivesse correto, o aumento em termos de sobrevivência

humana certamente traria modificações no interior da própria sociedade e que não seriam apenas econômicos (Braga e Paula, 1981, p. 25).

Ao abstraírem as mediações históricas da questão da saúde, os modelos perdem a capacidade de explicar os complexos movimentos dos processos saúde-doença. Poderíamos indagar: como não considerar as diferenças históricas entre os países capitalistas europeus com sistemas universais implantados no período pós-Segunda Guerra mundial e o Brasil com apenas 32 anos de existência do SUS numa época distinta do capitalismo, o neoliberal? Como apagar determinantes essenciais como o fato de a instituição da nossa saúde universal ser “tardia” – a partir dos anos 1990 –, em relação ao contexto histórico que foram implantados os Estados Sociais, especialmente europeus?

Nessa perspectiva, os nossos autores economistas políticos seguem na sua linha de argumentação crítica salientando dois problemas centrais do pensamento neoclássico. Como primeiro aspecto destacam que não há uma relação estreita entre melhor e maior estrutura da atenção médica, como insistem os neoclássicos, e melhores níveis de saúde. Em segundo lugar, reconhecem que a prestação de serviços de saúde é uma esfera da sociedade; afeta, assim como os níveis de saúde da população, a uma determinação social mais ampla, impossibilitando refleti-la de forma externa ao quadro da sociedade burguesa (Braga e Paula, 1981).

Braga e Paula insistem em desqualificar as análises estatísticas dos neoclássicos que mostram uma correlação inversa entre oferta de serviços de atenção à saúde e níveis de mortalidade e morbidade, de uma forma meramente técnica. Para esses autores, somente é possível entender os níveis de saúde da população e as variáveis mais importantes que influenciam sobre eles, quando se analisa as determinações socioeconômicas, considerando as diferenças entre as classes sociais (Braga e Paula, 1981, p. 34-35). Tal abordagem sempre foi rejeitada pelos neoclássicos.

De forma geral, o caráter abstrato e teoricista da teoria neoclássica a respeito da saúde impedem que se aborde o próprio objeto da teoria: a explicação das diferenças específicas dos processos de desenvolvimento capitalista de distintos países e seu caráter de classes sociais no interior de seus distintos padrões de acumulação.

Nessa perspectiva, Braga e De Paula (1981, p.39) mencionam que uma análise mais aprofundada da questão da saúde deve exigir a avaliação do comportamento do sistema de atenção à saúde, considerando seu desempenho como um espaço de acumulação de capital. Reconhecem que esse sistema também se caracteriza como *locus* de transformação técnica e social do processo de trabalho em saúde e, ainda, como local político-ideológico de regulação pelo Estado, por se tratar de uma dimensão importante da vida das populações.

Desse modo, as argumentações críticas de Braga e Paula (1981) acerca da visão do pensamento neoclássico e a questão da saúde merecem ser retomadas no contexto atual, à medida que essa abordagem vem reinando com muita força, especialmente, no campo da economia da saúde no Brasil e contaminando a trajetória dos seus estudos a partir dos anos 1990, em plena institucionalização desse campo.

No cômputo geral, para além da área da economia da saúde, o pensamento neoclássico vem se mostrando muito distante do contexto histórico contemporâneo em que vigora a crise estrutural do capital. Nesse sentido, cabe ressaltar a reflexão de Filgueiras (2018) quando se refere à crise geral do capitalismo em 2007. Esse autor entende que essa crise, que teve como epicentro novamente a economia dos Estados Unidos, tornou mais evidente a percepção da fragilidade científica da teoria econômica dominante. O autor prossegue sua linha de raciocínio quando denota que é “inacreditável o distanciamento dos neoclássicos com o mundo realmente existente”. Esta concepção é firmemente ancorada no trecho do texto destacado a seguir:

A fragilidade e incapacidade dessa teoria padrão, bem como o seu descolamento da realidade, já era bem evidente para os seus críticos – economistas situados no campo da economia política – pelo menos desde os fins dos anos 1980. Desde então, assistiu-se a sucessivas crises financeiras localizadas, que prenunciaram a crise geral do capitalismo eclodida em 2007; a sua compreensão e tratamento pela teoria padrão desconsiderou, como parte fundamental do problema, o papel desempenhado pela desregulação dos mercados financeiros e dos fluxos de capitais, iniciada no começo da década de 1970, com o fim do Acordo de Breton Woods (Filgueiras, 2018, p. 144-145).

Com base nessas reflexões é importante manter nossa crítica ao distanciamento que a economia da saúde no Brasil tem tido da perspectiva da crítica economia política (que aqui ressaltamos), tão necessária para compreender as mazelas pelas quais a saúde pública, o SUS, tem enfrentado em tempos recentes. A economia da saúde com influência do pensamento neoclássico não responde à problematização de questões como o subfinanciamento histórico do SUS; seu processo de desfinanciamento com a Emenda Constitucional n.95/2016 que congelou o gasto público; a intensificação dos processos de privatização, com a proliferação dos modelos privatizantes de gestão, etc. (Mendes e Carnut, 2020).

Por fim, consideramos fundamental recuperar Braga e Paula (1981) no sentido de suas críticas ao pensamento neoclássico, atualizá-las e articulá-las com a problemática situação que a saúde universal, por meio do SUS, vem enfrentando com as transformações contemporâneas do modo de produção capitalista e de

sua relação com a forma Estado no nosso país. Trata-se de contribuição essencial desses autores – marcada pela abordagem da economia política da saúde – para ampliar o horizonte daqueles economistas da saúde que restringem seus estudos às questões da ‘avaliação econômica’, ‘custos’ e ‘técnicas de gestão do sistema de saúde’, dissociadas do perverso movimento totalizante do capital, como aquele que configurou o cenário mais geral nesses anos de existência do SUS e que parece se apresentar ainda potente para o futuro no contexto da gigantesca crise capitalista .

Breves considerações finais

De posse desses argumentos é possível dizer que no presente trabalho, houve o esforço para melhor compreender as questões envoltas sobre a economia da saúde, muito representada contemporaneamente pela visão neoclássica e a economia política da saúde, em especial sua vertente crítica marxista. O campo da economia da saúde, principalmente no Brasil, precisa ser revisto, caso se deseje que o econômico ande em consonância com os valores públicos indo ao encontro da efetivação da saúde enquanto direito social. Esse é um desafio para os que pesquisam e ensinam os conteúdos das ciências econômicas no âmbito da área da saúde.

Contudo, não se pode esquecer que a visão hegemônica neoclássica do campo da economia da saúde – seus principais estudos –, nos tempos recentes, não pode estar dissociada da luta de classes que vem se manifestando na sociedade e, também, no interior da academia, com supremacia do neoliberalismo. Trata-se de considerar que a academia se constitui campo em que estão presentes posições de classes distintas e que estão constantemente em disputa.

De nossa parte, consideramos importante que o pensamento do campo da saúde coletiva amplie sua capacidade de análise do contexto econômico e político a longo prazo, e sem dúvida, apenas o pensamento econômico centrado na economia política crítica da saúde, na sua perspectiva marxista, é quem pode fornecer. Assim, torna-se imperioso adotar o pensamento que privilegia a relação essencial entre o ‘político’ e o ‘econômico’, entendendo que ambos fazem parte, em suas essências, das relações sociais constituídas no modo de produção capitalista, proporcionando, assim, um repertório intelectual que muito contribui para superar os limites analíticos, especialmente do campo da saúde coletiva nesse contexto que o momento contemporâneo exige. O entendimento crítico desse processo histórico por meio dos futuros profissionais torna-se fundamental para lidarem com a difícil construção do SUS em tempos turbulentos do cenário contemporâneo econômico e político.

Referências

- ALVES, D. F. A.; CARNUT, L.; MENDES, Á. Dimensionamento da 'economia política' na 'economia da saúde': para refletir sobre o conceito de sustentabilidade. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 145-160, 2019.
- ANDRADE, E. I. G. et al. **Análise de situação da Economia da Saúde no Brasil: perspectivas para a estruturação de um Centro Nacional de Informações**. Belo Horizonte: Coopmed, 2004.
- ARROW, K. Uncertainty and the welfare economics of medical care. **The American Economic Review**, v. LIII, n. 5, p. 941-973, 1963.
- BAUMOL, W. J. Health care, education and the cost disease: a looming crisis for public choice. **Public Choice**, n. 77, p. 17-28, 1993.
- BAYER, G. F. e LEIS, H. Saúde enquanto questão politicamente intermediada. **Serviço Social e Sociedade**, n. 22, p. 103-25, 1986.
- BERGER, J. e OFFE, C. A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços. In: OFFE, C. (org.), **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"**, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-53, 1991.
- BERTOLOZZI, M. R.; GRECO, R. M. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, n. 3, p. 380-98, 1996.
- BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRAGA, J. C. S.; PAULA, S. G. **Saúde e Previdência. Estudos de Política Social**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ABRES. **A produção de conhecimento em Economia da Saúde: uma perspectiva bibliográfica (2004-2012)** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento; Organização Pan-Americana da Saúde, Unidade Técnica de Serviços de Saúde e Unidade Técnica de Medicamentos, Tecnologias e Pesquisa; Associação Brasileira de Economia da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.
- CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 5, n. 2, p.219-230, 2000.
- CANESQUI, A. M. Ciências Sociais, a Saúde e a Saúde Coletiva. In: CANESQUI, A. M, editores. **Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; 1995. p. 19-35.
- CARNUT, L.; MENDES, Á. Pensamento econômico e a questão da saúde: A contribuição de Braga e Paula para (re)pensar 'o econômico' na saúde. In: VII Congresso Online de Gestão, Educação e Promoção da Saúde, 2018, São Paulo – SP, v. 7. p. 1-14.

- CARNUT, L.; MENDES, Á.; MARQUES, M. C. C. Outra Narrativa no ensino da Reforma Sanitária Brasileira: o debate crítico de uma escolha política. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 133-145, 2019.
- COUTINHO, C. N. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.
- DEL NERO, C. R. O que é economia da saúde. In: PIOLA S. F.; VIANNA, S. M. (orgs.) - **Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde**. Brasília, IPEA, 1995.
- DONNANGELO, M. C. F. **A pesquisa na área de Saúde Coletiva no Brasil: a década de 70**. In: ABRASCO. **Ensino da Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Abrasco; 1983. 494 p. 17-35.
- ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundation of postindustrial economies**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FILGUEIRAS, L. Economia política versus economia positiva: proposta de um antimanual de introdução à economia. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 50, p. 142-164, 2018.
- FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GADELHA, C. A. G. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 8, n. 2, p. 521-535, 2003.
- GADELHA, C. A. G. et al. **A dinâmica do sistema produtivo da saúde: inovação e complexo econômico-industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. 221 p
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- KON, A. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 130-146, 2007.
- MARSHALL, A. **Princípios da economia**, volume 1. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.
- MARX, K. **O Capital: contribuição à crítica da economia política**, Vol. I. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.
- MATTOS, M. B. (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.
- MENDES, Á. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MENDES, Á. O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto do capitalismo contemporâneo em crise. In: II Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises, 2015.
- MENDES, Á.; CARNUT, L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **SER Social (Online)**, v. 22, p. 9-32, 2020.
- MENDES, Á.; IANNI, A. M. Z.; MARQUES, M. C. C.; FERREIRA, M. J.; SILVA, T. S. A

- contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 4, p. 841-860, 2017.
- MENDES, Á.; MARQUES, R. M. Sobre a economia da saúde: campos de avanço e sua contribuição para a gestão da saúde pública no Brasil. In: CAMPOS, Gastão W.S., et al. (org). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.
- MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete MEC/USAID. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.
- MOLLO, M. L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. **Crítica Marxista**, n. 37, p. 47-66, 2013.
- MORAES, T. P. B.; TORRECILLAS, G. L. S. Por uma nova economia política: notas críticas à teoria neoclássica, ao direito econômico e à política econômica. Uma contribuição epistemológica para os preceitos de globalização contemporânea. **Revista de Direito Público da Economia**, v.11, n. 41, p. 227-238, 2013.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- OCKÉ-REIS, C. O. **SUS: o desafio de ser único**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- OSÓRIO, J. Sobre o estado, o poder político e o estado dependente. **Temporalis**, ano 17, n. 34, jul/dez., p. 25-51, 2017.
- PADULA, R. Economia Política Internacional da Saúde, autonomia estratégica e segurança nacional. **Rev. Carta Inter.**, v. 12, n. 2, p. 174-196, 2017,
- PAIM, P.; TEIXEIRA, C. F. Política, Planejamento e Gestão em Saúde: balanço do estado da arte. **Revista de Saúde de Pública**, número especial:73-78, 2006.
- PEREIRA, L. C. B. Economia e Administração: mercado e poder. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro 19(4):39-43, out/dez, 1979.
- PIOLA, S.; VIANNA, S. M. **Economia da Saúde: conceitos e contribuição para a gestão da saúde**. Brasília: Ipea, 1995.
- PRADO, E. F. S. A ortodoxia neoclássica. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 9-20, 2001.
- RUBIO-CEBRIÁN, S. **Glosario de planificación y economía sanitaria**. Madrid, Diaz de Santos, 2000.
- SESTELO, J. A. F. **Planos de saúde e dominância financeira**. Salvador: EDUFBA, 2018. 397p.
- TEIXEIRA, A. L. A. O lugar dos economistas clássicos na crítica da economia política de Marx: uma abordagem metodológica. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015, Vitória, Espírito Santo. Acesso em 10, mar 2019. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_adriano_lopes_

almeida_teixeira_o-lugar-dos-economistas-classicos-na-critica-da-economia-politica-de-marx-uma-abordagem-metodologica_1.pdf>.

VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P.; ELIAS, P. E. M. Economia política da saúde: introduzindo o debate. **Divulgação em Saúde para Debate**, n. 37, p. 7-20, janeiro, 2007.

VIANA, A. L. D.; BAPTISTA, T. V. F. Análise de políticas de saúde. IN: GIOVANELLA, L. et al (org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 59-88.

VIANNA, S. B. **Evolução e perspectivas da pesquisa em Economia da Saúde no Brasil**. Brasília: Ipea, novembro de 1998.

Recebido em 18 de março de 2020

Aprovado em 24 de dezembro de 2020

Encontros com Mario Duayer entre o tempo e a memória: crítica ontológica, verdade e emancipação humana*

Encounters with Mario Duayer between time and memory: ontological critique, truth and human emancipation

Natan Oliveira**

Resumo

O presente texto pretende prestar uma homenagem ao professor Mario Duayer e constituir um convite à leitura de seus artigos. Procuramos apresentar as linhas gerais da reflexão teórica proposta por Mario Duayer destacando suas contribuições tanto para os debates em filosofia da ciência quanto a respeito de sua interpretação da crítica marxiana da economia política, enfatizando a crítica ontológica como eixo central de sua intervenção. O artigo se divide em três partes: apresentação em forma de um relato pessoal dos múltiplos encontros com Mario Duayer, breve exposição da trajetória intelectual de Mario Duayer e, finalmente, síntese dos principais pontos da proposta de interpretação da obra de Marx desenvolvida por Mario Duayer ao longo de sua obra.

Palavras-chave: Marx, filosofia da ciência, crítica da economia política, crítica ontológica, verdade, emancipação humana.

Abstract

This text intends to pay tribute to Professor Mario Duayer and constitutes an invitation to his articles. We present the general lines of Mario Duayer's theoretical reflection, highlighting his contributions both to the debates in philosophy of science and his interpretation of the Marxian critique of political economy emphasizing, moreover, the ontological critique as the central axis of his intervention. The article is divided in three parts: presentation in the form of a personal account of the multiple encounters with Mario Duayer, a brief exposition of Mario Duayer's intellectual trajectory and, finally, a synthesis of the main points of his own proposed interpretation of Marx's work.

Keywords: Marx, philosophy of science, critique of political economy, ontological critique, truth, human emancipation.

* Não era do meu desejo redigir um texto em homenagem a Mario Duayer devido a seu falecimento, preferiria antes escrever um texto de orelha ou até mesmo um prefácio de um livro de sua autoria – que eu tanto o solicitei e, infelizmente, não chegou a realizá-lo em vida. Entretanto, que o presente texto *memorial* possa ser também uma forma de prestar meus agradecimentos ao mestre e amigo Mario Duayer, assim como prestar solidariedade àqueles e aquelas que sentiram esta trágica perda.

** Graduando em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do NIEP-Marx.

“O real é parcialmente irracional: mude-o!": esse é o imperativo da ciência.

Roy Edgley (1976)

Os múltiplos encontros com Mario Duayer

Numa entrevista realizada em 2009 para o programa *Sangue Latino* do Canal Brasil, conversa que abordou diversos temas, o jornalista Eric Nepomuceno perguntou ao grande escritor uruguaio Eduardo Galeano: “Como foram as perdas e como você as enfrentou e as superou ou não?”. Ao que o autor de *As Veias Abertas da América Latina* (Galeano, 1976) respondeu: “Perdas? As perdas das coisas, confesso que nunca me importaram muito. Mas as perdas das pessoas sim, doeram, e, em alguns casos, deixaram um buraquinho muito difícil de preencher”. O falecimento de Mario Duayer em 16 de janeiro de 2021, vítima da covid-19, uma entre as mais de 209 mil mortes oficialmente registradas até aquele dia, é uma destas perdas que, como assinalou Galeano, dói e deixa um buraco muito difícil de preencher.

Embora haja tantos desencontros na vida, como cantou Vinícius de Moraes em *Samba da Benção* (Moraes; Powell, 1967), a vida é a arte do *encontro*. A minha convivência com Mario foi certamente marcada por múltiplos encontros. Nesta singela rememoração, pretendo compartilhar os múltiplos *encontros* com Mario Duayer, o professor, o escritor, o intelectual crítico, o amigo, enfim, o ser humano, a fim de destacar algumas características de Mario e ressaltar enfaticamente que a partida dele foi, sem sombra de dúvidas, uma perda significativa sob muitos aspectos.

Faz-se necessário, contudo, apresentar outros encontros antes de relatar o encontro com Mario Duayer. Entre os dias 02 e 05 de outubro de 2012, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) organizava o colóquio cujo tema era “Sujeito histórico e Classes Sociais”¹ e eu, sabendo desta atividade por um amigo que cursava História na UFE, resolvi comparecer ao Bloco D – Faculdade de Educação – no campus do Gragoatá e assistir ao evento. Na quinta-feira daquela semana, 04 de outubro de 2012, foram reunidos o professor/psicanalista Paulo Becker e a professora/historiadora Virgínia Fontes para discutir a plenária “O sujeito na psicanálise e o sujeito da história”, cuja mediação ficou a cargo do professor José Rodrigues.

Encerrada a sessão, senti-me particularmente provocado pelas reflexões expostas pela professora Virgínia Fontes, que conduziu sua intervenção, salvo engano, abordando a questão da subjetividade e da historicidade presentes na

¹ O colóquio também prestou homenagem ao filósofo marxista Carlos Nelson Coutinho, falecido em 20 de setembro daquele ano.

obra de Marx e Freud². Àquela altura, eu já tinha um contato inicial com a obra de Marx³, muito embora a intervenção de Virgínia tenha me deixado com algumas inquietações. Recordo-me que registrei em meu caderno de anotações três perguntas as quais não tive coragem de fazer em público naquele momento por achar que seriam perguntas elementares demais e que não caberiam naquele espaço. Sendo assim, ao final da sessão plenária, dirigi-me à Virgínia – com quem até então eu não havia tido contato – e, de modo mais reservado, lhe apresentei as minhas questões. As duas primeiras já não mais me recordo, mas Virgínia as respondeu prontamente.

Quanto à terceira pergunta, entretanto, me lembro bem: tratava da questão de como saber *de fato* que a teoria de Marx era verdadeira. Era possível assegurar que a teoria de Marx era superior a outras perspectivas teóricas e fazer a defesa de seu pensamento com garantia da verdade?⁴ – eis a pergunta que formulei à Virgínia. Antes de responder, ela, talvez curiosa com aquela inquietude de um jovem de 18 anos, perguntou-me de onde eu era e qual curso fazia. Após ouvir as respostas, a professora Virgínia Fontes comentou que havia uma pessoa que era *ideal* para responder aquela minha última pergunta. Olhei em torno como quem esperava aquela pessoa aparecer, porém, Virgínia já me poupando a busca, adiantou que a pessoa não estava presente naquela ocasião. Tratava-se do professor/intelectual Mario Duayer. Ocorreu assim o que considero *meu primeiro encontro* com Mario, ou seja, quando tomei notícia da sua existência.

Finalizados os comentários da Virgínia sobre a última pergunta, ela me recomendou guardar seu e-mail de contato e lhe escrever uma mensagem solicitando os artigos de Mario Duayer que poderiam contribuir para avançar diante daquela minha última questão formulada. Dois dias depois, 06 de outubro de 2012, enviei o e-mail. A resposta de Virgínia chegaria 04 de novembro daquele ano. Embora sem o envio dos artigos, a sugestão da professora foi que eu entras-

² No artigo “*Historicidade e subjetividade. Contradição e conflito, liberdade e determinação*”, encontra-se parte dos argumentos apresentados por Virgínia naquela ocasião. Cf. Fontes (2005, p. 119-146).

³ Meu contato com a obra de Marx iniciou-se no Ensino Médio com as aulas de História e Sociologia. Pouco depois tomei conhecimento do *Manifesto Comunista* (Marx, 2010). Animado com esta obra, decidi conhecer mais sobre Marx, porém, infelizmente acabei entrando em contato com um marxismo bem raso e vulgar que se encontrava disponível na internet. Na sequência, realizei a leitura d’*Os Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Marx, 2001) que, apesar de ser por uma tradução bem precária, foi suficiente para me deixar desconfiado das vulgarizações e mitos a respeito de sua obra. A riqueza e a multidimensionalidade da obra de Marx só se revelaram a mim quando entrei em contato com os professores do NIEP-Marx, a partir de finais de 2012, e com as aulas e cursos do professor José Paulo Netto (tanto as aulas e palestras disponíveis no Youtube quanto em cursos presenciais).

⁴ A pergunta não foi *exatamente* formulada assim. Porém, o *sentido* da pergunta ia nesta direção que, agora, reconstruo retrospectivamente, já tendo amadurecido a questão. A *questão da verdade* era para mim algo decisivo tanto pelo progressivo e completo afastamento dos dogmas religiosos quanto pelo incipiente ceticismo a respeito da atmosfera cultural relativista na qual a verdade carecia de relevância.

se em contato com os professores João Leonardo Medeiros e Bianca Imbiriba Bonente e participasse das disciplinas sobre *O capital* de Marx que os professores do NIEP-Marx ofereceriam naquele semestre. Notem que o *encontro* com Virgínia me levaria ao *encontro* com alunos do Mario, João e Bianca.

A sugestão, evidentemente, foi prontamente aceita. Ainda que naquele momento, não imaginasse que fosse me aventurar tão longe na obra de Marx, aceitei o desafio e participei (como ouvinte) da disciplina de Economia Política I do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF. A disciplina centrava-se sobre o livro I de *O capital* e fora ofertada naquele semestre por João Leonardo⁵. Na primeira aula, o professor João Leonardo apresentou a estrutura geral da disciplina e, também, a bibliografia do curso. Constava na bibliografia, entre outros, o artigo “Marx, verdade e discurso” de autoria de Mario Duayer. Seria ali meu *segundo encontro* com Mario, agora o escritor: foi quando tomei conhecimento de sua obra. Na exposição geral do curso, João ainda destacou sua dívida intelectual com Duayer e como sua leitura da obra de Marx tinha forte influência da interpretação de Mario⁶. Findada a disciplina que me marcou intelectualmente de maneira decisiva, tratei de enfim acessar os outros artigos de Mario e me dispus a estudá-los atentamente. Tarefa que fiz (e faço) com muito gosto – entre leituras e releituras – desde então.

A partir do *encontro* com João e Bianca, por sua vez, me aproximei gradualmente do NIEP-Marx, até o momento de vincular-me formalmente. Pude ali ter diversos encontros com o Mario, personagem e pensamento circulando na forma de professores e estudantes, amigos e colegas, que não cabe descrever aqui⁷. Mas um desses encontros feito no NIEP seria uma ponte decisiva para me levar até ao Mario. Em finais de 2014, Flávio Miranda, em uma reunião do grupo de estudos do NIEP, me fez o convite para participar de um grupo de estudos sobre o livro 3 de *O capital* (Marx, 2008; 2017) em que ele, Andrea Santos Baca, Juan

⁵ O segundo semestre iniciou-se em novembro em razão de o calendário ter sido ajustado após a greve daquele ano. Em 19 de novembro de 2012, salvo engano, deu-se a primeira aula do curso de João Leonardo. Sinceramente, este curso foi um divisor de águas no meu amadurecimento intelectual. Aproveito para agradecer novamente a João pelos excelentes cursos que me possibilitou.

⁶ Dívida intelectual expressamente reconhecida por João Leonardo em seu livro nas melhores palavras possíveis: “Foi com Mario Duayer que aprendi a pensar criticamente, ou seja, a pensar”, acompanhado do seguinte comentário: “Para além da formação acadêmica formal, Mario ensinou-me a sobreviver no ambiente acadêmico absolutamente anti-intelectual que cerca os professores universitários atualmente, e tornar-me um professor e pesquisador de fato, o que simplesmente quer dizer alguém que estuda a sério antes de falar (ou escrever). Isso já bastaria para um agradecimento destacado, *não fosse o fato de Mario ainda ter ensinado a mim e a toda uma geração de pesquisadores o caminho que, cada vez mais, considero correto para interpretar a obra de Marx e, a partir dela, a sociedade em que vivemos e as diversas reflexões sobre ela (por exemplo, as da Economia).*” (Medeiros, 2013, p. 21, itálicos não originais)

⁷ Não seria possível nomear todos e todas que fizeram (e fazem) parte destes múltiplos encontros. Mas gostaria de deixar aqui expresso meus agradecimentos aos professores, colegas e amigos que compõem o NIEP-Marx e em muito me auxiliaram a descortinar a obra de Marx e a enfrentar os desafios do cotidiano.

Pablo Painceira, Maracajaro Mansor, Paulo Henrique Furtado de Araujo participavam com a presença de Mario. Posteriormente Alexis Saludjian também se juntaria ao grupo. O encontro estava previsto para acontecer no campus da UFF, porém, a universidade se encontrava em período de férias e, portanto, fechada. Assim, Mario Duayer disponibilizou sua residência para aquela reunião que traria de discutir o capítulo XIX, “O capital de comércio de dinheiro”, do livro III de *O capital* de Marx (2017, pp. 359-66). Naquele inesquecível dia 10 de fevereiro de 2015, uma terça-feira, realizou-se o *meu terceiro encontro* com Mario e, desta vez, o primeiro encontro pessoal.

Cabe assinalar que poucos meses antes do primeiro encontro pessoal com Mario, chegamos a trocar mensagens por e-mail – da minha parte, enviei uma mensagem em 03 de dezembro de 2014 cuja resposta dele veio em 08 de dezembro – onde eu o solicitava algum artigo que não havia encontrado disponível na internet. Mario agradeceu pelo interesse em seu trabalho, me enviou o artigo dizendo se sentir recompensado por um estudante de Física estar interessado pela temática da *crítica ontológica* – assunto ao qual voltaremos mais adiante – e indicou ainda algumas sugestões de leitura que ele acreditava serem do meu interesse⁸.

Além do grupo de estudos sobre o livro 3 de *O capital*, houve outro grupo de estudos que participei sob supervisão de Mario Duayer. O grupo de estudos sobre a obra *Tempo, trabalho e dominação social* de Moishe Postone⁹ contava, a partir de meados de 2016, com a participação de Paulo Henrique Furtado de Araujo, Andrea Santos Baca, María Fernanda Escurra, Emanuela do Carmo, Rafael Oliveira, Tathiana Gomes, Ana Carolina Reginatto, Juliana Nascimento, Diogo Matos e, posteriormente, de Gracyelle Costa, Keyla Amorim e Guilherme Teles. Tal grupo era denominado Ontologia Crítica e constituiu a base para a consolidação e institucionalização do *Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica* (GEPOC-UFF), cuja atual coordenação é do professor Paulo Henrique Furtado de Araujo.

Nestes dois grupos que tive a oportunidade de participar com Mario e, assim, estreitar alguns laços com ele e com a maioria de seus colaboradores, fui capaz de observar de perto o estilo de trabalho intelectual de Duayer¹⁰. Dotado de uma capacidade crítica e autocrítica raras, Mario impressionava pelo seu rigor

⁸ A recomendação de Mario Duayer consistiu no seguinte roteiro de leitura: 1) os artigos *Marx, verdade e discurso* e *Antirrealismo e absolutas crenças relativas* de sua autoria; 2) *O Para uma ontologia do ser social* de Lukács, em especial, o capítulo sobre Neopositivismo do volume I; 3) O livro *A Realist Theory of Science* de Roy Bhaskar. Com exceção do livro do Bhaskar, àquela altura eu já havia lido todas as recomendações.

⁹ Cf. Postone (2014).

¹⁰ A rigor, não cheguei a ser um estudante *formal* nem orientando de Mario Duayer. Acompanhei o trabalho intelectual de Mario em palestras, cursos e, em especial, pelos textos e grupos de estudos que ele organizava.

intelectual e pela sua enorme paciência em destrinchar parágrafo a parágrafo as obras dos autores que se dedicava a estudar. Valendo-se de seu senso de humor peculiar, Duayer se dispunha a elaborar as mais diferenciadas explicações a fim de tornar possível aos estudantes e colegas o acesso à complexidade dos textos em debate. Também era uma marca em sua personalidade a empolgação por uma grande ideia uma vez que esta fosse encontrada na escavação atenta dos textos – nessas ocasiões ele usava o adjetivo “odioso” para se referir a algum autor que houvesse elaborado (antes dele!) a tal grande ideia¹¹.

Mario figurava, para aqueles que o acompanhavam, como o *exemplo* de intelectual sério e dedicado: provocador nato, era completamente comprometido com todos os participantes do grupo, extremamente rigoroso com a escrita e a tradução dos textos e sempre enfatizava a importância de organizar de modo claro as ideias, características todas estampadas nos seus resumos de causar inveja. Sendo sua exposição didática excelente ou não, ele também sempre solicitava uma avaliação franca de suas intervenções públicas. Por vezes, na mesma frase, ele era capaz de expressar uma ideia genial e uma ironia fina capaz de provocar nos ouvintes boas gargalhadas. Um caso cômico aconteceu após o jogo de Barcelona e Villarreal pelo Campeonato Espanhol de Futebol. Ao se referir a um golazo de Neymar, o jornal Super Notícia (publicado em princípios de novembro de 2015) exibiu em sua capa a seguinte manchete “Neymar faz gol ontológico em vitória do Barcelona”. Mario Duayer com seu sarcasmo a respeito do deslize da manchete pôs os amigos a rir: “espero que agora com a colaboração da celebridade Neymar valorizem mais nosso esforço – nem sempre notado – de ressaltar a dimensão ontológica da obra de Marx”.

Uma aproximação ao pensamento crítico de Mario Duayer

Nascido em Minas Gerais, Mario Duayer de Souza, certamente gostaria de ser lembrado pela sua atividade intelectual (e acadêmica) pela qual ele se dedicou durante cerca de meio século. Graduiu-se em Engenharia Industrial Mecânica pela UFF em 1970, completou o Mestrado em Engenharia de Produção/Sistemas Econômicos pela COPPE/UFRJ em 1975, e realizou dois doutorados e dois pós-doutorados em universidades estrangeiras: em 1976, doutorou-se em Economia na Ludwig-Maximilian-Universität München e em 1979 obteve o título de doutor em Transfer of Technology and Development pela Universidade de Manchester. Quanto aos pós-doutorados: um na University of Massachusetts em 1992-3 e outro na Duke University em 1998-9.

¹¹ Era comum testemunhar Mario usar o termo “odioso” quando se referia ao argumento de Postone de reinterpretação da obra de Marx ou sobre a análise de Lukács do complexo do trabalho, entre outros casos.

Como já destacado, Mario se envolveu em uma série de grupos de estudos, pois a atividade de estudo, além de prazerosa por si, oferecia uma coletividade cuja importância era sabida por ele. Mario também foi um arguto professor, orientador formal e informal de um conjunto de monografias, dissertações e teses acadêmicas. Mario seria ainda um dos fundadores do NIEP-Marx, professor de parte expressiva dos professores que atualmente integram o Núcleo e também um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Seja registrado ainda sua colaboração na organização de muitos eventos¹² dentre os quais constam os colóquios *Marx e o Marxismo* pelo NIEP-Marx em 2007, 2008 e 2011, o *Encontro Nacional de Economia Política* em 2011, o *V Colóquio Internacional – Teoria Crítica y Marxismo Occidental* em Buenos Aires em 2012 e, com destaque, a *XII Conferência Anual da International Association for Critical Realism* em julho de 2009 em Niterói que contou com a presença de nomes internacionais como Moishe Postone, Nicolas Tertulian, Miguel Vedda, Alan Norrie, Alex Callinicos, Tony Lawson, Margaret Archer, Andrew Brown e também do eminente fundador do Realismo Crítico, o filósofo inglês Roy Bhaskar, cuja obra Mario seria um dos maiores estudiosos e principal divulgador no país. Vale destacar que grandes nomes do pensamento crítico contemporâneo (marxismo incluído) estiveram presentes no evento, em grande medida devido à influência e prestígio de Mario na organização. Sua contribuição também comparece na tradução pela qual foi parcialmente responsável – em parceria com Nélio Schneider – dos *Grundrisse*¹³ de Marx pela Editora Boitempo publicado em 2011.

Não seria possível de minha parte fazer um *memorial* sobre Mario Duayer sem fazer nenhuma menção aos seus diversos artigos, que exerceram sobre mim uma forte influência e mudaram completamente a minha maneira de interpretar o mundo. Antes de mais nada é preciso destacar que os textos de Mario não impressionam apenas pelos seus conteúdos dotados de uma riqueza teórica “odiosa”, mas também pelo próprio aspecto formal dos textos, pois, como é reconhecido por todos que entraram em contato com sua produção, Mario possuía

¹² Destaque-se aqui a atuação internacional de Mario Duayer: que não apenas contava com colaboradores em diversos países no exterior, também participou da organização de um livro com Miguel Vedda (Duayer; Vedda, 2013) publicado pela *Ediciones Herramienta* de Buenos Aires, como recentemente havia publicado artigos em excelentes coletâneas estrangeiras (Oliva *et al.*, 2020; Thompson, 2019).

¹³ Cf. Marx, 2011. A edição brasileira dos *Grundrisse* também contou com a supervisão editorial de Mario Duayer e um texto de sua autoria como apresentação ao livro. Há de se destacar ainda o importante esforço de Mario Duayer nesta tradução em verter a expressão alemã *Mehrwert* por *mais-valor* ao invés da tradicional *mais-valia*, pois, segundo ele, além de ser a tradução literal do termo alemão, contribuiria para esclarecer o conteúdo da categoria. Ademais, em decorrência da intervenção de Mario, a tradução do livro I de *O capital* da Boitempo (Marx, 2013) por Rubens Enderle também adotou o vocábulo *mais-valor*, opção preservada na tradução dos livros II e III de *O capital* (Marx, 2014; 2017).

um *estilo literário* único, no qual se destaca sua belíssima escrita¹⁴, merecedora de comparação com a dos melhores cronistas e prosadores da literatura brasileira. Que me seja permitido mostrar um pequeno exemplo: em seu artigo *Purgatório, curto conto teológico-metodológico* (Duayer, 1998), Mario apresenta um professor de Economia que, prestes a ingressar no céu e confiante no seu merecimento do paraíso por ter sido em vida um cientista axiologicamente neutro, se vê surpreendido quando o anjo o interrompe e lhe recomenda o caminho do inferno. O professor de Economia tem esperança de se defender de um suposto equívoco, e se apoia em argumentos da filosofia tradicional da ciência (em especial, os de Kuhn) com intenção de convencer o anjo. Eis a crônica de Duayer transparecendo em um trecho:

Reconfortava-se o professor com estas edificantes divagações quando, neste justo momento, foi interpelado por um anjo que, secamente, fez-lhe ver que andava no caminho errado, sendo o seu o do Inferno. Entre perplexo e indignado, o cândido professor protestou de tal veredicto, subentendendo, em seu sincero espanto, grave equívoco na sublime ordenação que lhe coubera (como se erro pudesse haver na lógica divinal!), pois considerava tremenda injustiça ter de assumir os ônus de eventuais malefícios causados por “valores” subjacentes à ciência que difundira com raro e profissional zelo, querendo com isso insinuar que professara “valores” sem, de fato, professá-los. Sendo a ciência mero instrumento de realização de valores adventícios, não fora ele mais do que meio do meio, peça de engrenagem (Duayer, 1998, p. 2).

O *essencial* da produção teórica de Mario Duayer está situado no marco da hegemonia neoliberal e pós-moderna. De certa forma, pode ser dito que com a reflexão de Duayer se consolidou a defesa de um marxismo – diga-se de passagem: refinado e sofisticado – diante da ofensiva (neo)liberal e dos relativismos culturais de todas as ordens. Marxismo este que algo inspirado nas contribuições do primeiro Bhaskar e do último Lukács – cujas afinidades foram pioneiramente

¹⁴ Assim como o grupo de samba *Fundo de Quintal* ao ouvir dona Ivone Lara cantar, a leitura dos artigos de Mario Duayer parecia fazer a *poesia pairar no ar*. Da minha preferência, destaco os seguintes artigos que expressam sua notável verve literária: o conto sobre um economista no Purgatório (Duayer, 1998); em coautoria com João Leonardo Medeiros, o artigo no qual eles *humoristicamente* psicografam Marx ao criticar a miséria brasileira (Duayer e Medeiros, 2003); a fina análise – da qual Mario sempre se orgulhou muito – do filme *Blade Runner* (Duayer, 2010a) e, ainda, a excelente reflexão sobre ontologia, filosofia da ciência e verdade feita a partir da obra literária do escritor argentino Jorge Luis Borges (Duayer, 2015).

identificadas pelo próprio Mario¹⁵ – pretendeu destacar a relevância da dimensão crítica presente na obra de Marx, de tal maneira que a própria reflexão de Duayer constituiu-se como uma *crítica ontológica* – posto que *a genuína crítica é crítica ontológica*, expressão sempre enfatizada por ele. Dito de outro modo, Mario Duayer ao destacar o caráter de crítica ontológica da obra de Marx desenvolveu uma abordagem original e fecunda que se apresentou essencialmente em dois campos: i) na crítica da filosofia tradicional da ciência e na metodologia das ciências, em especial, das ciências sociais e econômicas; ii) na rica interpretação da *Crítica da economia política* de Marx¹⁶.

Duayer, na esteira do último Lukács¹⁷, reconhece o caráter teleológico da prática humana e a ubiquidade da ontologia nas representações humano-sociais. Assim, ao reconhecer que “a intencionalidade é um atributo específico do humano, segue-se que a prática humana tem como pressuposto a representação do mundo, *i.e.*, das coisas e suas relações, bem como de sua relação com essas relações”, portanto,

o sujeito da prática intencional tem de significar o mundo de alguma maneira, tem de conferir sentido ao mundo para que sua prática seja o que é, a saber, prática com sentido. Caso contrário, estaríamos diante de agires reativos dados, fixos e não do agir intencional (Duayer, 2012, p. 18).

A prática intencional se caracteriza por estar orientada a uma finalidade, porém, para a realização concreta de tal finalidade é preciso que os sujeitos daquela prática sejam capazes de capturar – com algum grau de sucesso – as propriedades e determinações do mundo objetivo. Consequentemente, uma prática

¹⁵ De forma original, Mario Duayer percebeu a afinidade teórica (a reafirmação da ontologia e a crítica da tradição positivista, entre outras coisas) na elaboração do primeiro Bhaskar (*A Realist Theory of Science, The Possibility of Naturalism*) e no último Lukács em sua *Para uma ontologia do ser social*.

¹⁶ Mario Duayer contribuiu para a formação de gerações de intelectuais e militantes no campo da crítica da economia política. Exemplarmente, no livro *Para que leiam O capital: interpretações sobre o livro I* recentemente lançado pela *Coleção NIEP-Marx*, em evidente reconhecimento, os organizadores do livro anotam no prefácio: “Mario foi professor de todos nós, senão nas aulas formais, ao menos em grupos de estudo, mesas de discussão onde quer que elas fossem colocadas. A influência de Mario sobre nosso modo de compreender e pensar o marxismo não pode ser mensurada, mas pode ser percebida na forma como falamos sobre, nos portamos diante e julgamos a obra de Marx e o Marxismo” (Medeiros e Sá Barreto, 2021, p. 23).

¹⁷ Trata-se da fase da produção teórica de Georg Lukács desenvolvida ao longo dos anos 1960 e princípios de 1970 – Lukács falece em 71 – cujo empenho consistiu na elaboração de grandes obras sistemáticas nas quais comparece com maior peso uma *fundamentação ontológica* (histórica e dialética), e que se apresenta ainda implicitamente na sua *Estética* (Lukács, 1966) e mais explicitamente nas obras *Para uma ontologia do ser social*, que contém 2 volumes, e *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2010; 2012, 2013) que só postumamente seriam publicadas. Para uma aproximação das linhas gerais do pensamento do último Lukács, entre muitos, cf. Tertulian (2007).

intencional pressupõe uma significação do mundo e se desenvolve em conformidade com ela e, por sua vez, tal significação precisa apreender alguma objetividade do mundo de modo que aquela prática não seja frustrada em relação aos seus desejos e necessidades. Portanto, Duayer, em conformidade com Lukács, reconhece que as representações ontológicas – isto é, representações que se dirigem ao *ser das coisas* – são incontornáveis e centrais na prática social dos sujeitos.

As representações sobre o mundo, sejam elas falsas ou verdadeiras, condicionam e facultam os sujeitos a realizarem suas finalidades. Não seria preciso dizer que se a prática intencional pressupõe certas representações, tais representações habilitadoras das respectivas práticas são verdadeiras no âmbito destas próprias práticas. Neste sentido, Mario Duayer não apenas reconhece que a prática social supõe noções ontológicas, mas igualmente admite a objetividade das formas sociais de consciência. Pode parecer haver um aparente impasse aqui: se as ideias são verdadeiras na medida em que habilitam as práticas, como seria possível submetê-las à crítica e, portanto, defender teorias alternativas (que se pretendem verdadeiras) se cada prática é informada por e confirma tais ideias? Aqui, sob novo aspecto, retorna aquela terceira pergunta que dirigi à professora Virgínia Fontes; como defende Duayer, se Marx reconhece a objetividade das categorias da Economia Política¹⁸, como seria possível que o autor de *O capital* desenvolvesse uma crítica a tal ciência e, com isso, alegasse a falsidade de tais teorias? O segredo do debate reside precisamente na questão da ontologia. Vejamos isso mais de perto.

Tanto a prática intencional quanto a ciência não podem operar em um vácuo ontológico¹⁹. No entanto, isso parece contradizer o estado atual dos debates em filosofia da ciência que, nas últimas décadas, têm demonstrado um inequívoco caráter antiontológico. Segundo Duayer, as principais correntes e autores na filosofia da ciência tem contribuído para interditar a ontologia, seja explicitamente ou de modo apenas nominal. Mario defendeu em seus trabalhos que na filosofia tradicional da ciência há duas espécies de negações da ontologia: por um lado, a negação *positiva* da ontologia, que consiste no esforço das concepções teóricas em negligenciar as questões ontológicas, numa espécie de higienização. Porém, ao fazer isso, enrustem secretamente sua própria ontologia do existente, a ontologia empírica acriticamente herdada do empirismo, segundo a

¹⁸ Como Marx admite explicitamente, as categorias da economia política são “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (Marx, 2013, p. 151).

¹⁹ Apesar de não ser possível demonstrar aqui, Mario reconhece, como demonstra Lukács, que também a ciência – enquanto um complexo superior da prática social – não pode operar em um vácuo ontológico. Para acompanhar a demonstração em mais detalhes: Lukács (2012, 2013); Duayer (2010b, 2012 e 2015) e, ainda, Bhaskar (1975).

qual o mundo consiste em fenômenos atômicos e regularidades empíricas. Não tenham dúvidas: a negação positiva da ontologia diz respeito à tradição positivista. Por outro lado, a negação *negativa* da ontologia, trata daquelas concepções, a saber, a tradição pós-positivista (Kuhn, Lakatos, Feyerabend *etc.*) e também do pós-estruturalismo e pós-modernismo, que sublinham enfaticamente a impossibilidade de se escapar da ontologia (sob o nome de esquemas de mundo, paradigmas, coordenadas ideológicas *etc.*). Entretanto, nestas concepções as ontologias são construtos incomensuráveis dos quais o mundo que poderia servir de parâmetro de comparação já comparece como um construto ideal, ou seja, a ciência elabora descrições que não podem reivindicar a objetividade e, portanto, a verdade da realidade (Duayer 2010b; 2003). Neste caso, porém, há uma sutileza: do fato de que o nosso acesso ao mundo é cultural e linguisticamente mediado – expressamente reconhecido por estas tradições – não deve implicar, segundo Duayer, a impossibilidade da defesa da objetividade das ideias e, por conseguinte, da verdade. Em certo sentido, grande parte da produção teórica de Duayer é para demonstrar esta assertiva. Assim, no primeiro caso, se nega a ontologia para afirmá-la obliquamente; no segundo caso, a ontologia está sempre presente, contudo, destituída de valor epistêmico, posto que afirmam a ontologia para negá-la.

A saída deste impasse, defende Duayer, é a reafirmação da ontologia e, por sua vez, isto se faz a partir da crítica das ontologias implícitas das concepções dominantes na filosofia da ciência. Mario, apoiado especialmente nas reflexões de Bhaskar²⁰ e Lukács, mostra que a ontologia implícita nas tendências dominantes na filosofia da ciência é precisamente a ontologia do realismo empírico²¹. Tal ontologia caracteriza-se por: i) promover um “achatamento” do mundo ao reduzir o mundo cognoscível à experiência sensível, ii) apresentar as relações de causalidade como regularidades empíricas cuja finalidade da explicação científica seria oferecer modelos a partir das conjunções constantes de eventos atomísticos dadas à percepção; iii) submeter as generalizações teóricas da ciência aos testes empíricos a fim de demonstrar sua validade e de modo a satisfazer o único critério de validade possível, o de adequação empírica (ou seja, a prática imediata) e, finalmente, por iv) uma concepção da ciência enquanto instrumento prático-operatório cuja racionalidade adquire um caráter igualmente instrumental.

²⁰ Como já foi assinalado: a reflexão de Duayer inspira-se nos trabalhos do primeiro Bhaskar, neste caso, especialmente o *A Realist Theory of Science* (1975) e *The possibility of Naturalism* (1979). Seja dito ainda que Duayer não seguiu a reflexão de Bhaskar na fase – a partir dos anos 2000 – em que este apresentou tendências mais místicas e espiritualistas. Para um esforço de apreensão do conjunto da obra de Roy Bhaskar feito em português, cf. Rodriguez (2020) e também o episódio #25 do *Ontocast* intitulado *Realismo crítico e ontologia marxista* com Rodrigo Siqueira Rodriguez disponível no agregador de podcast do Spotify.

²¹ Mario Duayer em seus trabalhos tenta demonstrar que tanto a tradição positivista quanto a tradição pós-positivista compartilham da mesma ontologia do realismo empírico (Duayer, 2010b).

A crítica que Duayer tenta oferecer – cuja apresentação está excessivamente resumida no presente texto²² – apoia-se no fato que a ontologia do realismo empírico reduz o real à dimensão do empírico, incorrendo naquilo que Bhaskar denomina “falácia epistêmica”, ou seja, reduzindo as questões ontológicas às questões epistemológicas (ou seja, a ordem do ser à ordem do conhecer). Associada à esta, a ontologia do realismo empírico incorre também na “falácia antrópica”, isto é, a análise do ser se realiza em termos de atributos do sujeito humano. Além disso, a explicação científica no interior desta ontologia não é capaz de dar conta da realidade *não empírica* dos objetos e mecanismos existentes subjacentes ao nível fenomênico, sendo incapaz de oferecer explicações causais-explanatórias.

As consequências da ontologia do realismo empírico não podem ser minimizadas: o resultado da negação da ontologia – de modo positivo ou negativo – é “a postulação implícita de uma ontologia do imediatamente existente, da realidade empírica da sociedade do capital” (Duayer, 2003, p. 17), ontologia esta que “colapsa o mundo no sujeito e, por essa razão, transforma o mundo empírico, factual, no único mundo possível, no qual, por conseguinte, nada pode mais o sujeito senão pragmaticamente se ajustar” (*idem*, p. 20), sujeito que não tem outro papel a não ser o de “mero reproduzidor de uma realidade social que, não obstante ser a objetivação de seus poderes, de sua prática, o confronta como algo estranho, como poder autônomo à cuja lógica está submetido” (*idem*, p. 17). Assim, restando aos sujeitos nada mais que um ajuste pragmático ao existente, tendo reduzida sua capacidade de construir práticas sociais alternativas, se plasma uma *concepção de história como contingência absoluta*²³ que, vale dizer, implica em uma naturalização do capitalismo e, portanto, em uma aceitação da impossibilidade de superá-lo.

É preciso fazer aqui uma observação importante: o procedimento crítico que Mario, a partir de Lukács e Bhaskar, dirige às concepções ontológicas empiristas das tradições positivista e pós-positivista identifica-se exatamente com o procedimento crítico adotado por Marx e que constitui uma espécie de orientação geral que organiza toda a obra marxiana. Trata-se precisamente do que se

²² Ao leitor que pretende acompanhar a demonstração em riqueza de detalhes, recomendo novamente a consulta dos textos de Mario Duayer indicados nas referências bibliográficas.

²³ Na obra de Duayer, também se encontra uma crítica das concepções de Richard Rorty, onde se destacam a crítica da concepção de história como contingência absoluta, do neopragmatismo e da expectativa de “um ponto de vista absoluto” (portanto, divino) para julgar a veracidade das teorias. Infelizmente, não foi possível desenvolver aqui a crítica de Mario a Richard Rorty, daí remeto o leitor a Duayer e Moraes (1997). Cabe notar que Mario Duayer, no início da sua produção nos anos 90, teve estreita colaboração com Maria Célia Marcondes de Moraes, porém, não disponho de muitas informações a respeito desta relação.

denominou *crítica ontológica*. A ênfase e a sistematização da *crítica ontológica*²⁴, a meu ver, é uma das principais contribuições de Mario Duayer. Esquemáticamente, pode se caracterizar a crítica ontológica enquanto combinação de três momentos unitários:

Em primeiro lugar, *a crítica teórica tem de mostrar que a teoria criticada, nos termos de sua própria descrição, é fatalmente inconsistente, falsa, superficial, etc.* Em segundo lugar, *tem de prover uma descrição alternativa na qual demonstra a objetividade e a necessidade da teoria criticada.* Deve oferecer, portanto, uma descrição na qual o momento crítico não apaga idealmente o objeto da crítica, mas, ao contrário, reconhece a sua objetividade. Por conseguinte, é capaz de demonstrar que as concepções e teoria criticadas são formas de pensamento que, embora falsas, imaginárias, superficiais etc., são formas de pensamento socialmente válidas, úteis e eficazes. *De modo que a crítica desloca-se imediatamente das formas de pensamento para as estruturas sociais que suscitam e necessitam ideias falsas nos sujeitos*” (Duayer, 2010b, p. 12, itálicos não-originais)²⁵.

Desta caracterização, faz-se necessário ainda duas observações: em primeiro lugar, a partir desta chave de leitura, a crítica da economia política de Marx configura-se, portanto, como uma crítica ontológica das relações econômico-sociais capitalistas mediante a crítica das figurações de mundo feitas pelos economistas políticos (e economistas vulgares) cujos desdobramentos práticos apontam para outra forma histórica de sociedade (leia-se: emancipação humana); em segundo lugar, do reconhecimento da verdade (parcial) das teorias criticadas por Marx é possível acusá-las de falsas, limitadas e se dispor a criticá-las sem que isso seja uma contradição, pois, a teoria marxiana pretende restituir a *historicidade* de seu objeto que é apagada naquelas teorias, daí, a limitação e

²⁴ É de autoria do último Lukács a concepção da obra de Marx como uma crítica ontológica (Lukács, 2010, p. 71; 2012, p. 281). Em conversa privada com Mario Duayer, ele me confidenciou que foi José Chasin o responsável por chamar sua atenção para a temática da crítica ontológica. As concepções de Chasin foram apresentadas em livro (Chasin, 2009) cuja orelha foi elaborada pelo próprio Duayer. A partir dos trabalhos de Mario Duayer sobre a crítica ontológica, seguiram-se diversos outros que procuraram explorar a riqueza desta temática.

²⁵ É válido considerar outro trecho esclarecedor de Mario: “Marx sempre considerou teoricamente o falso, o falso socialmente necessário. Em suas obras, formas de consciência científica, religiosa, artística *etc.* que possuem validade social apesar de absurdas, lógicas ou ontologicamente, jamais são descartadas após a inspeção crítica. Não são nem devem ser. *Pois a crítica não tem o poder de dissolver praticamente a concepção ou teoria criticada.* Se noções absurdas e incongruentes possuem validade social e, mais ainda, conservam essa validade a despeito de arrasadoras críticas lógico-gnosiológicas, segue-se que a sua validade social deve depender de outras circunstâncias” (Duayer, 2001, p. 1-2, itálicos não originais).

falsidade destas teorias quando se considera um escopo mais abrangente da prática social.

Em seus trabalhos, Mario procurou defender que não seria possível falar de Marx ou analisar sua teoria, sem antes suspender os embargos positivista e pós-positivista à ontologia. Porque, nas antípodas da atual atmosfera intelectual que defende a incomensurabilidade de paradigmas, Marx

constrói sua obra por meio do cotejamento crítico exaustivo com as ideias de sua época, e sua respectiva ontologia. E a constrói precisamente, como mostra Lukács, como uma ontologia alternativa do ser social, como crítica ontológica da sociabilidade do capital (Duayer, 2010b, p. 12).

À luz da crítica ontológica, Mario Duayer desenvolveu uma fecunda e instigante interpretação da crítica da economia política de Marx cuja ênfase, segundo ele, deve se centrar na crítica do estranhamento²⁶ (*Entfremdung*) e do caráter central enquanto mediação social que o trabalho adquire no capitalismo, interpretação que busca inspiração na obra de Moishe Postone²⁷. Aqui vale destacar a bela síntese oferecida por Mario:

Para precisar um pouco mais a crítica ontológica de Marx, pode-se dizer que ela está fundada na categoria do valor. É crítica ontológica do valor. A teoria marxiana, equivocadamente compreendida, por adversários e simpatizantes, como ciência econômica, ao tomar o valor como categoria fundante está fundada no trabalho. Mas não em qualquer trabalho, trabalho sem mais. É antes o trabalho absolutamente estranhado dos sujeitos – trabalho assalariado. A categoria valor nada mais é, neste sentido, do que a expressão social do fato de que nesta sociedade os sujeitos são reduzidos a trabalho. O trabalho, se não é a

²⁶ Na interpretação de Mario Duayer a respeito da crítica da economia política de Marx, *a categoria do estranhamento adquire uma dimensão central*. Em sua interpretação, na estrutura categorial da obra de Marx, *a categoria da exploração encontra-se subordinada à categoria do estranhamento* (ou alienação, como costuma ser denominada) e só a partir dela a especificidade histórica da formação da moderna sociedade capitalista pode ser apresentada (Duayer, 2011, p. 95). Seguindo a própria tradução que Mario costumava usar, referi-me ao vocábulo alemão *Entfremdung* como estranhamento, conforme sua tradução em Marx (2011, p. 705-6), embora vale mencionar que existe um debate acerca das opções de tradução do termo em questão.

²⁷ É de conhecimento público que Mario Duayer não apenas era próximo da interpretação de Moishe Postone, como era um dos principais divulgadores e debatedores de seu pensamento no Brasil. Contudo, é importante frisar que *a reflexão de Mario não era totalmente idêntica à reinterpretção proposta por Postone*, fato possível de ser observado por sua defesa da dimensão ontológica da obra de Marx, algo completamente ausente na obra do historiador canadense. Para isso, recomendo ver: Duayer (2016), Duayer e Araujo (2015) e Duayer, Escurra e Siqueira (2013). Na consideração de Duayer, vale dizer, Postone fazia crítica ontológica sem saber.

única forma de socialização, é a fundamental, básica, incondicional, da qual todas as outras dependem, e sem a qual os sujeitos perdem não só a sua sociabilidade, mas também a sua humanidade e, no limite, sua existência física. O valor, na teoria de Marx, é esse poder exclusivo da espécie humana, esse notável poder social de associação, o trabalho social, que, emergindo na história nas circunstâncias em que fez – e que poderiam ter sido outras, quem sabe – constitui-se em poder que escapa ao controle dos sujeitos e, mais do que isso, os subordina à sua lógica. E por isso tem [que] se apresentar como valor, como poder das coisas, em lugar de força diretamente social dos sujeitos. (Duayer, 2010b, p. 13)²⁸

Precisamente neste sentido, reforça Duayer, “a crítica de Marx deve ser compreendida como crítica do trabalho no capitalismo, crítica do trabalho como atividade socialmente mediadora, ou seja, crítica da sociabilidade fundada no trabalho” (Duayer, 2011, p. 98) na qual os sujeitos só pertencem à existência social se são capazes de trocar os produtos de seu trabalho. Incapacidade que resulta, no limite, em sua não existência social (individual). Ainda que não seja possível desenvolver aqui, que seja feita uma breve menção: na interpretação de Mario Duayer, é possível mostrar a partir do exame de Marx já nos primeiros capítulos de *O capital* que “o caráter mercantil da sociedade capitalista implica que a produção social – seu caráter, seu sentido, sua dinâmica etc. – escapa aos sujeitos. Mais exatamente, ela subordina os sujeitos, condenados a perseguir, por assim dizer, seu produto com sua lógica estranhada.” (Duayer, 2011, p. 95)²⁹. Nesta sua interpretação, “os sujeitos da sociedade do capital, dado seu caráter mercantil, da sociedade articulada pela troca, perdem o sentido de sua produção” que “para eles existe como uma coisa autônoma, estranha, fora deles, que os subordina e a cujos imperativos estão submetidos”. Paradoxalmente, os sujeitos “são reduzidos a meros trabalhadores, mas o sentido de seu trabalho lhes escapa” (Duayer, 2011, p. 95).

²⁸ É válido considerar que se a obra de Marx é compreendida como uma ciência econômica, além de ser um flagrante erro teórico, restringe-a justamente ao campo que a ciência econômica sai favorecida, ou seja, em um terreno no qual a natureza histórica da sociedade não é considerada, além de situar a obra de Marx na ontologia do realismo empírico (se adotarmos a terminologia de Roy Bhaskar).

²⁹ Outra característica importante que Mario fazia questão de enfatizar era que, a partir do caráter mercantil da produção capitalista, se armava uma dinâmica social da riqueza (valor) de caráter expansivo, característica própria desta sociedade, isto é, com “a produção social assim articulada, ou seja, *externamente* por meio da troca mediada por dinheiro, tem uma determinação absolutamente peculiar: *é e sempre tem de ser produção crescente*. Nenhuma outra formação socioeconômica possui um dispositivo imanente *automático* como esse em seu processo de produção, dispositivo que o faz crescer necessariamente. Cada produtor deseja e precisa produzir o máximo e, por isso, a produção social é sempre crescente” (Duayer, 2011, p. 94). Acrescente-se: produção social sempre crescente e crescentemente estranhada (alienada).

Uma vez que, na sociedade capitalista, como desenvolveu Duayer em seus artigos, os sujeitos são reduzidos a meros trabalhadores e o sentido de seu trabalho lhes escapa, é que se faz preciso restaurar o pensamento de Marx enquanto crítica ontológica. Ou seja,

a teoria de Marx é antes de tudo crítica ontológica, como aliás deve ser toda crítica genuína, isto é, crítica das formas correntes de figurar o mundo, das descrições correntes do mundo, compatíveis com e necessárias para um mundo que parece se reproduzir sempre da mesma forma (Duayer, 2011, p. 99).

Crítica de um mundo que pretende cancelar a história, restringir os sujeitos à mera conformação ao existente e impedir a abertura de outros futuros e, portanto, de alternativas à subjetividade. Precisamente por isso, somente a crítica ontológica de um mundo que se apresenta sem história, pode figurá-lo como um mundo histórico e, portanto, mutável, daí que a teoria de Marx, na leitura que Duayer faz, “abre espaço para práticas sociais compatíveis com a historicidade do mundo”, uma prática “que transcende os limites da reprodução do existente”, para a efetivação de um mundo digno do humano. A luta pela emancipação humana, portanto, não pode dispensar a crítica ontológica e a defesa da verdade. Em tempos de pós-verdade, negacionismos e da barbárie que se alastra em todas as latitudes, a obra de Mario Duayer se faz presente e, brechtianamente, imprescindível!

O desencontro do último adeus

Apesar do caráter breve e limitado de minha exposição das ideias de Mario, pretendi oferecer alguns ponto-chaves que acredito terem norteado a reflexão e a intervenção de Duayer ao longo de sua trajetória intelectual e política³⁰. Ideias que tive a oportunidade de apresentar durante o *VIII Coloquio Internacional “Teoría Crítica y Marxismo Occidental”* em Buenos Aires, no dia 14 de agosto de 2018. Com uma intervenção intitulada “O método da crítica em Marx: ciência e emancipação humana”, pretendi sintetizar as ideias principais de Mario Duayer

³⁰ Em 18 de agosto de 2017, enviei por e-mail uma série de questões ao Mario acerca da sua produção teórica. Uma das perguntas era quais eram os “acordes teóricos” que não lhe saíam da cabeça. Uma semana depois, ao tratar das questões, ofereceu a seguinte resposta: “O acorde é o seguinte: como fazer para vivermos a história não como destino, como fatalidade. Como fazer para lidarmos historicamente com nossa historicidade? Como se contrapor às mentiras – interessadas e/ou ingênuas – que impedem a humanidade de compreender que ela tem o poder de criar um mundo decentemente humano? Como desmontar a lógica estranhada avassaladora do produto de nossa prática?”. A crítica ontológica ao estranhamento, a defesa da verdade e a luta pela emancipação sempre foram o norte da intervenção de Duayer. Quanto à atividade *especificamente* política de Mario, careço de informações mais detalhadas, portanto, não as pude apresentar aqui.

(e outros) acerca desta temática³¹. Para minha surpresa, contei com a presença do próprio Mario para assistir minha apresentação³², ainda que no dia anterior eu o tivesse pedido – em tom humorado – para não comparecer pois isto poderia me deixar apreensivo. Modéstia à parte, após uma apresentação que julgo de grande qualidade, perguntei ao Mario o que ele tinha achado, uma vez que o essencial das ideias ali expostas se baseava em seus trabalhos. Ao que ele, ironicamente, respondeu: “achei bem mais ou menos” e pôs-se a gargalhar, ainda que a expressão de surpresa e orgulho transparecesse outro juízo de sua parte.

Meu último *encontro* com Mario aconteceria na gravação de um episódio do podcast *Ontocast*³³ que tratou de entrevistá-lo a respeito de suas ideias sobre a crítica de Marx – com base em Lukács e Postone – à centralidade do trabalho no capitalismo, esforço predominante de seus últimos anos de trabalho. Eu não teria como imaginar, mas este *último encontro* seria também nossa *despedida*.

A partida de Mario, aos 74 anos, consiste em uma perda incomensurável. Sem dúvidas, perdemos, além de um autor de uma produção teórica multifacetada, um ser humano íntegro com um humor peculiar e uma fina ironia, dotado de um talento original e uma riqueza extraordinária, completamente afetuoso com aqueles que lhe retribuía afeto³⁴. Se perde também o pai, o amigo, o parente, o professor etc. na pessoa de Mario vítima de uma política de governo genocida levado a cabo pelo governo Bolsonaro. *Mario, sua ausência é mais que evidente*.

Por fim, gostaria de deixar meus sentimentos de forma especial a Guilherme Duayer, um dos filhos de Mario. Em 05 de março de 2021, para minha surpresa, Guilherme Duayer me contactou via *WhatsApp*, para me agradecer pela homenagem que fiz a seu pai no *Facebook*. Dentre as emocionantes coisas relatadas por Guilherme, uma me causou enorme alegria e orgulho. Disse ele: “Em algumas de nossas conversas, meu pai sempre fazia referência a você como uma pessoa

³¹ Verdade seja dita: aquela apresentação foi possível não apenas pelos estudos dos artigos de Mario Duayer e dos grupos de estudos que participei com ele. Mas também das inúmeras lições que tive com o professor João Leonardo Medeiros e do grupo de estudos *Reflexão à Esquerda* do NIEP-Marx. Vale dizer ainda que no Colóquio dividi a mesa de apresentação de trabalho com os professores Ivan Cotrim e Mônica Hallak Costa.

³² O tom bem-humorado de Mario não tardaria em comparecer, pois assim que viu que eu faria uma apresentação em um evento marxista, tratou de dizer em forma de brincadeira: “você vai ser expulso da Física, hein”.

³³ O *Ontocast* lançou a entrevista, feita por Gabriel Carvalho e por mim, com Mario Duayer como episódio especial no Natal de 2020 – ocasião na qual Mario não perdeu a oportunidade de provocar – que se encontra sob o título *A crítica ontológica do trabalho em Lukács e Moişe Postone* disponível no agregador de podcast do Spotify.

³⁴ É evidente que uma figura como Mario Duayer, sarcástica e provocadora, iria carregar muitos desafetos, tanto daqueles no mesmo campo teórico-político, quanto especialmente no campo de oposição. Para que meu relato não pareça *mistificar* a pessoa de Mario: comigo mesmo ele chegou a ter uma atitude mais ríspida, fruto de um desentendimento que tão logo esclarecido, ele voltou a demonstrar generosidade e acolhimento sempre que necessário.

de luta, com admiração da sua capacidade intelectual, a par de todas as suas dificuldades. Ele ficava impressionado com a sua bagagem de leitura, que, segundo ele (se não me engano), você atribuía, em grande parte, aos intermináveis trajetos de ônibus [de casa para a faculdade e vice-versa]. Não sei se alguma vez ele lhe disse isso pessoalmente, mas saiba que meu pai reconhecia em você uma grande capacidade intelectual”. Fiquei muito feliz em ter certeza que a admiração intelectual também existia por parte de Mario. Agradeço ao Guilherme por esta “revelação” e desejo-lhe forças para seguir a vida com a ausência de Mario que, segundo ele, foi um excelente pai.

Gostaria de deixar meus singelos sentimentos também a Felipe Duayer (o outro filho de Mario), ao primo de Mario, professor Juarez Duayer, à nossa grande amiga Virgínia Fontes, ao grande amigo e colaborador Paulo Henrique, aos amigos Flávio Miranda, João Leonardo e Bianca Imbiriba e a todos e todas – estudantes, colegas, amigos e familiares – que foram marcados por esta figura humana singular.

Façamos Mario Duayer presente!

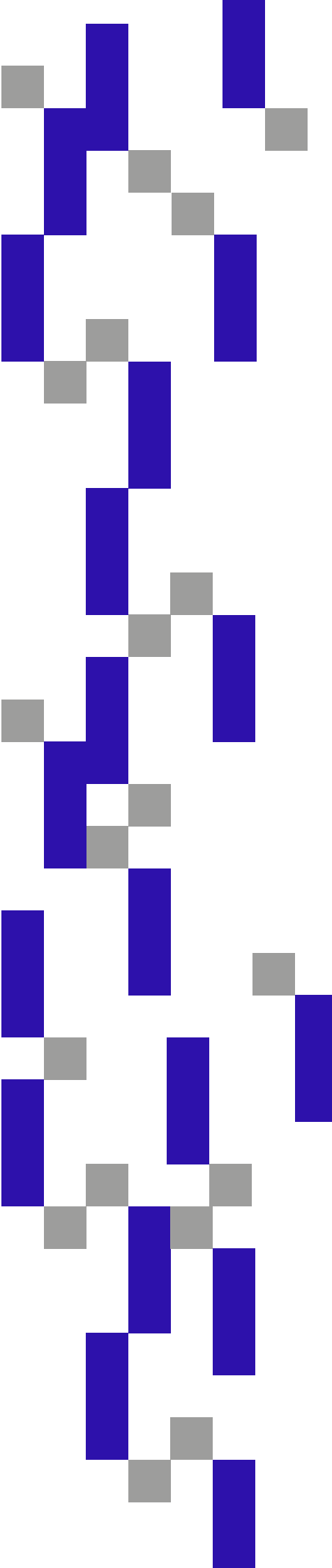
Referências

- BHASKAR, Roy. *A Theory Realist of Science*. London: Verso, 1975.
- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Brighton: Harvester Press, 1979.
- CHASIN, José. *Marx. Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- DUAYER, Mario. “Purgatório (curto conto teológico-metodológico)”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, v. 2, 1998, pp. 144-59.
- _____, Mario. “Marx, verdade e discurso”, *Perspectiva*. Florianópolis, v. 19, n. 1, 2001, pp. 15-39.
- _____, Mario. “Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental?”, *anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política (Congresso)*. 2003.
- _____, Mario. “Capital: More human than human (Blade Runner e a barbárie do capital)”, *Revista Trabalho Necessário*. Niterói, v. 8, n. 11, 2010a.
- _____, Mario. “Relativismo, certeza e conformismo: Para uma crítica das filosofias da perenidade do capital”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Niterói, v. 27, 2010b, pp. 58-83.
- _____, Mario. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo”, *Margem Esquerda*. São Paulo, v. 17, 2011, pp. 88-99.
- _____, Mario. “Antirrealismo e absolutas crenças relativas”, *Verinotio*. Belo Horizonte, v. 14, 2012, pp. 16-27.
- _____, Mario. “Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”, *Margem Esquerda*. São Paulo, v. 24, 2015, pp. 87-110.

- _____, Mario. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho”, *Verinotio*. Belo Horizonte, v. 22, 2016, pp. 29-43.
- DUAYER, Mario; MORAES, Maria Célia Marcondes. “Neopragmatismo: a história como contingência absoluta”, *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro, v. 4, 1997, pp. 27-48.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo Gomes. “Miséria brasileira e macro-filantropia: psicografando Marx”, *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2003.
- DUAYER, Mario; VEDDA, Miguel (Orgs.). *György Lukács: años de peregrinaje filosófico*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2013.
- DUAYER, Mario; ESCURRA, María Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. “A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx”, *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, 2013, pp. 17-25.
- DUAYER, Mario; ARAÚJO, Paulo Henrique F. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone”, *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 35, 2015, pp. 15-36.
- EDGLEY, Roy. Reason as dialectic. Science, social science and socialist science. *Radical Philosophy*, 15, 1976, pp. 2-7.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, György. *Estética, I: la peculiaridade de lo estético*. Barcelona-México: Grijalbo, 1966.
- _____, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política. Livro Terceiro. O processo global de produção capitalista*. volumes 4, 5 e 6. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____, Karl. *Manifesto Comunista*. 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011
- _____, Karl. *O capital. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

- , Karl. *O capital. Crítica da Economia Política*. Livro II: o processo de circulação do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- , Karl. *O capital. Crítica da Economia Política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MEDEIROS, João Leonardo. *A economia diante do horror econômico: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EdUFFE, 2013.
- MEDEIROS, João Leonardo; Sá Barreto, Eduardo (Orgs.). *Para que leiam O capital: interpretações sobre o livro I*. Coleção NIEP-Marx volume VI. São Paulo: Usina Editorial, 2021.
- MORAES, Vinícius de; POWELL, Baden. Faixa 5: Samba da Bênção. in: Vinícius [1967]. Elenco Records: 1967. LP. [06:49]. Disponível em: <<http://www.jobim.org/gil/handle/2010.4/1314>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- ONTOCAST. Episódio #25: Realismo crítico e ontologia marxista. [S.L]. Entrevistado: Rodrigo Siqueira Rodriguez. Entrevistadores: Natan Oliveira e Gabriel Carvalho. 19 de dezembro de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6DU2Sa7kms4rPnXaq9Xuiv?si=YI2C7qVpS1yPkSooeFQLA>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- ONTOCAST. Episódio Especial: Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. [S.L]. Entrevistado: Mario Duayer. Entrevistadores: Natan Oliveira e Gabriel Carvalho. 25 de dezembro. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/7hpf9hr5GmhKUjKAc7BcpP?si=cxyoC9ARQUy1fxBLhVHxBA>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- OLIVA, Antonio; OLIVA, Angel; NOVARA, Ivan (Eds.) *Marx and contemporary critical theory: the philosophy of real abstraction*. London: Palgrave, 2020.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RODRIGUEZ, Rodrigo Siqueira. *Ontologia, ciência e crítica social: uma interpretação de Marx a partir do realismo crítico*. Tese (doutorado em Economia). Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 2020, 161p.
- TERTULIAN, Nicolas. “O pensamento do último Lukács”, *Revista Outubro*. São Paulo, n. 16, 2007, pp. 219-48.
- THOMPSON, Michael J. (ed.). *Georg Lukács and the possibility of critical social ontology*. Leiden/Boston: Brill, 2019.

Recebido em 28 de maio de 2021
Aprovado em 16 de junho de 2021



NOTA CRÍTICA

Nota crítica a “O capitalismo em crise”*

Victor Neves**

Annabelle Bonnet***

O livro *O capitalismo em crise*, de Paulo Nakatani e Rosa Marques, publicada pela editora Expressão Popular em 2020, traz uma interpretação, posicionada no campo da crítica marxiana da economia política, sobre as determinações da crise econômica no capitalismo contemporâneo.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma síntese da reflexão sobre a economia capitalista que vem sendo empreendida pelos autores, sistematicamente, separada ou conjuntamente, há mais de quatro décadas. Para eles, a crise capitalista só é compreensível levando-se em conta o lugar e o peso hodiernos de certas formas de existência do capital, nomeadamente o capital portador de juros e o capital fictício. Nesse sentido, o livro busca apresentar elementos para uma compreensão de como tais formas assumiram centralidade na determinação da dinâmica da acumulação, constituindo os principais definidores das relações econômicas e sociais no capitalismo contemporâneo.

Em segundo lugar, busca-se apresentar essa síntese de modo acessível ao leitor médio, não especializado em economia. O alvo é aquela figura com sensibilidade aguda para os problemas do mundo contemporâneo, desejosa de encontrar respostas para questões econômicas que, muitas vezes, permanecem obscuras (ou são apresentadas de modo indecifrável) quando da leitura dos jornais da grande mídia ou de publicações especializadas. Assim, o livro, de um lado, não quer reproduzir o tecnicismo presente no jargão da área, e não pretende, por outro lado, mapear as consideráveis divergências de interpretação entre economistas.

Marques e Nakatani convidam o leitor à reflexão através da colocação de uma questão central: como o capital portador de juros, especialmente na sua forma de capital fictício, determina a dinâmica da acumulação capitalista nas últimas décadas, e, com ela, a forma específica, “financeira”, assumida pelas crises do capital?

* O presente texto retoma, aprofundando e desenvolvendo, ideias expostas no comentário sobre o livro publicado pelos autores no blog A terra é redonda, no endereço: <<https://aterraeredonda.com.br/o-capitalismo-em-crise/>>.

** Victor Neves é professor efetivo na Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao Departamento de Teoria da Arte e Música e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UFES).

*** Annabelle Bonnet é pesquisadora associada à *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris) e pós-doutoranda no PPGPS/UFES.

O enfrentamento dessa questão exige que os autores mobilizem elementos para compreender:

1. O que são o capital portador de juros e o capital fictício?
2. Como foi que essas formas do capital assumiram centralidade no mundo atual?
3. Como essa predominância afeta variáveis centrais nas economias capitalistas, como o crescimento econômico e o nível de emprego?

Tais questões são enfrentadas ao longo de quatro capítulos, que poderíamos separar em duas partes. A primeira parte do livro, mais voltada para a exposição dos fundamentos com os quais os autores trabalham, compreende os capítulos 01 e 02. A segunda parte, mais voltada para o exame do presente, abarca os capítulos 03 e 04.

No capítulo 01, “O movimento do capital”, discorre-se sobre a autonomização das formas do capital, recorrendo-se aos livros I e II de *O capital*. Expõe-se ali que tanto o capital em geral quanto os capitais particulares têm sua existência determinada pela necessidade de valorização do valor, e, dependem de mudar ininterruptamente de forma para que ela ocorra. O capital deve se transformar reiteradamente de dinheiro em mercadorias (meios de produção e força de trabalho), que entrarão no processo produtivo e serão transformadas em novas mercadorias portadoras de mais-valor, que serão, por sua vez, novamente convertidas em dinheiro (em montante maior que o inicialmente adiantado).

As formas, portanto, são: forma dinheiro, forma mercadoria, forma produtiva. O ciclo, cuja forma os autores buscam na Seção I do Livro II de *O capital*, é: D-M^(^{FT}/_{MP})...P...M'-D'.

O significado dessa fórmula é: dinheiro (D) é adiantado para a compra de mercadorias (M), divididas em força de trabalho (FT) e meios de produção (MP), que serão destinadas ao processo de produção (P), que resultará em novas mercadorias (M'). Essas serão, finalmente, convertidas em mais-dinheiro (D'), ou seja, dinheiro em montante maior que o inicialmente adiantado. A diferença entre os montantes de dinheiro representa o mais-valor (MV) criado pela força de trabalho. Note-se que o mais-valor aparece na fórmula do ciclo apenas como a “linha”, a “'” que acompanha a segunda aparição de M e D (como M', D'), indicando que elas portam o mais-valor criado na produção pela força de trabalho. Na imediatez do modo capitalista de produção, o mais-valor aparece, a princípio, sob a forma de lucro contábil, expresso em unidades monetárias.

Chama-se a atenção, nesse capítulo, para aspectos importantes do ser e do movimento do capital, que confluem para a autonomização de suas formas e para a hipertrofia do capital portador de juros e do fictício.

1. O capital é, antes de tudo, e sempre, uma relação social.
2. Essa relação aparece, no tocante à produção de riqueza, como estando fundada na relação contratual entre capitalistas e trabalhadores, que dá ao capitalista o direito de empregar a força de trabalho no processo produtivo a ele subordinado, apropriando-se do mais-valor gerado aí, ou seja, explorando o trabalhador.
3. Essa relação expressa, ainda, certa forma específica de acumulação de riqueza: riqueza acumulada com a simples finalidade de produzir mais riqueza.
4. Essa produção de riqueza exige que o capital seja posto em movimento. D tem de se transformar em M_{MP}^{FT} , que, por sua vez, tem de se transformar em M' através de P , e M' tem de ser posto à venda no mercado de modo a se converter em D' , forma na qual o capitalista poderá efetivar socialmente a apropriação do mais-valor criado pela FT em P , usufruindo dele (consumo suntuário) ou reinvestindo-o (consumo produtivo).
5. O movimento do capital é, portanto, entendido como sua mudança de forma, sendo D , M , P , M' e D' diferentes formas de manifestação do capital. Essa mudança de forma é um pré-requisito do processo de valorização. Capital parado, ou seja, capital que, provisória ou permanentemente, não está mudando de forma, não está mobilizado no processo de extração de mais-valor e deixa, por isso, de funcionar como capital.
6. Isso significa que sempre que o movimento de parte do capital é interrompido, essa parte do capital deixa, ainda que provisoriamente, de funcionar como capital. Um exemplo: máquinas em estoque, que não estejam sendo empregadas na produção, representam valor acumulado, mas não funcionam como capital enquanto não ingressam no processo produtivo. Estão se deteriorando e depreciando sem cumprir a função que lhes cabe nos processos de produção de valor e valorização.

A enumeração desses pontos sugere os seguintes problemas enfrentados pelos capitalistas:

1. No processo de produção, sempre há alguma parcela do capital parada. Por exemplo: compraram-se mercadorias que ainda não podem ser empregadas na produção, e ficam algum tempo em estoque; ou compraram-se máquinas que exigirão adaptações da unidade produtiva para sua implementação e uso, e ficam, portanto, algum tempo paradas.
2. O processo de produção leva certo tempo para ser completado. Durante esse tempo, parte do capital nele envolvido está imobilizada.
3. Uma vez concluído o processo de produção, o capitalista ainda precisa vender as mercadorias produzidas, o que não se dá de uma só vez – e

também exige certo tempo, que pode se contrair ou prolongar a depender de variáveis externas a sua vontade, como, por exemplo, a demanda.

Esses problemas, que o capital enfrenta devido a sua necessidade, tomado enquanto totalidade, de mudar de forma e passar pela produção, enfocados por Marx, sobretudo, no Livro II de *O capital*, estão na base de um ponto fundamental que é apresentado por Nakatani e Marques: “cada unidade individual de capital pode e deve estar continuamente e no mesmo momento sob as três formas autônomas: capital dinheiro, capital mercadoria e capital produtivo” (Nakatani e Marques, 2020, p. 11).

A parte que está sob a forma dinheiro, o capitalista não a reterá entesourada embaixo de seu colchão ou no baú. Ele a emprestará, direta ou indiretamente (aplicando-a, por exemplo, em títulos de dívida, ou depositando-a junto a um banco ou operadora financeira que, por sua vez, a aplicará em ativos financeiros), com a finalidade de que essa parte do capital renda juros – ou seja, de que ela continue realizando o circuito D-D’, mesmo sem passar pelo processo produtivo por ele comandado. Surge assim uma separação entre capitalista prestamista e capitalista em atividade, ou funcionante, aprofundada por Marx na Seção V do Livro III de *O capital*. Note-se aqui que essas funções, prestamista e funcionante, podem ser desempenhadas simultaneamente pelo mesmo capitalista, e, frequentemente, o são. Reforça-se assim uma forma particular do capital: o capital portador de juros.

Esse ponto é abordado pelos autores no capítulo 02, “Capital monetário, capital portador de juros, capital fictício”. Eles chamam a atenção para o fato de que a forma capital portador de juros é uma forma em que o fetichismo (sumariamente: o ocultamento das relações sociais pela relação entre coisas, que assume o lugar da relação entre pessoas) e a reificação (sumariamente: a apresentação imediata das relações entre pessoas como relações entre coisas) assumem seu mais alto grau, uma vez que, nela, dinheiro gera mais dinheiro, D-D’, sem passar, do ponto de vista do prestador, pela mediação das mudanças de forma.

A posição dos autores ecoa o que é sustentado por Marx no capítulo XXI do Livro III de *O capital*, quando demonstra que o capital jamais aparece na circulação enquanto tal. Ele aparece ali somente como mercadoria ou dinheiro, como forma provisoriamente imóvel. Ou seja: o capital, a princípio, não se apresenta como tal no processo de circulação, e o enxergamos enquanto capital apenas ao mirarmos seu movimento enquanto totalidade mediada pelo processo produtivo, ou seja, pelo processo de extração de mais-valor. Entretanto, na forma de capital portador de juros, a coisa ocorre de modo aparentemente diferente: nela, o possuidor de dinheiro aliena-o a um terceiro, com a intenção de valorizá-lo, lançando-o na circulação diretamente como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, como valor que transita temporariamente das

mãos de um prestador a um tomador e retorna, depois de certo tempo, realizado, acrescido de valor. Tudo se passa como se tal acréscimo fosse propriedade inata do montante emprestado, materializada através da mera passagem do tempo decorrido entre empréstimo e devolução.

Os autores lembram que esse acréscimo de dinheiro, manifesto nos juros, tem origem no mais-valor criado na produção por outra fração do capital social, personificada pelo capitalista que tomou o empréstimo, ou, ainda, por outro capitalista envolvido diretamente com a atividade produtiva, que tenha alguma relação de dívida para com aquele que tomou o empréstimo. Cabe notar, quanto a isso, que a riqueza capitalista se reduz, em última instância, ao maior ou menor poder de se apropriar de trabalho alheio, e que tal apropriação não precisa se dar através da participação direta, na produção, do capital particular a ser valorizado. Ela pode ocorrer, por exemplo, através da captação da remuneração de capital emprestado a juros, quando esses forem pagos por determinado capitalista que tomou um empréstimo e que, ele sim, comanda determinado processo produtivo. Diferenciam-se assim produção e apropriação de mais-valor, e tangencia-se o problema da repartição do mais-valor no interior da classe capitalista. Esse ponto, prenhe de consequências bastante desenvolvidas por Marx no Livro III de *O capital*, especialmente em suas Seções IV e V, não encontra tratamento sistemático no livro de Nakatani e Marques, mas é tido como pressuposto e é mencionado.

Partindo de tal pressuposto, que, ao mesmo tempo, ajuda a compreender o descolamento e indica o atrelamento entre o assim chamado “mercado financeiro” e a economia dita “real (geradora de mercadorias, de emprego e de renda originária da produção de bens e serviços)” (Nakatani e Marques, 2020, p. 45), os autores apresentam a categoria de capital fictício. O seu objetivo é menos o de buscar examiná-lo enquanto forma universal-singular do capital do que passar em revista suas formas de manifestação na atualidade.

Proseguem, de fato, com o exame das cinco formas particulares sob as quais o capital fictício se apresenta hoje: a dívida pública; o capital bancário; o capital acionário; os derivativos; as criptomoedas. Nessa parte do livro, são trabalhados pontos como: o processo histórico do surgimento do dinheiro de crédito; o lugar da criação secundária de dinheiro, por parte dos bancos, através do sistema de reservas fracionárias, na formação do capital fictício; a transformação da integralidade do dinheiro em dívida; a tendência ao crescimento do endividamento dos Estados; a aparente duplicação do capital no processo de constituição de sociedades por ações ou sociedades anônimas; a flutuação dos preços das ações com base na combinação entre, de um lado, expectativa quanto à possibilidade de pagamentos mais ou menos elevados de dividendos e, de outro lado, intervenção de especuladores; os processos de transferência de risco sobre a tendência futura de preços, manifestos nos derivativos; a exacerbação do fetichismo do capital sob a forma das criptomoedas.

Nos dois primeiros capítulos, as principais categorias foram examinadas e foi apresentado um panorama daquilo que os autores consideraram necessário para subsidiar a análise social e histórica à qual procedem nos capítulos 03 e 04. Estes últimos capítulos, por seu turno, se assentam na exploração dos desdobramentos do seguinte ponto: “na medida em que o dinheiro passou a representar o valor, [...] a busca por ganhar dinheiro sem passar pelas agruras da produção [necessidade de mudança de forma do capital, tempos de interrupção do movimento etc.] se impõe” (Nakatani e Marques, 2020, p. 55).

Essa busca por ganhar dinheiro sem passar pela produção tensiona cada capital particular, e está na base do fenômeno que os autores nomeiam “hipertrofia do capital fictício”. Tal hipertrofia se inicia, segundo eles, ainda nos anos 1950 nos EUA, e metade dos 1960 na Europa, com o fenômeno da “acumulação financeira” decorrente da “centralização dos lucros não reinvestidos e das poupanças das famílias em instituições financeiras com o objetivo de valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros (moedas, obrigações e ações)” (Nakatani e Marques, 2020, p. 41). Teriam contribuído para ela os seguintes processos:

1. Os assalariados passaram a receber seus salários pelo sistema bancário, o que injetou em tal sistema “um volume considerável de dinheiro líquido, que antes não estava disponível” (Nakatani e Marques, 2020, p. 42), permitindo que os bancos ampliassem sua escala de crédito e, posteriormente, lastreando suas aplicações de curto prazo.
2. Nos EUA, grandes contingentes populacionais, preocupados em ter garantias de sustento e qualidade de vida para a família e/ou para si próprios em caso de envelhecimento ou morte, passaram a investir em seguros de vida e fundos de pensão em regime de capitalização, no âmbito da assim chamada previdência privada, o que resultou em elevado acúmulo financeiro.
3. Aceleração do endividamento dos Estados nacionais, que financiam parte do investimento público através de endividamento. Ela é acompanhada pela conversão das dívidas públicas em títulos atrelados a rendimentos, que aparecem como ativo seguro no qual converter parte dos grandes montantes de dinheiro agora disponível nos bancos e fundos de pensão.
4. Elevação das taxas de juros, elevando a remuneração dos investimentos em tais títulos e acarretando outras importantes consequências, como dificuldades de pagamento e rolagem de dívidas por parte de Estados endividados e necessidade de renegociação de suas dívidas.
5. Desregulamentação do mercado financeiro (EUA e Inglaterra, anos 1970), aumentando a liquidez de tais ativos – ou seja, não apenas a faci-

lidade de reconvertê-los em dinheiro, mas as possibilidades de negociar com eles de modos diversos.

Chega-se assim, dos anos 1980 em diante, ao que os autores chamam de “onipresença” ou “dominância do capital portador de juros” sobre o capital industrial, que é definido, por sua vez, como “o capital envolvido na produção de mercadorias” (Nakatani e Marques, 2020, p. 53, nota 09). Essa dominância teria sido possibilitada tecnicamente pela

formação de mercados integrados de moedas e capitais que, com o avanço da rede de computadores, permitiram a realização de negócios entre vários países quase em tempo real [...] [e] aceleraram as transferências de capital de uma parte para outra do mundo, cujos mercados financeiros integrados funcionam durante as 24 horas do dia (Nakatani e Marques, 2020, p. 47).

Uma vez estabelecida tal dominância, os autores exploram suas consequências sobre a economia. Trata-se, para eles, de três consequências de grande envergadura:

1. O desenvolvimento do capital fictício inibe o investimento produtivo, uma vez que acena com a possibilidade de elevados rendimentos sem a necessidade de imobilização de capital na produção.
2. Prioriza-se a rentabilidade do capital fictício em lugar da aferição de lucros, o que, afirma-se, reduz a margem para o engajamento em políticas de longo prazo por parte das empresas e estabelece um compromisso entre capitalistas e frações superiores dos trabalhadores assalariados. Isso ocorreria em duas frentes:
 - a. Transforma-se, econômica e juridicamente, a estrutura de controle e de propriedade do capital. Com isso, grandes empresas passam a ser controladas por acionistas que enxergam nelas o meio de valorizar seus ativos financeiros, tendo como principal objetivo obter as mais altas taxas de rentabilidade no menor prazo, priorizando a “criação de valor acionário” (Nakatani e Marques, 2020, p. 49) em lugar dos lucros. Isso estaria na base de processos de reorganização das empresas em que mesmo filiais lucrativas são fechadas ou deslocalizadas caso sua rentabilidade esteja abaixo de padrões fixados internacionalmente pelos investidores.
 - b. Os gerentes-chave das empresas têm sua remuneração composta parcialmente por “stock options”, ou seja, por ações das empresas que administram. Isso reforçaria a tendência à priorização da ele-

vação dos preços das ações em relação aos lucros, o que, segundo os autores, reduz a margem para a “aplicação de uma política de longo prazo” e constitui “um dos fundamentos do compromisso estabelecido entre a classe capitalista e a fração superior dos assalariados” (Nakatani e Marques, 2020, p. 49).

3. Elevação dos níveis de desemprego e pressão pela redução dos salários. Isso decorreria da combinação entre: baixos níveis de investimento produtivo; fechamento de filiais e/ou departamentos; incentivo à deslocalização das empresas, determinado pelo interesse exclusivo na rentabilidade de curto prazo.

Esses pontos confluem para a seguinte situação: o capital passa, cada vez mais, a lidar com suas contradições através de mecanismos de “fuga para frente”. Buscam-se compensar dificuldades de valorização na esfera produtiva (por exemplo: limite para o rebaixamento dos salários e extensão das jornadas de trabalho, baixa demanda em relação à mastodônica produtividade atingida em certos setores, capacidade ociosa) através da obtenção de rendimentos na esfera financeira. Esse fenômeno determina o movimento de cada capital particular, representando tendência de movimento do capital em geral, de tal modo que o centro dinâmico da acumulação passa a basear-se na ampliação das formas de capital portador de juros, especialmente do capital fictício (Nakatani e Marques, 2020, p. 55).

Chega-se assim, no capítulo 04, ao exame da forma atual, aparentemente financeira, das crises capitalistas. Os autores põem no centro desse estudo a crise de 2007-2008, partindo do levantamento de seus antecedentes, com a queda da Nasdaq em 2004, e estendendo a análise até as tendências em curso nos dias de hoje.

Desde logo é refutada a interpretação de que tal crise teria sido uma “crise financeira” que teria “contaminado o lado real da economia”. Argumenta-se que um entendimento como esse repousa “na falta de compreensão do movimento do capital, [...] quando o capital portador de juros e, em particular, sua forma de capital fictício, assumiu a dominância nas relações econômicas e políticas” (Nakatani e Marques, 2020, p. 55). Uma vez que tal dominância é compreendida não como distorção, mas como “desdobramento lógico do capitalismo”, afirma-se que “a crise atual é uma crise do capital, cuja manifestação primeira ocorreu na esfera financeira” (*ibidem*).

Após a exposição mais detida dos vetores que confluíram para o desencadeamento daquela crise e dos modos particulares através dos quais ela se manifestou, passa-se à discussão, por um lado, das medidas tomadas para superá-la, e, por outro lado, de como ficou a situação da economia mundial pós-crise.

Quanto ao primeiro ponto, os autores ressaltam que, apesar dos assim cha-

dados pacotes de salvamento, incluindo redução das taxas de juros, injeção de liquidez na economia através da compra de títulos com criação primária de moeda pelos bancos centrais, e, até mesmo, movimentos na direção do aumento dos gastos sociais, redução relativa de gastos militares e elevação da tributação sobre setores mais ricos da população, não se teria tocado no fundamental, e, portanto, o capitalismo não estaria em condições de superar plenamente sua crise.

Por isso, aquela crise teria sido seguida pela relativa estagnação na qual a economia mundial se encontra até hoje. São, assim, apontadas as seguintes contradições em curso: descolamento entre o dinamismo dos mercados e a evolução subjacente da economia mundial (Nakatani e Marques, 2020, pp. 45 e 61); estagnação do crescimento econômico; alto nível de ociosidade; baixo nível das taxas de lucro; altas taxas de retorno dos investimentos em ativos financeiros, relativamente aos produtivos (Nakatani e Marques, 2020, p. 61 e seguintes).

A exposição de tais pontos conduz às seguintes perguntas:

1. Qual seria aquele ponto fundamental que permaneceu intocado, e que colocaria o capitalismo contemporâneo numa espécie de beco sem saída da estagnação?
2. Seria possível e desejável superar os problemas apontados permanecendo nos marcos do próprio modo de produção capitalista? Se sim, como?
3. Se não, como superá-lo?

Essas são questões cujas respostas os autores preferiram deixar em aberto, e o desafio está lançado ao leitor.

Referências

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livros I. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NAKATANI, Paulo e MARQUES, Rosa. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

Recebido em 28 de janeiro de 2021

Aprovado em 26 de março de 2021

Notas sobre o “modo de representação capitalista”: a contribuição de Jorge Grespan à teoria marxiana do valor

Carolina Alvim de Oliveira Freitas*

Introdução

O livro *Marx e a crítica do modo de representação capitalista* do professor de História Econômica da Universidade de São Paulo, Jorge Grespan (2019), baseado em seu trabalho de livre docência, busca desdobrar as formas sociais capitalistas a partir do método de apresentação de Marx ao longo das três partes de *O capital* (Marx, 2013; 2014; 2017). Sua investigação central é o processo de autonomização das formas do valor da sua substância, o trabalho, e a coincidente negação do trabalho no processo de distribuição e reprodução do valor.

Grespan indica que o emprego dos termos “apresentação” (*Darstellung*) e “representação” (*Vorstellung*) ao longo dos três livros revela o método de exposição de Marx sobre o movimento contraditório da produção e distribuição do valor na sociedade capitalista. A oposição entre o modo como o valor das mercadorias *se apresenta* no dinheiro e o modo como o dinheiro, no papel de *representante* do valor, se autonomiza daquela apresentação é o percurso de complexificação da crítica, que desvenda o comando, pela aparência das formas, do movimento real de reprodução do capital, invertido aos olhos de seus agentes.

Mais do que a demonstração da diversidade de formas que o valor assume no processo de produção e equalização, *a negação de si*, de referência hegeliana, é o movimento que Marx escolhe para expor a gradativa separação entre a *apresentação do valor criado pelo trabalho* e a sua *representação no preço*. Essa é a linha de força que conduz sequencialmente os três momentos do livro de Grespan.

O movimento de sucessão das formas do valor que se desdobram, atravessando a produção e a circulação, demonstra a própria noção de forma como categoria central do método de exposição. Assimilando, a partir de sua própria “lógica”, a Lógica de Hegel, Marx apresenta dialeticamente a relação entre forma e substância do valor “não por identidade abstrata, mas por permanente negação da negação, isto é, o si mesmo como negação do valor real” (Marx, 2011, p. 87-88). Aqui, a “lógica” marxiana parte da materialidade histórica do valor para apreender o seu movimento dialético.

* Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Centro de Estudos Periféricos (CEP), vinculado ao Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo.

Na medida em que a explicação se aproxima da categoria dinheiro como mercadoria, passa-se da apresentação à representação, como domínio do dinheiro sobre as demais formas sociais. A propriedade de capital, de força de trabalho e de terra como operações materiais baseadas na mais profunda irracionalidade “religiosa” – a Santa Trindade ‘capital, terra, trabalho’ consagra, nas palavras de Grespan, “o modo de representação capitalista”. A conclusão desse percurso sela a inversão completa da origem do valor pela preponderância da representação da propriedade privada. Retomando a expressão de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, a inversão explica como “se representa realmente algo sem se representar algo real” (Marx e Engels, 2007, p. 35).

As formas do mais-valor

De início, Grespan recupera que o interesse de Marx era não apenas expor a dissimulação jurídica da exploração do trabalho pelo capital, ou seu obscurecimento pela obtenção de mais-valor relativo, como se examina no primeiro volume de *O capital*. Assim como as próprias metamorfoses do valor, a crítica de Marx também se desloca, passando da análise do “capital em geral” para a esfera da concorrência entre capitalistas e, finalmente, ao “processo total” da reprodução capitalista, no qual a criação do valor pelo trabalho é plenamente ocultada pela inversão que a propriedade privada opera.

O mais-valor é criado, apropriado imediatamente pelo capital produtor, mas, em seguida, é compartilhado entre outros diversos capitais que fazem parte da totalidade da produção social, como lucro, ganho comercial, juros e renda. A crítica geral de Marx é justamente a exposição dessas formas de mais-valor, das suas contradições em processo.

A anotação hegeliana do livro explica como Marx compreendeu ‘equalização’ como os fluxos e desvios nas taxas médias, logo, nas determinações da distribuição do valor na concorrência entre capitais individuais. A progressiva ocultação do trabalho como fonte de produção do valor se dá, inicialmente, pela diferenciação em processo entre o mais-valor e o lucro, e entre a taxa de mais-valor e a taxa de lucro, ou seja, as proporções de excedente em cada uma.

Embora seja a força de trabalho a criadora do excedente de valor apropriado pelo capital e isso signifique que mais-valor e lucro são formas da mesma matéria (Marx, 2017, p. 201), a taxa de mais-valor compara o excedente apenas ao capital variável (o tempo de trabalho excedente – não pago – diante do tempo de trabalho necessário) que o produziu, enquanto a taxa de lucro dilui a fonte original de produção pelo trabalho, relacionando o excedente à composição orgânica do capital, que expressa a proporção entre o *capital variável* e o *capital constante*.

Por isso, taxa de lucro e mais-valor são distintos não apenas como qualidades

conceituais, mas como grandezas quantitativas. A dupla diferenciação da qualidade e da quantidade sela a transformação do mais-valor em lucro (Marx, 2017, p. 69). A taxa média de lucro, que é a medida da lucratividade geral dos diversos ramos de capitais, determina a conversão dos *preços de custo* em *preços de produção*, e dos preços de produção em *preços de mercado*, transformações que já operam os momentos de distanciamento entre valor e preço como formas da mesma substância social, simultaneamente realizadas nas trocas.

Desde o início da explicação do *capital em geral* o valor tem preço, ou seja, é determinado por médias sociais já estabelecidas nos *preços de produção*, que resultam dos *preços de custo* (capital variável + capital constante), somados à taxa média de lucro. A composição orgânica de cada ramo de capitais é diversificada, mas a taxa média de lucro não afere somente a média do ramo específico, e sim de todos eles. Isso significa que desde a formação do preço de produção, o lucro aparece para o capitalista individual como um elemento externo de regulação, fazendo, portanto, com que os preços médios das mercadorias se afastem do seu valor real e do próprio lucro médio particular da esfera específica de produção.

Na concorrência de capitais produtivos, o capital maior em grandeza absoluta, ou seja, proprietário de mais meios de produção, aplicando mais capital constante, com composição orgânica mais alta, abocanha o mais-valor social que não criou individualmente. A distribuição não apenas se subordina ao processo de criação de valor pelo trabalho, mas também à propriedade privada, justamente em função da participação do capital constante na contabilidade do lucro, que se torna decisivo para que certos capitais individuais ou ramos de produção se apropriem do mais-valor conjunto. Ou seja, a maior composição orgânica do capital lhe dá uma porção maior do mais-valor capturado na concorrência entre capitais do que aquela que ele efetivamente produziu diretamente.

É na passagem do plano dos capitais individuais para o plano social que surgem, dos preços de produção, os *preços de mercado*, que levam em consideração o lucro agregado do *capital comercial* na realização das mercadorias, agora sim afetados pelos movimentos de oferta e demanda. As médias que se formam nos preços de produção agora são assimiladas pelas médias dos preços de mercado que (re)fazem, somados aos preços de produção, as taxas de lucro.

A vantagem, segundo Marx, em delegar a um capital comercial a circulação do valor é o capital produtivo imobilizar o mínimo possível de capital que não será utilizado na produção. Quanto mais vezes o capital completa a sua rotação, ou seja, quanto maior o número de vezes em que é empregado para a produção, maior a quantidade de mercadorias e, logo, de valor. Se este fosse o caso do capital comercial, como o próprio Marx afirma, “o capital comercial renderia lucro muito mais alto em proporção ao número de seus giros, o que contradiria a lei da taxa geral de lucro” (Marx, 2017, p. 354).

A forma do capital comercial novamente denota o desvio da regra de distri-

buição segundo o valor-trabalho, visto que este capital em nada contribuiu para a produção, embora também se aproprie do que foi produzido em sua atividade. Seu lucro não vem do trabalho que emprega, mas da propriedade privada que lhe confere a permissão para participar dessa distribuição geral.

Grespan recorda que é do fato de o capital comercial ter para si uma massa de lucro já determinada que surge a apresentação de uma dupla de conceitos fundamental para Marx, o *trabalho produtivo* e o *trabalho improdutivo*, onde se expressa o princípio formal da troca de equivalentes. O ato da troca, ou seja, a circulação, em si, não produz valor, embora modifique a forma do valor (D-M e M-D). A troca enquanto modificação da forma valor, segundo o professor, é de onde Marx parte para recobrar a diferença central entre *substância de valor* e *forma de valor*, de negação da primeira pela segunda (Grespan, 2019, p. 55).

Na oposição entre trabalho produtivo e improdutivo, situa-se a disjunção entre a substância e a forma, visto que o caráter formal do assalariamento no caso do trabalho improdutivo não corresponde, como dito, à criação de mais-valor. O trabalho improdutivo necessário à realização da esfera comercial, ou seja, necessário à troca, mostra que a regra da propriedade vai se impondo paulatinamente sobre a regra de criação do valor pelo trabalho, “tomando o mundo social afeito à imagem e semelhança do sujeito que em verdade o domina” (*ibidem*, p. 59).

Do mesmo modo que o capital comercial, também o comércio de dinheiro passa a ser uma necessidade histórica, havendo uma concentração de agentes econômicos que se especializam nos recebimentos e pagamentos em geral, de modo separado do capital produtivo. Este capital também não produz valor, muito embora permita que os produtores criem valor em maior amplitude.

O dinheiro se torna uma mercadoria singular, que passa servir à sua autovalorização, por indício da equação D-D’ do capital portador de juros, contida na fórmula D-M-D’. Abre-se, neste momento, segundo Grespan, um novo “momento conceitual”, visto que a função do dinheiro como meio de compra e venda de mercadorias pavimenta o lugar do dinheiro como crédito, como mercadoria que não se troca por um equivalente, mas que se toma *emprestada*.

A forma juros, responsável por permitir a compra dos meios de produção e da força de trabalho ao capital produtivo, entra então no processo de distribuição do valor. O capitalista proprietário que empresta dinheiro, longe de ser uma figura “parasitária”, é um agente determinante como meio de reprodução capitalista.

Tão determinante é que Grespan delinea a indissociabilidade entre os juros e os lucros, explicando que constituem uma unidade em que uma forma é apenas em relação à outra. A separação entre o capital proprietário do dinheiro e o capital industrial, ou seja, entre *a propriedade e o emprego de capital*, transforma uma parte do lucro em juros. A concorrência entre esses dois capitais resulta na taxa de juros (Marx, 2017, p. 394). Não há, para Marx, a “taxa natural de juros” pregada pelos economistas, visto que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro geral.

Essa divisão quantitativa do lucro entre os ganhos empresariais e os juros torna-se qualitativa, na medida em que todo o processo de distribuição, que se divide entre o mais-valor e o lucro (da relação entre trabalho morto e trabalho vivo instituída pela composição orgânica do capital), entre os diversos capitais industriais em concorrência, entre o lucro e o lucro comercial (que revela a oposição entre trabalho produtivo e improdutivo), passa a também ser dividida entre o capital explorador do trabalho e um capital que se legitima na partilha do mais-valor criado em função de ser proprietário de capital-dinheiro.

Este proprietário não coloca nenhuma produção de valor em curso, mas é a condição da produção capitalista em escala, em função do seu protagonismo com o sistema de crédito. A transformação qualitativa da fórmula D-M-D' em D-D', expropriação na forma de juros, revela então a indiferenciação mesma, imposta pelo dinheiro, do valor de uso da mercadoria que se compra e vende, ditando o momento quando “a relação de capital alcança sua forma mais externa e fetichista” (*ibidem*, p. 679). Neste momento, em função da própria lógica do processo, é o conteúdo que acaba por se subordinar à forma, a qual, então liberta daquele, parece, enfeitada, poder se movimentar como bem quer.

É o processo que resulta na dupla alienação para Marx: a transferência de direitos e o esquecimento da origem do produto. A forma jurídica da propriedade formaliza a divisão entre os diversos capitais e seus ganhos no processo de equalização, cada qual com uma lei particular derivada do título de direito que possui; em outras palavras, é a forma jurídica que efetiva o princípio da propriedade privada que rege a distribuição do mais-valor socialmente produzido.

Grespan então passa a analisar mais uma forma de capital cuja propriedade não está relacionada diretamente à produção de valor: a renda da terra. De maneira similar ao capital portador de juros, como título de direito, a renda possibilita ao proprietário cobrar juros pelo direito de uso da propriedade ao capitalista produtor. Como o capital portador de juros, o rentista também captura uma parte do mais-valor conjunto. Marx define, conceituando os tipos de renda, que há a “autêntica renda da terra paga pelo uso da terra enquanto tal” e “os juros do capital incorporado à terra e as benfeitorias que ela recebe como instrumento de produção” (*ibidem*, p. 680).

A propriedade da terra, portanto, se desdobra do título que permite ao proprietário confiscar parte do mais-valor geral produzido – seja pelo fato de ser dono da terra nua, seja pelo fato de a terra incorporar o valor das benfeitorias (pontes, estradas, diques etc.). Enquanto as benfeitorias nas quais o arrendatário da terra investe são, para ele, capital constante, para o rentista proprietário que coloca a terra em circulação, as melhorias são capital fixo, ou seja, permanecem na terra e o próximo arrendatário paga juros sobre elas, “um empréstimo não monetário” (Marx, 2017, p. 391).

Grespan lembra que, com o passar do tempo, os juros da melhoria da terra

e a renda da terra nua acabam por se embaralhar, não havendo, para Marx, vantagens puramente naturais da terra, derivadas da mera propriedade. A fertilidade da terra para agricultura é uma relação econômica de emprego de trabalho, não sendo possível separar neste caso trabalho e natureza, já que mesmo a “fertilidade natural originária” é produzida.

Contudo, operando realmente, o fetiche da “naturalização singular das relações sociais” (Grespan, 2019, p. 74) faz com que a propriedade da terra passe a determinar a produção de mais-valor. A mistura dos juros das melhorias com a renda da pura propriedade oculta a relação social (trabalho-propriedade privada), repetindo a cisão da *forma* com a *substância* do valor.

Já aduzido aqui, ao longo do livro de Grespan, a *forma* é um conceito crucial para Marx: ao mesmo tempo em que a forma tem significado ligado à *formação histórica* da divisão do trabalho e dos direitos de apropriação, é a partir dessa noção de forma social que se realizam as *formas lógicas valor, mercadoria, dinheiro, capital* na reprodução total do capitalismo.

Desde o primeiro livro de *O capital*, Marx alerta que “devemos então considerar todo o processo pelo lado da forma, isto é, como mudança de forma [*Formwechsel*] ou metamorfose das mercadorias, que medeia o metabolismo [*Stoffwechsel*] social” (Marx, 2013, p. 178-9). No sistema da propriedade privada, o imperativo da troca entre as mais diversas mercadorias é garantido pela forma imaterial do valor (valor de troca), isso significa, desde aí, que o processo da mudança de forma (metamorfose) possibilita a mudança da matéria (metabolismo).

Da apresentação à representação

Com base na divisão entre valor e valor de troca, na relação entre a forma relativa e a forma equivalente das mercadorias, a segunda é uma “apresentação” da primeira quando a troca é realizada. É daí que parte o segundo momento do livro, no qual a apresentação se coloca como a extroversão da oposição interna à mercadoria entre *valor* e *valor de troca* para a oposição externa entre a *forma relativa* e a *forma equivalente* na troca, o vínculo primordial que permite a extroversão do valor nas práticas sociais mais complexas, em formas que vão se diferenciando mais e mais de sua matéria.

Deste desencontro, Grespan conclui, “surge o impulso à superação, à tentativa de harmonizar ‘forma’ e ‘substância’, que apenas repõe o desencontro e leva ao processo sempre renovado de valorização do capital, como a um castigo de Sísifo” (Grespan, 2019, p. 92), lembrando a ilustração do mito grego que Marx sugere no primeiro livro, para expor a natureza desmedida do dinheiro, a contradição entre sua limitação quantitativa e a sua ilimitação qualitativa (Marx, 2013, p. 206).

A *função ideal* de medir valor que o dinheiro tem é condição para existir a sua *função real* como meio de circulação e, por sua vez, é como meio de circu-

lação que o dinheiro passa a se assenorear do lugar de mercadoria. As duas funções – medida de valor e meio de circulação – tem identidade e contradição, visto que contêm respectivamente as duas dimensões da representação, a ideal e a real, ou, em outras palavras, a apresentação (medida) e a representação (circulação) (Grespan, 2019, p. 118). Mais uma vez aqui, é possível entrever a influência hegeliana na abordagem de Grespan, na medida em que estas duas funções simultâneas e contraditórias do dinheiro são apresentadas como dialeticamente constitutivas dele próprio, do objeto dinheiro (“o princípio da identidade da identidade com a não-identidade”, nas palavras de Hegel).

Enquanto uma mercadoria que substitui as outras mercadorias na circulação, o dinheiro passa a ser resultado do seu próprio movimento (Marx, 2013, p. 189). Na passagem dos *Grundrisse*, “de sua figura servil, na qual aparece como simples meio de circulação, o dinheiro de súbito se torna deus e senhor no mundo das mercadorias. Ela *apresenta* a existência celestial das mercadorias, enquanto elas *apresentam* a [existência] terrena dele” (Marx, 2011, p. 165).

Ou seja, como apresentação do valor social, ele passa realmente a ditar a equalização e assim se torna senhor no mundo das mercadorias. Segundo Grespan (2019, p. 120), “uma mediação hipostasiada em finalidade” que revela o fetiche que coordena os processos reais da sociedade mercantil, “a transposição do real no ideal, do apresentar no representar, e assume uma feição transfigurada: é a representação que apresenta” (*ibidem*, p. 122).

A metamorfose do valor das mercadorias pode ser pensada a partir desta transição do dinheiro de medida a meio de realização, pois a equação deixa aí de ser a de “vender para comprar” e passa ao “comprar para vender”. Como meio de pagamento, o dinheiro permite a recusa da fruição presente em nome de um poder aquisitivo futuro por meio da representação da propriedade privada de capital. No já citado mito de Sísifo, a medida do futuro como tempo formal para calcular o rendimento não é a medida do tempo de trabalho abstrato utilizada para o aferimento do valor. Por isso, a passagem de M-D-M (da reprodução simples) para D-M-D’, movimento de inversão das formas do circuito do capital, expressa o ímpeto da *representação* diante da *apresentação*.

O trabalho é criador de valor, mas ele mesmo não possui valor, uma imaginação que surge e passa a operar nas próprias relações de produção, com o surgimento da forma “força de trabalho”. O trabalho passa a ser valor de uso da força de trabalho, que é valor de troca. E, desde a confusão aparente entre trabalho e força de trabalho – valor de uso e valor de troca –, a origem do mais-valor passa a ser ocultada. O valor produzido pelo trabalho vivo é substituído pelo custo do “capital variável”, remuneração salarial da força de trabalho. Logo, o próprio salário é outro fator misterioso que opera a origem da valorização do valor, já que “a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado” (Marx, 2013, p. 610).

A transformação do valor da força de trabalho em preço na forma salário

faz repousar, portanto, “todas as representações jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as artimanhas apologéticas da economia vulgar” (*ibidem*). As fórmulas jurídicas são, por desdobramento, a consciência que opera a equivalência contraditória entre as mercadorias, especialmente na troca entre capital e trabalho.

O trabalho também é apresentado através de sua dupla forma, trabalho concreto (valor de uso da mercadoria força de trabalho que produz a mais-valia) e trabalho abstrato (valor de troca da força de trabalho *apresentado* pelo preço do salário). A cisão entre valor e valor de troca do trabalho rebate nesta outra cisão, a do trabalho concreto com o trabalho abstrato. Apesar de contraditórios, é o trabalho concreto definido como valor de uso que possibilita a precificação, ou seja, a representação do tempo de trabalho abstrato geral, da medida social do valor.

Portanto, Grespan demonstra que o princípio da troca de equivalentes se mantém ao longo de todo o percurso crítico de Marx nos três livros de *O capital*. O circuito do consumo do trabalhador M-D-M é simultâneo ao circuito D-M-D’, o que expressa como a mercadoria força de trabalho se localiza na “dobra” entre a produção e a circulação de valor, com seu valor de troca (preço do salário) e seu valor de uso (substância do mais-valor).

A taxa de mais-valor é que indica efetivamente o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, o trabalho sem equivalente, não pago. Já a taxa de lucro, por sua vez, representa a exploração do trabalho de maneira diluída, ocultando sua dimensão real na consideração do capital constante para seu cálculo.

Por seu turno, os juros são a forma que se constitui já no “exterior” da produção de valor, como algo externo e alheio ao trabalho. É diretamente com o capital produtivo que a propriedade de capital-dinheiro se relaciona através da taxa de juros, não com o trabalhador assalariado. A ocultação do trabalho se dá pela inversão que o crédito provoca: não são os juros que devem ser descontados do lucro, mas é o ganho empresarial que sobra dos juros que devem ser pagos ao proprietário de capital-dinheiro. Assim, os juros e o ganho empresarial se relacionam por oposição no processo de equalização.

A representação do capital

Grespan demonstra como a autonomização da forma valor atinge seu apogeu nesta forma juros. Ao mesmo tempo em que a propriedade de dinheiro se separa do emprego produtivo do capital, passa a determiná-lo, a substituí-lo por meio de títulos acumulados sobre a produção geral (Marx, 2017, p. 524-525). A capitalização, ou seja, a formação de capital fictício por meio de uma expectativa de remuneração do capital em base à taxa de juros, configura o capital como o “autômato que se autovaloriza” (*ibidem*).

O rendimento do crédito complexifica o fetiche, porque não mais se baseia no lucro, mas nos juros. No mercado de ações, as mutações operadas pela representação vão mais longe, atingindo a própria figura do proprietário de capital, que se fragmenta no fracionamento dos títulos. Contudo, ao passo que se divide em múltiplas propriedades de títulos, as ações pressupõem, contraditoriamente, a centralização de capital, ou seja, a ampliação dos recursos à disposição para poucos investidores.

A condição do dinheiro como mercadoria, como objeto a ser emprestado por meio de juros, apto a ser comercializado, só ocorre na quinta seção do terceiro livro de *O capital*. Grespan explica que os juros são a medida da demanda por dinheiro que tem os capitalistas para a reprodução dos seus negócios. Essa ideia é inversa à explicação dos juros como resultado da diferença medida entre o crédito e o dinheiro vivo. Ou seja, os juros não são medidos, e sim medem (Marx, 2017, p. 652).

Como já resgatado anteriormente, assim como o capital portador de juros se reveste da condição de mercadoria, do mesmo modo acontece com a terra, pela estipulação de preços “sem valores” (sem criação de valor pelo trabalho), pela capitalização da renda que embute o preço da terra. A renda, que oculta o processo de acumulação original das parcelas do globo terrestre, viabiliza que o proprietário privado do solo capture o excedente do lucro individual em relação ao lucro médio.

A propriedade da terra confere ao capital a juros o “lastro e a legitimação que lhe faltam” (Grespan, 2019, p. 237). Natureza e ficção se amalgamam, tornando-se a representação sujeito de sua própria reprodução, sobrepondo a *representação* do dinheiro ao seu papel de *apresentação* do valor criado pelo trabalho, invertendo-a, substituindo-a.

Portanto, as três fontes dos rendimentos – salário, lucro e renda da terra – emanam das respectivas propriedades da força de trabalho, do capital e da terra. Assim, “a forma do mais-valor que caracteriza especificamente o modo de produção capitalista, felizmente desaparece, é afastado, abolido” (Marx, 2017, p. 877). A figura da Trindade, como recupera Grespan sobre a última parte do último livro de *O capital*, representa a inversão entre o momento produtivo e distributivo do valor.

Na superfície dos preços das mercadorias, afirma Marx, suas determinações parecem ser as das grandezas do salário, do lucro e da renda da terra, como se não tivessem relação umas com as outras e fossem, elas mesmas, determinadas por regulações próprias. Como se, enfim, o preço das mercadorias fosse a somatória de termos independentes; essa inversão na formação dos preços é parte da representação mental nos personagens envolvidos na produção e na equalização (*ibidem*, p. 929).

Na superação da imagem triádica hegeliana, na qual o Filho é termo parti-

cular do universal (Deus), pela mediação lógica do Espírito Santo, a Trindade de Marx é um apelo figurativo do apagamento da subordinação das relações sociais ao capital, transformadas em meio para a incessante autovalorização do valor.

A metáfora revela que a “religião do cotidiano” (Marx, 2017, p. 892) é uma sociabilidade de representações práticas, ou seja, de formas ilusórias que moldam a experiência material dos agentes. Um mundo permeado por feitiços e mistérios, “assombrado por Monsieur Capital e Madame La Terre” (*ibidem*).

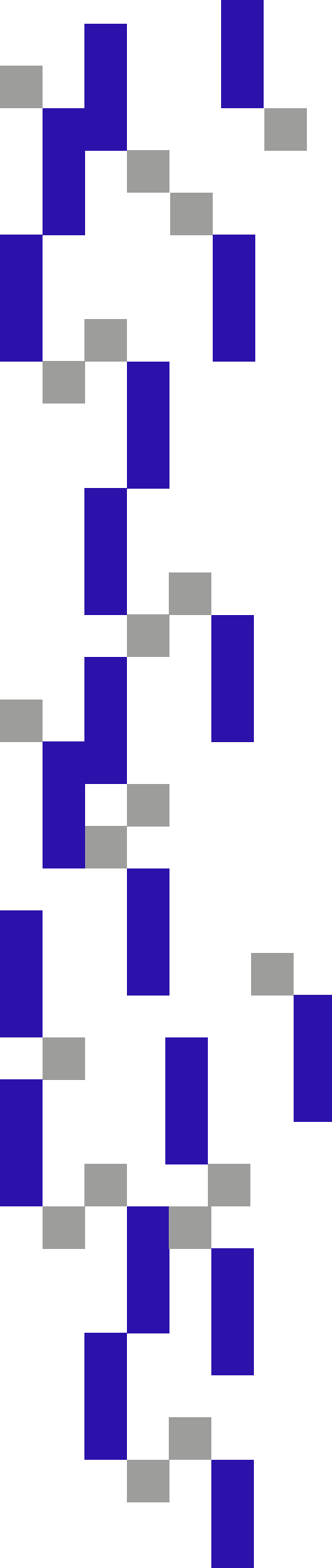
Diferentemente de Hegel, que atribuía ao negativo a condição de momento transfigurado por uma positividade maior, para Marx, o negativo é a inversão de si mesmo que o valor opera nas etapas sucessivas de sua apresentação, rebaixando o positivo sempre ao seu momento. A superação das formas sociais capitalistas, então, como provê abundantemente a obra do professor Grespan, depende da sua crítica mesma, de uma práxis consciente da negação da substância social do trabalho pela lei da distribuição, pela propriedade privada e da necessidade, em última instância, de revolucioná-la.

Referências

- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em 29 de março de 2021

Aprovado em 13 de abril de 2021



LUTA e MEMÓRIA

Por e para Mário*

Victor Hugo Klagsbrunn**

Poucos na UFF e no mundo personificam tanto o estudo e a divulgação do pensamento de Marx como Mário Duayer. Para muitos de nós a pessoa faz parte do que temos e tivemos de melhor na vida.

Quando cheguei na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1987, Mário, como um lobo solitário, estudava e difundia o pensamento de Marx, especialmente no que diz respeito ao método. Vim na expansão do departamento com vistas à criação de mestrado em economia. Juntos nós dois nos ocupamos desde aquela época da área de Economia Política e a essa atuação, fortalecida pela volta do Nelson Rosas¹, se deve a que hoje o Departamento de Economia tenha uma forte e produtiva presença, participação e contribuição de marxistas. E isto muito nos alegra e conforta.

Conviver com o Mário e trabalhar com ele, de modo tão próximo, não foi fácil nesses trinta e tantos anos, como todos sabemos. Seu rigor, muitas vezes bem-vindo, se transferia para a relação conosco e, ao mesmo tempo, muita satisfação, muita alegria, com pequenos detalhes. Em suma: um ser humano, muito especial para todos nós.

Quero lembrar apenas uma passagem: quando preparamos, os dois, exaustivamente, o primeiro Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, no qual foi criada a Sociedade de Economia Política (SEPO), embarcamos em um caminho que nunca havíamos trilhado antes, em suma, uma aventura. Surpresas e mais surpresas favoráveis foram se sucedendo. Alguns dias antes da data, Mário entra na minha sala aos gritos, incrédulo e ao mesmo tempo, fora do ar:

- Eles estão chegando!
- Quem?
- Os primeiros!
- Que primeiros?
- Os primeiros que veem para o Encontro.

* Esse relato foi escrito para ser apresentado no “Fórum Niep” no dia 16 de abril de 2021 organizado pelo NIEP em homenagem póstuma ao Mario Duayer, fundador do núcleo, disponível no canal do youtube <<https://www.youtube.com/watch?v=mDGd48wGzbw&t=22s>>.

** Professor Titular aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Doutor em economia e professor aposentado de economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Mal podíamos acreditar que aquilo se tornava realidade. Não consigo esquecer do seu rosto, com aquela expressão, ao entrar na minha sala. E assim a aventura seguiu seu caminho.

Um colega e tanto. Felizes os que puderam partilhar tanta coisa boa com ele, como o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas do Marx e do Marxismo (NIEP-Marx) e muitas outras iniciativas que contaram com a participação do Mário. Para mim, talvez o que mais tempo trabalhou com ele, fica uma lembrança e um vazio que temos obrigação de honrar. E, claro, especialmente quando ele me levou ao hospital quando eu estava tendo um enfarte. Esse era o Mário, capaz de largar tudo para ajudar um amigo. Deixa muita saudade. E a certeza de que vale a pena viver, com objetivos como os que Mário abraçou. Mário vive na nossa lembrança! Inesquecível. Esta é a vida eterna, na lembrança dos que ficam e o honram no que podem.

Recebido em 24 de abril de 2021

Aprovado em 5 de julho de 2021

Marx e o Marxismo v.9, n.16, jan/jun 2021

nlep  marx

uff Universidade
Federal
Fluminense